

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IERI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - PPGE
DOUTORADO EM ECONOMIA

FRANCISCO DIÉTIMA DA SILVA BEZERRA

DINÂMICA DAS OCUPAÇÕES E A “NOVA” RURALIDADE NA REGIÃO
NORTE DO BRASIL: DESAFIOS PARA UMA AGENDA AMPLA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

UBERLÂNDIA - MG

2021

FRANCISCO DIÉTIMA DA SILVA BEZERRA

DINÂMICA DAS OCUPAÇÕES E A “NOVA” RURALIDADE NA REGIÃO
NORTE DO BRASIL: DESAFIOS PARA UMA AGENDA AMPLA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento.

Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Gori Maia

UBERLÂNDIA - MG

2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B574 Bezerra, Francisco Diétima da Silva, 1988-
2021 Dinâmica das ocupações e a "nova" ruralidade na região
Norte do Brasil: desafios para uma agenda ampla de
desenvolvimento rural [recurso eletrônico] / Francisco
Diétima da Silva Bezerra. - 2021.

Orientador: Carlos Alves do Nascimento.
Coorientador: Alexandre Gori Maia.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Economia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.117>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Economia. I. Nascimento, Carlos Alves do, 1967-,
(Orient.). II. Maia, Alexandre Gori, 1972-, (Coorient.).
III. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação
em Economia. IV. Título.

CDU: 330

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia
 Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J, Sala 218 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4315 - www.ppge.ie.ufu.br - ppge@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Economia				
Defesa de:	Tese de Doutorado, Nº 71, PPGE				
Data:	25 de março de 2021	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	17:48
Matrícula do Discente:	11713ECO005				
Nome do Discente:	Francisco Diétima da Silva Bezerra				
Título do Trabalho:	Dinâmica das ocupações e a "nova" ruralidade na região Norte do Brasil: desafios para uma agenda ampla de desenvolvimento rural				
Área de concentração:	Desenvolvimento Econômico				
Linha de pesquisa:	Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	A modernização das estruturas produtivas no meio rural brasileiro e seu impacto sobre a agricultura familiar e não familiar e sobre as condições de trabalho dos assalariados agrícolas				

Reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Economia, assim composta: Professores Doutores: Clésio Marcelino de Jesus - UFU; Filipe Prado Macedo da Silva - UFU; Lauro Francisco Mattei - UFSC; Mauro Eduardo Del Grossi - UnB; Carlos Alves do Nascimento - UFU orientador do candidato. Ressalta-se que em decorrência da pandemia pela COVID-19 e em conformidade com Portaria Nº 36/2020, da Capes e Ofício Circular nº 1/2020/PROPP/REITO-UFU, a participação dos membros da banca e do aluno ocorreu de forma totalmente remota via webconferência. O professor Lauro Francisco Mattei participou desde a cidade de Florianópolis (SC). O professor Mauro Eduardo Del Grossi participou desde a cidade de Brasília (DF). Os demais membros da banca e o aluno participaram desde a cidade de Uberlândia (MG).

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Carlos Alves do Nascimento, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alves do Nascimento, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/03/2021, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Prado Macedo da Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/03/2021, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clesio Marcelino de Jesus, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/03/2021, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAURO EDUARDO DEL GROSSI, Usuário Externo**, em 26/03/2021, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Francisco Mattei, Usuário Externo**, em 26/03/2021, às 23:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2640094** e o código CRC **7288B73B**.

FRANCISCO DIÉTIMA DA SILVA BEZERRA

DINÂMICA DAS OCUPAÇÕES E A “NOVA” RURALIDADE NA REGIÃO
NORTE DO BRASIL: DESAFIOS PARA UMA AGENDA AMPLA DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia.

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico.

Aprovada em: 25 de março de 2021.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento – Orientador
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. Clésio Marcelino de Jesus
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. Filipe Prado Macedo da Silva
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Mauro Eduardo Del Grossi
Universidade de Brasília (UnB)

UBERLÂNDIA - MG

2021

Dedico este trabalho a todos que contribuíram para a realização desta importante conquista, especialmente a Deus, aos meus pais, Maria e Alcimar, à minha avó Nilza (in memoriam) e aos meus irmãos e sobrinhos.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir essa etapa acadêmica, sinto a necessidade de manifestar minha gratidão às pessoas que se fizeram importantes durante essa caminhada:

À Deus, por me dar sustentação diante das dificuldades enfrentadas nesse período, sobretudo nesse último ano quando os sentimentos de insegurança e incerteza se fizeram tão presentes. Rendo graças a Ti, Senhor.

Aos meus pais, Maria e Alcimar, pela determinação, amor, dedicação e incentivos que foram essenciais para que eu chegasse até aqui. À minha mãe, especialmente, peço desculpas pelos momentos em que estive ausente.

À minha avó, Nilza (*in memoriam*), pelo carinho e amor proporcionado aos seus netos. Seu abraço estão eternizados na minha memória.

Aos meus irmãos, Alzemar, Alziete (*in memoriam*), Alzilândia, Alcirlândia, Bismarques e Uendel pelo amor compartilhado.

Aos meus sobrinhos Ihanna, Ruama, Sophia, Louise e Athos pela alegria na minha vida.

Aos meus tios, principalmente Maria Luiza e Ivanete pelo apoio e suporte sempre que precisei, e aos meus primos pelos valiosos incentivos.

A todos os meus professores, representados por Djanira, Cleuva e Gisalda, pelos encorajamentos que foram importantes para o fortalecimento da minha jornada acadêmica.

Ao meu orientador, Professor Dr. Carlos Alves do Nascimento, pela generosidade com que auxiliou elaboração desta tese e, sobretudo, no processamento dos microdados, mostrando sempre disponibilidade, paciência e prestatividade no esclarecimento das minhas dúvidas. Seus incentivos foram fundamentais para que eu me mantivesse “firme”, principalmente quando os desafios se tornaram maiores.

Ao coorientador da Tese, Professor Dr. Alexandre Gori Maia, pelas sugestões e comentários que ajudaram no amadurecimento das discussões do trabalho.

Ao Professor Dr. César Ortega que incentivou o desenvolvimento da Tese na presente temática, além de contribuir, na banca de qualificação, com sugestões valiosas.

Aos professores Dr. Clésio Marcelino, Dr. Filipe Prado, Dr. Lauro Mattei e Dr. Mauro Eduardo Del Grossi pela pronta disponibilidade em integrar a banca avaliadora, cujas contribuições melhoraram a qualidade da Tese.

Ao corpo docente do PPGE/UFU, especialmente Professora Dra. Marisa Botelho, Professor Dr. Niemeyer Almeida, Professora Dra. Ana Paula, Professor Dr. Carlos Saiani e Professor Dr. Guilherme Jonas, pelo profissionalismo, sensibilidade e disponibilidade com que acolhem os seus alunos.

Aos amigos e colegas do PPGE/UFU, especialmente: ao Thiago pela convivência diária, e a seu pai, o Senhor Edilson que ajudou na organização da moradia quando da nossa chegada a Uberlândia; à Ariana pelas experiências compartilhadas, companheirismo e amizade que ajudaram a manter o foco diante das dificuldades que surgiram durante todo o curso, e a sua mãe, D. Lúcia, pelas vindas a Uberlândia que nos fortaleceram; ao Cláudio, amigo que foi extremamente solícito na realização da minha matrícula, em 2017, antes da minha chegada a Uberlândia; ao César, Luzélia, Marcelo, Érica, Mozart e Luiz pela amizade e parceria durante as disciplinas cursadas juntos.

Aos amigos Enio Junior e Marly pela disponibilidade e ajuda quando precisei.

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) por fazerem parte de minha formação acadêmica.

À Camila Bazani, da secretaria do PPGE/UFU, pela atenção, gentileza e prestatividade com que sempre atende aos alunos do curso.

Ao Instituto Federal do Acre, pela concessão do afastamento, com remuneração, o qual me permitiu dedicação exclusiva ao curso de doutorado.

Enfim, gratidão a todos.

“Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que se não veem” (Hebreus, 11, 1).

RESUMO

BEZERRA, F. D. S. **Dinâmica das ocupações e a “nova” ruralidade na região Norte do Brasil:** desafios para uma agenda ampla de desenvolvimento rural. 2021. 222 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

O objetivo desta Tese consiste em analisar a dinâmica das diferentes fontes de ocupação e rendimentos das famílias e pessoas rurais da Região Norte. As análises baseiam-se em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período de 2004 a 2015. A hipótese central da pesquisa é a de que as atividades não agropecuárias têm ganhado importância na geração de ocupação e renda para a população rural, reproduzindo o comportamento já observado em outros países e nas regiões brasileiras mais desenvolvidas. Os resultados destacam que o número de famílias e pessoas rurais na região Norte cresceu, nos últimos anos, mas esse crescimento foi sustentado pela expansão das ocupações não agropecuárias e de não ocupados no rural, enquanto as agropecuárias, exclusivamente, exibiram tendência de significativo decréscimo. Desse quadro decorre que a renda familiar passou a ser composta mais fortemente pelos rendimentos provenientes das fontes não agropecuárias, além da renda proveniente do não trabalho (aposentadorias e pensões, transferências de renda, entre outras). No que tange às condições domiciliares e de acesso aos bens materiais ficou evidenciado que, independente da condição de atividade da família (agropecuária, não agropecuária, pluriativa e de não ocupados), há um cenário de completa deficiência dos serviços domiciliares de abastecimento de água por rede geral de distribuição, esgotamento sanitário, coleta de lixo domiciliar, etc., inclusive nas famílias de maiores rendas (não agropecuárias e pluriativas). Isso mostra que esses serviços dependem muito mais da ação governamental do que do nível de rendimento da família. Ressalte-se que esse cenário pode estar relacionado às políticas setoriais que imperam na região, de tal forma que outras dimensões do rural (habitação, transportes, comunicação, saúde, educação, etc.) estariam sendo esquecidas, o que implica na manutenção ou aprofundamento de um cenário de precariedade das condições domiciliares. Acredita-se que políticas de desenvolvimento rural mais amplas com foco nas demandas do rural multisetorial e multifuncional da atualidade tornam-se importante para garantir um melhor nível de vida para a população.

Palavras-chave: ocupações rurais não agropecuárias, desenvolvimento rural, Região Norte.

ABSTRACT

BEZERRA, F. D. S. **Dynamics of occupations and the “new” rurality in the North region of Brazil:** challenges for a wide agenda of rural development. 2021. 222 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

The objective of this Thesis consists in analysing the dynamic of the different sources of employment and income of the rural families and people of the North Region. The analyses are based on microdata from the National Household Sample Survey (PNAD), from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE in Portuguese), made in the 2004 to 2015 period. The central hypothesis of the research is that the non-agricultural activities have been becoming more and more important in employment and income generation for the rural population, replicating a behaviour previously observed in other countries as well as in the more developed Brazilian regions. The results highlight that the number of rural families and people in the North region has increased in the last years, but this increase was sustained by the expansion of non-agricultural employment and of rural non-occupied people, while agricultural, exclusively, showed a significant decrease tendency. From this scenario, the families income came to be increasingly composed by the income from non-agricultural sources, and of the income from non-occupied (retirement and pensions, income transfer, among others). Concerning the household and material assets access conditions, it became clear that regardless of the condition of the family's activity (agricultural, non-agricultural, pluriactive and non-occupied), there is a scenario of complete deficiency in domestic services of water supply through general distribution networks, sewage systems, domestic garbage removal, etc., including in the families with higher incomes (non-agricultural and pluriactives). This shows that these services depend much more on government action than on the family's income level. It is possible that this scenario is related to sectorial policies that prevail in the region, so that other dimensions of the rural (habitation, transportation, communication, health, education, etc.) are being forgotten, which implies in the continuation or widening of a precariousness scenario in household conditions. It is believed that wider rural development policies, with focus on the demands of the multi-sector and multi-functional rural, will become important to guarantee a better quality of life for the population.

Keywords: non-agricultural rural occupations, rural development, North Region.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1	Indicadores de condições de moradia e acesso a bens materiais analisados.....	220
----------	---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Distribuição espacial da soja no Brasil e grandes regiões, 1980 a 2018....	44
Figura 2	Foco das “velhas” e “novas” políticas de desenvolvimento rural.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Variação real do Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária, Brasil, 1999 a 2018	36
Gráfico 2	Participação (%) do agronegócio no PIB total do Brasil, 1999 a 2018..	37
Gráfico 3	Saldo da balança comercial total, do agronegócio e demais setores, 1999 a 2018 (em US\$ bilhões)	38
Gráfico 4	Desempenho das exportações do agronegócio brasileiro, 1999 a 2018 (US\$ bilhões).....	39
Gráfico 5	Valor gerado pelas exportações dos produtos selecionados do agronegócio no período de 2000 a 2018 (US\$ bilhões)	40
Gráfico 6	Quantidade exportada de soja e carnes, Brasil, 2000 a 2018 (milhões de toneladas)	41
Gráfico 7	Quantidade produzida das culturas selecionadas, Região Norte, 1999 a 2018 (em milhões de toneladas)	51
Gráfico 8	População, segundo a situação do domicílio, Brasil, 1960 a 2010 (1.000 pessoas)	115
Gráfico 9	Gráfico 9 - Evolução da PEA agropecuária por grupos de idade, Região Norte, no período 2004 a 2015 (Índice 2004 = 100)	121
Gráfico 10	Participação (%) da população rural total ocupada em mais de uma atividade, segundo o ramo do trabalho secundário, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	143
Gráfico 11	Rendimento médio mensal do pessoal rural ocupado, segundo ramos de atividades, Região Norte, no período de 2004 a 2015 (Em R\$)	144
Gráfico 12	Distribuição relativa (%) dos tipos familiares rurais “com” e “sem” acesso à internet no próprio domicílio, Região Norte, em 2015	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicadores selecionados de desempenho da economia brasileira (1990-2018).....	32
Tabela 2	Participação dos produtos selecionados no valor gerado pelas exportações do agronegócio no período de 2000 a 2018 (%).....	39
Tabela 3	Uso da terra por tipo de exploração, Brasil, no período de 1970 a 2017 (hectares)	41
Tabela 4	Efetivo de bovinos em estabelecimentos agropecuários, Brasil e grandes regiões, 1970 a 2017 (milhões de cabeças)	42
Tabela 5	Área plantada das lavouras temporárias, Brasil, 1999 a 2018 (milhões de hectares).....	43
Tabela 6	População rural ocupada segundo os ramos de atividade selecionados, Brasil, 2004 a 2015 (1.000 pessoas).....	45
Tabela 7	Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie de efetivo, região Norte, 1970 a 2017 (cabeças)	47
Tabela 8	Distribuição do efetivo de bovinos em estabelecimentos agropecuários, estados da região Norte, 1970 a 2017.....	47
Tabela 9	Utilização das terras por tipo de exploração, Região Norte, 1970 a 2017 (hectares)	48
Tabela 10	Área destinada à colheita das lavouras permanentes selecionadas, região Norte, no período de 1999 a 2018 (hectares)	49
Tabela 11	Área plantada das principais lavouras temporárias, Região Norte, no período de 1999 a 2018 (hectares).....	50
Tabela 12	Número de estabelecimentos agropecuários, área total, área média e pessoal ocupado nos diferentes tipos de agricultura do Brasil e Região Norte – 2017	54
Tabela 13	Número de estabelecimentos agropecuários, área total, área média e pessoal ocupado dos diferentes tipos de agricultura familiar do Brasil e Região Norte – 2017.....	55
Tabela 14	Valor bruto da produção (VBP) e VBP médio da agricultura familiar no Brasil e Região Norte, 2017 (1.000 reais)	56
Tabela 15	Evolução da população rural de 10 anos ou mais de idade ocupada segundo os ramos de atividade, Brasil, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas).....	75
Tabela 16	Evolução dos diferentes tipos de famílias extensas totais rurais, Brasil e grandes regiões, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)	78
Tabela 17	Evolução (e taxas de crescimento) dos contingentes dos diferentes tipos de famílias extensas residentes rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias).....	80

Tabela 18	Participação de cada um dos tipos de famílias (segundo os ramos de atividades) na totalidade das famílias rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015.....	82
Tabela 19	Evolução da participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas no total geral das famílias rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015.....	83
Tabela 20	Evolução da participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas no total de cada tipo familiar segundo o local de domicílio, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015.....	84
Tabela 21	Evolução (e taxas de crescimento) das famílias de não ocupados residentes rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	84
Tabela 22	Participação relativa (%) das famílias de não ocupados no total das famílias residentes rurais da Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015.....	85
Tabela 23	Participação relativa da renda de cada tipo familiar na renda total rural, Região Norte, 2004 a 2009 (em R\$ set./2009) e 2011 a 2015 (em R\$ set./2015)	86
Tabela 24	Composição da renda total familiar, segundo o tipo de família e as diferentes fontes de renda do trabalho (agropecuária e não agropecuária) e do não trabalho (aposentadorias/pensões e outras fontes), Região Norte, 2004 e 2015 (Em R\$ set./2015).....	88
Tabela 25	Renda total média familiar rural, segundo o tipo de família, Região Norte, 2004 a 2009 (em R\$ set./2009) e 2011 a 2015 (em R\$ set./2015).....	89
Tabela 26	Participação relativa (%) dos diferentes tipos de famílias da agricultura familiar no total das famílias rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	99
Tabela 27	Evolução (e taxas de crescimento) dos contingentes dos diferentes tipos de famílias da agricultura familiar, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias).....	100
Tabela 28	Evolução da participação relativa (%) dos diferentes tipos de famílias no total geral das famílias rurais da agricultura familiar, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	101
Tabela 29	Participação relativa (%) dos tipos de famílias da agricultura familiar no total de cada tipo familiar, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015....	101
Tabela 30	Evolução dos tipos de famílias (segundo o ramo de atividade) da agricultura familiar total, segundo faixas de área, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)	102
Tabela 31	Evolução das famílias de empregadora com até dois empregados da agricultura familiar segundo faixas de área, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015.....	103
Tabela 32	Evolução dos tipos de famílias contas próprias da agricultura familiar segundo faixas de área, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	104

Tabela 33	Participação relativa (%) da renda total dos diferentes tipos de famílias da agricultura familiar na renda total rural, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	105
Tabela 34	Evolução dos tipos de famílias extensas rurais ocupadas na agropecuária, Região Norte, 2006 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)	106
Tabela 35	Distribuição e evolução da participação relativa (%) das frações da agricultura familiar no total geral de famílias ocupadas na agropecuária, Região Norte, 2006 a 2009 e 2011 a 2015	107
Tabela 36	Evolução da participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas rurais no total de cada tipo familiar, Região Norte, 2006 a 2009 e 2011 a 2015	108
Tabela 37	Evolução da renda média agropecuária das famílias rurais da Região Norte nos períodos de 2004 a 2009 (Em R\$ Set./2009) e 2011 a 2015 (Em R\$ Set./2015)	109
Tabela 38	Distribuição e evolução da participação percentual (%) das famílias rurais de contas próprias (Agricultura Não Familiar), segundo faixas de tamanho de área, Região Norte, 2006 a 2009 e 2011 a 2015	110
Tabela 39	Distribuição percentual (%) das famílias rurais da agricultura familiar (comercial e autoconsumo), segundo a condição do produtor e a faixa de tamanho de área, Região Norte, em 2015	111
Tabela 40	Evolução da população rural total, Brasil e grandes regiões, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)	116
Tabela 41	Distribuição e evolução da população rural de 10 anos ou mais, ocupada, segundo os ramos de atividades, Brasil e grandes regiões, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)	116
Tabela 42	Evolução (e taxas de crescimento) da PEA rural da Região Norte e estados, segundo os ramos de atividades, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)	117
Tabela 43	Evolução da PEA rural de 10 anos ou mais de idade, segundo ramos de atividades e gênero, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)	119
Tabela 44	Número de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas e não ocupadas, segundo ramos de atividades e faixas de idade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)	119
Tabela 45	Evolução da população rural, com 10 anos ou mais de idade, ocupada e não ocupada, segundo a posição na ocupação e a atividade principal, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)	123
Tabela 46	Evolução do número de homens com 10 anos ou mais de idade, ocupados e não ocupados, segundo a posição na ocupação e a atividade principal, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)	124
Tabela 47	Evolução do número de mulheres com 10 anos ou mais de idade, ocupadas e não ocupadas, segundo a posição na ocupação e a atividade principal, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)	125

Tabela 48	Inativos sem Aposentadoria/pensão, segundo gênero e faixas de idade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas).....	127
Tabela 49	Distribuição e evolução da população rural ocupada, segundo os ramos de atividade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas).....	128
Tabela 50	Evolução da participação relativa (%) da população rural ocupada, segundo os ramos de atividade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	129
Tabela 51	Evolução da PEA rural agropecuária e não agropecuária, segundos os principais setores, Região Norte, nos períodos de 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)	130
Tabela 52	Participação relativa (%) da PEA rural não agropecuária, segundos os principais setores, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015.....	131
Tabela 53	Participação (%) das principais profissões da população rural de 10 ou mais anos de idade, Região Norte, no período de 2004 a 2009 e 2011 a 2015	132
Tabela 54	Participação (%) das principais profissões da população rural de 10 ou mais anos de idade, segundo gênero, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	133
Tabela 55	Evolução da população rural e urbana de 10 ou mais anos de idade ocupada, segundo ramos de atividades do trabalho principal, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas).....	135
Tabela 56	Participação (%) da população rural e urbana de 10 ou mais anos de idade ocupada, segundo ramos de atividades e grupos de horas semanais no trabalho principal, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	136
Tabela 57	Evolução da população rural ocupada em atividades agropecuárias, segundo grupos de horas semanais no trabalho principal e posição na ocupação (1.000 pessoas)	137
Tabela 58	Evolução da população rural ocupada em atividades não agropecuárias, segundo grupos de horas semanais no trabalho principal e posição na ocupação (1.000 pessoas)	138
Tabela 59	Evolução da população urbana ocupada em atividades agropecuárias, segundo grupos de horas semanais no trabalho principal e posição na ocupação (1.000 pessoas)	139
Tabela 60	Evolução da população urbana ocupada em atividades não agropecuárias, segundo grupos de horas semanais no trabalho principal e posição na ocupação (1.000 pessoas)	140
Tabela 61	Evolução da população rural ocupada em mais de uma atividade, segundo os ramos da atividade principal e secundária, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas).....	142
Tabela 62	Renda média mensal rural do trabalho principal, segundo ramos de atividades e posição na ocupação, Região Norte, 2004 a 2009 (em R\$ set./2009) e 2011 a 2015 (em R\$ set./2015).....	145

Tabela 63	Rendimento médio mensal do pessoal rural ocupado, segundo gênero, ramos de atividades e posição na ocupação, região Norte, 2004 a 2009 (em R\$ set./2009) e 2011 a 2015 (em R\$ set./2015)	146
Tabela 64	Evolução e participação relativa (%) dos diferentes tipos de famílias extensas rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)	152
Tabela 65	Evolução do número médio de pessoas dos diferentes tipos familiares rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	158
Tabela 66	Distribuição relativa (%) das famílias rurais, segundo o número de moradores, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	159
Tabela 67	Número de famílias rurais, por tipo de arranjo familiar, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)	160
Tabela 68	Evolução (e taxas de crescimento) da idade média dos diferentes tipos familiares, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	161
Tabela 69	Idade dos filhos, segundo ramos de atividades e faixas de idade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	162
Tabela 70	Evolução (e taxas de crescimento) do número de aposentados e pensionistas, segundo os tipos familiares, Região Norte, 2004 e 2015....	162
Tabela 71	Sexo da pessoa de referência dos diferentes tipos de família, ocupada e não ocupada, segundo ramos de atividades, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	163
Tabela 72	Distribuição relativa (%) das famílias rurais, segundo faixas de escolaridade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	164
Tabela 73	Distribuição relativa (%) dos diferentes tipos familiares rurais, segundo faixas de escolaridade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	165
Tabela 74	Distribuição relativa (%) do pessoal ocupado, segundo nível de escolaridade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	167
Tabela 75	Distribuição relativa (%) do número de homens e mulheres ocupados, segundo ramos de atividades e nível de escolaridade, Região Norte, 2009 e 2015	168
Tabela 76	Rendimento médio mensal domiciliar, segundo os tipos familiares e ramos de atividades, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	169
Tabela 77	Composição da renda total familiar, segundo o tipo de família e as diferentes fontes de renda do trabalho e do não trabalho, Região Norte, 2004 e 2015	169
Tabela 78	Distribuição relativa (%) das famílias rurais, segundo ramos de atividades e faixas de rendimento mensal domiciliar per capita, Região Norte, 2004 a 2009 (Em R\$ de set./2009) e 2011 a 2015 (Em R\$ de set./2015)	171
Tabela 79	Evolução (e taxas de crescimento) dos contingentes dos diferentes tipos de famílias extensas residentes rurais “com” e “sem” água canalizada no estabelecimento, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	172

Tabela 80	Evolução (e taxas de crescimento) das famílias extensas rurais, segundo a procedência da água canalizada do estabelecimento, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	173
Tabela 81	Participação relativa (%) dos contingentes de famílias rurais com banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	174
Tabela 82	Distribuição relativa (%) das famílias rurais, segundo escoadouro do banheiro ou sanitário dos domicílios, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	174
Tabela 83	Evolução (e taxas de crescimento) das famílias rurais, segundo destino do lixo domiciliar, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015.....	176
Tabela 84	Distribuição das famílias (%) “sem” abastecimento de água por rede geral de distribuição, segundo faixas de rendimentos, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	177
Tabela 85	Distribuição das famílias (%) “sem” canalização de água, segundo faixas de rendimentos, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015.....	178
Tabela 86	Distribuição das famílias (%) “sem” esgotamento sanitário, por faixas de rendimentos, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015.....	179
Tabela 87	Distribuição das famílias (%) “sem” coleta de lixo domiciliar, por faixas de rendimentos, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015.....	180
Tabela 88	Distribuição dos domicílios rurais com bens duráveis, Região Norte, 2004 e 2015	182
Tabela 89	Evolução e distribuição das famílias, segundo a forma de iluminação utilizada no domicílio, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	183
Tabela 90	Evolução e distribuição das famílias (%) “com” iluminação elétrica (rede, gerador, solar) no domicílio, segundo faixas de renda, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015.....	183
Tabela 91	Distribuição relativa (%) dos domicílios rurais “com” e “sem” telefone celular, segundo tipos familiares, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015	185
Tabela 92	Evolução e distribuição relativa (%) dos domicílios rurais “com” e “sem” veículos automotores, segundo tipos familiares, Região Norte, 2011 a 2015	186

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – DESEMPENHO DO SETOR AGROPECUÁRIO E AS “NOVAS” PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	29
1.1 Introdução.....	29
1.2 Transformações produtivas e o desempenho da agropecuária brasileira	30
1.3 Panorama geral da expansão agropecuária para a região Norte do Brasil.....	46
1.4 Heterogeneidade e diversidade na agropecuária brasileira.....	52
1.5 Desenvolvimento rural no contexto da “nova” ruralidade	58
1.6 Considerações finais do capítulo	67
CAPÍTULO 2 - TENDÊNCIAS RECENTES DAS FAMÍLIAS RURAIS (NÃO)AGROPECUÁRIAS, PLURIATIVAS E DE NÃO OCUPADOS	69
2.1 Introdução.....	69
2.2 Situando o debate sobre as emergência das famílias rurais não agropecuárias e pluriativas	71
2.3 Famílias não agropecuárias e a emergência de uma nova ruralidade na região Norte	80
2.4 Agricultura familiar no contexto do “novo” rural da região Norte	94
2.4.1 Agricultura familiar: tendências a partir da metodologia do Projeto Rurbano	98
2.4.2 Famílias da agricultura familiar e os limites da Lei da Agricultura Familiar	105
CAPÍTULO 3 – EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES NÃO AGROPECUÁRIAS NO RURAL DA REGIÃO NORTE DO BRASIL.....	114
3.1 Introdução.....	114
3.2 Mudanças na PEA rural e o crescimento das ocupações não agropecuárias.....	115
3.3 Posição na ocupação e a tendência de crescimento do trabalho não agropecuário	122
3.3 Ramos e setores de atividades do trabalho principal.....	127
3.4 Horas no trabalho principal	134
3.5 Pessoas com dupla atividade ocupacional	141
3.7 Considerações finais do capítulo	148
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS EXTENSAS RURAIS DA REGIÃO NORTE NO PERÍODO DE 2004 A 2015	150
4.1 Introdução.....	150
4.2 Desenvolvimento na ruralidade contemporânea.....	151
4.3 Características socioeconômicas e demográficas das famílias.....	157

<i>4.3.1 Dinâmica do tamanho, idade e sexo das famílias</i>	157
<i>4.3.2 Nível de escolaridade das famílias</i>	164
<i>4.3.3 Composição da renda familiar rural</i>	168
4.4 Condições habitacionais e de acesso a bens materiais das famílias rurais	172
4.5 Considerações finais do capítulo	188
CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS	199
ANEXO A - Notas Metodológicas	215

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a importância das atividades não agropecuárias para as famílias rurais ganharam destaque, primeiramente, nas nações desenvolvidas e, mais especificamente, na então Comunidade Econômica Europeia (CEE). As primeiras análises, datadas dos anos 80, se orientaram pela noção de agricultura em tempo parcial (*part-time farming*), processo no qual os chefes familiares estariam reduzindo o tempo de trabalho empregado nas atividades agropecuárias e, paralelamente, ocupando parte do tempo excedente no setor industrial e/ou de serviços. Com a crise de superprodução e o reconhecimento dos custos sociais advindos da modernização da agricultura, o debate acerca do mundo rural na região europeia se reorientou pela valorização das diferentes fontes de ocupação e rendimentos entre as famílias rurais. Isso foi fundamental para que a noção de pluriatividade (combinação, entre os membros de uma unidade familiar, de atividades agropecuárias e não agropecuárias) ganhasse corpo nas esferas política e acadêmica da União Europeia (UE). Isso contribuiu para que as ocupações agropecuárias e não agropecuárias fossem incentivadas no âmbito da UE, fato que coincidiu com a mudança de enfoque das análises para o conjunto de membros familiares e não apenas para o chefe familiar (SACCO DOS ANJOS, 2003; MATTEI, 2008; SCHNEIDER, 2003).

No Brasil, a partir de 1990, surgiram as primeiras análises sobre o surgimento das atividades não agropecuárias nos estabelecimentos rurais (SCHNEIDER, 1994; SACCO DOS ANJOS, 1995; CARNEIRO, 1996; NEVES, 1997), influenciadas, em grande medida, pelas pesquisas internacionais. A partir de então, uma série de estudos do Projeto Rurbano¹ destacavam queda significativa na participação das atividades agropecuárias e o crescimento das não agropecuárias na geração de ocupação e renda para a população rural, refletindo-se no que se convencionou denominar de “novo rural” brasileiro. A diversificação da renda e a contenção do êxodo são apontadas como as principais vantagens dessa nova configuração do rural, sobretudo para os estabelecimentos descapitalizados que apresentariam dificuldades para se integrar às diversas cadeias agroindustriais (DELGROSSI, 1999; MATTEI, 1999).

Apesar da dinâmica tardia, esses resultados indicavam que as atividades agropecuárias, por si, não seriam mais suficientes para explicar a dinâmica socioeconômica do rural, sendo necessário considerar as ocupações não agropecuárias como mais um elemento explicativo da nova paisagem do rural (GRAZIANO DA SILVA; DELGROSSI, 2000; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000; BUAINAIN *et al.*, 2013).

¹ Projeto intitulado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/99” que analisou as principais transformações ocorridas no meio rural de onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF).

Essa tendência persistiu no período mais recente, de modo que os domicílios rurais brasileiros com membros ocupados em atividades não agropecuárias representavam quase metade do total nos anos 2010 (SAKAMOTO; NASCIMENTO; MAIA, 2016). Isso, de certa maneira, compensou a contínua redução do contingente populacional ocupado em atividades agropecuárias e, assim, garantir uma relativa estabilização da população rural entre 2004 e 2014 (DELGROSSI, 2017). Esse não foi um fenômeno isolado, tampouco conjuntural, sendo observado em todas as regiões e de forma persistente ao longo dos últimos anos, impondo desafios para as políticas de desenvolvimento rural (LAURENTI, 2014; TELLES *et al.*, 2017).

Discute-se que a modernização das estruturas produtivas do campo são processos que contribuem para que o tempo de trabalho empregado nos estabelecimentos rurais se torne cada vez mais centralizado, liberando parcela da força de trabalho familiar para buscar ocupação em outras atividades. Parte dessa dinâmica é viabilizada pela presença das próprias indústrias no rural – a exemplo das agroindústrias que transferem suas plantas para o rural com o objetivo de reduzir custos – e pela interdependência das áreas rurais com os centros urbanos, criando sinergias que viabilizam fontes alternativas de ocupação (GRAZIANO DA SILVA; DELGROSSI, 2000; TERLUIN, 2003; MEURER; SHIKIDA; VIAN, 2015).

Em que pese essas especificidades, o meio rural passou a desempenhar diversas funções (produtiva, populacional, ambiental), contrastando com a visão tradicional de que esse espaço territorial se assenta, exclusivamente, na produção agropecuária (KAGEYAMA, 2003). Segundo Abramovay (2009), o rural é, nesse sentido, um espaço de múltiplas atividades e não somente *locus* de desenvolvimento das tradicionais atividades agropecuárias. Para o autor, as funções convencionais de fornecimento de matéria-prima e mão de obra têm cada vez menos importância como característica delimitadora do rural. Assim, as estratégias de desenvolvimento rural tornam-se mais complexas, demandando proposições mais amplas que reconheçam a diversidade de famílias e demandas desse espaço territorial.

A região Norte² do Brasil oferece um caso particular de análise das ocupações não agropecuárias dos domicílios rurais, seja pelo dinamismo da atividade agropecuária recente nesta região, seja pela heterogeneidade de sua população rural. Integrada à cadeia produtiva do agronegócio como a nova fronteira agropecuária, a região apresenta uma alteração substancial da base socioeconômica do rural, com paulatina substituição das atividades tradicionais

² A Região Norte do Brasil, integrante do Bioma Amazônia, é constituída pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Em termos de extensão territorial, ocupa uma área de 3.853.576 km², o que representa 45% do território nacional brasileiro. Sua população, no Censo Demográfico de 2010, era de 15.864.454 milhões de habitantes, sendo que 26,47% residia na área rural e 73,53% na urbana (IBGE, 2010).

(extrativismo da borracha e agricultura de subsistência) por culturas de valor comercial, especialmente o cultivo de grãos na fronteira sul da região. A constituição do novo perfil produtivo, de certo modo, contribui para que ocorram alterações no mercado de trabalho rural da região, notadamente no que diz respeito à redução do pessoal ocupado em atividades agropecuárias (COSTA, 2012; LIMA, 2008; HERRERA; RAMOS; SILVA, 2014).

Dada a importância dessa temática, e considerando a existência de um número reduzido de trabalhos sobre as ocupações não agropecuárias no rural da região Norte, esta Tese pretende contribuir nessa discussão. Dessa forma, diante das transformações ocorridas nas últimas décadas na região Norte, conforme brevemente mencionado acima (e melhor trabalhado mais adiante), procuramos responder às seguintes *questões de pesquisa*, norteadoras da Tese: quais possíveis impactos tais transformações poderiam estar causando na estrutura ocupacional (e na própria demografia) rural da região? Ou seja, ao final da pesquisa, qual seria o retrato que se revelaria do rural da região Norte especialmente em termos de ocupações e rendimentos (das pessoas e famílias) no período de 2004 a 2015? Por conseguinte, interessava-nos responder sobre qual retrato/perfil de rural dever-se-iam se apoiar as políticas de desenvolvimento rural orientadas para essa região. Seria o de um rural eminentemente agropecuário ou o de um rural bem mais socioeconomicamente complexo, plurideterminado?

Partindo de um estudo preliminar – baseado na literatura pertinente ao tema desta Tese –, desenvolvemos como *hipótese central*, para responder previamente as questões acima, a compreensão de que o avanço da fronteira agropecuária na região Norte poderia ter acirrado a competição entre os estabelecimentos rurais. E, como resposta aos riscos impostos por esse processo, as famílias rurais que não conseguem acompanhar o ritmo das transformações estariam adotando três possíveis estratégias: continuar desenvolvendo as atividades agropecuárias de baixo retorno econômico, porém recorrendo à pluriatividade como forma de atenuar as dificuldades de sobrevivência familiar; tornar-se família exclusivamente não agropecuária, com emprego da mão de obra em outros setores da economia que melhor remunerem a força de trabalho; ou, ainda, permanecer no rural como não ocupados, desenvolvendo a produção para o autoconsumo. Esse quadro teria contribuído para o crescimento do número de famílias no rural da região, especialmente das não agropecuárias e de não ocupados. Não obstante, é possível que essa configuração não seja contemplada pelas políticas públicas setoriais (agropecuárias), cujo foco restringe-se às famílias agropecuárias. Como resultado, haveria a conformação de um cenário de precariedade no rural, uma vez que outras dimensões (educação, saúde, habitação, saneamento básico, emprego não agropecuário, etc.) estariam sendo negligenciadas. Nessa perspectiva, ações mais amplas de desenvolvimento

rural mostrar-se-iam necessárias no sentido de atender as múltiplas demandas dos diferentes tipos familiares rurais e, principalmente, fortalecer as fontes de ocupações e renda provenientes das ocupações não agropecuárias.

Diante disso, o *objetivo geral* da presente Tese consiste em analisar a dinâmica das diferentes fontes de ocupação e rendimentos das famílias e pessoas rurais da Região Norte do Brasil no período de 2004 a 2015, colocando em relevo a necessidade de se adotar perspectivas amplas de desenvolvimento rural como forma de contemplar os diversos segmentos familiares presentes no contexto da nova ruralidade. *Especificamente*, pretende-se: a) identificar a participação das atividades agropecuárias, não agropecuárias e da pluriatividade na geração de ocupação e renda para a população rural da região Norte; b) verificar se há tendência de redução da PEA agropecuária e crescimento da não agropecuária; c) analisar os ramos e setores de atividades em que a PEA rural da região está ocupada; d) avaliar se a condição de atividade (agropecuária, não agropecuária, pluriativa e de não ocupado) implica em melhores condições domiciliares e de acesso a bens materiais por parte das famílias.

Destaca-se que, ao longo de cada década, os poderes municipais definem o perímetro urbano de seus respectivos municípios (o que faz alterar a área do rural). Portanto, por exclusão, o que não é considerado como urbano enquadra-se como rural. O IBGE acompanha a legislação municipal na definição dessa área territorial para a apuração dos dados, sendo, portanto, esse é o conceito de rural adotado neste trabalho, conforme notas metodológicas³.

Com isso, buscando superar quebras estruturais na tendência de crescimento anual em função de mudanças na delimitação de áreas rurais, fato que, no nosso caso, ocorreu em 2010, em decorrência do Censo Demográfico, foram elaborados dois modelos independentes, em ambos os capítulos, um para o período de 2004-2009 e outro para 2011-2015.

A partir da *metodologia* do Projeto Rurbano que classifica as famílias e pessoas a partir da posição na ocupação (empregador, conta própria, empregado e não ocupado) e os ramos de atividades (agropecuária, não agropecuária e pluriativo), será possível observar as principais tendências das diferentes fontes de ocupação e renda no rural da região Norte. No caso das famílias da agricultura familiar considera-se essa mesma classificação, porém os tipos familiares foram criados com base em alguns dos critérios (área do estabelecimento, trabalho familiar e renda mínima das atividades internas do estabelecimento) da Lei da Agricultura familiar. Para tanto, as informações utilizadas na presente Tese são decorrentes do

³ A metodologia da pesquisa encontra-se descrita no anexo metodológico da presente Tese e, mais detalhadamente, em DelGrossi (1999) e DelGrossi e Graziano da Silva (2000).

processamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além desta introdução, a presente Tese encontra-se estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo discutimos o desempenho do setor agropecuário brasileiro a partir do final dos anos de 1990, colocando em discussão algumas das principais transformações produtivas ocorridas no período. Destaca-se que o modelo de desenvolvimento agropecuário adotado no Brasil, com claro direcionamento das políticas para a modernização do setor, longe de conformar estruturas homogêneas no rural do país, acirrou a competição entre os estabelecimentos “viáveis” e “inviáveis”, de tal modo que as desigualdades entre os produtores teriam se intensificado. A pressão sobre os estabelecimentos com baixo nível de rendimento também estaria ocorrendo na região Norte, incorporada mais recentemente à economia nacional como a nova frente de expansão da fronteira agropecuária. Como forma de garantir a sobrevivência familiar e atenuar os riscos econômicos e sociais decorrentes desse processo, a população rural estaria diversificando as fontes de ocupação e renda. A partir disso, enfatizamos que as políticas de cunho setorial (agropecuárias) são necessárias, mas não suficientes para atender as demandas que se conformam no rural da atualidade, cuja dinâmica é determinada, também, pelas famílias não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados.

No segundo e terceiro capítulos mostramos, respectivamente, que o número de famílias e pessoas residentes no rural da região Norte apresentou crescimento no período sob análise. No entanto, esse aumento não foi acompanhado pela mesma tendência das ocupações agropecuárias, as quais se reduziram de forma persistente e contínua, em um cenário de forte expansão da fronteira agropecuária. Em contrapartida, o número de famílias e pessoas ocupadas em atividades não agropecuárias e de não ocupados cresceu de forma expressiva, ganhando ênfase a argumentação traçada em favor das políticas mais amplas de desenvolvimento, como forma de contemplar as necessidades dos diferentes tipos familiares rurais.

Com o crescente número de famílias não agropecuárias e de não ocupados no rural, procuramos mostrar, no quarto e último capítulo, como alguns indicadores de condições domiciliares (água canalizada, banheiro ou sanitário, destino do lixo domiciliar) e de acesso a bens materiais (carro, motocicleta, ou ambas, telefone fixo ou celular, internet, energia elétrica) se comportaram durante o período de 2004 a 2015. Independente da condição de atividade das famílias (agropecuárias, não agropecuárias, pluriativas e de não ocupadas), constatou-se um quadro de precariedade generalizada das condições domiciliares, porém com mais latência nas famílias agropecuárias detentoras de menor renda.

Os principais aspectos abordados ao longo da pesquisa são retomados nas considerações finais e conclusões, sendo apontados alguns possíveis caminhos para a implementação de políticas amplas de desenvolvimento rural.

CAPÍTULO 1 – DESEMPENHO DO SETOR AGROPECUÁRIO E AS “NOVAS” PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

1.1 Introdução

O capítulo consiste em apresentar o desempenho da agropecuária brasileira do final dos anos de 1990 até meados da segunda década dos anos 2000, colocando em relevo as principais transformações produtivas ocorridas no período. Conforme será apresentado, o modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil, calcado na adoção de tecnologia e técnicas modernas contribuiu, de um lado, para o aumento substancial da produção, e, de outro lado, para o aprofundamento das desigualdades entre os produtores.

Nesse último caso, as disparidades decorreriam do fato de que muitos estabelecimentos agropecuários não conseguiriam acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas, permanecendo atrelados a um conjunto de técnicas tradicionais, portanto, com baixa produtividade. Esse processo, longe de gerar estruturas homogêneas, implica em forte heterogeneidade no rural, inclusive no interior da mesma categoria de agricultores, como é o caso da agricultura familiar, a qual se mostra bastante heterogênea. Isso levou os pesquisadores a atestarem a existência de “várias agriculturas” no rural brasileiro (KAGEYAMA; BERGAMASCO; OLIVEIRA, 2013; SCHNEIDER; CASSOL, 2014; BELIK, 2015; AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018).

Com efeito, a modernização da agropecuária além de gerar pressão sobre os produtores com baixo rendimento, eleva o custo de oportunidade do trabalho familiar. A implicação disso seria a adoção de estratégias diversas para garantir a sobrevivência familiar e enfrentamento dos riscos impostos pela intensa competição. Assim, além do assalariamento nas atividades agropecuárias modernas, as famílias estariam se ocupando no setor não agropecuário, seja no próprio rural como nas cidades vizinhas do entorno socioeconômico da residência.

Nesse sentido, a “paisagem” rural é drasticamente modificada, de tal maneira que não é mais possível discuti-lo somente como *lócus* exclusivo das tradicionais atividades agropecuárias. Mais do que isso, o rural passa a ser local de moradia de um conjunto diversificado de famílias agropecuárias, não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados. Diante disso, discutimos que a visão estritamente setorial (agropecuário) do rural se mostra inadequada diante da “nova” ruralidade, sendo necessário políticas públicas de desenvolvimento que atendam as demandas dos mais diversos tipos familiares, e que levem em consideração o caráter multissetorial e multifuncional assumido pelo rural nos últimos anos.

É importante destacar nesta parte inicial do trabalho, a fim de informar o leitor da discussão que é feita ao longo da presente Tese de doutorado, que não se pretende defender a imposição de barreiras ao acesso das políticas públicas por parte dos setor agropecuário, nem tampouco negar o seu papel para a economia brasileira. Pretendemos, fundamentalmente, chamar atenção para a necessidade de se ter um olhar ampliado do rural, que tem sua dinâmica determinada, também, pelas famílias não agropecuárias e de não ocupados.

Para cumprir com o objetivo proposto, o capítulo encontra-se estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção discute-se o desempenho do setor agropecuário e as principais transformações ocorridas a partir do final dos anos de 1990. Na terceira seção discorremos sobre a heterogeneidade produtiva apresentada pelo rural brasileiro. A quarta seção discute, as perspectivas de um “novo” modelo de desenvolvimento rural no Brasil que contemple as demandas dos diferentes tipos familiares que emergem no contexto da nova ruralidade. Por fim, na quinta seção apresenta-se as considerações finais do capítulo.

1.2 Transformações produtivas e o desempenho da agropecuária brasileira

Ao longo dos anos, o Estado brasileiro participou ativamente das políticas destinadas ao setor agropecuário, sendo orientadas, em maior ou menor grau, pelos interesses políticos da época. O ímpeto modernizante dos anos de 1960 e 1970 fez com que o governo destinasse um volume considerável de recursos, por meio Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com o intuito de modernizar as estruturas produtivas do campo⁴. Formalmente, tais políticas visavam alcançar a agropecuária em sua totalidade, no entanto, o que se notou foi uma concentração abissal dos recursos entre produtores, produtos e regiões específicas (MARTINE, 1991; KAGEYAMA, 1985).

Segundo Kageyama (1985), o único efeito homogêneo do qual se poderia citar desse processo foi a imposição de um “padrão produtivo moderno”, o qual intensificou as desigualdades entre produtores e regiões, principalmente em relação aos que não conseguiram acompanhar o ritmo das transformações. Para se ter uma ideia do nível de concentração da modernização, a autora estimou que apenas 20% dos produtores conseguiram acompanhar o processo de transformação tecnológica implementado, permanecendo grande parte da agropecuária com suas estruturas inalteradas do ponto de vista da incorporação do progresso

⁴ A discussão sobre a modernização está amplamente registrada pela literatura brasileira. Para maiores detalhes, ver, dentre outros: Graziano da Silva (1982, 1996, 2003), Delgado (1984, 2012), Kageyama (1984), Martine (1991).

técnico. Nesse sentido, a modernização teria se dado de forma parcial, já que não possibilitou a todos os produtores a incorporação do progresso técnico à produção (KAGEYAMA, 1985).

Conforme Gasques *et al.*, (2004), a partir dos anos de 1980, quando a política de crédito rural subsidiado passou a apresentar sinais de arrefecimento, a intervenção estatal foi mais notável na forma da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Essa foi uma forma de compensar a significativa redução de recursos, mas que também não teria se sustentado frente ao ajustamento fiscal imposto pela crise da dívida interna e externa. Com isso, houve a necessidade de mudanças na condução da política econômica, nos anos de 1990, com maior abertura da economia e menor nível de protecionismo do Estado às atividades econômicas. Portanto, o final dos anos 80 foi o marco de transformações importantes na economia brasileira.

Segundo Pinheiro, Giambiagi e Ostkorzewicz (1999), duas mudanças principais ocorreram nesse período: a primeira, o Estado-empresário, com importante papel na orientação das políticas econômicas e na proteção do mercado interno, passou a desempenhar a função de Estado regulador e fiscal da economia, cujo objetivo seria garantir a eficiência da aplicação dos fatores produtivos não mais pela via do Estado-desenvolvimentista, mas sim, pelo mercado; a segunda, foi a maior abertura comercial e financeira do país, com diminuição das tarifas de importação e câmbio sobrevalorizado, favorecendo os fluxos de investimentos nacionais e estrangeiros, o que garantiu, por um lado, a maior integração econômica, mas, por outro lado, ocasionou perda de competitividade da produção nacional.

Essas transformações se efetivaram diante de um cenário de estagnação da atividade econômica, desequilíbrio macroeconômico e hiperinflação, herdados da década de 1980. Para se ter uma ideia da conjuntura desse período, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro decresceu 4,3%, em 1990, a inflação foi de aproximadamente 1.500%. Desempenho igual foi verificado nos anos de 1991 e 1992, em que a economia apresentou fraco dinamismo, com oscilações na taxa de crescimento econômico, mas com inflação e taxas de juros em níveis elevados. Somente com a implementação do Plano Real, em 1994, após o fracasso dos sucessivos planos de estabilização econômica⁵, a economia brasileira passou a apresentar estabilidade nas taxas de inflação (Tabela 1).

Segundo Balsadi (2008), o controle da inflação, a maior abertura comercial, valorização cambial e elevadas taxas de juros geraram efeitos sobre a economia brasileira. Problemas de natureza estrutural e conjuntural, como o aumento do desemprego, a precarização das relações

⁵ Ver Carneiro (2002).

de trabalho, o déficit na balança comercial e de transações correntes, crescimento da dívida pública e diminuição dos investimentos na área de infraestrutura produtiva se intensificaram.

Tabela 1 - Indicadores selecionados de desempenho da economia brasileira (1990-2018)

Ano	Varição real do PIB (%)*	Inflação anual -INPC (%)	Inflação anual - IPCA (%)	Taxa de câmbio real (%)**	Taxa Selic (%)***
1990	-4,3	1.585,2	1.621,0	103	304,76
1991	1,0	475,1	472,7	123	203,88
1992	-0,5	1.149,1	1.119,1	139	315,9
1993	4,9	2.489,1	2.477,1	137	400,88
1994	5,9	929,3	916,5	131	302,59
1995	4,2	22,0	22,4	117	43,36
1996	2,2	9,1	9,6	114	24,47
1997	3,4	4,3	5,2	99	22,35
1998	0,3	2,5	1,7	100	25,58
1999	0,5	8,4	8,9	151	23,02
2000	4,4	5,3	6,0	139	16,19
2001	1,4	9,4	7,7	165	16,08
2002	3,1	14,7	12,5	189	17,66
2003	1,1	10,4	9,3	184	21,16
2004	5,8	6,1	7,6	176	15,14
2005	3,2	5,0	5,7	144	17,56
2006	4,0	2,8	3,1	129	14,13
2007	6,1	5,2	4,5	119	11,25
2008	5,1	6,5	5,9	114	11,82
2009	-0,1	4,1	4,3	115	9,5
2010	7,5	6,5	5,9	100	9,37
2011	4,0	6,1	6,5	96	11,04
2012	1,9	6,2	5,8	107	8,17
2013	3,0	5,6	5,9	114	7,92
2014	0,5	6,2	6,4	118	10,4
2015	-3,5	11,3	10,7	142	12,54
2016	-3,3	6,6	6,3	135	13,2
2017	1,3	2,1	2,9	122	9,53
2018	1,8	3,4	3,7	141	6,24

Fonte: IBGE e BCB (2019).

Notas: *PIB a preços de mercado. **Taxa de câmbio efetiva real (INPC, exportações – Média 2010 = 100);

***Taxa cumulada ao ano.

Em relação ao emprego, tema que apresenta relação estreita com a temática abordada na presente pesquisa, pode-se dizer que a abertura comercial, câmbio sobrevalorizado e altas taxas de juros tiveram influência negativa sobre a geração e manutenção de postos de trabalhos nos mais diversos setores da economia, e, de forma mais acentuada, no setor agropecuário, fortemente dependente do apoio do Estado em décadas anteriores ao processo de abertura da economia (DEDECCA & ROSANDISKI, 2006). Segundo Balsadi (2008, p. 52) houve, nesse período, precarização dos postos de trabalho, dada a redução das “funções de controle e

fiscalização do Ministério do Trabalho sobre o mercado e as relações de trabalho, tudo sob o argumento da inevitabilidade da precariedade do mercado de trabalho” em um cenário de integração internacional, o que fragilizou a qualidade do emprego.

Esse foi um período em que os critérios de mercado exigiram mudanças relevantes, seja na aplicação dos recursos como também nas formas de se produzir, a fim de tornar as atividades produtivas eficientes e competitivas. A agropecuária experimentou, a partir de então, mais uma onda de modernização, apoiada não mais no protecionismo do Estado para o setor, mas sim, pela lógica empresarial, de modo que a produtividade, qualidade, gestão, inovação, marketing e fatores macroeconômicos passaram a ter influência determinante no desempenho do setor no cenário de abertura da economia. Essas mudanças econômico-institucionais conduziram os diversos capitais agropecuários individuais a um nível de concorrência bastante desigual, o que se refletiu, para muitos, a saída do setor, sobretudo o segmento de produtores descapitalizados (HELFAND & REZENDE, 2001; LOPES, 2002; NASCIMENTO, 2008).

A nova fase da modernização da estrutura produtiva associada ao processo de abertura da economia brasileira resultou na exclusão de uma parcela significativa de produtores, refletindo-se na configuração da heterogeneidade econômica e social no rural brasileiro. Fornazier e Vieira Filho (2013) salientam que a mudança técnica observada no período de abertura comercial se deu de forma concentrada, o que levou à conformação de um setor produtivo excludente e bastante heterogêneo, formado por produtores que conseguiram adotar técnicas modernas e obter ganhos de produtividade e por uma grande parcela que permaneceu atrelado às práticas tradicionais e sem a competitividade exigida para se manter no mercado.

Delgado (2012) afirma que essa tendência liberal rompeu com a ideia de mercado interno protegido. No entanto, somente após a estabilização econômica em 1994, com o Plano Real, é que as mudanças se efetivaram na prática, com liquidação de várias instituições responsáveis por dá sustentação ao setor agropecuário, tais como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), monopólio estatal na compra do trigo, garantia de preço único e estoques reguladores, dentre outras.

Graziano da Silva, Balsadi e DelGrossi (1997) afirmam que houve o desmonte das políticas agrícolas brasileiras, com modificações substanciais na PGPM, estoques reguladores e volume de crédito destinado à agropecuária, além de diminuição dos gastos públicos orientados para a infraestrutura, pesquisa e assistência técnica da agricultura. O rápido processo de integração internacional se deu sem que o Brasil dispusesse de condições competitivas internacionalmente, num cenário de valorização cambial e da ausência de uma política comercial adequada. Com o aumento das importações, altamente subsidiadas em seus países de

origem, a produção nacional passou a competir em desvantagem com a produção externa, sendo mais atrativo para a agroindústria nacional importar determinados bens e insumos do que produzir internamente.

Diante do cenário de queda dos preços agrícolas e da terra, além de déficit fiscal e em transações correntes, compensados não mais pelos saldos comerciais do setor primário, mas pelo endividamento externo, tornou-se insustentável manter a política de valorização do câmbio (DELGADO, 2012). Assim, em 1998, quando o déficit em transações correntes representou 4,5% do PIB, processo que derivou a crise cambial de 1999, houve reorientação na condução do câmbio, a fim de torná-lo desvalorizado. Isso, de certo modo, foi responsável por “colocar freio” na política ultraliberal assumida pelo I Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), com clara tendência de mudanças para os primeiros anos da década seguinte, quando se iniciou o II Governo FHC (PINHEIRO, GIAMBIAGI; OSTKORZEWICZ, 1999).

Conforme Delgado (2012), FHC relançou a estratégia de ajustamento amplamente utilizada no período de agravamento da crise externa, nos anos de 1980, porém com uma nova face, a qual o autor denomina de “pacto de economia política do agronegócio⁶”. Dentre as mudanças implementadas para o primeiro mandato do então governo, naquilo que ficou conhecido como “Brasil em Ação”, destacaram-se: investimento em infraestrutura com o intuito de integrar os diversos eixos de desenvolvimento territorial por meio da construção de rodovias, ferrovias e portos, além, claro, de ocupar novas áreas de fronteira agropecuária; direcionamento do investimento público em pesquisas, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em perfeita sincronia com as multinacionais do *agribusiness*; adoção do câmbio desvalorizado, a fim de garantir maior competitividade do agronegócio brasileiro no comércio internacional; e reativação da provisão do crédito rural no sentido de promover modernização do setor, como, por exemplo, o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Para o segundo mandato, o governo de FHC deu continuidade à criação de infraestrutura para escoamento da produção de grãos por meio da criação do Programa “Avança Brasil” (OLIVEIRA, 2006).

A retomada da intervenção estatal na condução da política agrícola e comercial foi importante para que a produção agropecuária lograsse êxito. Os Planos Agrícola e Pecuário (PAPs), do período de 2000 a 2002, trouxeram uma série de medidas a serem adotadas com o objetivo claro de modernizar a agropecuária, elevar a produção, produtividade e

⁶ Denominação que descreve as “operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie do novo setor de atividade econômica (DELGADO, 2012, p. 89)”

competitividade dos setores estratégicos para a geração de renda e emprego, incentivar os investimentos regionais e setoriais, fortalecer a pauta exportadora do agronegócio e reduzir os custos financeiros do setor. Tais perspectivas seriam viabilizadas por meio da concessão de crédito, cujo volume passou de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 21,7 bilhões do ano agrícola 2000-2001 a 2002-2003, respectivamente (MAPA, 2002; GRISA, 2017).

De modo geral, os Governos Lula e Dilma deram continuidade à política de fortalecimento do agronegócio e agropecuária adotada no Governo FHC, estimulando a modernização e competitividade do setor, mediante financiamento de investimentos produtivos e infraestrutura no meio rural. Houve ampliação, reformulação e aprimoramento dos vários instrumentos (Prodefruta, Moderagro, Prodeagro, Moderinfra, Prodecoop, Propflora, Proleite, Moderfrota, Proger)⁷ em execução desde o final dos anos de 1990, financiados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE). Além disso, as ações de modernização passaram a contar com o reforço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujas ações de infraestrutura foram potencializadas visando remover os gargalos logísticos do país (BALSADI, 2008).

Além desses instrumentos, diversos outros foram criados visando inserir o agronegócio e a agropecuária no mercado financeiro e de capitais. Dentre os novos mecanismos, destacam-se: Certificado de Recebíveis do Agronegócio, Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário (CDA e WA), Letra de Comércio Agrícola, Contrato de Opção de Venda de Produto Agrícola pelo Setor Privado, Contratos de Opção de Compra dos Estoques Públicos, Programa de Subvenção do Prêmio de Seguro Rural, Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), Programa de Capitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Procap-Agro), Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), Programa de Sustentação de Investimento Rural (PSI Rural), Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro)⁸.

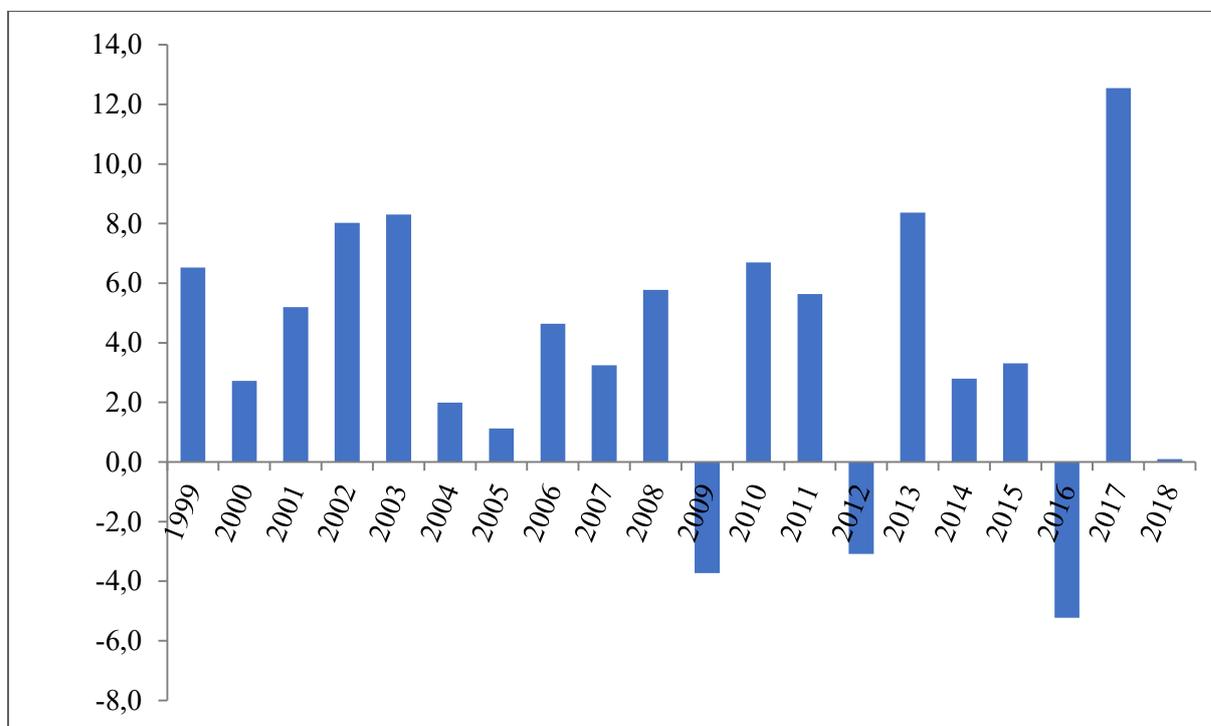
Os resultados das mudanças estruturantes se tornaram mais perceptíveis a partir de 2002 e 2003 quando a agropecuária brasileira alcançou desempenho favorável, com crescimento de 8%, aproximadamente. À exceção de 2009, 2012 e 2016, anos que coincidiram com períodos de crise financeira e oscilações nos preços das *commodities*, todos os demais anos o crescimento do PIB agropecuário foi positivo (Gráfico 1). O ano de 2018 foi marcado por mudanças

⁷ Para uma descrição completa dos antigos e novos instrumentos, ver os PAPs de 1999 a 2015.

⁸ Balsadi (2008) traz uma descrição completa dos instrumentos adotados nesse período.

climáticas, greve dos caminhoneiros e eleição presidencial, o que pode ter impactado na performance do setor.

Gráfico 1 - Variação real do Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária, Brasil, 1999 a 2018



Fonte: IBGE (2019).

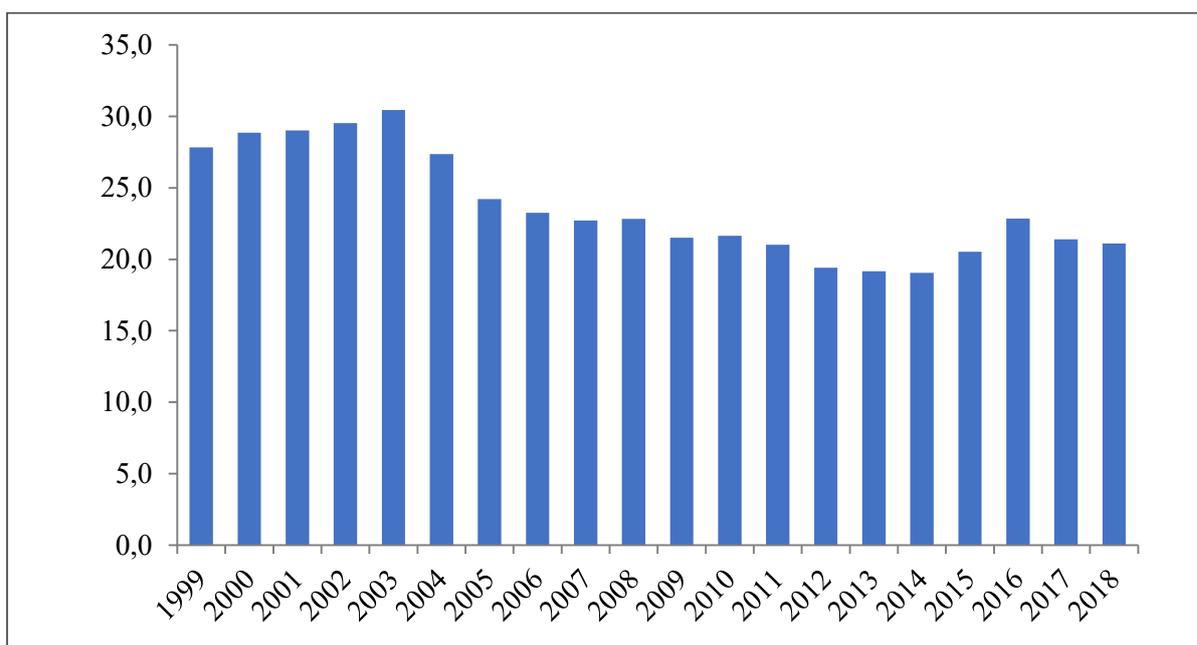
Para Gasques *et al.* (2004) e Mueller (2005), vários foram os fatores que contribuíram para o bom desempenho da agropecuária, dentre os quais se destacam: o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que possibilitou a ocupação de novas fronteiras agrícolas antes consideradas inadequadas para o cultivo de determinadas culturas como é o caso da soja; as operações de financiamento na forma de crédito para custeio e investimento, necessários a aquisição de insumos e tecnologias; e a capacidade organizacional apresentada pelas diversas cadeias produtivas na utilização das vantagens comparativas para redução de custos de produção e distribuição, além dos diferenciais competitivos na agregação de valor aos novos produtos e às *commodities* tradicionais. Não obstante, os autores destacam que o setor é dependente das condições de demanda no mercado externo e dos preços internacionais, o que torna o país, de certo modo, vulnerável a tais condições.

Igualmente, o PIB do agronegócio apresentou uma evolução positiva expressiva no período de 1999 a 2018⁹, passando de R\$ 302,6 bilhões para R\$ 1,4 trilhões, o que representou

⁹ O PIB do agronegócio é calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Esalq/USP em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

27,8% e 21,1% (Gráfico 2), respectivamente, do PIB geral, sendo um forte gerador de renda para a economia nacional. Embora tenha ocorrido perda de participação do agronegócio no produto nacional em determinados períodos - explicado em parte pelo próprio crescimento relativo do PIB geral em proporções superiores ao agronegócio -, sua contribuição tem sido, em média, de 24% anualmente, auxiliando a economia em cenários de baixo crescimento econômico, além de melhorar o saldo comercial brasileiro.

Gráfico 2 - Participação (%) do agronegócio no PIB total do Brasil, 1999 a 2018



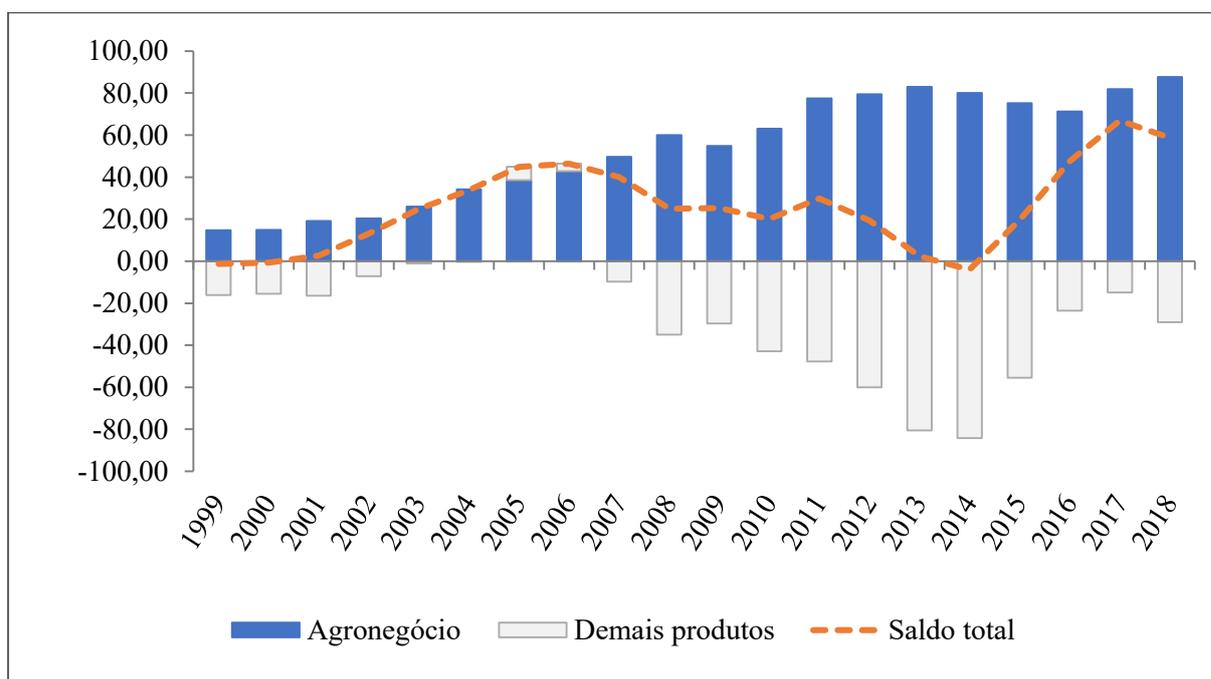
Fonte: CEPEA/CNA (2019).

Nesse contexto, Garcia e Vieira Filho (2014) destacam que:

A atividade agropecuária [e o agronegócio] tem um importante papel no desenvolvimento da sociedade brasileira. Ao longo do tempo, a agropecuária brasileira tem sido um setor estratégico. Em vários momentos, teve papel anticíclico, como um elemento que estimulou a economia brasileira, tal como verificado na década de 1980, em períodos da década de 1990 e no período mais recente (GARCIA; VIEIRA FILHO, 2014, p. 91)

Com efeito, o forte dinamismo do agronegócio contribuiu para o saldo superavitário da balança comercial (BC) brasileira no liminar do século XXI. Note-se que, enquanto os demais setores da economia apresentaram saldo negativo em praticamente toda a série analisada (1999-2018), decorrente de importações superiores às exportações, o agronegócio e suas cadeias demonstram saldo positivo, implicando no resultado favorável da BC (Gráfico 3), reafirmando o seu papel na geração de renda para o Brasil.

Gráfico 3 - Saldo da balança comercial total, do agronegócio e demais setores, 1999 a 2018 (em US\$ bilhões)

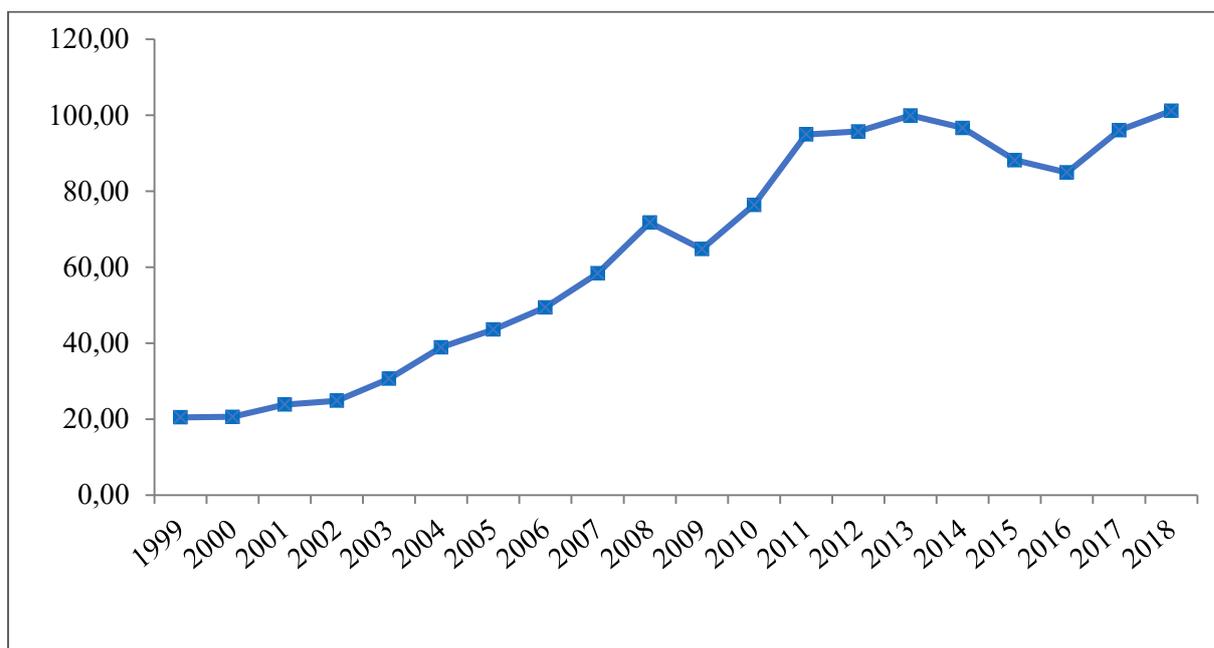


Fonte: MAPA (2019).

Para Gasques *et al.* (2004) e Balsadi (2008), as exportações do agronegócio contribuem de modo ímpar para o superávit da BC total brasileira, sem o qual o resultado seria deficitário, sobretudo em períodos de valorização cambial. Mesmo em condições desfavoráveis do mercado internacional de *commodities* (mudanças no câmbio e nos preços internacionais), o agronegócio brasileiro é menos afetado do que o restante da economia.

Para se ter uma ideia do peso das exportações do agronegócio na BC, após experimentar um período bastante desfavorável durante a crise internacional entre 2008 e 2009, o que fez com que os preços dos principais complexos diminuíssem, houve rápida melhora em 2010 e 2011, apesar da conjuntura ainda bastante desfavorável, atingindo o montante de US\$ 99,93 bilhões em 2013 (Gráfico 4). Entre 2013 a 2016, o valor das exportações apresentou declínio em virtude da diminuição dos preços de todas as *commodities* no mercado internacional. A queda nos preços se intensificou entre 2014 e início de 2016, implicando em redução do saldo das exportações do agronegócio nesse período, mas com recuperação em 2017, de tal modo que foi possível atingir o maior patamar da série histórica em 2018, US\$ 101,17 bilhões gerado.

Gráfico 4 - Desempenho das exportações do agronegócio brasileiro, 1999 a 2018 (US\$ bilhões)



Fonte: Agrostat Brasil (2019).

Ao observarmos a composição das exportações do agronegócio brasileiro, percebe-se que, em termos percentuais, os complexos de soja, carnes e produtos florestais representaram 51,4% em 2000, 58,3% em 2008 e, depois, 68,5%, em 2018, evidenciando que a concentração tende a se intensificar ao passo que o valor gerado pelos demais complexos tende a se reduzir. Apesar da diminuição, os complexos sucroalcooleiro, do café e cereais, farinhas e preparações representaram 16,8% do valor das exportações em 2018 que somados aos primeiros totalizariam 85,3% do valor gerado pelas exportações do agronegócio nesse mesmo ano, um incremento de 18,9 pontos percentuais em relação ao ano de 2000 (Tabela 2).

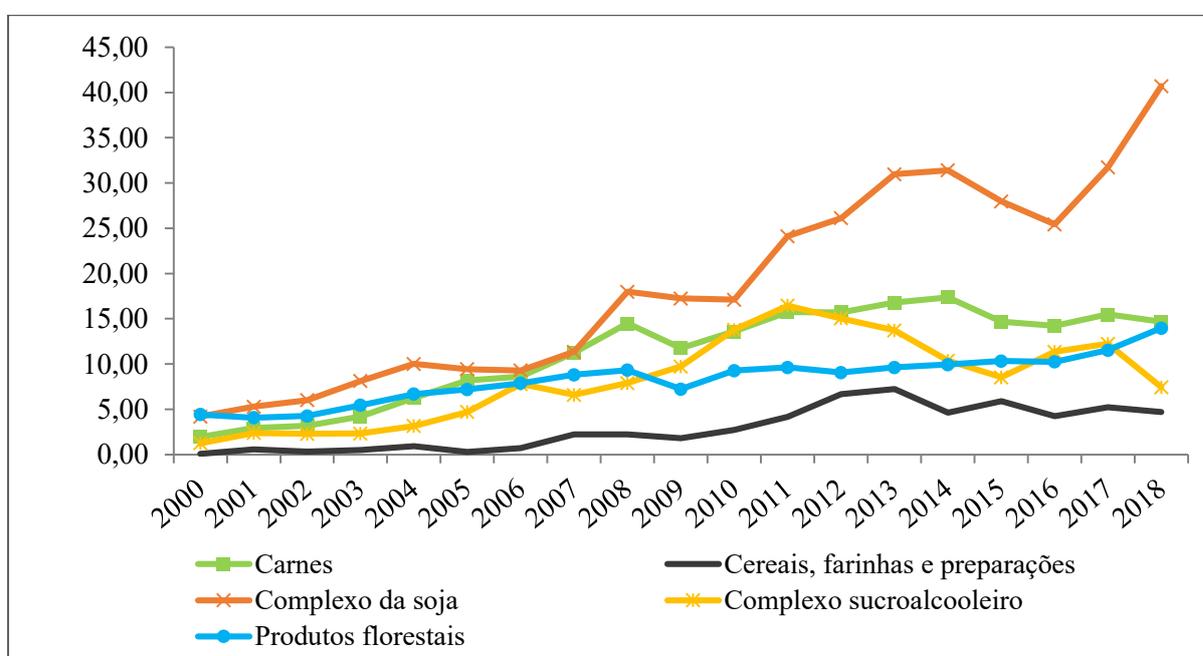
Tabela 2 - Participação dos produtos selecionados no valor gerado pelas exportações do agronegócio no período de 2000 a 2018 (%)

Complexos	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Complexo da soja	20,4	24,2	25,7	18,8	25,1	22,4	27,3	32,5	29,9	40,2
Carnes	9,5	12,9	16,0	17,4	20,2	17,8	16,4	18,0	16,7	14,5
Produtos florestais	21,5	17,2	17,2	15,9	13,0	12,1	9,5	10,3	12,1	13,8
Compl. sucroalcooleiro	6,0	9,2	8,1	15,8	11,0	18,1	15,7	10,7	13,4	7,3
Café	8,7	5,6	5,3	6,8	6,6	7,5	6,7	6,9	6,4	4,9
Cereais, farinhas e prep.	0,3	1,3	2,3	1,5	3,1	3,6	7,0	4,8	5,0	4,6
Demais produtos	33,6	29,6	25,4	23,8	21,0	18,5	17,4	16,8	16,5	14,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Agrostat Brasil (2019).

Conforme Delgado (2012), a confluência entre a política interna e o contexto macroeconômico externo favorável impactou positivamente no setor brasileiro. As cadeias agroindustriais detentoras de vantagens competitivas foram as disporem de uma inserção externa mais vantajosa. Conforme pode ser observado (Gráfico 5), os complexos da soja, carnes e produtos florestais foram as cadeias produtivas a responderem por maior parte do valor gerado pelas exportações do agronegócio entre 2000 e 2018. No caso específico da soja e carnes, o valor, em 2018, foi na ordem de US\$ 40,7 bilhões e US\$ 14,7 bilhões, respectivamente, demonstrando o forte peso desses complexos na geração de renda.

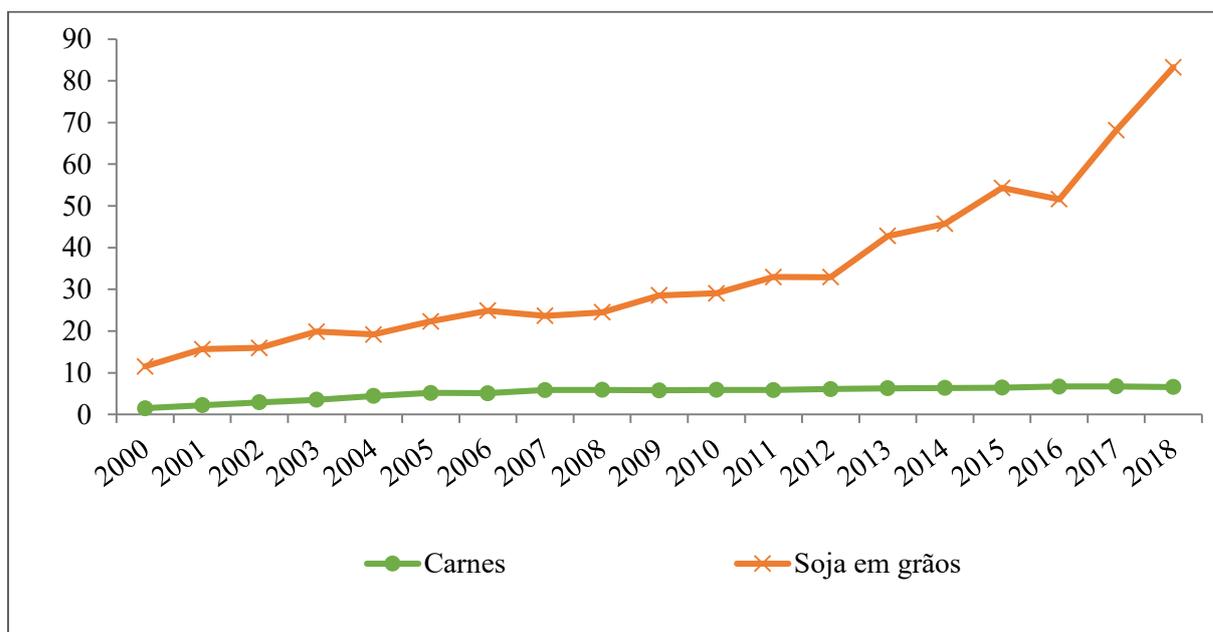
Gráfico 5 - Valor gerado pelas exportações dos produtos selecionados do agronegócio no período de 2000 a 2018 (US\$ bilhões)



Fonte: Agrostat Brasil (2019).

Particularmente, com relação à quantidade exportada (Gráfico 6), foram enviadas ao exterior 11,51 milhões e 83,25 milhões de toneladas de soja em grãos em 2000 e 2018, respectivamente. Já o volume de carne exportada passou de 1,5 milhão para 6,5 milhões de toneladas nesse mesmo período, ainda bem abaixo do principal produto exportado (soja), mas com forte tendência de crescimento. O crescimento do quantitativo exportado desses dois produtos, conforme será discutido posteriormente, se deu pela gradativa substituição da área plantada dos produtos de menor valor agregado, como é o caso do arroz, para os de maior valor agregado e comercial, a exemplo da soja e carnes.

Gráfico 6 - Quantidade exportada de soja e carnes, Brasil, 2000 a 2018 (milhões de toneladas)



Fonte: Agrostat Brasil (2019).

De fato, o quadro de aumento das exportações de soja e carnes, de certa forma, foi dado pela expansão substancial da área plantada total com as lavouras e pastagens, cerca de 176% entre 1970 e 2017, segundo dados dos Censos Agropecuários. A título de ilustração, nota-se que a área destinada às pastagens e às lavouras temporárias cresceu 277% e 114%, respectivamente, contribuindo para o aumento da produção. Ao contrário desse desempenho, houve redução de 2,9% na área destinada ao plantio das lavouras permanentes, de tal modo que essas culturas permaneceram com área menor do que a observada em 1970 (Tabela 3).

Tabela 3 – Uso da terra por tipo de exploração, Brasil, no período de 1970 a 2017 (hectares)

Ano	Área total (A + B)	Área plantada (A)		Área com pastagens (B) ¹
		Lavoura permanente	Lavoura temporária	
1970	63.716.092	7.984.068	25.999.728	29.732.296
1975	79.702.724	8.385.395	31.615.963	39.701.366
1980	109.706.547	10.472.135	38.632.128	60.602.284
1985	126.242.110	9.903.487	42.244.221	74.094.402
1995	141.446.464	7.541.626	34.252.829	99.652.009
2006	163.001.449	11.679.152	48.913.424	102.408.873
2017	175.572.025	7.755.817	55.642.060	112.174.148
Evol. (%)	175,6	-2,9	114,0	277,3

Fonte: Censos Agropecuários/IBGE.

Nota: ¹pastagens plantadas em boas e em más condições.

Com efeito, entre 1970 e 2017, o rebanho bovino brasileiro cresceu 119,9%, passando de 78,6 milhões para 119,9 milhões de cabeças, respectivamente. Em termos regionais, foram as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste a apresentarem o maior crescimento no período (Tabela 4). Segundo Castro (2013), a expansão da bonovicultura para essas áreas tem se dado a partir da transformação da mata ou de floresta natural em pastagens, o que levanta o debate nacional e internacional sobre a sustentabilidade econômica dessa atividade.

Tabela 4 - Efetivo de bovinos em estabelecimentos agropecuários, Brasil e grandes regiões, 1970 a 2017 (milhões de cabeças)

Brasil e Grandes regiões	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2017	Evol. (%)
Brasil	78,6	101,7	118,1	128,0	153,1	176,1	172,7	119,9
Norte	1,7	2,1	4,0	8,9	17,3	32,6	34,8	1.937,6
Nordeste	13,8	18,0	21,5	22,4	22,8	25,8	21,7	57,1
Sudeste	26,8	35,2	34,8	35,7	36,0	34,6	31,5	17,5
Sul	19,0	21,5	24,5	24,8	26,2	23,6	23,6	24,4
Centro-Oeste	17,3	24,8	33,3	36,1	50,8	59,6	61,1	254,4

Fonte: Censos Agropecuários/IBGE.

De acordo com Margulis (2003), Arima, Barreto e Brito (2005), o crescimento da pecuária brasileira, nos últimos anos, foi acompanhado por um intenso processo de devastação ambiental, notadamente na Amazônia, o que tem elevado a pressão internacional para a redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da transformação das florestas em pastagens¹⁰. A alta rentabilidade da atividade, sob o pretexto de geração de renda para a economia regional, tem concorrido para práticas insustentáveis, de tal modo que os ganhos econômicos, na maioria dos casos, se tornam menores do que os custos sociais e ambientais gerados (ARRAES; MARIANO; SIMONASSI, 2012).

No que concerne ao aumento da área plantada com lavouras temporárias, nota-se, pela Tabela 5, que a soja e a cana-de-açúcar apresentaram incrementos expressivos durante o período de 1999 a 2018, 167% e 102%, aproximadamente, nessa ordem. A substituição da área de culturas permanentes por temporárias não teria sido o único movimento ocorrido no processo de expansão agropecuária. Ocorreu, também, entre a próprias lavouras temporárias, como é o caso do arroz (-51,3%), feijão (-36,8%) e mandioca (-24,7%) que experimentaram redução significativa na área destinada ao plantio. A substituição de culturas tradicionais (alimentares)

¹⁰ Para um maior detalhamento dos impactos ambientais da expansão da pecuária na região amazônica, ver, dentre outros: Margulis (2003); Arima, Barreto e Brito (2005); Barreto, Pereira e Arima (2008); Fearnside (2015).

por culturas comerciais e de alto valor agregado (soja, cana-de-açúcar, trigo e milho) foi demonstrada por Mattei (2015) para as demais regiões brasileiras.

Tabela 5 – Área plantada das lavouras temporárias, Brasil, 1999 a 2018 (milhões de hectares)

Ano	Arroz	Cana-de-Açúcar	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Trigo
1999	3,85	4,98	4,67	1,64	12,42	13,07	1,25
2000	3,70	4,88	4,44	1,74	12,65	13,69	1,54
2001	3,17	5,02	3,88	1,74	12,91	13,99	1,73
2002	3,17	5,21	4,32	1,75	12,30	16,38	2,15
2003	3,19	5,38	4,38	1,65	13,34	18,53	2,56
2004	3,77	5,63	4,33	1,78	12,86	21,60	2,81
2005	4,00	5,82	3,97	1,93	12,25	23,43	2,36
2006	3,01	6,39	4,24	1,97	13,00	22,08	1,77
2007	2,92	7,09	3,98	1,94	14,01	20,57	1,86
2008	2,87	8,21	3,97	2,01	14,75	21,25	2,39
2009	2,91	8,85	4,28	1,80	14,14	21,76	2,44
2010	2,78	9,16	3,66	1,82	12,96	23,34	2,18
2011	2,86	9,62	3,91	1,76	13,61	24,03	2,18
2012	2,44	9,75	3,18	1,76	15,07	25,09	1,94
2013	2,39	10,22	3,04	1,56	15,71	27,95	2,23
2014	2,35	10,45	3,40	1,59	15,84	30,31	2,84
2015	2,16	10,18	3,13	1,54	15,85	32,21	2,49
2016	2,00	10,24	2,95	1,43	16,05	33,34	2,17
2017	2,01	10,23	3,08	1,28	17,74	34,00	1,91
2018	1,88	10,03	2,95	1,23	16,55	34,84	2,09
Evol. (%)	-51,3	101,7	-36,8	-24,7	33,3	166,6	66,6

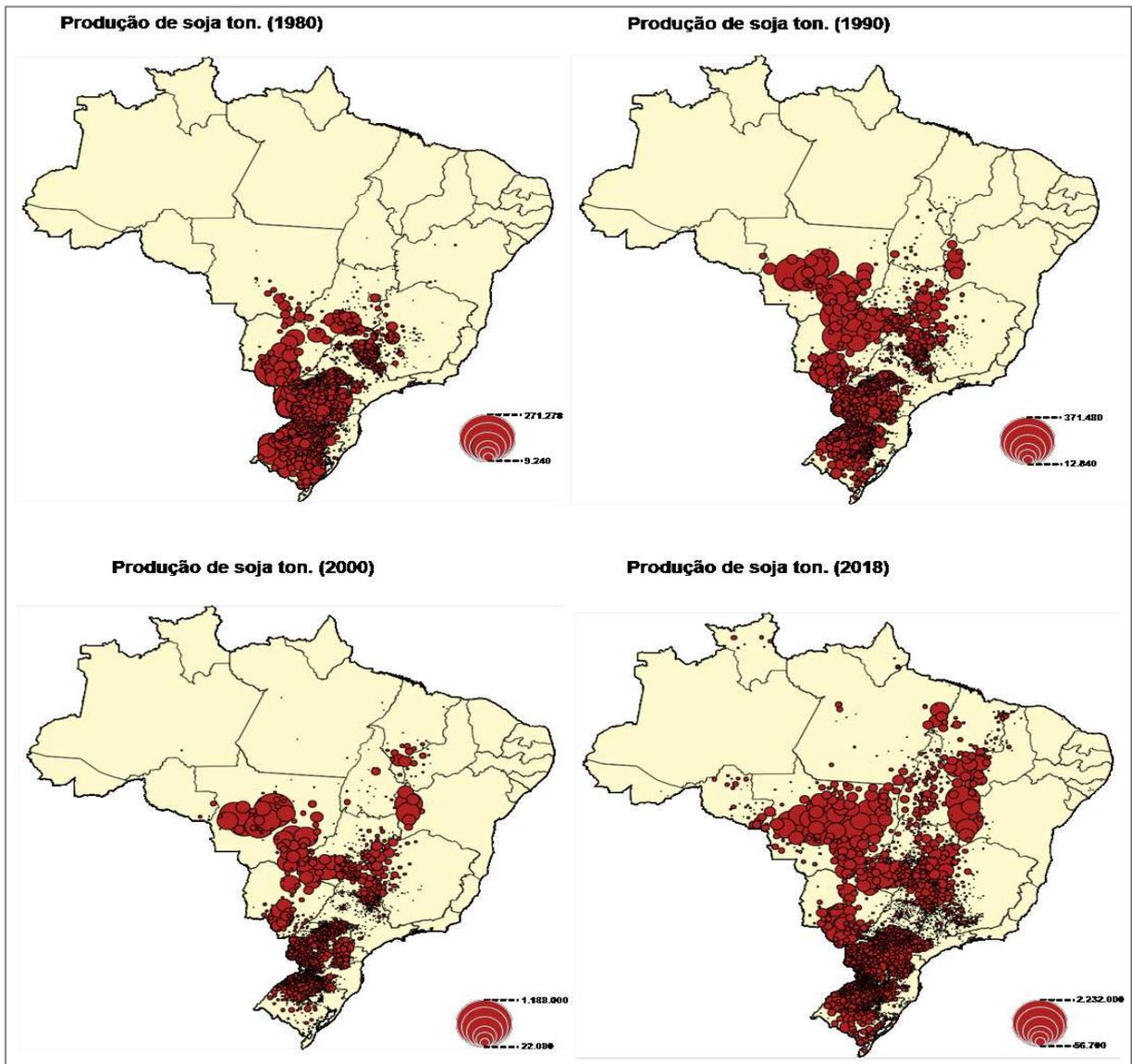
Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM)/IBGE.

A produção de soja no Brasil cresceu de forma expressiva no período de 1999 a 2018. Os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE, dão conta de que a quantidade produzida no país evoluiu 280,5%, passando de 30,9 milhões de toneladas para 117,9 milhões de toneladas, respectivamente. A produção concentrada, em 1999, nas regiões Centro-Oeste (44%) e Sul (41%), se expandiu, em 2018, para o nordeste (9,8%) e norte (4,6%) brasileiro — em 1999, as duas regiões representavam cerca de 5% da produção nacional —, constituindo-se nas novas fronteiras agropecuárias (BUAINAIN; GARCIA; VIEIRA FILHO, 2017).

Costa Silva e Michalski (2020) ilustram (Figura 1), perfeitamente, a distribuição espacial da soja pelas regiões brasileiras no período de 1980 a 2018 e, especificamente, os caminhos traçados para o domínio territorial na Amazônia. É notável que, nos anos 2000, a expansão da soja se deu fortemente para áreas ainda pouco representativas na produção do grão

no país, como é o caso de alguns estados do Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia) e Norte (Tocantins, Pará e Rondônia, principalmente), constituindo as “novas fronteiras agropecuárias” ou a “nova geografia da produção da soja” brasileira, cuja centralidade se daria no estado do Mato Grosso (OLIVEIRA, 2006; COSTA SILVA; MICHALSKI, 2020).

Figura 1 - Distribuição espacial da soja no Brasil e grandes regiões, 1980 a 2018



Fonte: Costa Silva e Michalski (2020).

No contexto da expansão da fronteira agropecuária, destaca-se a região denominada de Matopiba¹¹, composta por municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Buainain, Garcia e Vieira Filho (2017) destacam que, entre 1995 e 2012, a região experimentou

¹¹ A região delimitada pelo Matopiba foi estabelecida pela Portaria n°. 244, de 12 de novembro de 2015.

um crescimento de 5,5% na área total para fins agropecuários. O maior crescimento da área utilizada ficou por conta das lavouras temporárias (196,9%) e pastagens (5,5%), enquanto as lavouras permanentes exibiram redução de 97%. Os autores ressaltam que o crescimento da área com pastagens no Matopiba levanta o questionamento sobre a ideia bastante difundida de que o processo de expansão da fronteira agropecuária para a região tem se dado pela conversão de pastagens em lavouras (BUAINAIN; GARCIA; VIEIRA FILHO, 2017).

Garcia e Vieira Filho (2017) ressaltam que a maior demanda por recursos naturais e terra frente ao avanço da fronteira agropecuária em regiões com restrições ambientais, como é o caso do Matopiba, pode vir acompanhada por problemas ambientais de grandes proporções, já que essas atividades têm se consolidado com o uso cada vez mais intenso dos ativos ecossistêmicos. Destacam, ainda, que a sustentabilidade econômica da produção agropecuária nessa região (e nas demais) depende fortemente da responsabilidade ambiental incorporada ao processo produtivo, além de necessitar de fortes investimentos em ciência e tecnologia.

Além da questão ambiental, um outro ponto que se apresenta, o qual será discutido com mais detalhes ao longo da presente Tese, é que a substituição de lavouras tradicionais por culturas comerciais modernas implicou em alterações substanciais na estrutura e composição do mercado de trabalho rural e agropecuário, sobretudo por demandar menos mão de obra para a execução das tarefas produtivas (MATTEI, 2015). A soja e cana-de-açúcar, principalmente, expandiram sua área plantada (conforme mostramos, anteriormente, na Tabela 5). Entretanto, a incorporação de tecnologias em praticamente todas as etapas produtivas tem como efeito imediato a redução dos postos de trabalho nessas atividades. De fato, o número de pessoas ocupadas na produção de soja, cana-de-açúcar e milho, no Brasil, diminuiu consideravelmente entre 2004 a 2015 (Tabela 6).

Tabela 6 - População rural ocupada segundo os ramos de atividade selecionados, Brasil, 2004 a 2015 (1.000 pessoas)

Ramos de atividades	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	Evol. (%)
Criação bovinos	1.932	2.287	2.135	2.100	1.314	1.769	1.446	1.664	1.673	1.694	1.757	-9,1
Criação de aves	1.222	1.317	1.250	1.178	891	982	797	914	1.044	1.207	1.224	0,2
Cultivo Mandioca	1.727	1.391	1.253	1.171	935	1.179	1.285	1.159	1.197	1.214	1.036	-40,0
Cultivo do Milho	1.394	1.344	1.291	1.375	1.094	1.372	1.684	1.415	1.200	1.247	948	-32,0
Cultivo do café	599	565	441	502	535	461	454	449	405	409	431	-28,0
Cultivo da Soja	381	265	218	214	35	187	158	213	218	206	237	-37,8
Cultivo do Arroz	596	599	540	484	392	437	364	255	281	237	195	-67,3
Cana-de-açúcar	267	287	300	240	300	254	171	170	139	133	111	-58,4

Fonte: Microdados PNADs/IBGE.

Já as culturas alimentares que tradicionalmente empregam um grande contingente de pessoas tiveram suas áreas plantadas reduzidas e, portanto, também demandam cada vez menos pessoas para a execução das atividades no interior dos estabelecimentos agropecuários. Isso explica, em parte, a dinâmica de crescimento das ocupações rurais não agropecuárias nas diversas regiões brasileiras e, mais especificamente, na região Norte do Brasil, conforme será tratado ao longo do trabalho.

1.3 Panorama geral da expansão agropecuária para a região Norte do Brasil

A região amazônica e, notadamente, a região Norte do Brasil tem se pautado em diversos ciclos econômicos, ao longo dos anos, o que, de certa forma, tem se refletido na ausência de estratégias duradouras de desenvolvimento (HOMMA, 2012).

Nos anos de 1960 e 1970, com a pretensão de preencher o “vazio” demográfico da região, o governo militar criou uma série de mecanismos que estimulou a penetração do capital nacional e estrangeiro na Amazônia. Isso favoreceu a transferência de terras dos seringalistas falidos a grandes investidores e especuladores do centro-sul, chamados de paulistas¹², que atraídos pelos baixos preços das terras e as facilidades proporcionadas pelo governo estadual e federal, adquiriram grandes extensões de terras com a finalidade de implantar a pecuária extensiva ou de especular. A luta pela posse da terra e as questões ambientais foram duas consequências decorrente desse processo (LIMA, 1994; COSTA FILHO, 1995).

De acordo com Smeraldi e May (2008), a pecuária, que até a década de 1950 tinha pouca expressão na região, passou a ser idealizada como a força motriz do desenvolvimento regional, fato que culminou com a criação das rodovias Belém-Brasília, a atual BR-364 e parte da Transamazônica (BR-230). Os autores destacam que a pecuarização na Amazônia se deu de forma indiscriminada e sem precedentes, nas últimas décadas, sendo recorrente, nos fóruns internacionais que tratam da questão ambiental, particularmente das mudanças climáticas e do desmatamento, a pecuária ser apontada como uma das principais causas do desmatamento, o que requer uma atenção especial das autoridades governamentais no sentido de propiciar uma produção mais sustentável (em quantidade e qualidade)¹³.

Nota-se, ao observar a evolução do rebanho na região, a partir dos Censos agropecuários, que o efetivo bovino cresceu 1.937,6% de 1970 a 2017, passando de 1,7 milhão

¹² Denominação comumente atribuída aos compradores de terras de outros estados brasileiros.

¹³ Silva *et al.* (2021) mostra que, entre 2016 a 2019, grande parte das queimadas no sudoeste da Amazônia brasileira estaria correlacionada com a presença de grandes fazendeiros.

para 34,7 milhões, respectivamente. Outras espécies da pecuária também se mostraram em crescimento, como os bubalinos e equinos, entretanto, em magnitude inferior ao observado para o caso da bonovicultura (Tabela 7).

Tabela 7 - Efetivo de animais em estabelecimentos agropecuários por espécie de efetivo, região Norte, 1970 a 2017 (cabeças)

Espécie pecuária	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Bovinos	1.706.177	2.129.609	3.989.113	8.965.609	17.276.621	32.564.287	34.764.279
Bubalinos	64.056	80.770	164.698	277.175	498.484	600.559	622.429
Equinos	115.663	131.485	175.454	373.397	506.904	651.820	713.142
Asininos	3.797	3.103	7.009	30.047	31.911	23.460	18.068
Muares	16.594	20.406	39.060	99.944	129.407	141.094	135.029
Caprinos	31.643	28.264	47.556	110.451	83.957	139.748	188.688
Ovinos	84.602	72.479	113.697	231.065	323.636	481.462	408.614
Suínos	909.237	1.245.282	1.855.406	2.560.102	2.207.280	1.598.928	1.758.908
Aves	7.376	11.482	13.929	18.273	27.373	30.388	50.527.740

Fonte: Censos Agropecuários/IBGE.

A criação de gado bovino está distribuída por todos os estados da região Norte. Em termos absolutos, o maior crescimento da bonovicultura, entre 1970 e 2017, se deu, notadamente, nos estados de Rondônia, Acre e Pará. Nesse último ano, essas três unidades da federação mais o estado do Tocantins responderiam por 94% do efetivo de bovinos (Tabela 8).

Tabela 8 – Distribuição do efetivo de bovinos em estabelecimentos agropecuários, estados da região Norte, 1970 a 2017

Bovinos	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2017
Número de efetivo							
Norte	1.706.177	2.129.609	3.989.113	8.965.609	17.276.621	32.564.287	34.764.279
Rondônia	23.125	55.392	251.419	770.531	3.937.291	8.542.726	9.827.017
Acre	72.166	120.143	292.190	334.336	847.208	1.736.100	2.139.795
Amazonas	263.487	203.437	355.748	425.053	733.910	1.170.638	1.252.835
Roraima	238.761	246.126	313.881	306.015	399.939	536.396	681.061
Pará	1.043.648	1.441.851	2.729.796	3.478.875	6.080.431	13.933.883	14.349.553
Amapá	64.990	62.660	46.079	46.986	59.700	78.815	36.481
Tocantins	-	-	-	3.603.813	5.218.142	6.565.729	6.477.537

Continua

Tabela 8 - Distribuição do efetivo de bovinos em estabelecimentos agropecuários, estados da região Norte, 1970 a 2017

Bovinos	1970	1975	1980	1985	1995	2006	Conclusão
							2017
Distribuição relativa (%)							
Norte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rondônia	1,4	2,6	6,3	8,6	22,8	26,2	28,3
Acre	4,2	5,6	7,3	3,7	4,9	5,3	6,2
Amazonas	15,4	9,6	8,9	4,7	4,2	3,6	3,6
Roraima	14,0	11,6	7,9	3,4	2,3	1,6	2,0
Pará	61,2	67,7	68,4	38,8	35,2	42,8	41,3
Amapá	3,8	2,9	1,2	0,5	0,3	0,2	0,1
Tocantins	-	-	-	40,2	30,2	20,2	18,6

Fonte: Censos Agropecuários/IBGE.

A área total da região Norte utilizada pela agropecuária (lavouras temporárias, lavouras permanentes e pastagens) também cresceu de forma expressiva nas últimas quatro décadas, passando de 1,2 milhão de hectares (1970) para 31,1 milhões de hectares (2017). Nos últimos 20 anos (1995 a 2017), note-se que esse crescimento praticamente duplicou. Além do aumento das áreas com pastagens que atingiu 27,3 milhões de hectares em 2017, a região Norte tem experimentado, por um lado, crescimento substancial da área plantada com lavouras temporárias, principalmente entre os anos de 1980 a 1985 e 2006 a 2017, e, por outro lado, redução da área destinada ao plantio de lavouras permanentes (Tabela 9), tal qual ocorreu no restante do Brasil (conforme apresentamos na seção 1.2).

Tabela 9 - Utilização das terras por tipo de exploração, Região Norte, 1970 a 2017 (hectares)

Ano	Área total (A + B)	Área plantada (A)		Área com pastagens ¹ (B)
		Lavoura permanente	Lavoura temporária	
1970	1.254.782	132.366	484.645	637.771
1975	2.768.363	239.015	956.354	1.572.994
1980	5.514.389	536.079	1.207.566	3.770.744
1985	11.802.474	738.106	1.942.621	9.121.747
1995	16.734.914	727.845	1.244.211	14.762.858
2006	25.128.657	1.863.160	2.374.735	20.890.762
2017	31.126.795	1.263.689	2.547.707	27.315.399
Evol. (%)	2.380,7	854,7	425,7	4.182,9

Fonte: Censos Agropecuários/IBGE.

Nota: ¹pastagens plantadas em boas e más condições.

A diminuição da área destinada à colheita de algumas lavouras permanentes na região Norte do Brasil fica evidente pela Tabela 10. O café e a banana, dentre as culturas selecionadas, apresentaram a maior redução da área, cerca de 65% e 38%, respectivamente, seguidas da

laranja que exibiu queda de 2,4% na área. Em contrapartida, outras lavouras exibiram notável crescimento na área, como é o caso do açaí, cacau, dendê e a pimenta-do-reino no período compreendido entre 1999 a 2018.

Tabela 10 - Área destinada à colheita das lavouras permanentes selecionadas, região Norte, no período de 1999 a 2018 (hectares)

Ano	Açaí	Banana	Cacau	Café	Coco-da-baía	Dendê	Laranja	Pimenta-do-reino
1999	-	124.895	61.154	192.709	16.348	38.304	20.010	11.244
2000	-	125.109	74.850	217.754	18.120	37.954	19.140	13.617
2001	-	115.313	68.211	248.109	21.883	38.973	18.280	17.634
2002	-	112.803	79.743	210.467	24.306	39.808	18.126	21.274
2003	-	114.272	93.902	219.698	25.089	44.524	17.642	22.728
2004	-	100.337	82.756	203.204	26.327	45.969	18.479	23.233
2005	-	92.061	94.702	199.324	28.490	47.030	18.694	27.575
2008	-	84.770	107.161	184.597	31.388	49.614	18.396	25.026
2009	-	77.310	100.257	171.936	30.353	50.396	18.463	22.856
2010	-	76.732	120.426	171.510	28.493	55.193	17.779	18.704
2011	-	73.901	125.610	167.140	27.955	54.418	18.327	16.621
2012	-	77.557	131.342	138.064	27.314	59.192	19.040	15.097
2013	-	83.213	136.932	107.926	24.681	54.865	19.839	14.051
2014	-	84.115	136.234	92.310	23.713	72.528	19.143	14.328
2015	136.312	85.438	141.103	84.056	23.075	86.064	19.949	16.222
2016	167.839	79.967	144.059	89.774	21.486	99.904	20.572	16.850
2017	194.644	81.297	145.278	74.130	20.582	102.685	23.864	16.366
2018	178.198	77.526	139.199	66.627	20.989	149.764	19.526	15.829
Evol. (%)	30,7	-37,9	127,6	-65,4	28,4	291,0	-2,4	40,8

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM)/IBGE.

Por conseguinte, a área destinada a lavouras temporárias no Norte cresceu significativamente (Tabela 11). Esse crescimento teria se dado, fundamentalmente, na soja, cana-de-açúcar e milho. A termos de exemplificação, em duas décadas, a área plantada da soja passou de 60 mil hectares para 1,8 milhões de hectares de 2000 a 2018, respectivamente. Nesse mesmo período, o feijão, o arroz e a mandioca apresentaram redução na área destinada ao plantio, reforçando os pontos anteriormente abordados de que as culturas tradicionais cederam paulatinamente espaço para as culturas comerciais.

Tem-se, assim, um espaço transformado pelas culturas comerciais, as quais contam com forte aparato tecnológico com o objetivo de aumentar a produção e garantir ganhos de produtividade e competitividade no mercado. De acordo com Costa Silva (2015, p. 11), “[...] um espaço agrícola de subsistência ou de pouco excedente, caracterizado pela atividade extensiva

e de pouca tecnologia, se transformou, ainda que de forma sub-regional e fragmentada, em um espaço da globalização das grandes empresas do agronegócio (*tradings*), [...] metamorfoseando o espaço num território corporativo do capital”.

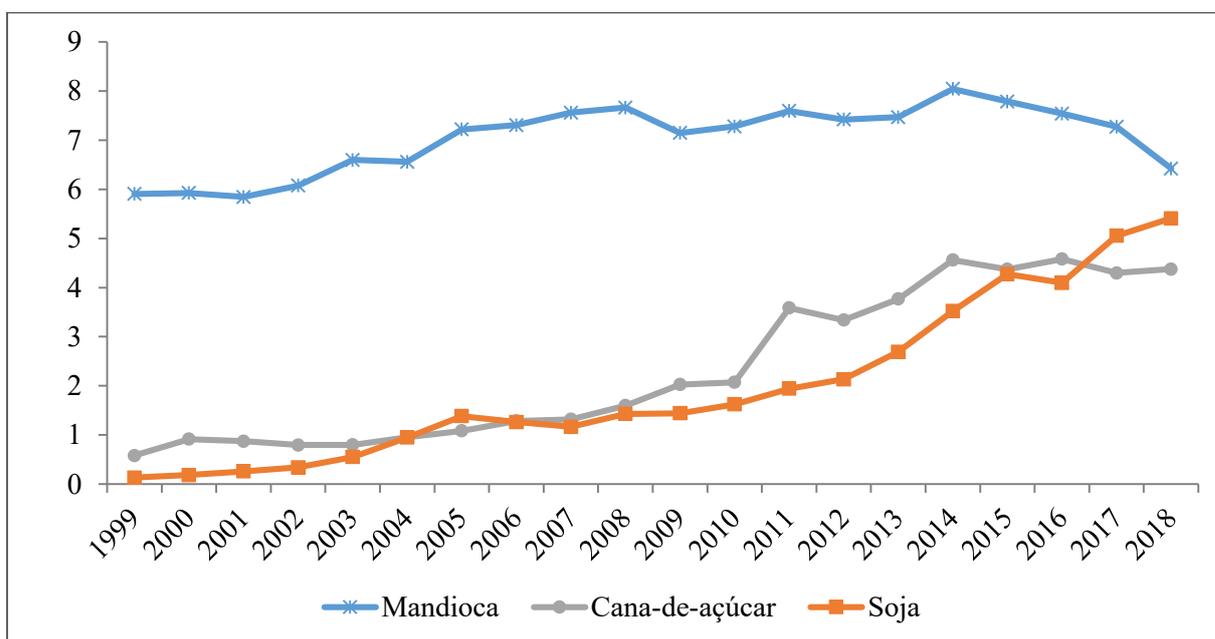
Tabela 11 - Área plantada das principais lavouras temporárias, Região Norte, no período de 1999 a 2018 (hectares)

Ano	Arroz	Cana-de-açúcar	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Total
1999	637.624	12.171	213.099	452.142	660.856	57.153	2.033.045
2000	612.104	16.881	187.790	456.546	668.914	73.004	2.015.239
2001	508.543	19.839	168.842	443.656	537.781	106.136	1.784.797
2002	503.156	16.222	160.802	444.320	487.071	140.656	1.752.227
2003	557.911	15.900	172.624	454.979	525.005	212.264	1.938.683
2004	612.598	16.083	170.446	464.798	558.921	359.434	2.182.280
2005	659.460	20.596	173.221	503.222	552.374	514.296	2.423.169
2006	468.667	23.990	174.862	496.044	549.711	517.943	2.231.217
2007	465.565	25.884	170.771	500.785	536.512	455.075	2.154.592
2008	434.767	28.016	163.172	506.317	544.323	508.024	2.184.619
2009	392.427	33.067	165.085	493.407	523.232	500.050	2.107.268
2010	373.847	34.393	162.467	496.352	519.803	562.748	2.149.610
2011	440.915	50.442	159.129	507.266	518.337	638.315	2.314.404
2012	335.178	52.964	155.533	518.883	541.457	686.513	2.290.528
2013	284.673	53.790	117.228	506.927	529.773	925.707	2.418.098
2014	260.775	62.896	94.303	529.577	542.629	1.191.327	2.681.507
2015	247.328	59.920	81.102	483.839	622.359	1.435.877	2.930.425
2016	244.622	63.259	80.752	474.642	573.646	1.565.306	3.002.227
2017	233.029	60.293	81.557	475.710	756.120	1.660.550	3.267.259
2018	217.231	59.521	72.071	428.793	674.309	1.813.890	3.265.815
Evol. (%)	-65,9	389,0	-66,2	-5,2	2,0	3.073,7	60,6

Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM)/IBGE.

Enquanto a produção de soja no norte do país passou de 130 mil para 5,4 milhões de toneladas de 1999 a 2018, respectivamente, a mandioca exibiu forte retração na quantidade produzida durante esse período (Gráfico 7). Isso reforça que o aumento da quantidade produzida das principais lavouras temporárias comerciais na região, a partir dos anos 2000, foi acompanhado pela diminuição da produção de culturas alimentares. De modo geral, esse panorama contrasta com a ideia, ainda predominante, de que essa região se fundamenta na produção de subsistência.

Gráfico 7 - Quantidade produzida das culturas selecionadas, Região Norte, 1999 a 2018 (em milhões de toneladas)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM)/IBGE.

Diante disso, a ocupação de novas áreas pelas atividades agropecuárias contribuem para o aumento da produção agrícola e pecuária, mas poderá implicar em pressão sobre os recursos e ativos ambientais. Incorporar a dimensão ambiental à produção é uma forma de garantir, inclusive, a sustentabilidade econômica produtiva (GARCIA; VIEIRA FILHO, 2017)

A despeito dessas considerações, as cadeias agroindustriais cresceram de forma vertiginosa nos anos 2000, até mais do que os demais setores da economia, sendo que tal crescimento foi fortemente influenciado pelas condições externas e internas em favor do setor primário-exportador. De fato, esse período condiz com uma fase áurea de vários complexos agroindustriais (soja, carnes, sucroalcooleiro, etc.), além da superioridade da grande propriedade fundiária e do forte aparato estatal à disposição do projeto de acumulação de capital, através do crédito rural, sem o qual a perseguição da renda da terra e a lucratividade dos capitais empregados não teriam logrado êxito (DELGADO, 2012).

Furtuoso e Guilhoto (2003) demonstram que todas as cadeias produtivas têm passado por um contínuo processo de modernização, aperfeiçoamento de suas práticas produtivas, formação de diversas redes de comercialização, processamento, industrialização e distribuição, além de interligação entre os diversos setores da economia, o que leva a constituição de um setor dinâmico. Para os autores a formação de um setor nesse patamar requer a existência de

um parque industrial a montante e a jusante que seja capaz de agregar valor aos seus produtos, transformando-o num segmento forte, dinâmico e conectado com os demais segmentos.

Para Garcia e Vieira Filho (2014), o bom desempenho da agropecuária e, mais especificamente, do agronegócio, não se distribui de forma homogênea, dado que há, de um lado, produtores altamente modernos e dinâmicos e, de outro, os que não conseguem acompanhar o ritmo das mudanças tecnológicas, sendo esse um determinante para a permanência ou não no setor. Ou seja, o aprofundamento das desigualdades e heterogeneidade seria uma das principais características decorrentes do modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil, segundo Buainain *et al.* (2013), tratada com mais detalhes na seção 1.3.

1.4 Heterogeneidade e diversidade na agropecuária brasileira

Há uma discussão sobre a homogeneidade/heterogeneidade dos vários espaços territoriais rurais brasileiros, decorrentes das transformações produtivas engendradas na economia nacional. De modo específico, a questão que se coloca é se o aumento da produtividade é distribuído de forma homogênea para todas as regiões brasileiras, e se os diversos segmentos de agricultores desfrutam das mesmas condições para promover a modernização agropecuária. Vários autores (KAGEYAMA, 1985; BUAINAIN; DEDECCA, 2008; LONG; PLOEG, 2011; FORNAZIER; VIEIRA FILHO, 2012; GARCIA; VIEIRA FILHO, 2014; BELIK, 2015; AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018) são unânimes em afirmar que nem o processo de modernização conservadora dos anos de 1960 tampouco as transformações recentes foram capazes de gerar estruturas homogêneas no rural brasileiro e, de maneira particular, na agropecuária.

De maneira geral, essa percepção parte da constatação de que a agropecuária brasileira, reconhecida mundial e nacionalmente como um setor moderno e dinâmico, com participação significativa no comércio internacional, é composta, de um lado, por agricultores que dispõem de condições técnico-econômicas para a sua inserção nas modernas cadeias produtivas e, de outro, agricultores desprovidos desses recursos (FORNAZIER; VIEIRA FILHO, 2013).

Diversos esforços vêm sendo empreendidos pelos estudiosos na tentativa de tornar a diversidade do rural perceptível no delineamento das políticas públicas e, principalmente, dos que o vislumbram como espaço homogêneo. Kageyama e Bergamasco (1990) utilizaram-se de informações relacionadas à ocupação da força de trabalho e área das unidades de produção (Censo Agropecuário de 1980), a fim de evidenciar as diferenças apresentadas pelos estabelecimentos familiares e não familiares quanto a esses aspectos. A partir dos anos 2000

ganharam força uma série de estudos (DELGROSSI, MARQUES, 2010; FORNAZIER; VIEIRA FILHO, 2012; GUANZIROLI; DI SABBATO, 2014; SCHNEIDER; CASSOL, 2014; BELIK, 2015; AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018; SOUZA *et al.*, 2018) que mostraram a heterogeneidade produtiva, econômica e social presente na agropecuária brasileira.

Souza *et al.* (2018) destaca que, decorrido mais de meio século da modernização e industrialização da agropecuária, o meio rural brasileiro estaria longe de representar um espaço territorial homogêneo. De um lado, existem produtores altamente especializados, com elevado poder de acesso aos recursos, inserção no mercado e geração de renda e, de outro, agricultores que enfrentam dificuldades no acesso desses recursos, mas subsistem ao processo desigual conformado. De acordo com Buainain *et al.* (2013, p. 109), “a expansão produtiva recente se baseia em padrões técnicos e organizacionais que modificam, de forma considerável, tanto os condicionantes quanto a dinâmica das atividades agropecuárias” conformando uma heterogeneidade acentuada.

Vieira Filho, Santos e Fornazier (2013) ressaltam a existência de fatores estáticos e dinâmicos na conformação do cenário de desigualdades entre os agricultores: o primeiro fator estaria ligado a aspectos estruturais que não dependem somente da alocação eficiente dos recursos por parte dos agentes econômicos (área reduzida de parcela significativa de estabelecimentos); o segundo seria determinado, em parte, pela capacidade que os produtores têm em modificar o arranjo produtivo (quantidade produzida, renda bruta e líquida geradas).

Em outras palavras, significa dizer que existe um segmento de agricultores que acompanha as transformações impostas pelo mercado e, assim, responde ao aumento da demanda interna e externa por alimentos, insumos e matérias-primas a baixo custo. No entanto, há um outro grupo que dispõe de poucos recursos e tecnologia que dificultam a sua inserção nas modernas cadeias produtivas. Ressalta-se, também, que no interior desses dois grandes grupos de produtores existem subgrupos que se diferenciam, reforçando a diversidade de formas de produção no rural brasileiro (VIEIRA FILHO; SANTOS; FORNAZIER, 2013; BELIK, 2015).

De acordo com Fornazier e Vieira Filho (2012), esses dois grandes grupos são caracterizados, no geral, da seguinte forma: a agricultura familiar, na qual o trabalho e a gestão dos estabelecimentos estão centrados nos membros familiares, a área não ultrapassa quatro módulos fiscais e renda mínima oriunda das atividades econômicas próprias de suas unidades familiares¹⁴; e a agricultura não familiar cuja produção é destinada na sua totalidade para o mercado, processo produtivo altamente tecnificado e emprego assalariado da força de trabalho.

¹⁴ Definição dada pela Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006 que também estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

As desigualdades entre os agricultores familiares e não familiares em relação à área total fica clara pelos dados da Tabela 12. A agricultura familiar que representa o maior número de estabelecimentos agropecuários brasileiros (76,8%) é aquela a dispor de menor área total (23%), enquanto a agricultura não familiar tem o menor número de estabelecimentos (23,2%) e maior área total (77%). Na região Norte essa distribuição melhora um pouco, mas ainda bastante desproporcional, o que demonstra uma estrutura agrária ainda concentrada. Mesmo dispondo de menos área em relação a agricultura patronal, a agricultura familiar responde por 67% e 77,7% do pessoal ocupado no Brasil e Norte, respectivamente, demonstrando sua importância na geração de ocupação para a população.

Tabela 12 - Número de estabelecimentos agropecuários, área total, área média e pessoal ocupado nos diferentes tipos de agricultura do Brasil e Região Norte – 2017

Tipos de agricultura	Estabelecimentos		Área total		Área Média (ha)	Pessoal ocupado	
	Número	%	Número	%		Número	%
Brasil	5.073.324	100,0	351.289.816	100,0	69,2	15.105.125	100,0
Não familiar	1.175.916	23,2	270.398.732	77,0	229,9	4.989.566	33,0
Familiar	3.897.408	76,8	80.891.084	23,0	20,8	10.115.559	67,0
Região Norte	580.613	100,0	65.213.349	100,0	112,3	2.010.291	100,0
Não familiar	100.038	17,2	45.446.150	69,7	454,3	447.537	22,3
Familiar	480.575	82,8	19.767.199	30,3	41,1	1.562.754	77,7

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE.

Quando analisamos de forma desagregada o universo da agricultura familiar, percebe-se (Tabela 13) que há diferenças internas em relação à área dos estabelecimentos e pessoal ocupado. Tanto no Brasil, como um todo, quanto na região Norte, especificamente, a agricultura familiar Pronaf B representa o maior número de estabelecimentos, aproximadamente 70%, mas possui cerca de 50% da área total, respectivamente, sendo também a que mais emprega pessoas, cerca de 66,1% e 62,7%, respectivamente. No outro extremo estão os familiares Pronaf V que são em menor proporção, mas possuem metade da área total, evidenciando forte heterogeneidade dentro da mesma categoria de agricultores familiares.

Tabela 13 - Número de estabelecimentos agropecuários, área total, área média e pessoal ocupado dos diferentes tipos de agricultura familiar do Brasil e Região Norte – 2017

Tipos de agricultura	Estabelecimentos		Área total		Pessoal ocupado	
	Número	%	Número	%	Número	%
Brasil	3.897.408	100,0	80.891.084	100,0	10.115.559	100,0
Familiar – Pronaf B	2.732.790	70,1	41.530.634	51,3	6.687.469	66,1
Familiar – Pronaf V	1.138.885	29,2	37.863.062	46,8	3.324.838	32,9
Familiar não Pronaf	25.733	0,7	1.497.388	1,9	103.252	1,0
Região Norte	480.575	100,0	19.767.199	100,0	1.562.754	100,0
Familiar – Pronaf B	319.575	66,5	9.818.605	49,7	980.015	62,7
Familiar – Pronaf V	159.729	33,2	9.780.555	49,5	574.951	36,8
Familiar não Pronaf	1.271	0,3	168.039	0,9	7.788	0,5

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE.

Notas: Pronaf B: até R\$ 20 mil/ano; Pronaf V: de R\$ 20mil até R\$ 360 mil/ano; Não Pronaf: valor da produção acima de R\$ 360 mil/ano.

Segundo Vieira Filho e Santos (2011), as diferenças em termos da agricultura familiar e não familiar, como também entre os agricultores de cada uma dessas categorias, são derivadas da maior capacidade que cada grupo ou segmento tem para investir em capital e tecnologia, refletindo-se na existência de agricultores desprovidos dessas possibilidades em maior ou menor grau, em ambos os lados. Niederle, Fialho e Conterato (2014) afirmam que a insistência do Estado brasileiro em promover ações governamentais em favor do grupo mais capitalizado e detentor de melhores condições técnico-produtivas intensifica as desigualdades, levando o segmento de agricultores descapitalizado a enfrentar dificuldades. Da mesma forma, Guanziroli e Di Sabbato (2014) reconhecem os múltiplos aspectos que envolvem a agropecuária brasileira, sobretudo no que concerne a existência de agricultores eficientes e ineficientes em ambas as categorias (familiares e não familiares), sendo necessário políticas de desenvolvimento rural diferenciadas e inclusivas.

A heterogeneidade econômica, social e produtiva dentro dos mesmos grupos de agricultores é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2007) como uma das características marcantes da agropecuária na América Latina. No caso particular da agricultura familiar existiria pelo menos três subgrupos dentro da categoria, cada uma com suas especificidades: a agricultura familiar de subsistência, a agricultura familiar em transição e agricultura familiar consolidada. No primeiro caso estariam os agricultores com produção destinada para o autoconsumo, sendo produtores desprovidos de terra e capital necessários ao aumento da escala produtiva e, portanto, teriam renda limitada; o segundo subgrupo seria composto por agricultores familiares em melhores condições que o primeiro, com parte da produção destinada ao autoconsumo e outra para a comercialização; já

o terceiro grupo teria capacidades inovativas e tecnológicas que possibilitariam o acesso e inserção ao mercado, além de produzir excedentes para a capitalização do estabelecimento.

Schneider e Cassol (2014) mostram que o universo da agricultura familiar no Brasil é formado por pelo menos três grupos de agricultores: o primeiro deles, o mais numeroso, tem grande parte das receitas geradas nas atividades econômicas ligadas à agropecuária; o segundo possui múltiplas fontes de renda, sendo maioritariamente geradas a partir de atividades agrícolas, porém as receitas oriundas das atividades não agropecuárias têm um peso maior do que aquela apresentada no primeiro grupo; já o terceiro grupo é aquele no qual a renda é obtida por meio de atividades não agropecuárias, mas, mesmo assim, esses agricultores residem no meio rural, onde desenvolvem atividades agropecuárias esporádicas, porém com peso menor na composição da renda. Malgrado, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) ressaltam que há clara tendência de não se considerar a diversidade do rural. No caso específico da agricultura familiar, não raro, as políticas públicas a consideram como um “ser único e homogêneo” (p. 132).

Com efeito, note-se pela Tabela 14 que, em termos de valor bruto da produção (VBP) e VBP médio, existem diferenças no interior da própria agricultura familiar no Brasil e da região Norte. Em um extremo, tem-se os mais de 2,5 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar brasileira classificados no grupo B que declararam no Censo Agropecuário de 2017 alguma produção, mas que, apesar da representatividade numérica, geraram apenas R\$ 5.150,00 por unidade. No outro extremo, destacam-se os pouco mais de 25 mil estabelecimentos classificados como não Pronaf que geraram cerca de R\$ 754.954,00 por unidade.

Tabela 14 - Valor bruto da produção (VBP) e VBP médio da agricultura familiar no Brasil e Região Norte, 2017 (1.000 reais)

Tipos de agricultura	Estab. “com” VBP [A]	Valor da Produção [B]	VBP Médio [B/A]
Brasil	3.688.218	106.472.475	28,87
Familiar – Pronaf B	2.525.548	13.013.344	5,15
Familiar – Pronaf V	1.136.971	74.057.776	65,14
Familiar não Pronaf	25.699	19.401.356	754,95
Região Norte	456.439	11.243.780	24,63
Familiar – Pronaf B	295.581	2.166.813	7,33
Familiar – Pronaf V	159.589	8.025.249	50,29
Familiar não Pronaf	1.269	1.051.717	828,78

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE (2020).

Notas: Pronaf B: até R\$ 20 mil/ano; Pronaf V: de R\$ 20mil até R\$ 360 mil/ano; Não Pronaf: valor da produção acima de R\$ 360 mil/ano.

Nesta situação, as políticas públicas de desenvolvimento rural teriam importante papel na redução das diferenças e desigualdades regionais e intersetoriais. No caso particular da agropecuária brasileira, o histórico de concentração fundiária, acesso às tecnologias e disparidade produtiva entre agricultores se deu por intermédio da política agrícola que favoreceu a grande propriedade empresarial rural em detrimento da agricultura familiar. Com efeito, o crédito rural foi o principal instrumento da política agrícola utilizada para a modernização da agricultura e pecuária, mas que se deu de forma desigual entre regiões, produtos e produtores (DELGADO, 1984, 2012; KAGEYAMA, 1985; GRAZIANO DA SILVA, 1996; ORTEGA, 2008).

Long e Ploeg (2011) destacaram a existência de pelo menos duas correntes analíticas que defendem o desenvolvimento rural na direção de um território homogêneo. A primeira delas é a teoria da modernização que assegura a difusão gradual do progresso tecnológico entre os produtores por meio de um processo de transbordamento da tecnologia, conhecimentos, recursos e formas de organização do “moderno” para o “atrasado”, o que levaria a homogeneizar, por exemplo, o uso dos fatores de produção e a geração da renda. A segunda corrente, denominada de teorias marxistas e neomarxistas, parte do pressuposto de que o desenvolvimento seria um processo desigual inerente à expansão do capitalismo, mas que as formas de produção mais atrasadas acabariam por ser envolvidas nesse processo, levando, portanto, a sua homogeneização.

Diante da diversidade apresentada pela agricultura no Brasil, Guanziroli e Di Sabbato (2014) ressaltam a necessidade de se considerar a importância das diversas agriculturas e agricultores do rural brasileiro, cujo desenvolvimento deve perpassar, obrigatoriamente, pela ampliação do escopo das políticas públicas. Da mesma forma, Schneider e Cassol (2014) sugerem que a diversidade econômica e heterogeneidade social do rural requer políticas específicas para cada categoria de agricultura (familiar e não familiar), bem como para cada um dos segmentos. Aquino, Gazolla e Schneider (2018) chamam a atenção para o descompasso existente entre a realidade rural e a política pública desenhada para os mais variados espaços territoriais, de tal modo que a política governamental, cujo objetivo, em tese, seria a equalização das disparidades, tem apresentado efeito contrário com intensificação das assimetrias na estrutura produtiva, principalmente no interior da agricultura familiar.

Diante disso, torna-se imperativo discutir o rural por meio de uma perspectiva de desenvolvimento mais ampla, o que fazemos na seção 1.4. A importância dessa abordagem objetiva reconhecer a heterogeneidade econômica, produtiva, social, cultural e ambiental das

áreas rurais, sobretudo no fortalecimento das novas fontes de ocupação e renda para o conjunto de famílias não agropecuárias e de não ocupados que surgem na ruralidade contemporânea.

1.5 Desenvolvimento rural no contexto da “nova” ruralidade

O esforço empreendido nesta seção visa reunir algumas das contribuições de autores nacionais e internacionais acerca da concepção de desenvolvimento rural alternativa ao paradigma da modernização que trata o rural apenas a partir das atividades agropecuárias. Para tanto, a discussão será situada a partir de uma perspectiva ampla de desenvolvimento, na qual o rural é entendido a partir dos atributos multissetorial e multifuncional, sendo essa uma abordagem essencial para fins de compreensão do que será tratado nos capítulos seguintes.

O debate internacional sobre o desenvolvimento rural ganhou contornos diferenciados a partir da constatação de que as mudanças econômicas, sociais e ambientais ocasionadas pela modernização da agropecuária tiveram impactos sobre a população rural. Temas até então subjacentes na discussão das políticas públicas para o meio rural, como as atividades não agropecuárias e a pluriatividade, emergiram como elementos centrais na superação dos limites da concepção de desenvolvimento agrícola. A ampliação do portfólio de possibilidades para a garantia da reprodução econômica, social e cultural da população rural passou a ser entendida como uma prática na qual as famílias teriam a agropecuária como uma das muitas opções na geração de ocupação e rendimentos. Em outras palavras, esse enfoque baseia-se na ampliação espacial do desenvolvimento e nas mudanças em termos ocupacional e setorial, de modo que a dinâmica do rural é determinada por um conjunto de atividades econômicas e atores (FULLER, 1990; PLOEG *et al.*, 2000; ELLIS, 2000; CONTERATO; SCHNEIDER, WAQUIL 2009).

A nível internacional, Long (1984), Long e Ploeg (1988) e Marsden (1989) reuniram elementos essenciais dessa nova concepção política do desenvolvimento rural, os quais vêm sendo incorporados pela sociologia e economia rural. Os autores deram conta de que o tratamento dado à dinâmica rural dos países em que se operaram mudanças estruturais por meio da modernização, sobretudo na Europa, ficava muito aquém da realidade desses espaços.

De maneira particular, Long (1984) ressalta que a mudança social rural era tratada, unicamente, como resultante da reestruturação dos sistemas agrários e da empresa agropecuária engendradas por forças externas que avançavam nos espaços rurais, ou seja, baseada num processo determinístico e unidirecional. Desse feito, desconsiderava-se o papel dos “atores do processo social” na transformação do ambiente onde se operam mudanças.

Long e Ploeg (1988) destacaram que a visão parcial do rural, orientadora de grande parte dos estudos sobre as mudanças estruturais promovidas pela modernização, originou-se do fato de se considerava a mercantilização como um movimento linear, uma espécie de “ordem social” ou “economia natural”. Dessa forma, os agricultores capitalizados se modernizariam, enquanto os desprovidos de recursos técnico-econômicos tenderiam ao desaparecimento. Desprezava-se, assim, o papel dos agentes locais na definição de estratégias individuais ou familiares, sobretudo em relação à transformação dos recursos em garantia da reprodução.

Para Marsden (1989) e Marsden *et al.* (1995), a mercantilização da agricultura implicou em transformações importantes nas relações produtivas e sociais do rural. Todavia, argumentam os autores, a visão limitada acerca das mudanças impossibilitara a compreensão do desenvolvimento a partir de uma perspectiva mais ampla. A ampliação dos horizontes da economia política agrária era primordial para a identificação de focos integradores das mudanças empreendidas. Isso é fundamental para compreender como a diversidade multifacetada do meio rural surge e ocorre, além de identificar o papel dos múltiplos aspectos na explicação da dinâmica do desenvolvimento nos espaços rurais.

Segundo Ploeg *et al.* (2000), o entendimento do rural a partir de um ponto de vista multinível e multifacetado busca considerar o conjunto de possibilidades a serem proporcionadas pelas atividades não agropecuárias, a exemplo do turismo e da preservação da natureza, a qual o autor denomina de “bens públicos ou não importáveis”, que somadas às atividades agropecuárias seriam capazes de gerar ocupações e rendimentos mais estáveis para as famílias. Nesse sentido, os modelos de produção baseados em economias de escala e integração vertical, norteadores da modernização agrícola, cederiam espaço para as economias de escopo em que os padrões de organização da produção apresentariam como característica fundamental a flexibilidade e a interligação de atividades dentro e fora da unidade produtiva.

Guzman Casado, Molina e Guzman (2000) discutem o desenvolvimento por meio da representatividade assumida pelo o rural na constituição de novas redes, práticas e identidades no contexto local. Para tanto, instigam o debate por meio da ideia de que os atores locais estabeleçam relações de sinergia ou coesão entre atividades agropecuárias e não agropecuárias não apenas no nível da unidade de produção individual, mas também entre unidades distintas. Para os autores, de forma diferente do paradigma de modernização agrícola, gerador de especialização da agricultura e segregação das atividades rurais não agropecuárias, o verdadeiro desenvolvimento rural deve valorizar a redefinição de estratégias e inter-relações estabelecidas no contexto da reprodução familiar, cujo resultado é a obtenção de benefícios mútuos

proporcionados, por exemplo, pela pluriatividade. Assim, o rural seria um espaço social e geográfico em que seriam articuladas diversas atividades.

Na Europa, especificamente, foi adotada uma estratégia de desenvolvimento de base territorial e endógena, direcionada para áreas rurais desfavorecidas, social e economicamente, no final dos anos 80 (RAY, 2000). No documento intitulado “The future of rural society”, a Comissão Europeia (1998) ressaltou que o rural, ao ser formado por uma multiplicidade de atividades e atores sociais, tornou-se complexo e multifacetado. Nesse contexto, reconheceu-se o rural por meio de seus aspectos diversos, em que a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais seriam fundamentais para a geração de alternativas de ocupação e renda.

O caráter multifuncional e multissetorial do rural foi discutido na Conferência de Cork (1996, p. 02), na qual se afirmou que “a política de desenvolvimento rural deveria ser multidisciplinar em conceito, e multissetorial em aplicação, devendo atender todas as zonas rurais da União Europeia, respeitando o princípio da concentração através da diferenciação para as áreas mais carentes”. Assim, além das atividades agropecuárias, o desenvolvimento rural deveria pautar-se pela diversificação econômica e valorização das atividades não agropecuárias na geração de renda, como as proporcionadas pelas indústrias de pequeno e médio porte, serviços rurais, gestão dos recursos naturais, turismo, lazer, etc.

Destarte, buscou-se incorporar um conjunto de mecanismos e práticas ao desenvolvimento rural com o intuito de auxiliar na superação da vulnerabilidade das famílias que não acompanharam o ritmo imposto pela modernização agropecuária. No entender de Ploeg *et al.* (2000), essa visão fundamentava-se na percepção de que a terra, a mão de obra, os recursos naturais e ambientais, as relações entre o campo-cidade e as atividades não agropecuárias devem ser valorizadas. Isso auxilia na criação de “bases para que novos recursos e atividades sejam criados, de modo que o ‘irrelevante’ possa se transformar em valor e, ao ser combinado com outros ativos, possa despontar como promissor na promoção do desenvolvimento endógeno” (p. 398-400).

Nessa mesma direção, Ellis e Biggs (2001) afirmam que a abordagem estritamente setorial do desenvolvimento rural não tem gerado efeitos positivos na redução da pobreza.

Se um novo paradigma de desenvolvimento há de emergir, será aquele em que a agricultura assuma um lugar junto com um conjunto de atividades atuais e potenciais, agrícolas e não agropecuárias, importantes para a construção de diferentes meios de subsistência sustentáveis, sem dar preferência à agricultura como a única solução para a pobreza rural. Nesse sentido, para que haja redução da pobreza, torna-se fundamental que as políticas de

desenvolvimento rural adotem uma abordagem intersetorial e multissetorial dos mecanismos de subsistência para o rural (ELLIS; BIGGS, 2001, p. 445).

A percepção de que a modernização agropecuária aumentou a produção e a produtividade do trabalho no campo, mas teria gerado uma série de problemas na estrutura agrícola e agrária –crise de superprodução da agricultura, queda nos rendimentos agrícolas, problemas ambientais, exclusão de produtos, produtores e regiões) – levou a União Europeia (UE) a promover mudanças na orientação da política agrícola da UE. Assim, nas reformas na Política Agrícola Comum (PAC) da região adotou-se medidas que minimizassem os efeitos ocasionados pelo padrão tecnológico adotado da “revolução verde”, sobretudo por meio de políticas de preços administrados e de preferência comunitária para todos os agricultores. Tais aspectos foram centrais para que a PAC obtivesse resultados satisfatórios, principalmente na atenuação dos efeitos da modernização sobre os pequenos produtores, cujas dificuldades de adaptação ao mercado são mais acentuadas (NASCIMENTO, 2008; ORTEGA, 2008).

Segundo Ortega (2008), a questão que se colocou diante dos rumos da política de desenvolvimento rural europeia foi se essa seria orientada para promover a ascensão das regiões atrasadas ao padrão tecnológico hegemônico da agricultura dos países desenvolvidos ou se seriam adotados canais diferenciados de geração de emprego e renda para além da agropecuária. Dessa discussão, criou-se, em 1991, o Programa Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (LEADER), com vigência até 1994, cujo objetivo orientou-se pela “concepção de que o desenvolvimento rural tem de se pautar em novos modelos, que não podem ter como estrutura exclusiva as atividades agropecuárias, [mas, antes de tudo] devem ser fundamentados nas realidades e potencialidades locais” (ORTEGA, 2008, p. 98).

Nas fases posteriores do Programa, no LEADER II (1996-1999) e LEADER + (2000-2006), deu-se continuidade às ações que contemplavam o desenvolvimento rural através de um enfoque multissetorial e integrado, principalmente objetivando atender e incentivar projetos inovadores capazes de gerar efeitos multiplicadores na superação da velha dicotomia rural-urbana. Para a fase seguinte (2014-2020), esses objetivos seriam mais contundentes na superação da abordagem setorial do desenvolvimento, com ênfase na valorização das atividades não agropecuárias e pluriatividade (MOYANO-ESTRADA; ORTEGA, 2014).

De acordo com Moyano-Estrada e Ortega (2014), a população e os agentes econômicos locais apresentam papel central na discussão e implementação de ações no contexto do desenvolvimento rural plural, multissetorial e territorial. Para os autores, o diferencial dos projetos inseridos dentro dessa perspectiva de desenvolvimento e aprovados pelo LEADER era

o caráter alternativo na geração de emprego e renda, criando-se, também, novos produtos e mercados, além de valorizar os recursos presentes no território a fim de potencializar as capacidades sociais, econômicas e culturais. Com efeito, as ações do LEADER objetivavam:

Permitir aos agentes e territórios rurais valorizar as suas próprias potencialidades, contribuir para o desenvolvimento econômico e social e cultura do meio rural, suscitar um espírito de cooperação entre os municípios, freguesias e lugares, de modo a despertar solidariedades que reforçam o desenvolvimento das regiões, sensibilizar a população para a riqueza do patrimônio da região, responsabilizando-se pela sua preservação e valorização e criar hábitos de convívio entre a população local, favorecendo os contatos entre residentes e os visitantes (LEADER citado por ORTEGA, 2008, p. 98).

A política de desenvolvimento rural adotada na Europa trouxe importantes subsídios e elementos para se compreender a realidade rural latino-americana e, de modo particular, a brasileira. Obviamente, a América Latina e a Europa¹⁵ apresentam diferenças abissais, porém acredita-se que a experiência europeia, sobretudo o LEADER, trouxe importantes lições para se compreender os desafios a serem enfrentados pelas políticas regionais, notadamente no que diz respeito ao entendimento do rural por intermédio de uma abordagem multissetorial e integrada (SARACENO, 2001, 2002; SUMPSEI, 2006; ORTEGA, 2008).

Schejtman e Berdegué (2004) ressaltam que as políticas na América Latina e Caribe seguem uma orientação setorial, na qual a complexidade e heterogeneidade territorial são pouco valorizadas. Além do mais, a participação dos atores sociais e econômicos na elaboração e consolidação de ações ainda é pouco efetiva. Existe um descompasso entre o que é idealizado e implementado pelas organizações governamentais e não governamentais, sendo, na maioria das vezes, as mesmas propostas, apenas com uma “nova roupagem”, a qual os autores denominam de “mais do mesmo”, refletindo-se em resultados pouco significativos. É necessário, portanto, a adoção de mecanismos articuladores entre o contexto local e regional, bem como entre os atores internos e externos (públicos e/ou privados), no sentido de proporcionar as condições institucionais necessárias para o fortalecimento das atividades não agropecuárias e a pluriatividade, bem como romper com as velhas identidades que associam desenvolvimento agrícola a desenvolvimento rural.

Sepúlveda *et al.* (2003) destaca que não obstante tenha havido esforços de governos, sociedade civil e organismos multilaterais na busca de estratégias de desenvolvimento mais incluyente, os resultados para a América Latina têm se mostrado pouco significativos no tocante

¹⁵ Sumpsi (2006) traz uma visão detalhada das semelhanças e diferenças entre a América Latina e Europa.

ao desenvolvimento da região. No que se refere aos indicadores de desenvolvimento rural, os autores atribuem a baixa eficiência das ações à abordagem estritamente setorial adotada, a qual desconsidera a nova ruralidade do rural latino-americano, formada pelo surgimento de um conjunto significativo de atividades rurais não agropecuárias e crescente integração econômico-geográfica do rural com o urbano. Sugerem a incorporação de formas sistêmicas para o reconhecimento da natureza multissetorial do rural e suas estruturas complementares, articuladas e interdependentes. Além do mais, enfatizam a necessidade de uma institucionalidade baseada na valorização da cooperação, integração rural-urbano e gestão sustentável do ambiente e dos recursos naturais.

Berdegue, Bebbington e Escobal (2015) afirmam que o ponto de inflexão da abordagem de desenvolvimento rural com enfoque estritamente setorial adotada na América Latina tem sido as diferentes respostas às intervenções políticas semelhantes, em termos de inclusão social e crescimento dos territórios rurais dentro de um mesmo país ou região. Isso sinaliza que os fatores exógenos por si não são suficientes para induzir a redução da pobreza e desigualdade, sendo indispensável levar em consideração a identidade social e naturalmente construída endogenamente, cuja distribuição pelo espaço não segue um padrão linear. Assim, ênfase importante é dada à interação entre os agentes internos e externos na gestão dos recursos naturais, na diversidade de atividades existentes no rural, integração rural-urbano e na inserção dos territórios em mercados dinâmicos.

Berdegú e Favareto (2019) demonstram que o reconhecimento do rural para além da agropecuária é crucial para a construção de uma proposta de desenvolvimento adequada às novas realidades. Nessa perspectiva, ganha espaço a multiplicidade de atividades presentes na economia rural, a exemplo das agroindústrias, serviços, manufatura, turismo, preservação do ambiente e recursos naturais, etc., de maneira a possibilitar a diversificação e fortalecimento das fontes de ocupação e renda. Isso pressupõe, portanto, a existência de um conjunto de atividades, estruturas, instituições e atores que se inter-relacionam, mantendo o território rural como um espaço socialmente construído e diferente dos demais. Os autores chamam a atenção para o caráter nada trivial da abordagem multissetorial do desenvolvimento, principalmente por se tratar de uma discussão que interfere em questões políticas enrustadas na sociedade.

Segundo Terluin (2003), o conceito de “rural”, nessa discussão, está ligado mais a aspectos de base territorial do que a local onde são desenvolvidas somente atividades agropecuárias. A interdependência das áreas rurais com cidades vizinhas, por exemplo, leva à formação de redes interconectadas, de modo que outras atividades ligadas aos setores agroindustriais e de serviços passam a ser determinantes na nova realidade do campo. Ademais,

mediante especialização e individualização produtiva, as famílias rurais deixaram de ser nucleadas somente na agropecuária como estratégia de reprodução familiar, o que impulsiona a busca por ocupações fora dos estabelecimentos, implicando em perda de protagonismo das atividades agropecuárias.

A política de desenvolvimento rural europeia lançou bases para que, no início da década de 1990, no Brasil, analistas brasileiros (VEIGA, 1991; ABRAMOVAY, 1992; LAMARCHE, 1993) suscitasse questões teóricas importantes em relação à dinâmica do mundo rural do país, dantes tratadas como residuais frente ao padrão tecnológico da modernização agropecuária. A percepção de que o rural não deveria ser tratado como sinônimo de agropecuário ganhou corpo na esfera acadêmica, sendo identificado, por vários estudiosos, a presença de um rural composto por uma agricultura moderna, uma agricultura de subsistência e um conjunto de atividades não agropecuárias. Essas constatações evidenciaram a necessidade de se explorar o rural por meio de seu caráter pluriativo e multifuncional (GRAZIANO DA SILVA, 1999) e de maneira integrada ao desenvolvimento urbano (VEIGA, 2000).

As relações estabelecidas a partir dessa dinâmica são constituídas de notável complexidade exigindo o envolvimento de diversas áreas do conhecimento (economia regional, economia rural, sociologia rural, geografia rural, etc.) na definição de estratégias condizentes com a realidade territorial. A imensa diversidade do meio rural brasileiro trouxe desafios importantes para as pesquisas e políticas públicas que tratam da espacialidade do desenvolvimento, notadamente na definição de metodologias que captem toda a diversidade e disparidades existente entre os diferentes espaços territoriais (ABRAMOVAY, 2009).

Conforme Kageyama (2008, 2003), o reconhecimento de que o rural é muito mais amplo e diversificado do que realmente se considera (somente a partir das atividades agropecuárias) traz a necessidade de se rediscutir as perspectivas de desenvolvimento rural. Como características dessa nova realidade tem-se uma agricultura modernizada, mas que não dita, *per se*, a dinâmica socioeconômica do campo, sendo necessário abordá-lo também do ponto de vista das atividades não agropecuárias cada vez mais presentes e determinantes da heterogeneidade rural. Há, portanto, uma similaridade entre o que é desenvolvido no campo e na cidade, tornando-se mais difícil definir os limites entre essas duas bases territoriais.

Para Abramovay (2009), “a natureza territorial e não setorial da ruralidade é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas” (p. 53). O caráter multissetorial do rural desempenha papel primordial no desenvolvimento. Para o autor, as funções convencionais de fornecimento de matéria-prima e mão de obra têm cada vez menos importância na definição desses espaços, tendo em vista que o rural passa a ser diversificado. Diante disso, a visão

estritamente setorial é insuficiente para explicar a realidade vivenciada nessas áreas territoriais. Nesse cenário, passam a existir relações contínuas de interdependência entre o rural-urbano, de modo que as cidades desempenham papel fundamental para a dinamização das áreas rurais, assim como as aglomerações rurais também apresentam papel crucial para o desenvolvimento das cidades, sobretudo os centros urbanos de pequeno porte (ABRAMOVAY, 2009).

A esse respeito, Veiga (2005) afirma que “mais importante que as vantagens comparativas de atributos naturais ou de localização são as vantagens competitivas da proximidade social (p. 80), sendo necessário “acabar de uma vez por todas com a falsa identidade do ‘rural igual a agropecuário’, vislumbrada, ainda nos dias atuais, por meio de “lentes fabricadas no Brasil dos anos 30, durante o Estado Novo” (p. 65). O autor destaca que a intensa participação agropecuária nos territórios rurais, durante um longo período de tempo, não significa que as economias dessas áreas ainda sejam totalmente dependentes dessas atividades. É imprescindível reconhecer o caráter territorial, heterogêneo, multi e intersetorial, e a partir das relações estabelecidas entre os agentes (internos e externos) com o urbano-rural.

Schejtman e Berdegué (2004, p. 30) ressaltam duas transformações básicas que devem ocorrer para que as propostas de desenvolvimento rural contemplem a ruralidade multifacetada:

A transformação produtiva cujo objetivo é articular de forma competitiva e sustentável a economia do território com mercados dinâmicos, o que implica em mudanças nos padrões de emprego e produção de um determinado espaço rural. A transformação institucional visa estimular e fortalecer a interação dos atores locais entre si e entre eles, e com os agentes externos relevantes, bem como modificar as regras formais e informais que reproduzem a exclusão dos pobres nos processos e dos benefícios da transformação produtiva (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004, p. 30).

Veiga (2001) destaca que o desenvolvimento rural deve considerar as particularidades de todas as regiões rurais, a fim de potencializar suas capacidades por intermédio da diversidade multissetorial do local. Desse modo, agropecuária deve ser constituída a partir de novas bases, a fim de ser menos dependente do mercado em relação aos insumos. Ademais, a especialização produtiva e economias de escalas cedem espaço para um conjunto multissetorial de atividades, a exemplo da pluriatividade das famílias que passa a responder por parte significativa da geração de ocupação e renda para o rural

De acordo com Sacco dos Anjos (2003), superar os limites que impedem o reconhecimento da diversidade e heterogeneidade do rural é, antes de mais nada, reconhecer a estruturação de um processo multissetorial, formado por duas estratégias fundamentais indispensáveis na definição de ações concretas para o desenvolvimento rural brasileiro:

A primeira delas é a diversificação que diz respeito ao incentivo a todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela. E a segunda é a aglutinação que significa a possibilidade de que a união dos distintos ingressos gerados mediante a diversificação e sirva para garantir um nível de vida socialmente aceitável. O crucial é que a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva a uma única fonte de ingresso, o exercício de múltiplas atividades simultaneamente permite um maior grau de autonomia e uma ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 76).

Dessa forma, a construção de estratégias de desenvolvimento incluyente deve entender a diversidade e heterogeneidade rural como meios propulsores e não como obstáculos ao desenvolvimento rural. Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural engloba a construção de novos objetivos, produtos, serviços e mercados para as áreas rurais, historicamente caracterizadas somente por meio das atividades ligadas ao setor agropecuário (PLOEG *et al.*, 2000; CONTERATO; SCHNEIDER, 2009; SCHNEIDER, 2009).

Assim, a participação das atividades não agropecuárias na geração de ocupação e renda para as famílias rurais ganharia destaque. Conforme Kageyama (2001), além de contribuir para a geração de postos de trabalho e renda mais estáveis, as atividades não agropecuárias contribuem para a segurança alimentar, diminuem a pressão sobre os recursos naturais, desaceleram o êxodo rural e melhoram o desempenho da agricultura familiar ao propiciar recursos que podem ser reinvestidos na produção. Para a autora, essas são questões cruciais que fazem parte do cotidiano das famílias rurais, tornando-se fundamental que a promoção dessas atividades passe a integrar as políticas públicas de desenvolvimento rural.

Segundo Ney e Hoffmann (2008), as atividades não agropecuárias são alternativas importantes para a economia rural, dada a sua capacidade na geração de postos de trabalhos e rendas superiores àquelas observadas nas atividades estritamente agropecuárias. No entanto, os autores destacam que a ascensão da maioria das famílias rurais a essas ocupações, sobretudo as mais pobres, é limitada pela falta de alguns ativos, tais como educação, conhecimentos e habilidades específicas necessárias ao desenvolvimento dessas atividades estranhas ao setor primário. Mesmo assim, as famílias ascendam por meio de fatores de “expulsão” como forma de superar os baixos níveis de renda ofertados pelo setor agropecuário estritamente.

Não obstante, as políticas de desenvolvimento rural no Brasil ainda seguem uma trajetória setorial, limitando o acesso das famílias não agropecuárias às políticas e, por consequência, condicionando o desempenho desses estabelecimentos, cuja característica não se baseia somente na agricultura, mas sim, num conjunto diversificado de atividades.

De acordo com Favareto (2010), embora a elaboração da Proposta do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, entre 2001 e 2002 até a aprovação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), apontasse para uma estratégia de desenvolvimento rural territorial na qual as dinâmicas espaciais fossem valorizadas, os interesses setoriais cristalizados contribuíram para a obtenção de resultados parciais.

Como resultado, a “nova visão” do desenvolvimento rural se instituiu com força suficiente para reorientar o discurso e o desenho das políticas e dos programas formulados com esse fim, mas isso não se fez acompanhado da criação de novas instituições capazes de sustentar esse novo caminho. Ao contrário, o que ocorre é uma incorporação “por adição” dos novos temas em que, sob nova roupagem, velhos valores e práticas continuam a dar os parâmetros para a atuação dos agentes sociais, coletivos e individuais, estabelecendo aquilo que a literatura em economia institucional chama de dependência de percurso (FAVARETO, p. 301, 2010).

Percepção semelhante é apresentada por Sabourin (2017) ao afirmar que o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), idealizado sob o recorte transversal com propostas inovadoras na promoção de diversos outros setores no meio rural (saúde, educação, meio ambiente, turismo, etc.), contemplou unicamente a agricultura familiar, sem considerar, no entanto, a multiplicidade de atividades presentes no rural brasileiro. Segundo o autor, embora tenha evoluído o debate sobre as perspectivas de desenvolvimento rural a partir de uma concepção territorial, na prática permanece, ao fim e ao cabo, atrelado a uma visão setorial (agropecuária) do rural (SABOURIN, 2017).

Essa visão considera, notadamente, a heterogeneidade do rural, formada, por um lado, pelo agronegócio, cuja produção em larga escala é destinada em grande parte para o mercado internacional, e, por outro, pela agricultura familiar que busca subsistir frente ao avanço da empresa capitalista no campo. No entanto, conforme será mostrado nos capítulos seguintes, o rural do Brasil e, mais especificamente, da região Norte, também tem sua dinâmica atrelada a um conjunto de famílias e atividades não agropecuárias, além dos não ocupados, o que requer propostas mais amplas de desenvolvimento rural.

1.6 Considerações finais do capítulo

O capítulo consistiu em analisar o desempenho da agropecuária brasileira a partir do final dos anos de 1990, colocando em discussão algumas das transformações do setor.

A principal conclusão é a de que o modelo de desenvolvimento implementado no Brasil contribuiu para o aumento da produção e produtividade, porém, longe de gerar estruturas

homogêneas no campo brasileiro, ampliou as desigualdades entre os produtores. Foi observado que, dentro das próprias categorias de agricultores, a exemplo da agricultura familiar, existem grupos que se diferenciam tanto em termos de área do estabelecimento como em valor da produção, o que ajuda a sustentar a hipótese de um espaço heterogêneo.

Na Amazônia e, mais especificamente, na região Norte, essas transformações também são perceptíveis, sobretudo a partir da sua integração à economia nacional como nova fronteira agropecuária. O domínio de novos territórios pela produção de *commodities* nessa região, especialmente da soja, com vistas ao atendimento da demanda externa cada vez maior, impôs pressão sobre os produtores descapitalizados ou de baixo rendimento, o que poderá se refletir no aumento do custo de oportunidade do trabalho familiar e no assalariamento fora do estabelecimento nas atividades agropecuárias modernas e/ou nas não agropecuárias.

A diversificação das fontes de ocupação e renda das famílias e pessoas com residência rural na região Norte ficará mais evidente nos capítulos 2 e 3 da presente pesquisa, respectivamente, evidenciando-se uma dinâmica marcada fortemente pelas fontes de ocupação e renda do trabalho não agropecuário, além das rendas provenientes do não trabalho (aposentadorias/pensões, transferências de renda, etc.). Nesse cenário, daremos ênfase na defesa de perspectivas de desenvolvimento rural para além das políticas setoriais (crédito, tecnologia, assistência técnica, etc.), as quais se mostram necessárias para o atendimento das diferentes demandas que se conformam no contexto do que se denomina a “nova” ruralidade.

CAPÍTULO 2 - TENDÊNCIAS RECENTES DAS FAMÍLIAS RURAIS (NÃO)AGROPECUÁRIAS, PLURIATIVAS E DE NÃO OCUPADOS

2.1 Introdução

As transformações observadas na economia brasileira, nos últimos anos, notadamente no que se refere à modernização da agropecuária, tem se refletido em alteração do perfil socioeconômico das mais diversas áreas rurais do país. É notável a presença de profundas alterações no rural, cujas mudanças são facilmente perceptíveis através do surgimento de famílias agropecuárias, não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados, de modo que a dinâmica territorial desses espaços seria também explicada pelas fontes de ocupações e renda do trabalho não agropecuário e dos rendimentos do não trabalho.

Embora essas constatações sejam datadas desde os anos de 1990, para o caso brasileiro, a Região Norte dispõe de poucos estudos nessa temática. Análises dessa magnitude contribuiriam, ao nosso ver, para a um melhor entendimento das transformações rurais da região, além de fornecer elementos capazes de compreender as demandas das famílias e, conseqüentemente, pensar políticas de desenvolvimento rural mais efetivas e condizentes com a realidade regional. É justamente a partir da existência dessa lacuna que o presente capítulo se propõe a analisar as tendências observadas no interior das famílias no período de 2004 a 2015¹⁶.

Para tanto, na primeira parte do capítulo, analisa-se as famílias rurais, de maneira geral, a partir da tipologia de famílias construída pelo o Projeto Rurbano (descrita no anexo metodológico), cuja classificação segue a posição na ocupação (empregador, conta própria, assalariado e não ocupado) e o ramos de atividades em que os membros familiares estão ocupados (agropecuário, não agropecuário e pluriativo). A metodologia considera como unidade de análise as famílias extensas, compostas pela família nuclear, pelos parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio (não obstante formem outro casal), excluindo-se das análises os residentes pensionistas, os empregados domésticos e seus parentes.

Na segunda parte do capítulo, desagrega-se as famílias da agricultura familiar a partir de duas metodologias: a primeira, a tipologia de famílias do Projeto Rurbano, que considera a agricultura familiar como sendo o somatório das famílias *empregadoras com até dois*

¹⁶ Conforme mencionado na introdução desta Tese, foram ajustados dois modelos independentes para o período 2004 a 2009 e 2011 a 2015, a fim de considerar as quebras estruturais na tendência de crescimento anual ao longo da década, em decorrência das mudanças feitas pelo poder público municipal na delimitação do perímetro urbano de seus respectivos municípios e, portanto, na alteração da sua área rural, cuja atualização se deu com o último Censo Demográfico, em 2010.

*empregados*¹⁷ e *famílias de contas próprias*, ambas agropecuárias e pluriativas; e a segunda, uma tipologia de famílias¹⁸ criada com base nos critérios definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, mais conhecida como a Lei da Agricultura familiar, regulamentada pelo Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, para a caracterização de uma unidade de produção familiar¹⁹.

A investigação dessas famílias por meio de duas tipologias (ou metodologias) se faz necessária para acompanhar as mudanças (e evolução) no interior das unidades familiares da agricultura familiar, principalmente em virtude da diminuição do número de estabelecimentos dessa categoria de agricultores entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, passando de 4,3 milhões para 3,8 milhões de unidades familiares, respectivamente (IBGE, 2020). Inclusive, há um debate em curso sobre os efeitos da Lei da Agricultura Familiar na redução do número de famílias de agricultores familiares no Brasil.

Frente a isso, será discutido os limites impostos pela Lei da Agricultura Familiar sobre os agricultores familiares. Isso porque, a pluriatividade, por exemplo, amplamente discutida como uma alternativa de fortalecimento e diversificação dos rendimentos das famílias, sobretudo dos mais pobres e fragilizados, estaria sendo limitada, principalmente, pelo critério III (auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento) da referida legislação. A limitação ocorreria pelo fato de que na pluriatividade intersetorial (e tradicional), a renda obtida fora da unidade familiar seria superior à auferida internamente, o que levaria à desclassificação das famílias da categoria de agricultores familiares.

Dessa forma, os dados permitirão verificar o comportamento das diferentes frações de famílias da agricultura familiar na região Norte. De modo particular, por meio da tipologia de famílias criada em consonância com os critérios da Lei da Agricultura Familiar, será possível,

¹⁷ Nos anos de 1990, quando o Projeto Rurbano iniciou seus trabalhos, ainda não existia a Lei da Agricultura Familiar. E pela Resolução 2.310 de 29 de agosto de 1996 do Banco Central do Brasil (BACEN, 1996) eram admitidos, no PRONAF – Assistência Financeira, até dois empregados permanentes. Dessa forma, esse foi um dos critérios utilizados para a classificação da agricultura familiar anteriormente à Lei.

¹⁸ A tipologia de famílias criada com base nos critérios da Lei da Agricultura Familiar foi elaborada pelo professor orientador da presente tese de doutoramento, o qual também auxiliou fortemente no processamento dos microdados da PNAD, dispostos nas tabelas ao longo do trabalho. O mesmo faz parte do grupo de pesquisadores do Projeto Rurbano, tendo sido responsável, a partir da fase III desse projeto, pelo processamento (NASCIMENTO, 2008) do conjunto de tabulações especiais, referente à tipologia de famílias.

¹⁹ Infelizmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não tem a informação acerca de quem administra as atividades do estabelecimento rural (critério IV da Lei da Agricultura Familiar). Todavia, consideramos que é muito improvável que uma família de contas próprias contrate administrador. Ademais, como as famílias de contas próprias correspondem a praticamente 98% do total da Agricultura Familiar (o restante são famílias de empregadores com até 2 empregados), entendemos que a falta dessa informação na PNAD (administração do empreendimento) não inviabiliza a investigação aqui proposta

também, identificar as diferenças e similaridades em termos de ocupação e renda em relação à agricultura não familiar.

De modo geral, as taxas de crescimento das famílias serão analisadas por meio de um modelo de regressão log-linear que atesta a ocorrência ou não de tendência na evolução, e não apenas uma evolução de ponta a ponta como normalmente se utiliza. Esse método evita que haja subestimação ou superestimação das taxas, principalmente na presença de valores atípicos que possam aparecer nas extremidades da série analisada, o que não é possível quando se avalia os dois extremos de uma série de temporal (NEDER, 2000).

Para cumprir o objetivo proposto, o capítulo encontra-se estruturado em quatro seções, incluindo esta breve introdução (primeira seção). Na segunda seção, faz-se a contextualização acerca do surgimento das famílias rurais não agropecuárias e pluriativas, destacando, por meio da literatura nacional e internacional, os elementos que contribuíram para essa configuração no rural dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Em seguida, na terceira seção, através da metodologia do Projeto Rurbano, analisa-se a evolução das famílias rurais totais da Região Norte do Brasil, em termos de ocupação e renda, colocando em relevo a necessidade de se pensar as políticas de desenvolvimento rural para além das políticas setoriais voltadas exclusivamente para a agropecuária. Logo depois, na quarta seção, subdividida em duas subseções, faz-se uma análise desagregada da agricultura familiar por meio da tipologia de famílias do Projeto Rurbano e dos tipos de famílias criadas com base nos critérios da Lei da Agricultura Familiar, respectivamente. Por fim, na quinta seção serão apresentadas as considerações finais do capítulo.

2.2 Situando o debate sobre as emergência das famílias rurais não agropecuárias e pluriativas

A dinâmica socioeconômica do meio rural tem apresentado mudanças substanciais, no últimos anos, de tal modo que não é mais possível compreender o rural somente a partir das tradicionais atividades ligadas à agricultura e pecuária. Isso porque, ao lado dessas atividades, foram surgindo um conjunto de atividades não agropecuárias, ligadas aos mais diferentes setores econômicos (industriais, comércio, serviços, etc.), que passaram a ser responsáveis por parte significativa das fontes de ocupação e renda para as famílias e pessoas com domicílio rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Primeiramente, destaca-se que a agricultura em tempo parcial (*part-time farming*) é um elemento importante para se compreender as alterações nas características históricas,

econômicas, sociais e espaciais do rural. Esse processo decorreria da modernização e industrialização das atividades agropecuárias que reduziriam o tempo empregado à unidade familiar e oportunizaria a ocupação fora do estabelecimento, principalmente de chefes familiares (MINGIONE; PUGLIESE, 1987; SACCO DOS ANJOS, 2003).

No final dos anos de 1980, o conceito de agricultura em tempo parcial deu origem ao que se convencionou chamar de pluriatividade. De acordo com Fuller (1990), a pluriatividade é um processo mais amplo, estando ligada à unidade familiar e à relação que seus membros têm com as atividades agropecuárias e não agropecuárias dentro e/ou fora do estabelecimento, enquanto a agricultura em tempo parcial centra-se mais fortemente nas atividades realizadas pelo chefe familiar. Para o autor, ampliar o horizonte ocupacional para além da pessoa de referência da família significaria reconhecer as possibilidades proporcionadas pela combinação das ocupações, entre os membros familiares, no fortalecimento da renda familiar.

Conforme Sacco dos Anjos (2003), a realidade empírica em que são desenvolvidas a agricultura em tempo parcial e a pluriatividade é bastante próxima, não obstante hajam diferenças conceituais relacionadas à abrangência e ao estágio temporal do desenvolvimento agrário e rural na qual estão inseridas. A agricultura em tempo parcial, enquanto fenômeno em transição desde o final dos anos 70, apresentava estrita conexão com o processo de industrialização parcial do setor agropecuário. Já a pluriatividade surgiu em decorrência da mudança de percepção política e acadêmica acerca dos problemas ocasionados pelo modelo intensivo de produção das sociedades contemporâneas, de tal modo que a valoração das diferentes fontes de ocupação e renda apresentaram-se como alternativas viáveis para o rural.

Com efeito, o debate sobre a pluriatividade ganhou ímpeto no contexto da modernização agrícola da atual União Europeia (UE), em que, reconhecidamente, buscou-se preservar a estrutura agrária da região por meio da adoção de políticas de “Preferência Comunitária”. O fundamento desse tipo de política seria a preservação de um elemento chave para que esse “fenômeno” ocorresse, qual seja, a permanência de agricultores desenvolvendo atividades agropecuárias. A adoção de preços comuns altos para todos os produtores e a proteção interna em relação às forças de mercado permitiu a realização da produção para todos os agricultores, eficientes e ineficientes, permitindo que muitas famílias e pessoas permanecessem ocupadas nas atividades agropecuárias, embora desenvolvessem, concomitantemente, atividades não agropecuárias. Isso contribuiu para que a população economicamente ativa (PEA) agropecuária²⁰ se estabilizasse, sobretudo a partir da atenuação dos efeitos da modernização

²⁰Nascimento (2008) demonstra, por meio de dados, que no período anterior à implementação da Política Agrícola Comum (PAC) as atividades não agropecuárias substituíram sobremaneira as atividades agropecuárias na geração

sobre os produtores menos eficientes, da valorização e redefinição do papel da agricultura para o dinamismo do meio rural (NASCIMENTO, 2008).

O resultado das políticas adotadas se refletiram no crescimento da pluriatividade, constatação evidenciada pelos estudos do Arkleton Trust Project (1992). Para um conjunto de dados de 1987 a 1991, a pesquisa evidenciou que 63% dos estabelecimentos rurais da União Europeia apresentavam membros familiares ocupados em atividades agropecuárias e não agropecuárias, tanto dentro como fora das unidades familiares. Paralelo a isso, as famílias ocupadas exclusivamente na agricultura apresentavam taxas negativas de crescimento em todas as regiões investigadas pela pesquisa. Notou-se, portanto, que a combinação de atividades agropecuárias com não agropecuárias por membros de um mesmo núcleo familiar na Europa despontava-se como um elemento importante para o desenvolvimento rural da União Europeia.

Em estudo similar para 12 países da Europa, Hill (1999) identificou que, mesmo nas unidades familiares em que as atividades agropecuárias respondiam por maior parte da renda, havia fontes de receitas oriundas de atividades não agropecuárias. Dessa forma, ficou patente que a viabilização de alternativas produtivas e de renda para as famílias da região seria condicionada por um portfólio familiar cada vez mais diversificado, formado por atividades agropecuárias e não agropecuárias, desenvolvidas interna e externamente ao estabelecimento.

No Brasil, os estudos sobre as ocupações rurais não agropecuárias e pluriatividade são relativamente recentes, datados notadamente dos anos 90, influenciados, em grande medida, pelas análises internacionais realizadas no âmbito da União Europeia. Uma série de pesquisas do Projeto Rurbano (IE/UNICAMP) demonstrou, na sua primeira fase, por meio dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), queda na participação das atividades agropecuárias e aumento das atividades não agropecuárias na geração de ocupação e renda para os residentes rurais nas regiões brasileiras. Constatou-se, portanto, a presença de características socioeconômicas e espaciais que imprimiram um ritmo diferenciado no rural de todo o Brasil, tornando-se cada vez mais difícil entender a dinâmica dessas áreas somente através das tradicionais atividades ligadas à agricultura e pecuária. Essas transformações levaram os pesquisadores a definirem a presença de um “novo rural” brasileiro, denominação que reflete a proeminência de atividades rurais que até então tinham pouca ou nenhuma importância na geração de ocupação e renda.

Desde então, as pesquisas destacaram o crescimento e a importância das atividades não agropecuárias na geração de ocupação e renda para as famílias rurais brasileiras, possibilitando

de postos de trabalho, reforçando os argumentos de que essa política foi crucial para manter os agricultores vinculados à terra, ação fundamental para que a pluriatividade ocorra.

a manutenção do vínculo com a terra, mas desenvolvendo outras atividades que garantiriam a sobrevivência familiar. Assim, novos modos de vida no meio rural passaram a ser identificados, de tal modo que os princípios da diversidade e sustentabilidade econômica e social passaram a ser determinantes nessa dinâmica. A estabilização da renda e a contenção do êxodo rural são apontadas pela literatura especializada como as principais vantagens da heterogeneidade que se conformou no meio rural, sobretudo para o segmento dos agricultores descapitalizados com dificuldades para se integrar nas diversas cadeias agroindustriais.

Graziano da Silva (1999) e Campanhola e Graziano da Silva (2000) mostram que as transformações experimentadas pelo rural brasileiro, em finais dos anos 80 e início dos anos 90, trouxeram uma espécie de revalorização das atividades secularmente presentes nas áreas rurais do país, mas que tinham pouca ou nenhuma importância econômica diante do modelo de desenvolvimento agrícola em voga no país. Isso fez com que fosse identificado um conjunto de famílias rurais que combinavam entre seus membros familiares atividades agropecuárias e não agropecuárias na geração de ocupação e renda, de tal maneira que o emprego não agropecuário passou a se constituir como “mais uma” força motora para o desenvolvimento rural.

Para se ter uma ideia dessas mudanças, DelGrossi (1999) mostra que no período de 1981 a 1995 a população economicamente ativa não agropecuária apresentou crescimento, enquanto o contingente de pessoas ocupadas exclusivamente na agricultura decresceu em todas as regiões brasileiras analisadas. O autor mostra que nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste, além do Estado de São Paulo, por exemplo, a redução da PEA rural foi compensada pelo incremento mais que proporcional da população rural ocupada em atividades não agropecuárias. Diante disso, a população rural não poderia ser mais considerada como unicamente agropecuária, uma vez que ao lado da agricultura teriam inúmeras outras atividades responsáveis por grande parte dos postos de trabalho, sobretudo nas regiões de agricultura mais moderna.

O cenário de crescimento da população rural ocupada em atividades não agropecuárias continuou seu curso nos anos 2000, enquanto o contingente de pessoas ocupadas exclusivamente na agropecuária apresentou queda contínua (Tabela 15). Esses resultados vão ao encontro do que foi apontado por estudos recentes (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000; KAGEYAMA, 2004; DELGROSSI; GRAZIANO DA SILVA, 2006; BALSADI; GOMES, 2007; GRAZIANO DA SILVA, 2010; LAURENTI; PELLIN; TELLES, 2015; BALSADI; DELGROSSI, 2016), o que ratificaria o caráter não transitório e não conjuntural dessas transformações.

Tabela 15 - Evolução da população rural de 10 anos ou mais de idade ocupada segundo os ramos de atividade, Brasil, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

RAMOS DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	Δ (% aa.)
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	12.717	11.276	10.410	9.618	-4,5 *	-1,4 *
NÃO AGROPECUÁRIA	4.244	5.332	4.534	5.441	2,2	4,6 ***
TOTAL	16.962	16.607	14.944	15.059	-2,6	0,6

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Discute-se que o crescimento das atividades não agropecuárias é condição necessária mas não suficiente para explicar a existência da pluriatividade entre as famílias, de modo que outros elementos também influenciariam as famílias com residência rural a se tornarem pluriativas. Fuller (1990) reconhece a pluriatividade como um processo que se realiza a partir de elementos internos (idade, tamanho da família, nível de qualificação, aspirações/objetivos, etc.) e externos (ambiente macroeconômico) à família. O autor ressalta que o dinamismo econômico do entorno rural é um fator importante para a explicação de casos crescentes de pluriatividade à medida que tende a gerar oportunidades de trabalho em setores não agropecuários.

Brun e Fuller (1991) consideram a pluriatividade como uma estratégia de diversificação adotada pelas famílias mediante alterações do contexto econômico, social e local em que estão inseridas. Depreende-se a partir da colocação dos autores que a interação entre fatores intrínsecos (idade, tamanho da família, nível de escolaridade, objetivos, aspirações, etc.) e extrínsecos (mercado de trabalho, dinamismo do entorno em que as famílias estão inseridas) à unidade familiar são determinantes para que a combinação entre atividades agropecuárias e não agropecuárias seja efetivada pelo núcleo familiar. Ao convergir com essa ideia, a OECD (1998) destaca que a pluriatividade é uma estratégia de diversificação das fontes de ocupação e renda adotada pelas famílias diante das dificuldades de ordem técnica, econômica ou financeira.

Para Saraceno (2001), a busca pela diversificação das fontes de ocupação e rendimentos ocorre quando as famílias consideram a renda oriunda das atividades agropecuárias exclusivamente como insuficientes para manter a reprodução familiar. Para a autora, o dinamismo da economia local e do rural são fundamentais para se entender a dinâmica da pluriatividade no interior das famílias. A autora atribui papel primordial às políticas de desenvolvimento rural que valorizem a geração de postos de trabalho a partir da diversidade territorial, de forma a manter as famílias vinculadas à terra ao mesmo tempo em que desenvolvem outras atividades não agropecuárias.

Em estudo sobre a pluriatividade e o desenvolvimento rural no Estado de Santa Catarina, Mattei (1999) afirma que possibilidades de as famílias se tornarem pluriativas advém da redefinição adquirida pelo rural, notadamente a partir do surgimento das múltiplas atividades relacionadas aos mais variados segmentos produtivos (agropecuário, serviços, lazer, ambiental, industrial, etc.) e de sua crescente integração com os demais setores da economia. A diversidade de oportunidades rompe com a visão tradicional/setorial de se associar o mercado de trabalho rural somente ao setor agropecuário. Nesse sentido, a pluriatividade seria determinada pela soma de fatores internos e externos, podendo ser de “natureza econômica (tamanho da unidade familiar, nível de renda, etc.), social (nível de escolaridade, idade dos membros familiares, etc.), pessoal (aspirações/objetivos das famílias, etc.), contextual (disponibilidade de emprego no entorno, etc.) e de lazer (turismo rural, preservação ambiental, etc.)”, não sendo razoável tomá-los isoladamente (MATTEI, 1999, p. 13).

Ao convergir com Mattei (1999), Souza (2000) discute a pluriatividade como um processo resultante da interdependência existente entre o rural e o seu entorno, na qual as famílias se reestruturam e se moldam para acompanhar as transformações empreendidas pelas forças de mercado sobre suas estruturas. Dessa forma, a interação de fatores internos e externos ao estabelecimento familiar são determinantes na conformação da pluriatividade. Nessa mesma perspectiva, Ellis (2000) e Conterato (2008) afirmam que a pluriatividade é o resultado da interação dos elementos da dinâmica regional (fatores externos) e da família (fatores internos). Para os autores, as estratégias de reprodução familiar funcionam como uma espécie de reação a situações de vulnerabilidade e/ou adaptação quando os indivíduos apresentam características (maior nível de escolaridade, por exemplo) que lhes possibilitam escolher entre uma ou outra oportunidade de trabalho apresentada pelo macroambiente

Schneider (2003, 2004, 2009) sustenta que embora as possibilidades de combinação de atividades agropecuárias e não agropecuárias dependam do contexto socioeconômico em que as famílias estão inseridas, sobretudo das oportunidades geradas pelo mercado de trabalho local, o autor atribui notável importância aos elementos internos às famílias. Ou seja, sem as características intrínsecas ao ambiente intrafamiliar - objetivos e aspirações coletivas ou individuais, nível de escolaridade ou instrução, condições estruturais do estabelecimento familiar, tamanho da família, idade dos membros familiares - a pluriatividade enquanto processo permanente e não transitório seria comprometida. O analista é enfático ao assinalar que as variáveis exógenas (condições locais do mercado de trabalho, infraestrutura, etc.) são, tão somente, determinantes da evolução da pluriatividade, mas com importância secundária na decisão de as famílias tornarem-se pluriativas.

Além desses estudos, há outros, no Brasil, que adotam uma análise da pluriatividade baseada em um processo mais amplo, cujo resultado se manifesta da interação de fatores externos e internos à unidade de produção familiar. Sacco dos Anjos (2003), por exemplo, afirma que as transformações engendradas no âmbito geral, regional e local da economia, sobretudo as relacionadas ao mercado de trabalho, impulsionam as famílias a buscarem a diversificação das fontes de ocupação e renda como uma estratégia de reprodução social. Isso porque, seria cada vez mais difícil as famílias se reproduzirem somente através das tradicionais atividades agropecuárias. Kageyama (1998) se aproxima dessa perspectiva ao defender que fatores e/ou circunstâncias restritas à unidade de produção familiar (nível micro de análise) não são suficientes para explicar a pluriatividade, sendo necessário considerar o dinamismo da economia em que as famílias estão inseridas (nível macro ou mesoeconômico de análise)²¹.

Na esteira desse debate, Nascimento (2008, 2009) mostra que, nos períodos de 1992-1999 e 2001-2004, o número de famílias pluriativas da agricultura familiar cresceu e persistiu na Região Nordeste, porém decresceu na Região Sul detentora de uma agropecuária moderna e entornos rurais dinâmicos, o que contrastaria fortemente com as evidências apresentadas pela literatura nacional. No primeiro caso, a explicação seria atribuída ao fato de que, mediante situações de pobreza e economias locais fragilizadas, as estratégias de reprodução familiar centrar-se-iam, também, em setores precarizados, o que não justifica o abandono das atividades agropecuárias por oportunidades ocupacionais em outros setores. No caso de economias regionais mais ricas (Região Sul), a oferta de postos de trabalhos em setores dinâmicos acaba sendo um estágio inicial para que, posteriormente, as famílias se tornem exclusivamente não agropecuárias, implicando na diminuição da pluriatividade.

Cardoso (2013) insere-se na discussão sobre os determinantes da pluriatividade nas Regiões Sul e Nordeste para os períodos de 1992 a 1999 e 2001 a 2009. A autora conclui, em sua análise, que os elementos internos à unidade familiar (tamanho da família, idade, escolaridade) apresentam pouca representatividade na explicação da existência e evolução da pluriatividade no interior da agricultura familiar. Seria imprescindível considerar fatores relacionados ao contexto econômico (dinamismo local, condições do mercado de trabalho, etc.) em que as famílias estão inseridas, além das políticas públicas de preservação do lado agropecuário da pluriatividade, sobretudo no contexto de crescimento das ocupações não agropecuárias no rural.

²¹ Saraceno (1994) também discute a relação da pluriatividade com o contexto da economia local.

Baseado nessas evidências e discussões, percebe-se que o único consenso que há é sobre a existência de um rural que ultrapassa as tradicionais atividades ligadas à agricultura e pecuária. Para se ter uma ideia da imensa diversidade de famílias (agropecuárias, não agropecuárias, pluriativas e não ocupadas), observa-se que no agregado houve certa estabilidade das famílias pluriativas, crescimento acentuado das famílias não agropecuárias e de não ocupados em todo o país, nos períodos de 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (Tabela 16), resultados que convergem com a tendência apontada por Sakamoto, Nascimento e Maia (2016).

Tabela 16 - Evolução dos diferentes tipos de famílias extensas totais rurais, Brasil e grandes regiões, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)

REGIÃO/TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Norte	980	1.141	1.081	1.243	3,1 ***	3,6 ***
Agropecuária	518	486	556	584	-0,5	0,9
Pluriativa	180	195	187	194	1,2	1,6
Não Agropecuária	248	400	261	331	8,7 **	6,4 ***
Não Ocupados	34	60	76	134	11,7 ***	15,6 ***
Nordeste	3.531	3.969	4.012	4.581	2,4 ***	3,2 ***
Agropecuária	2.092	2.096	2.090	2.003	0,2	-0,5
Pluriativa	684	753	708	747	1,2	1,9 *
Não Agropecuária	484	703	714	998	7,9 ***	8,2 ***
Não Ocupados	270	417	499	833	9,2 ***	10,3 **
Sudeste	1.726	1.928	1.716	1.920	2,2 ***	2,7 ***
Agropecuária	783	794	770	834	0,2	1,4
Pluriativa	288	300	282	306	0,7	3,1 **
Não Agropecuária	514	659	464	551	5,0 ***	4,1 ***
Não Ocupados	141	174	200	228	5,0 ***	4,3
Centro-Oeste	521	542	436	547	1,0 *	5,5 ***
Agropecuária	307	290	236	292	0,1	4,4 ***
Pluriativa	99	108	100	99	-0,4	0,6
Não Agropecuária	91	118	76	115	4,0 **	12,2 ***
Não Ocupados	24	26	23	41	4,7	11,1
Sul	1.371	1.461	1.361	1.449	-11,2	1,5 ***
Agropecuária	803	751	689	642	-13,1	-1,3 *
Pluriativa	248	272	257	232	-12,4	-2,1 ***
Não Agropecuária	256	325	277	378	-7,4	7,4 ***
Não Ocupados	64	112	138	197	-1,2	7,0 **
Brasil	8.129	9.042	8.605	9.739	0,3	3,0 ***
Agropecuária	4.503	4.417	4.342	4.355	-2,1	0,2
Pluriativa	1.500	1.629	1.534	1.578	-0,8	1,4
Não Agropecuária	1.592	2.206	1.793	2.373	4,9 **	7,0 ***
Não Ocupados	533	789	937	1.433	7,2 ***	9,1 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Quando se analisa regionalmente, percebe-se que o número de famílias pluriativas manteve-se estável no primeiro período, em todas as regiões brasileiras, mas para o período de

2011 a 2015 houve tendência de crescimento somente para as Regiões Nordeste e Sudeste, enquanto para a Região Sul foi de decréscimo. Na Região Norte, objeto de estudo da presente Tese, ocorreu, concomitantemente, um aumento do número de famílias não agropecuárias²² e de não ocupados, enquanto as famílias pluriativas mantiveram-se estáveis, comportamento similar observado para a Região Centro-Oeste (Tabela 16).

Diante dessa imensa heterogeneidade e trajetórias diferenciadas em cada período e região, acreditamos que seja factível tomar um conjunto de elementos internos e externos à exploração familiar (sem ordem de importância como atribuem outros autores) associados às políticas de desenvolvimento rural (ou à ausência dessas) para se compreender a dinâmica em que a pluriatividade se realiza. Ressalte-se que as políticas de cunho multissetorial são necessárias para se valorizar a diversidade e potencialidades locais, a fim de tornar o ambiente de cada região propício e próspero para o surgimento de ocupações não agropecuárias. O rural necessita ser transformado em “espaços de produção no sentido amplo da palavra, espaços esses onde além da exploração racional e sustentável dos recursos naturais, a diversificação de rendas e atividades seja igualmente potencializada [...]” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 38).

Para a discussão que norteia esse trabalho, o consenso em relação ao “novo rural” não restrito somente às atividades agropecuárias tradicionais é, portanto, o ponto a ser retido da discussão a respeito das mudanças identificadas nas áreas rurais brasileiras. O surgimento das atividades não agropecuárias e a emergência da pluriatividade no seio das famílias com residência rural rompem, de um lado, com a tradição de se associar essas áreas somente às atividades ligadas à agropecuária e, por outro, mostram a inadequabilidade dos “velhos” modelos de desenvolvimento rural de cunho setorial que têm orientado as políticas públicas no decorrer dos anos.

Nesse sentido, as próximas seções analisam as transformações apresentadas pelo rural da região Norte do Brasil. A realidade rural dessa região, composta por um conjunto de famílias agropecuárias, não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados, nos dará subsídios para discutir políticas de desenvolvimento rural que contemplem a diversidade de demandas do rural da região, incluindo ações de assistência técnica, crédito rural, serviços educacionais, de saúde, saneamento básico, moradia, comércio, fortalecimento das ocupações não agropecuárias, etc.

²² Somatório das famílias não agropecuárias de empregadores, contas próprias e de empregados. Semelhante somatório é feito com as famílias agropecuárias e pluriativas.

2.3 Famílias não agropecuárias e a emergência de uma nova ruralidade na região Norte

A região amazônica e, mais especificamente, a Região Norte do Brasil, caracterizada, nacional e mundialmente, por uma grande diversidade socioeconômica e uma vasta cobertura florestal, apresenta a mesma tendência já observada nas demais regiões brasileiras.

Os dados da Tabela 17 mostram que nos períodos sob análise o contingente de famílias totais residentes nas áreas rurais da Região Norte cresceu a taxas médias anuais significativas, crescimento que teria sido decorrente, em ambos os períodos, do crescimento das famílias não agropecuárias e das famílias de não ocupados. Em relação às famílias pluriativas, apenas as intersetoriais de empregados²³ que exibiram tendência de crescimento significativo.

Tabela 17 - Evolução (e taxas de crescimento) dos contingentes dos diferentes tipos de famílias extensas residentes rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com + de 2 empregados	13	10	7	7	-10,8	1,3
Agropecuária	1	0	1	2	- -	- -
Pluriativa	5	2	2	1	- -	- -
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	1	0	1	0	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	4	1	1		- -	- -
Não Agropecuária	7	7	4	4	-7,8	2,8
Empregadora com até 2 empregados	42	42	17	26	-2,0	9,8 **
Agropecuária	19	19	7	11	-1,4	7,7
Pluriativa	20	14	6	8	-9,1	6,1
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	6	3	1	2	-15,3	4,5
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	14	11	5	7	-6,8	5,5
Não Agropecuária	4	8	4	6	14,4	17,4 *
Conta Própria	587	604	666	722	0,9 *	2,1 ***
Agropecuária	373	324	408	428	-1,8	1,0
Pluriativa	118	116	137	137	0,7	0,4
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	23	12	23	21	-7,1	0,5
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	95	104	114	116	2,1	0,5
Não Agropecuária	97	163	121	156	8,5 *	7,0 **
Empregados	303	426	315	354	6,9 ***	3,1 ***
Agropecuária	125	142	140	142	3,0 ***	0,1
Pluriativa	38	63	42	47	7,3 *	4,4
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	38	63	42	47	7,3 *	4,4
Não Agropecuária	140	221	133	164	9,7 ***	5,4 ***
Não Ocupados	34	60	76	134	11,7 ***	15,6 ***
TOTAL	980	1.141	1.081	1.243	3,1 ***	3,6 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (-) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

²³ A pluriatividade intersetorial pode ser definida como aquela em que a família apresenta pelo menos um membro ocupado em uma atividade agropecuária e pelo menos um outro ocupado em uma atividade não agropecuária. Já a pluriatividade tradicional consiste na família que concilia trabalho agropecuário no interior do estabelecimento com outro trabalho assalariado, também agropecuário, entre seus membros.

Essas constatações reforçam a inserção das famílias rurais da Região Norte em atividades não agropecuárias, seja no próprio meio rural (agroindústrias processadoras de matérias-primas, atividades domésticas remuneradas, professores rurais, agentes comunitários de saúde, pequenos comerciantes, barqueiros, etc.) ou nas cidades do entorno socioeconômico²⁴. O encurtamento das distâncias entre o urbano e o rural teria papel relevante nessa configuração ao favorecer o deslocamento da população da residência para o local de trabalho (na cidade) e vice-versa, contribuindo para a permanência das famílias nas áreas rurais.

Outra possível justificativa para o aumento no número de famílias rurais estaria relacionada à fragmentação da estrutura familiar, ou seja, aumento do número de famílias unipessoais e casal sem filhos, em detrimento de famílias nucleares com filhos²⁵. Maia e Sakamoto (2016) mostram que muito embora a estrutura familiar composta por filhos ainda fosse determinante entre as estruturas familiares do rural brasileiro, em 2011, o número de famílias unipessoais e sem filhos apresentaram crescimento significativo entre 1981 e 2011.

Do ponto de vista agregado, a Tabela 18 mostra que o total das famílias rurais não agropecuárias e de não ocupados da Região Norte foram os únicos tipos familiares que exibiram tendência (sentido estatístico) de crescimento, as quais representariam cerca de 40% do total de famílias, ao final de cada um dos períodos analisados. Outro ponto importante é que as famílias pluriativas apresentaram tendência (sentido estatístico) de não crescimento à medida que a participação das famílias agropecuárias diminuiu, e a contribuição das famílias não agropecuárias e de não ocupados aumenta.

No que tange ao desempenho das famílias pluriativas, Nascimento (2009) afirma que a pluriatividade, conformada por meio dos lados “agropecuário” e “não agropecuário”, tende a apresentar declínio a partir do decréscimo de um desses lados, sobretudo o lado agropecuário que é próprio e definidor desse processo. Dessa forma, ao se optar por um modelo de desenvolvimento que valorize a pluriatividade, torna-se necessário um conjunto de ações voltadas ao fortalecimento do lado agropecuário, já que a existência desse fenômeno impede a existência de famílias envolvidas em atividades próprias do setor. A substituição (ou abandono) das atividades agropecuárias tradicionais por atividades não agropecuárias poderá contribuir, por um lado, para a redução e/ou não crescimento do número de famílias pluriativas, e, por outro, implicar em casos crescentes de famílias não agropecuárias.

²⁴ A PNAD não permite saber onde essas atividades (não agropecuárias) são exatamente exercidas, se no rural ou no urbano. Possibilita, apenas, saber se tais atividades foram ou não exercidas dentro do estabelecimento rural.

²⁵ As famílias unipessoais (11,7% a.a. em 2004 a 2009 e 9,2% a.a. em 2011 a 2015) e famílias sem filhos (8,1% a.a. em 2004 a 2009 e 7,1% a.a. em 2011 a 2015) rurais da Região Norte apresentaram taxas de crescimento significativas nos períodos sob análise, enquanto as famílias com filhos permaneceram estáveis.

Um exemplo disso é a Região Sul do Brasil, sobretudo nos anos de 1990, em que a diminuição e/ou não crescimento das famílias pluriativas decorreu do abandono das atividades agropecuárias em favor das atividades não agropecuárias. O dinamismo econômico da região com ofertas de trabalhos mais atrativos em outros setores e, também, à agricultura moderna e predominante na região, sendo, ao mesmo tempo, competitiva e excludente, fragilizou as relações de agricultores descapitalizados com as atividades agropecuárias. O mesmo não ocorreu em regiões pobres ou pouco dinâmicas, no caso do Nordeste, já que a oferta de trabalho não agropecuário também ocorreria em setores precarizados (NASCIMENTO, 2008).

Tabela 18 - Participação de cada um dos tipos de famílias (segundo os ramos de atividades) na totalidade das famílias rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Número de Famílias (1.000 famílias)						
Família Agropecuária	518	486	556	584	-0,5	0,9
Família Pluriativa	180	195	187	194	1,2	1,6
Família Não Agropecuária	248	400	261	331	8,7 **	6,4 ***
Não Ocupados	34	60	76	134	11,7 ***	15,6 ***
TOTAL	980	1.141	1.081	1.243	3,1 ***	3,6 ***
Participação Relativa (%)						
Família Agropecuária	52,9	42,6	51,5	47,0	-3,5	-2,6 ***
Família Pluriativa	18,4	17,1	17,3	15,6	-1,9	-2,0
Família Não Agropecuária [2]	25,3	35,0	24,2	26,6	5,4	2,7 **
Não Ocupados [3]	3,5	5,3	7,0	10,8	8,3	11,5 ***
[2] + [3]	28,7	40,3	31,2	37,4	5,8	4,9 ***
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Observe-se (Tabela 18) que a distribuição relativa dos tipos familiares no início do segundo período (2011 a 2015) praticamente coincide com a distribuição no início do primeiro (2004 a 2009). Isso pode ser resultado da atualização do perímetro das cidades, realizada pelo IBGE, por ocasião do Censo Demográfico (CD) de 2010, de maneira que muitas áreas rurais podem ter se tornado urbanas. A implicação disso seria a perda de famílias não agropecuárias (e pluriativas), já que supomos que são essas famílias que residam mais proximamente dos perímetros urbanos, fazendo com que a composição/distribuição dos distintos tipos familiares rurais seja mais fortemente marcada pelas famílias estritamente agropecuárias.

Em uma análise mais desagregada da evolução da participação relativa de todos os tipos familiares, percebe-se que as famílias não agropecuárias de empregados e as de não ocupados registraram expressiva tendência de crescimento. Panorama diferente pode ser observado em

relação às famílias agropecuárias de contas próprias e de empregados que experimentaram tendência de redução na sua participação relativa nos dois períodos da série (Tabela 19).

Tabela 19 - Evolução da participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas no total geral das famílias rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com + de 2 empregados	1,4	0,9	0,7	0,5	-13,5	-2,2
Agropecuária	0,1	0,0	0,1	0,1	- -	- -
Pluriativa	0,5	0,2	0,2	0,1	- -	- -
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	0,1	0,0	0,1	0,0	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	0,4	0,2	0,1	0,1	- -	- -
Não Agropecuária	0,7	0,6	0,3	0,3	-10,6	-0,8
Empregadora com até 2 empregados	4,3	3,7	1,6	2,1	-4,9	6,0
Agropecuária	2,0	1,7	0,7	0,9	-4,4	3,9
Pluriativa	2,0	1,2	0,5	0,7	-11,8	2,4
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	0,6	0,3	0,1	0,1	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	1,4	1,0	0,5	0,6	- -	- -
Não Agropecuária	0,4	0,7	0,4	0,5	10,9	13,4
Conta Própria	59,9	52,9	61,6	58,1	-2,2 ***	-1,5 ***
Agropecuária	38,0	28,4	37,7	34,5	-4,7 **	-2,5 ***
Pluriativa	12,0	10,2	12,7	11,0	-2,3	-3,1
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	2,4	1,1	2,1	1,7	-9,9 *	-3,0
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	9,6	9,1	10,5	9,3	-1,0	-3,0
Não Agropecuária	9,9	14,3	11,2	12,6	5,2	3,2
Empregados	30,9	37,3	29,1	28,5	3,7 ***	-0,5
Agropecuária	12,8	12,4	12,9	11,4	-0,1	-3,4 *
Pluriativa	3,8	5,5	3,9	3,8	4,1	0,7
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	3,8	5,5	3,9	3,8	4,1	0,7
Não Agropecuária	14,3	19,4	12,3	13,2	6,4 ***	1,8 ***
Não Ocupados	3,5	5,3	7,0	10,8	8,3 ***	11,5 ***
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Do ponto de vista da evolução dos diferentes tipos de famílias classificadas segundo os ramos de atividade, a Tabela 20 mostra tendências semelhantes às observadas e apresentadas nas tabelas anteriores. Ou seja, o nítido crescimento da participação relativa das famílias não agropecuárias contrastando com a perda de participação das famílias estritamente agropecuárias. Do ponto de vista do agregado das famílias pluriativas, seguindo a mesma trajetória anteriormente analisada, esses tipos familiares exibiram estabilidade. Todavia, percebe-se que as famílias pluriativas tradicionais de contas próprias apresentam forte tendência de decréscimo, enquanto as pluriativas intersetoriais permaneceram estáveis, muito provavelmente em decorrência do crescimento do lado não agropecuário.

Tabela 20 - Evolução da participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas no total de cada tipo familiar segundo o local de domicílio, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com + de 2 empregados	100,0	100,0	100,0	100,0		
Agropecuária	10,0	3,5	20,1	25,6	-	-
Pluriativa	36,9	20,8	29,3	21,7	-	-
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	9,1	0,0	10,0	0,0	-12,7	-36,9 *
<i>Intersectorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	27,8	20,8	19,3	21,7	-11,7	7,3
Não Agropecuária	53,1	75,7	50,5	52,7	3,4	1,4
Empregadora com até 2 empregados	100,0	100,0	100,0	100,0		
Agropecuária	45,1	46,3	42,5	43,1	0,6	-2,0
Pluriativa	46,5	33,7	33,7	32,2	-7,2	-3,4
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	13,4	7,2	4,1	6,0	-13,6	-4,8
<i>Intersectorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	33,1	26,5	29,6	26,2	-4,9	-4,0
Não Agropecuária	8,4	20,0	23,8	24,8	16,7	6,9
Conta Própria	100,0	100,0	100,0	100,0		
Agropecuária	63,5	53,7	61,3	59,4	-2,6 *	-1,0 *
Pluriativa	20,1	19,3	20,6	19,0	-0,2	-1,6
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	4,0	2,0	3,4	2,9	-7,9 *	-1,5
<i>Intersectorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	16,1	17,3	17,1	16,0	1,2	-1,5
Não Agropecuária	16,4	27,0	18,2	21,7	7,6	4,8 **
Empregados	100,0	100,0	100,0	100,0		
Agropecuária	41,3	33,3	44,4	40,2	-3,6 ***	-2,8 *
Pluriativa	12,4	14,8	13,5	13,4	0,4	1,3
<i>Intersectorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	12,4	14,8	13,5	13,4	0,4	1,3
Não Agropecuária	46,3	51,9	42,1	46,4	2,6 ***	2,3 ***

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

O número de famílias de não ocupados, conforme já apontado, apresentou crescimento significativo no período de 2004 a 2015. O impulso fundamental para esse desempenho teria sido o aumento do número de pensionistas e/ou aposentados e outros não ocupados (Tabela 21).

Tabela 21 - Evolução (e taxas de crescimento) das famílias de não ocupados residentes rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Número de Famílias (1.000 famílias)						
Não Ocupados	34	60	76	134	11,7 ***	15,6 ***
Só procurando emprego	4	3	6	6	-3,5	2,7
Só pens. e/ou aposentados	22	44	52	95	12,9 ***	17,7 ***
Outros não ocupados	8	13	18	33	13,0 *	13,7 **
Participação Relativa (%)						
Não Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0		
Só procurando emprego	12,4	4,9	7,8	4,4	-13,6 ***	-11,1 *
Só pens. e/ou aposentados	64,8	72,6	68,4	70,7	1,1	1,9
Outros não ocupados	22,8	22,4	23,8	24,9	1,2	-1,7

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Quando se analisa a participação relativa das famílias de não ocupados no total geral nota-se uma tendência de crescimento relevante de 8,3%a.a. e 11,5%a.a., nos períodos de 2004 a 2009 e 2011 a 2015, respectivamente. O grupo de famílias de pensionistas e/ou aposentados e de outros não ocupados são os mais significativos em termos relativos (Tabela 22).

Tabela 22 - Participação relativa (%) das famílias de não ocupados no total das famílias residentes rurais da Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Não Ocupados	3,5	5,3	7,0	10,8	8,3 ***	11,5 ***
Só procurando emprego	0,4	0,3	0,5	0,5	- -	- -
Só pens. e/ou aposentados	2,2	3,8	4,8	7,6	9,5 ***	13,6 ***
Outros não ocupados	0,8	1,2	1,7	2,7	9,6	9,7 *

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Para Delgado e Cardoso Junior (2000), a emergência do grupo social de aposentados e/ou pensionistas converge plenamente com as concepções que explicam o meio rural a partir de novos aspectos demográficos e socioeconômicos, das novas funções adquiridas pelas áreas rurais e pelo surgimento da pluriatividade no interior das famílias. Os autores ressaltam que as aposentadorias e/ou pensões têm papel relevante no fortalecimento da renda recebida pelas famílias de não ocupados, assim como para as famílias de ocupados que possuem algum membro familiar que recebe esse tipo de renda, já que, em grande parte, funcionam como uma espécie de “renda a mais” dos domicílios.

Souza (2000) destaca que o recebimento de aposentadoria e/ou pensão por algum membro das famílias de ocupados não significa que essas se tornarão totalmente dependentes desse tipo de renda e ausentes das atividades produtivas da agropecuária. Pelo contrário, na maioria dos casos, reflete, tão somente, a transferência da direção do estabelecimento do aposentado para o filho ou parente. É o que o autor chama de “perda de poder”, na qual o aposentado/pensionista se transforma em “inativo” apenas em termos relativos, já que ainda permanece atrelado às atividades desenvolvidas internamente nos estabelecimentos, auxiliando nas principais tarefas da exploração.

Em termos de rendimento familiar, segundo ramos de atividades, nota-se que as famílias não agropecuárias de contas próprias e de empregados apresentaram aumento na participação relativa no total rural. Desempenho diferente foi apresentado pelas famílias agropecuárias, sobretudo de contas próprias, cuja explicação residiria no fato de que essas famílias estariam

buscando outras alternativas de renda, especialmente nas atividades não agropecuárias, cuja remuneração, normalmente, é mais elevada (Tabela 23).

Sakamoto, Nascimento e Maia (2016) ressaltam que o aumento das rendas não agropecuárias na renda total rural se deve, justamente, ao respaldo encontrado pelas famílias no fortalecimento e diversificação das fontes de rendimentos por meio dessas atividades, uma vez que a remuneração paga no setor não agropecuário, em grande medida, tende a ser maior do que na agropecuária. Todavia, os autores chamam a atenção para o fato de que essa propensão não é uma questão trivial, já que uma série de fatores externos e internos à unidade familiar interage na conformação desse cenário: dinamismo do rural e seu entorno, com oferta de trabalhos não agropecuários, sobretudo nas cidades; tamanho das famílias, principalmente se tem filhos em idade adulta residindo no domicílio; nível de escolaridade do chefe familiar, etc.

Tabela 23 - Participação relativa da renda de cada tipo familiar na renda total rural, Região Norte, 2004 a 2009 (em R\$ set./2009) e 2011 a 2015 (em R\$ set./2015)

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com + de 2 empregados	5,5	3,0	2,9	3,3	-14,8 **	2,1
Agropecuária	0,5	0,1	0,6	0,3	- -	- -
Pluriativa	3,2	0,5	0,9	1,9	- -	- -
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	0,2	0,0	0,3	0,0	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	3,1	0,5	0,6	1,9	- -	- -
Não agropecuária	1,8	2,3	1,4	1,1	-4,9	-5,0
Empregadora com até 2 empregados	8,5	6,8	3,7	6,2	-4,7	11,4 ***
Agropecuária	3,4	2,6	1,4	2,8	-4,0	9,
Pluriativa	4,3	3,1	1,6	1,7	-9,5	-0,7
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	0,9	1,0	0,1	0,5	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	3,4	2,1	1,5	1,2	-9,0	-2,9
Não agropecuária	0,8	1,2	0,7	1,8	5,9	2,8
Conta Própria	56,2	51,5	60,7	54,4	-1,5 *	-2,5 ***
Agropecuária	26,5	21,6	29,4	26,0	-4,1 **	-3,0 ***
Pluriativa	16,1	14,6	20,1	15,4	-0,4	-6,2 *
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	3,1	1,4	3,1	2,3	-0,8	-5,7
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	13,0	13,2	17,0	13,1	0,7	-6,3 **
Não agropecuária	13,5	15,3	11,2	13,1	1,7	3,5 *
Empregados	27,9	35,8	28,9	28,2	5,3 ***	-0,2
Agropecuária	7,9	7,9	8,7	8,0	0,0	-2,2
Pluriativa	3,3	6,3	4,8	4,4	7,7	-0,3
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	3,3	6,3	4,8	4,4	7,7	-0,4
Não agropecuária	16,7	21,6	15,4	15,9	6,7 *	0,9
Não Ocupados	1,9	3,0	3,7	7,8	6,8 *	20,2 ***
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Do ponto de vista do peso relativo das diferentes fontes de renda do trabalho (agropecuário e não agropecuário) e do não trabalho (aposentadorias/pensões e outras fontes) na composição da renda total rural, a Tabela 24 mostra a participação significativa da renda proveniente das atividades não agropecuárias, de maneira que, em 2015, seria superior ao rendimento agropecuário²⁶. Se considerarmos o somatório da renda do trabalho não agropecuário com a do não trabalho, o qual resultaria em 66,4% de participação, o rendimento agropecuária se tornaria ainda menor na composição total.

Nas famílias agropecuárias de contas próprias, 44,6% dos rendimentos são provenientes de aposentadorias/pensões, refletindo-se na importância das rendas do não trabalho para esses tipos familiares. Já nas famílias não agropecuárias e pluriativas, independente do tipo, a renda do trabalho ainda é a principal via de obtenção de rendimentos (Tabela 24).

A realidade de forte dependência das fontes de renda do não trabalho, especialmente das aposentadorias/pensões, não é uma particularidade das famílias rurais da Região Norte. Aquino e Nascimento (2020b) mostram que, no Nordeste brasileiro, em 2015, as aposentadorias e pensões respondiam por 55,7% e 22% da renda das famílias contas próprias e de empregados, ambas agropecuárias, respectivamente. Em contraste com as características do Norte e Nordeste, Staduto, Nascimento e Souza (2013), Eder, Souza e Nascimento (2017) identificaram que nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, respectivamente, a renda das famílias rurais ainda é, na sua maioria, proveniente do trabalho agropecuário, com participação menor das rendas não agropecuárias, das pensões/aposentadorias e outras fontes.

A dependência das famílias em relação às rendas do não trabalho, especialmente aposentadorias e pensões, mostram, por um lado, que o rural tornou-se lugar de moradia de um número significativo de famílias e, por outro, a importância desse tipo de renda para a sobrevivência familiar. Conforme assinalamos anteriormente, a renda das aposentadorias/pensões funcionam como um rendimento “a mais” e, portanto, contribui para a redução da pobreza familiar frente à insegurança econômica e social gerada pela usual sazonalidade da renda agropecuária (SOUZA, 2017). Nesse contexto, a implementação de políticas que gerem oportunidades ocupacionais e de renda em atividades agropecuárias e não agropecuárias, além de se fortalecer a previdência rural, são imprescindíveis, já que a sobrevivência e acesso aos bens materiais dependem fortemente da disponibilidade orçamentária das famílias.

²⁶ A massa de renda não agropecuária cresceu mais que (e ultrapassou) a massa de renda agropecuária. Se considerarmos as rendas do não trabalho, juntamente com as rendas não agropecuárias, pode-se ver ainda mais claramente que a massa de renda oriunda das atividades agropecuárias torna-se comparativamente menor.

Tabela 24 - Composição da renda total familiar, segundo o tipo de família e as diferentes fontes de renda do trabalho (agropecuária e não agropecuária) e do não trabalho (aposentadorias/pensões e outras fontes), Região Norte, 2004 e 2015 (Em R\$ set./2015)

TIPO DE FAMÍLIA	Rendas do trabalho				Rendas do não trabalho				Renda Total Familiar (R\$)	
	Agrop. (%)		Não Agrop. (%)		Apos. /Pens. (%)		Outras Fontes (%)		2004	2015
	2004	2015	2004	2015	2004	2015	2004	2015		
Empregadora com + de 2 empregados	54,5	53,0	41,6	43,3	2,0	3,3	1,9	0,4	73.781,21	66.959,99
Agropecuária	92,3	70,9	0,0	0,0	7,7	28,8	0,0	0,4	6.984,00	5.648,34
Pluriativa	78,9	81,2	18,9	18,8	1,3	0,0	0,9	0,0	42.782,63	38.789,00
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	80,0	-	0,0	-	9,7	-	10,3	-	2.124,29	-
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	78,9	81,2	19,9	18,8	0,8	0,0	0,5	0,0	40.658,34	38.789,00
Não Agropecuária	0,0	0,0	94,2	96,5	1,6	2,5	4,2	1,0	24.014,58	22.522,64
Empregadora com até 2 empregados	68,9	56,7	20,2	33,2	9,1	7,6	1,9	2,6	112.627,34	126.229,42
Agropecuária	91,7	85,1	0,0	0,0	5,5	11,7	2,8	3,3	45.616,35	57.060,13
Pluriativa	62,6	68,6	23,6	26,3	12,2	1,8	1,6	3,2	56.996,78	33.483,74
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	82,7	95,4	0,0	0,0	16,6	4,3	0,8	0,3	11.429,31	9.347,91
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	57,6	58,3	29,5	36,5	11,1	0,9	1,8	4,3	45.567,47	24.135,83
Não Agropecuária	0,0	0,0	92,6	92,7	7,4	6,4	0,0	0,8	10.014,22	35.685,55
Conta Própria	48,4	38,5	31,8	29,8	14,0	20,4	5,8	11,3	750.052,36	1.103.238,32
Agropecuária	71,9	55,4	0,1	0,0	21,0	29,8	6,9	14,8	353.975,02	526.755,02
Pluriativa	50,3	42,8	32,9	39,1	9,8	10,5	6,9	7,6	214.892,08	311.322,70
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	84,6	80,0	0,0	0,0	11,5	10,1	4,0	9,8	41.311,13	45.953,18
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	42,2	36,3	40,8	45,9	9,4	10,6	7,7	7,2	173.580,95	265.369,52
Não Agropecuária	0,0	0,0	92,2	77,9	5,5	13,3	2,3	8,8	181.185,27	265.160,61
Empregados	28,2	25,9	62,0	56,1	5,2	11,0	4,7	7,1	372.549,39	572.383,16
Agropecuária	88,0	77,6	0,0	0,0	7,5	12,0	4,5	10,4	105.721,08	161.559,83
Pluriativa	27,3	25,8	60,3	53,9	7,8	13,8	4,6	6,5	43.702,36	88.319,99
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	27,3	25,8	60,3	53,9	7,8	13,8	4,6	6,5	43.702,36	88.319,99
Não Agropecuária	0,0	0,0	91,6	84,8	3,6	9,7	4,8	5,6	223.125,95	322.503,33
Não Ocupados	0,0	0,0	0,0	0,0	78,7	81,2	21,3	18,8	25.906,12	157.397,95
TOTAL	43,9	33,6	39,2	35,5	11,7	21,1	5,3	9,8	1.334.916,44	2.026.208,84

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

A renda média familiar total das famílias rurais da região Norte também apresentou crescimento entre 2004 e 2015. No geral, a renda média das famílias não agropecuárias é superior à renda oriunda exclusivamente das atividades agropecuárias. Em contrapartida, a renda média das famílias pluriativas é superior à renda média das famílias agropecuárias e, em algumas categorias, também superior à das famílias não agropecuárias, revelando a importância de se fortalecer essas fontes de renda (Tabela 25).

Tabela 25 - Renda total média familiar rural, segundo o tipo de família, Região Norte, 2004 a 2009 (em R\$ set./2009) e 2011 a 2015 (em R\$ set./2015)²⁷

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com + de 2 empregados	3.732,45	3.636,16	7.025,33	9.958,36	1,9	5,4
Agropecuária	3.534,13	2.000,00	7.244,27	3.282,01	-17,6	-13,0
Pluriativa	5.867,91	3.245,42	7.530,01	26.567,81	5,8	23,2
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	1.182,10	-	7.308,53	-	29,4	-6,4
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	7.400,63	3.245,42	7.645,19	26.567,81	3,4	22,8
Não Agropecuária	2.287,02	3.818,67	6.645,17	6.356,94	9,9	-3,3
Empregadora com até 2 empregados	1.805,68	1.965,78	3.637,82	4.829,71	3,7 *	6,2
Agropecuária	1.622,21	1.592,58	3.228,92	5.070,21	3,8	6,2
Pluriativa	1.964,78	2.665,99	4.699,24	3.980,47	6,1 *	-2,1
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	1.370,07	3.921,54	3.436,95	5.984,58	13,3 *	1,5
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	2.205,46	2.324,80	4.875,24	3.523,48	4,1	-3,6
Não Agropecuária	1.911,14	1.648,90	2.866,13	5.515,54	-1,3	21,0 *
Conta Própria	868,40	1.022,38	1.563,07	1.528,98	4,0 ***	-0,2
Agropecuária	645,92	799,83	1.236,63	1.229,34	4,1 ***	0,5
Pluriativa	1.241,17	1.499,06	2.518,30	2.275,45	5,4 **	-2,3
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	1.204,17	1.353,39	2.348,92	2.164,64	6,1 *	-1,8
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	1.250,31	1.516,12	2.552,35	2.295,80	5,2 **	-2,4 *
Não agropecuária	1.271,80	1.124,52	1.582,93	1.697,03	-0,1	1,3
Empregados	833,93	1.006,49	1.574,69	1.617,04	5,0 ***	1,4
Agropecuária	574,41	664,63	1.072,35	1.135,66	3,4 *	2,3
Pluriativa	790,94	1.205,11	1.939,61	1.867,27	6,9 **	0,0
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	790,94	1.205,11	1.939,61	1.867,27	6,9 **	0,0
Não Agropecuária	1.076,82	1.169,40	1.987,25	1.961,59	3,7	0,2
Não Ocupados	510,71	596,69	841,96	1.172,46	2,0	8,8 ***
TOTAL	925,27	1.050,87	1.585,13	1.630,58	3,4 ***	1,0 *

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

O “mundo” rural, caracterizado pela presença das famílias agropecuárias, não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados, torna-se cada vez mais multissetorial e multifuncional. Wanderley (2000) destaca que a heterogeneidade econômica, social e cultural que se conforma nas áreas rurais mostra que as relações entre o campo e a cidade estão cada vez mais parecidas e imbricadas numa relação de complementariedade, e não mais de antagonismo como muitos consideram. Alguns traços são característicos da “nova” ruralidade

²⁷ O deflator usado foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mesmo índice utilizado pelo IBGE para comparar os resultados das PNADs

apontada pela autora, dos quais muitos outros se derivam: descentralização de plantas industriais da cidade para o campo, refletindo-se numa diversidade dos mais variados segmentos produtivos (serviços, industriais, comércio, etc.); geração de postos de trabalhos em atividades agropecuárias e não agropecuárias; valorização dos ativos naturais e ambientais locais na geração de emprego e renda; e crescimento demográfico ocasionado pela contenção do êxodo rural e atração de determinados grupos sociais no sentido urbano-rural (aposentados, não ocupados, etc.).

Segundo Kageyama (2004, 2008), o rural assume, nesse contexto, as funções produtiva, populacional e ambiental. Os dados apresentados até aqui reforçam pelo menos duas dessas funções destacadas pela autora: a *função produtiva* antes restrita à agropecuária passa a ser integrada por um conjunto de atividades não agropecuárias, a exemplo das agroindústrias rurais, artesanato, turismo, conservação ambiental, etc., que passam a ser responsáveis por uma parte significativa do emprego nessas áreas; e a *função populacional* que, no período de industrialização da agricultura, o rural era responsável por fornecer mão de obra para as cidades, passa a ser local de moradia para boa parte das famílias, demandando ações de infraestrutura, transporte, comunicação, serviços de saúde e educacionais, saneamento básico, etc.²⁸

Deriva-se, dessas questões, que as famílias das áreas rurais carecem de ações governamentais que vão muito além do acesso ao crédito, assistência técnica, etc. Necessitam, conforme Kageyama (2004, p. 72), de ações voltadas “ao território (recursos naturais, infraestrutura de transportes e comunicações), à população rural (incluindo trabalho, educação, saúde, habitação, serviços públicos, etc.) e ao desenvolvimento econômico propriamente dito (setorial e geral)”, e não somente para a agropecuária e suas tradicionais políticas setoriais.

A necessidade de criação de infraestrutura no rural encontra sustentação nas análises de Sakamoto, Nascimento e Maia (2016, p. 579), uma vez que os autores afirmam que “as famílias residentes em áreas rurais mais isoladas, sem estrutura mínima de serviços, têm poucas oportunidades para se inserirem no mercado de trabalho não agropecuário, seja pelo baixo dinamismo da localidade onde residem, seja pelo difícil acesso às áreas urbanas, ou áreas que ofereçam maiores oportunidade de trabalho não agrícola”.

Com efeito, a falta de infraestrutura adequada é uma problemática que afeta, de um lado, a inserção das famílias em atividades não agropecuárias fora do estabelecimento e, por outro, no desenvolvimento das atividades agropecuárias no próprio rural. Em contato do autor dessa

²⁸ A respeito da função ambiental do rural, Kageyama (2004, 2008) destaca que a partir da nova ruralidade se demanda das famílias e pessoas do rural a preservação do meio ambiental e dos ativos florestais.

Tese com agricultores das mesorregiões do Estado do Acre²⁹, os chefes familiares afirmaram que as dificuldades para escoamento da produção agropecuária, frente à falta de infraestrutura de acesso ao mercado, eleva o custo de oportunidade desse tipo de trabalho. De certo modo, os custos econômicos e sociais enfrentados para se escoar a produção agropecuária em condições precárias são mais dispendiosos do que se deslocar para cumprir o assalariamento fora da unidade de produção em atividades não agropecuárias.

Depreende-se de Wanderley (2000) que diante da “nova ruralidade” as políticas públicas não devem estar restritas ao atendimento das demandas por crédito, assistência técnica, etc. A sociedade rural carece de ações governamentais que contemplem os mais variados aspectos de sua realidade multifacetada, tais como meios de transporte, comunicação, saúde, educação, habitação, saneamento básico, fortalecimento das ocupações não agropecuárias, dentre outros. Acreditamos que ações dessa magnitude são capazes de contribuir para que as famílias obtenham um nível de reprodução econômica e social satisfatório, o que se refletirá, muito provavelmente, em melhoria na qualidade de vida das famílias tanto no rural quanto no urbano.

Além de demonstrarem a importância assumida pelas atividades não agropecuárias na geração de ocupação e renda para as famílias com residência rural no Norte do Brasil, os dados apresentados reforçam duas questões centrais que norteiam o debate dessa Tese e que já foram apresentadas ao longo do trabalho: a) a necessidade de se reconhecer o rural para além das tradicionais atividades agropecuárias; e b) que as políticas de desenvolvimento rural não devem estar restritas somente às atividades agropecuárias, já que há um crescimento significativo das famílias não agropecuárias e de não ocupados no rural da região estudada.

Desse modo, convergimos com Sabourin (2017) de que uma perspectiva multisetorial do desenvolvimento rural exige a valorização de diversas possibilidades geradoras de postos de trabalhos e rendimentos para os mais diversos tipos familiares, e não somente para a agropecuária, sob pena de permanecer atrelados a uma visão setorial apenas revestida de uma nova face. O autor reconhece a evolução do debate em torno dessa questão, no entanto, chama a atenção para o fato de que, efetivamente, as perspectivas territoriais do desenvolvimento rural têm se constituído, na maioria dos casos, em “mais do mesmo”. Efetivamente, o direcionamento tem se dado em favor das demandas do setor agropecuário e, mais especificamente, para segmentos específicos de agricultores, ignorando, de certa maneira, a ascendente presença de famílias não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados no rural.

²⁹ O Estado do Acre é dividido em duas grandes mesorregiões: o Vale do Juruá e Vale do Acre (IBGE, 2020).

De acordo com Homma (2012), a “[...] a escassez de tecnologias agrícolas e ambientais tem sido a causa da destruição dos recursos naturais e da dificuldade de se criar alternativas de renda e emprego para o conjunto da população amazônica” (p. 107), refletindo-se no baixo nível de desenvolvimento. Para tanto, “a mecanização das atividades agropecuárias, diminuição dos preços dos insumos, melhoria contínua na assistência técnica, incentivos ao surgimento de novos produtos e mercados” (p. 126) são medidas necessárias a serem adotadas para se garantir alternativas produtivas viáveis para o conjunto da população da região, sobretudo para os agricultores familiares.

Irmão (2016) considera que a política agropecuária, por meio da concessão de tecnologia, crédito, assistência técnica é fundamental para se alcançar níveis de desenvolvimento satisfatórios na região Norte do Brasil. Segundo a autora, políticas que se afastem desse conjunto de instrumentos fazem com que as famílias rurais, sobretudo da agricultura familiar, enfrentem sérias dificuldades de sobrevivência.

Acreditamos que as ações voltados para fortalecimento das atividades agropecuárias como forma de gerar emprego e renda são importantes, mas insuficientes, sobretudo diante de uma realidade rural formada também por famílias não agropecuárias e de não ocupados. Os dados apresentados anteriormente mostram que o rural da região Norte é cada vez mais composto por famílias não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados, as quais imprimem uma nova dinâmica outrora determinada somente pelas tradicionais famílias agropecuárias. E essa realidade se reafirmará também para as pessoas residentes rurais, conforme será discutido no capítulo 3, o que torna as políticas setoriais limitadas.

Ao nosso ver, as políticas de desenvolvimento rural devem levar em consideração o caráter multissetorial do rural, a partir da multiplicidade de possibilidades que podem ser geradas nessas áreas³⁰, além de viabilizar, claro, o ato de “ir” e “vir” diário (ou semanal) dos membros familiares com residência rural, mas que trabalham na cidade (MATTEI, 2015). Entendemos que para alguns segmentos de agricultores familiares, sobretudo aqueles desprovidos de precários recursos produtivos e baixos indicadores socioeconômicos, as atividades não agropecuárias podem não ser a panaceia para todos os problemas rurais, mas podem auxiliar na geração e fortalecimento da renda familiar. Desprezar ou desfavorecer outras fontes de ocupação e renda que não sejam a agricultura e pecuária acaba por condenar grande partes das famílias e pessoas ao arcaísmo e atraso. Acreditamos ser importante discutir uma

³⁰ É importante destacar que os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) permitem identificar tão somente o local da residência da família ou pessoa, e em qual atividade está ocupada. A localização dessa atividade, se no rural ou urbano, ainda é uma limitação apresentada pela metodologia da Pnad.

agenda de políticas que contemple a diversidade multifacetada e multissetorial do rural, o que contribuirá, certamente, para potencializar as capacidades locais na geração de renda e novos postos de trabalho.

Segundo Abramovay (2000), a limitação quanto ao entendimento do rural a partir de uma perspectiva territorial e mais ampla se deve, na maioria dos casos, à própria definição usada pelas fontes oficiais de informação. A percepção do rural a partir dos atributos de carência, precariedade e lugar de atraso estão enraizados na sociedade, de modo que toda iniciativa de se levar a cabo os serviços básicos de infraestrutura, saúde, educação, meios de transporte e comunicação são suficientes para considerá-lo não mais como rural. Essa “natureza residual” que prevalece sobre a definição do rural é, no entender de Saraceno (1996, p. 02), “um vício conceitual [...] que diferencia o espaço de maneira não neutra, inserindo um forte pressuposto sobre suas dinâmicas demográficas [e territoriais], mesmo antes de mensurá-las”, com forte predomínio, ainda, do atraso e da agropecuária como “indicadores” únicos ou principais na mensuração da sua dinâmica.

É necessário que as políticas de desenvolvimento no âmbito do “novo rural” sejam capazes de compreender as particularidades e potencialidades dos mais diversos espaços territoriais através de um ponto de vista complexo e heterogêneo. O rural não se resume à pobreza e ao atraso como costumeiramente o caracterizam, nem tampouco somente às atividades e famílias agropecuárias, conforme vem sendo demonstrado com os dados da Pnad. Nesse sentido, Kageyma (2008) destaca que as orientações a serem seguidas no processo de elaboração das políticas de desenvolvimento no âmbito do “novo rural” devem combinar:

O **aspecto econômico** (aumento do nível e estabilidade da renda familiar), o **aspecto social** (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e o **aspecto ambiental**, e sua trajetória principal reside na **diversificação** das atividades que geram renda (**pluriatividade**). O desenvolvimento rural tem de específico o fato de se referir a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido trata-se de um desenvolvimento multissetorial, em que o crescimento da agricultura é apenas um dos componentes, ainda que de fundamental importância (KAGEYAMA, 2008, p. 71, grifos meus).

A criação de sinergias ou redes entre o urbano-rural é importante, nesse contexto, de modo a criar condições apropriadas para que as mais diversas atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais sejam potencializadas (PLOEG *et al.*, 2000). E esse é justamente o papel que uma política mais ampla de desenvolvimento rural deve assumir, de modo que as demandas das famílias agropecuárias, não agropecuárias e de não ocupados sejam

contempladas (crédito agropecuário, tecnologia, assistência técnica, moradia, lazer, infraestrutura, saúde, educação, ocupações não agropecuárias, etc.).

A viabilização de ocupações agropecuárias e não agropecuárias, sem perder de vista, também, a importância da pluriatividade, faz parte da configuração da nova ruralidade, sendo, portanto, imperativo considerá-la. A tendência de ocupação e geração de renda por meio de atividades de outros setores da economia será observada, também, para as famílias da agricultura familiar, conforme será mostrado na seção 2.4, bem como para as pessoas residentes no rural da região Norte do Brasil (capítulo 3). Disso decorre novos desafios para as políticas públicas de desenvolvimento rural para o norte brasileiro.

2.4 Agricultura familiar no contexto do “novo” rural da região Norte

A agricultura familiar é uma categoria de agricultores que se destaca pela enorme heterogeneidade nos modos de produção e de vida. Delgado e Bergamasco (2017) afirmam que a diversificação interna desse grupo é o que possibilita “unificar a produção para o mercado com estratégias de reprodução familiar e de vida cultural e comunitária” (p. 10).

Malgrado, o modelo de desenvolvimento perseguido pelo Estado brasileiro, com claros incentivos à grande propriedade agropecuária, deixou à margem das políticas públicas um conjunto importante de agricultores, sobretudo os mais pobres. Não obstante a isso, a agricultura familiar resistiu ao processo de exclusão e despontou-se como uma categoria de agricultores extremamente importante para a economia nacional, sobretudo em relação à produção de alimentos e geração de ocupação para a população rural³¹.

O debate acerca da importância da agricultura familiar foi intensificado no Brasil a partir da realidade estadunidense e europeia, em que implementaram um modelo de desenvolvimento agrícola de forma equilibrada, com valorização dessa categoria social de produção, diferentemente do ocorrido em nosso país, em que a modernização da grande empresa capitalista foi e continua sendo o foco das políticas (BACELAR; FAVARETO, 2020). Os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993) foram cruciais para colocar em debate a relevância socioeconômica da agricultura familiar e mostrar seus traços distintivos, principalmente ao fato de que a gestão e o trabalho da unidade produtiva estariam centrados nos membros familiares.

³¹ O Censo Agropecuário de 2017 mostra que existem mais de 10 milhões de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar.

A partir dos anos 90, principalmente, iniciou-se, no Brasil, uma trajetória que, em tese, buscaria incluir esse grupo historicamente excluído do acesso ao conjunto de políticas públicas. Segundo Grisa e Schneider (2014, p. 126-127),

[...] a Constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no País; e em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social.

Apesar dos avanços ocorrido no âmbito institucional, as políticas públicas de desenvolvimento rural ainda estariam se orientando pela “velha” e “tradicional” classificação dual, a qual coloca em lados opostos uma agricultura “viável” e outra “inviável” (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

De acordo com Wanderley (2017), a criação do Pronaf³² representou mais um salto significativo para a agricultura familiar em termos de política pública, sobretudo em relação ao seu reconhecimento enquanto categoria de agricultores. Entretanto, a autora reconhece que a mudança institucional não significou mudanças qualitativas do antigo (desenvolvimento agrícola como sinônimo de desenvolvimento rural) para o novo modelo de desenvolvimento rural multifuncional e multissetorial, nem tampouco de alcance equânime às políticas por parte de todos os agricultores. As políticas permanecem atreladas “a um modelo de agricultura com certo grau de racionalidade produtivista e inserção no mercado[...]” (p. 71) que visa, em última instância, “incluir os até então excluídos, no mesmo modelo de desenvolvimento dominante que os havia excluído” (p. 72), sem, todavia, considerar que a própria agricultura familiar é composta por distintos tipos de agricultores familiares, cujas demandas, necessidades e particularidades são heterogêneas.

Nessa mesma perspectiva, Aquino, Gazolla e Schneider (2018) reforçam que o PRONAF, criado com o objetivo de alcançar a todos os agricultores familiares, independente da sua condição técnico-econômica, estaria reproduzindo, com frequência, os mesmos padrões observados no processo de “modernização conservadora” da agricultura. Como resultado disso, estaria ocorrendo a intensificação da desigualdade no interior da própria agricultura familiar,

³² Para uma análise mais detalhada sobre o Pronaf, ver: Aquino; Teixeira, Tonneau (2004); Cardoso (2013); Carneiro (1997, 2000); Nascimento (2008).

de modo que um grupo é constituído por condições materiais e um nível de vida considerável, enquanto um outro segmento possui precárias condições de sobrevivência.

O cerne da questão é que, ao longo dos anos, embora se reconheça os diferentes modos de vidas no interior da própria agricultura familiar, as várias tentativas de redução das desigualdades com a “inclusão” dos mais variados tipos de agricultores familiares obtiveram êxito apenas em termos relativos. Isso porque haveria uma clara tendência de beneficiar o segmento mais dinâmico e moderno em detrimento dos mais atrasados, reproduzindo, assim, os mesmos padrões observados na modernização da agropecuária. Discute-se, com certa frequência, se o lado mais pobre da agricultura familiar não seria fruto das próprias políticas públicas que, sob o pretexto de fortalecê-la, acabariam por fragilizá-la (AQUINO; SCHNEIDER, 2011).

O fato é que, nas últimas décadas, diversos termos como “pequena” produção, “pequenos agricultores”, dentre outros, foram recorrentemente utilizados de forma intercambiável e como sinônimo de agricultura familiar, fundamentalmente para expressar um conjunto de unidades produtivas que teriam sua produção voltada, basicamente, para a subsistência da família (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012; GRISA; SCHNEIDER, 2014; DELGROSSI *et al.*, 2020)³³. Isso, de certo modo, contribuiu para que a agricultura familiar não recebesse do Estado brasileiro a atenção devida, sendo-lhe atribuída importância e contribuição secundárias na promoção do desenvolvimento do país.

O estudo intitulado “Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto”, publicado em 2000, derivado do convênio FAO/INCRA, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao mostrar a importância da agricultura familiar, até então “pouco” conhecida no país, foi decisivo na orientação de várias políticas para essa categoria de agricultores. Em 2006, o Censo Agropecuário reiterou a pujança da agricultura familiar ao revelar a existência de 4,3 milhões de estabelecimentos que ocupavam mais de 16,5 milhões de pessoas (IBGE, 2020).

Apesar do reconhecimento da agricultura familiar no país, em 1996, com a criação do PRONAF, sendo direcionada uma linha de crédito específico para agricultores familiares, apenas em 2006 veio o marco legal dessa categoria social. A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, definiu o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes critérios:

³³ DelGrossi e Marques (2010) elaboraram a evolução do marco legal relacionado à agricultura familiar.

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Em 2017, a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326) foi ratificada pela edição do Decreto nº 9.064 de 31 de maio, que, além de outras diretrizes, estabeleceu:

- Art. 3º A UFPA [Unidade Familiar de Produção Agrária] e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos:
- I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;
 - II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
 - III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e
 - IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

Esses critérios nortearam a quantificação do universo da agricultura familiar no Censo Agropecuário de 2017. Os dados definitivos, divulgados em 2019, deram conta de que o número de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil se reduziu de 4,3 milhões para 3,8 milhões entre os Censos de 2006 e 2017, respectivamente. A implicação disso foi a redução do pessoal ocupado na agricultura familiar, que passou de 16,5 milhões para 10,1 milhões (IBGE, 2020).

A publicação desses resultados gerou uma discussão entre os pesquisadores da área acerca dos efeitos da Lei na inclusão ou exclusão dos estabelecimentos agropecuários ao universo da agricultura familiar (DELGROSSI *et al.*, 2019; AQUINO; NASCIMENTO, 2020c). Com efeito, a redução dos mais de 400 mil estabelecimentos da agricultura familiar, no período intercensitário, estaria relacionado aos critérios da Lei.

Segundo DelGrossi *et al.* (2020), os critérios da Lei que levaram à exclusão do maior número de estabelecimentos da agricultura familiar foram, nessa ordem, as rendas obtidas fora das UFPA, que tendem a ser maiores do que as obtidas internamente, e o aumento da mão de obra contratada. Isso porque, a Lei determina que, no mínimo, metade da renda familiar seja obtida das atividades do empreendimento ou estabelecimento, e que metade da força de trabalho empregada na produção seja força de trabalho familiar. Por exclusão, os estabelecimentos que não atenderam a esses e demais critérios são classificados como agricultura não familiar.

Aquino e Nascimento (2020c) destacam que a exigência de renda interna igual às que eventualmente possam ser obtidas por algum membro familiar ocupado fora do estabelecimento

impõe limites às famílias. Convergimos com os autores, de modo que, no nosso entendimento, a imposição de barreiras às famílias advém, notadamente, do fato de que, normalmente, as rendas obtidas externamente à UFPA são maiores do que as internas, o que não condiz com a realidade diversa e multifacetada do rural nos últimos anos.

Como bem assinalam DelGrossi *et al.* (2020), os efeitos e consequências dos critérios da Lei na inclusão ou exclusão de estabelecimentos agropecuários ao contingente da agricultura familiar ainda é pouco explorado pela academia. Essa é a razão pela qual fazemos o esforço de contribuir com a discussão acerca de possíveis efeitos da Lei sobre a agricultura familiar da região Norte no período de 2006 a 2015. Cabe destacar que nossa análise baseia-se nos microdados da PNAD, os quais permitem vislumbrar a evolução das famílias ao longo dos vários anos (AQUINO; NASCIMENTO, 2020)³⁴.

Diante disso, procuramos identificar, nas duas subseções seguintes, o comportamento da agricultura familiar por meio de duas metodologias: a primeira (subseção 2.4.1), a tipologia de famílias do Projeto Rurbano, que considera a agricultura familiar como sendo o somatório das famílias *empregadoras com até dois empregados e famílias de contas próprias*, ambas agropecuárias e pluriativas; e a segunda (subseção 2.4.2), uma tipologia de famílias³⁵ criada com base no tamanho de área do estabelecimento (critério I), emprego do trabalho familiar no processo produtivo (critério II) e renda auferida internamente na unidade de produção (critério III), critérios definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, mais conhecida como a Lei da Agricultura familiar, regulamentada pelo Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017.

Conforme será observado, nas duas metodologias há tendência de decréscimo do número de famílias da agricultura familiar. No entanto, é na tipologia criada com base nos critérios da Lei que o número de famílias da agricultura familiar se torna menor e menos dinâmica em comparação com a metodologia do Projeto Rurbano.

2.4.1 Agricultura familiar: tendências a partir da metodologia do Projeto Rurbano

Na região Norte, incorporada à cadeia do agronegócio no início dos anos 2000, a agricultura familiar tem participação significativa no conjunto total de famílias rurais – mais de

³⁴ A metodologia utilizada para a quantificação da agricultura familiar a partir dos critérios da Lei encontra-se descrita no anexo metodológico, ao final do presente trabalho.

³⁵ A tipologia de famílias criada com base nos critérios da Lei da Agricultura Familiar foi elaborada pelo professor orientador da presente tese de doutoramento, o qual também auxiliou fortemente no processamento dos microdados da PNAD, dispostos nas tabelas ao longo do trabalho. O mesmo faz parte do grupo de pesquisadores do Projeto Rurbano, tendo sido responsável, a partir da fase III desse projeto, pelo processamento (NASCIMENTO, 2008) do conjunto de tabulações especiais, referente à tipologia de famílias.

40% ao final de cada período analisado. Todavia, nota-se uma redução significativa e generalizada da participação relativa dessas famílias. Note-se que, de 2004 a 2009, houve uma diminuição de 12,5p.p. do contingente de famílias da agricultura familiar nessa região, da qual 10p.p. seria de famílias agropecuárias exclusivamente. No período seguinte, de 2011 a 2015, esse desempenho se repete, porém com menos intensidade (Tabela 26).

Tabela 26 - Participação relativa (%) dos diferentes tipos de famílias da agricultura familiar no total das famílias rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com até 2 empregados	4,0	2,9	1,2	1,6	-7,7	- -
Agropecuária	2,0	1,7	0,7	0,9	-4,4	- -
Pluriativa	2,0	1,2	0,5	0,7	- -	- -
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	0,6	0,3	0,1	0,1	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	1,4	1,0	0,5	0,6	- -	- -
Conta Própria	50,1	38,6	50,4	45,5	-4,1 *	-2,6 ***
Agropecuária	38,0	28,4	37,7	34,5	-4,7 **	-2,5 ***
Pluriativa	12,0	10,2	12,7	11,0	-2,3	-3,1
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	2,4	1,1	2,1	1,7	-9,9 *	-3,0
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	9,6	9,1	10,5	9,3	-1,0	-3,0
Agricultura Familiar Total	54,0	41,5	51,6	47,1	-4,4 **	-2,5 ***
Agropecuária	40,0	30,1	38,4	35,4	-4,7 **	-2,4 ***
Pluriativa	14,0	11,4	13,2	11,7	-3,5 *	-2,8
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	3,0	1,3	2,2	1,8	-11,2 ***	-2,5
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	11,1	10,1	11,0	9,9	-1,9	-2,8

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (-) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Essas informações mostrariam, por um lado, uma situação na qual as atividades ligadas à agropecuária perdem participação na geração de ocupação no interior da agricultura familiar. Por outro lado, revelariam que essa categoria de agricultores estaria recorrendo a outras ocupações para garantir a sobrevivência da família, como por exemplo à pluriatividade intersectorial (combinação de atividades agropecuárias e não agropecuárias), que, embora tenha exibido tendência de redução no total geral, estaria fazendo parte da realidade rural da região.

A redução das várias frações da agricultura familiar fica mais evidente quando a analisamos de forma desagregada. Conforme dados da Tabela 27, no período de 2004 a 2009 teria ocorrido uma redução significativa de 56 mil famílias de agricultores familiares (contas próprias e empregadoras com até dois empregados). As famílias pluriativas intersectoriais, no

geral, seriam as únicas frações da agricultura familiar, conforme metodologia utilizada nesta seção³⁶, a apresentarem tendência de crescimento (ainda que não significativa).

Tabela 27 - Evolução (e taxas de crescimento) dos contingentes dos diferentes tipos de famílias da agricultura familiar, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com até 2 empregados	39	33	13	20	-4,8	7,0
Agropecuária	19	19	7	11	-1,4	7,7
Pluriativa	20	14	6	8	-9,1	6,1
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	6	3	1	2	-15,3	4,5
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	14	11	5	7	-6,8	5,5
Conta Própria	491	441	545	565	-1,2	0,9
Agropecuária	373	324	408	428	-1,8	1,0
Pluriativa	118	116	137	137	0,7	0,4
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	23	12	23	21	-7,1	0,5
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	95	104	114	116	2,1	0,5
Agricultura Familiar Total	530	474	558	585	-1,4	1,0 *
Agropecuária	392	344	415	440	-1,8	1,1
Pluriativa	138	131	143	145	-0,5	0,7
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	29	15	24	23	-8,5 **	1,0
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	109	115	119	122	1,1	0,7

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Em termos de participação relativa na composição agregada da agricultura familiar, as famílias contas próprias representam, em média, 90% do total. Quando se analisa as famílias de acordo com os ramos de atividades, nota-se que o único tipo de familiar a apresentar tendência de crescimento foram as famílias pluriativas de contas próprias, 2,1%a.a. no período de 2004 a 2009, comportamento que seria decorrente do aumento de 3,5%a.a. das pluriativas intersetoriais. De modo contrário, as famílias agropecuárias de contas próprias exibiram tendência de perda de participação (Tabela 28).

Já as famílias agropecuárias de empregadores com até dois empregados exibiram tendência de rápido crescimento, ainda que estatisticamente não significativo. O período analisado coincide com a expansão da fronteira agropecuária na região Norte, portanto, é possível que o aumento da participação relativa desse tipo familiar esteja relacionado com esse processo. Não obstante, note-se que no interior dessas famílias também existe a diversificação de ocupação e rendas, sobretudo por meio da pluriatividade intersetorial (Tabela 28).

³⁶ Cabe ressaltar que o universo da agricultura familiar considerado nesta parte do trabalho corresponde ao somatório das famílias empregadoras com até dois empregados e as contas próprias, ambas agropecuárias e pluriativas, conforme metodologia do Projeto Rurbano.

Tabela 28 - Evolução da participação relativa (%) dos diferentes tipos de famílias no total geral das famílias rurais da agricultura familiar, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com até 2 empregados	7,3	7,0	2,4	3,4	-3,5	5,9
Agropecuária	3,6	4,1	1,3	1,9	0,0	6,6
Pluriativa	3,7	3,0	1,0	1,4	-7,8	- -
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	1,1	0,6	0,1	0,3	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	2,7	2,3	0,9	1,2	-5,5	- -
Conta Própria	92,7	93,0	97,6	96,6	0,3	-0,2
Agropecuária	70,4	68,4	73,1	73,2	-0,4	0,0
Pluriativa	22,3	24,6	24,5	23,4	2,1 *	-0,6
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	4,4	2,6	4,1	3,6	-5,8	-0,5
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	17,9	22,0	20,4	19,8	3,5 ***	-0,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Quando se verifica a participação relativa dos tipos familiares, segundo os ramos de atividades, na composição total de cada tipo, atesta-se dois movimentos distintos: no caso das famílias empregadoras com até dois empregados há tendência de crescimento da participação das agropecuárias e redução das pluriativas – as famílias pluriativas tradicionais exibiram taxa altamente significativa de 2004 a 2009; já nas famílias contas próprias comportamento inverso é observado, ou seja, diminuição das famílias exclusivamente agropecuárias e aumento das famílias pluriativas intersetoriais (Tabela 29).

Tabela 29 - Participação relativa (%) dos tipos de famílias da agricultura familiar no total de cada tipo familiar, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com até 2 empregados	100,0	100,0	100,0	100,0		
Agropecuária	49,3	57,8	55,8	57,2	3,6 *	0,6
Pluriativa	50,7	42,2	44,2	42,8	-4,5 *	-0,8
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	14,6	9,0	5,4	7,9	-11,0 *	-2,3
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	36,1	33,2	38,8	34,8	-2,1	-1,5
Conta Própria	100,0	100,0	100,0	100,0		
Agropecuária	76,0	73,6	74,9	75,8	-0,6 **	-0,6 **
Pluriativa	24,0	26,4	25,1	24,2	1,9 **	1,9 **
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	4,8	2,8	4,2	3,8	-6,0	-6,0
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	19,3	23,7	20,9	20,4	3,3 ***	3,3 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IE/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

A Tabela 30 analisa a evolução e as taxas de crescimento das famílias agropecuárias e pluriativas da agricultura familiar (empregadora com até dois empregados e contas próprias)

segundo as faixas de área dos estabelecimentos. Nota-se que as famílias da agricultura familiar concentram-se na menor faixa de área (0 a 10 hectares), sendo também a única a apresentar tendência positiva de crescimento, sobretudo entre 2011 a 2015. Percebe-se, também, que a taxa de crescimento do número de famílias pluriativas diminui à medida que cresce a faixa de área do estabelecimento. Ou seja, na faixa de “0 a 10 hectares” o número de famílias pluriativas cresceram a uma taxa média de 3,2%a.a., entre 2004 a 2009, enquanto na faixa de “100 hectares ou mais” demonstraram decréscimo de 11,1%a.a. Os dados sugerem que a pluriatividade seria um processo inerente às famílias de “pequenos” agricultores, muito provavelmente ligado às estratégias adotadas para garantir a sobrevivência da família.

Tabela 30 - Evolução dos tipos de famílias (segundo o ramo de atividade) da agricultura familiar total, segundo faixas de área, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)

FAIXA DE ÁREA/TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
[0 a 10ha]	246	284	401	418	2,4	1,1 *
Agropecuária	177	200	291	315	2,1	1,7
Pluriativa	69	83	111	103	3,2 ***	-0,5
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	8	7	16	10	-0,8	-7,7
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	60	75	95	92	3,4 **	0,1
[10 a 100ha]	233	159	130	141	-5,2 *	1,0
Agropecuária	181	121	104	105	-5,6 *	0,0
Pluriativa	53	38	25	36	-3,5	4,7
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	18	5	5	9	-14,0 *	14,8
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	35	33	21	26	-0,3	2,3
[100ha a mais]	50	32	27	26	-7,5 ***	-0,5
Agropecuária	34	23	20	20	-6,1 ***	-1,4
Pluriativa	16	9	6	6	-11,1 ***	2,8
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	3	1	2	2	-19,7 ***	-8,5
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	13	8	4	4	-8,8 *	5,7
TOTAL	530	474	558	585	-1,4	1,0 *

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

A taxa de crescimento negativa das famílias pluriativas da região Norte na faixa de área “100 hectares a mais” se assemelha, em parte, aos resultados encontrados por Nascimento (2008) para a Região Nordeste do Brasil para o quadriênio de 2001-2004. O autor mostra que embora as famílias pluriativas com menor percentual de área tenham permanecido estáveis foi justamente no estrato superior em que se verificou as maiores taxas de decréscimo. Já para a Região Sul do país, houve crescimento expressivo da pluriatividade tradicional (agropecuária mais agropecuária) no estrato intermediário de área (10 a 100 hectares), contrastando com os resultados encontrados para a Região Norte (Tabela 30).

Em análise da composição de cada tipo de família da agricultura familiar, percebe-se um comportamento de redução da taxa de crescimento das famílias pluriativas à medida que aumenta o tamanho da área do estabelecimento, especialmente nas famílias empregadoras com até dois empregados. Com efeito, a maior taxa de decréscimo das famílias pluriativas de empregadoras com até dois empregados, no período de 2004 a 2009, está presente na faixa de “100 hectares a mais”, com destaque para as famílias pluriativas intersetoriais. Comportamento contrário pode ser verificado na menor faixa de área, em que o número de famílias pluriativas permanecem com taxas positivas de crescimento (Tabela 31).

Tabela 31 - Evolução das famílias de empregadora com até dois empregados da agricultura familiar segundo faixas de área, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

FAIXA DE ÁREA/TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
[0 a 10ha]	8	7	5	14	-1,3	25,2 **
Agropecuária	3	2	2	8	-5,2	40,0 ***
Pluriativa	4	5	3	6	2,2	12,8
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	0	1	0	2	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	4	3	3	5	-2,9	6,6
]10 a 100ha]	19	18	6	4	-5,3	-9,4
Agropecuária	11	11	4	3	-2,3	-10,1
Pluriativa	8	7	2	1	-10,6	-7,5
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	4	1	0	0	-15,6	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	3	5	2	1	-7,9	-7,0
]100ha a mais]	12	9	2	2	-8,3 **	-12,2
Agropecuária	5	6	1	1	1,1	-20,7
Pluriativa	8	3	1	1	-17,6 ***	-2,5
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	1	1	1	0	2,2	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	6	2	0	1	-12,6 **	31,3 *
TOTAL	39	33	13	20	-4,8	7,0

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

No concerne as famílias contas próprias, nota-se tendência de redução do número de famílias agropecuárias na faixa de “0 a 10 hectares” de áreas, enquanto as pluriativas intersetoriais tenderiam ao crescimento nesse mesmo grupo de área, comportamento similar apontado nas análises anteriores. No período seguinte nota-se uma estabilização (sentido estatístico) generalizada dessas famílias em todas as faixas (Tabela 32).

Tabela 32 - Evolução dos tipos de famílias contas próprias da agricultura familiar segundo faixas de área, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

FAIXA DE ÁREA/TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
[0 a 10ha]	238	277	396	404	2,5	0,7
Agropecuária	174	198	289	307	2,2	1,3
Pluriativa	64	79	108	97	3,3 ***	-1,1
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	8	7	16	10	-0,8	-7,7
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	56	71	91	87	3,8 **	-0,2
]10 a 100ha]	215	141	124	137	-5,3 *	1,4
Agropecuária	170	109	100	102	-6,0 *	0,4
Pluriativa	45	32	24	35	-2,4	5,3
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	13	4	5	9	-13,8 *	15,2
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	32	28	19	25	0,6	2,9
]100ha a mais]	38	23	24	25	-7,3 **	0,8
Agropecuária	29	17	19	19	-7,8 **	0,1
Pluriativa	9	6	5	5	-6,6	3,7
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	2	1	2	2	-1,6	5,2
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	7	5	4	3	-6,9	1,7
TOTAL	491	441	545	565	-1,2	0,9

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

A Tabela 33 traz uma análise da participação da renda das famílias da agricultura familiar no total rural. É possível notar uma redução contínua da renda total das famílias agropecuárias de contas próprias, enquanto as famílias pluriativas de contas próprias permaneceram estáveis entre 2004 e 2009, mas decresceram no período de 2011 a 2015, impulsionado pela redução da renda das famílias pluriativas intersetoriais. Mesmo assim, a agricultura familiar total ainda contribuiria com mais de 40% da renda total dos estabelecimentos rurais da região Norte do Brasil.

Esses dados refletem uma dinâmica da agricultura familiar marcada por um conjunto de estratégias de sobrevivência não restritas somente às atividades agropecuárias. Helfand e Pereira (2012) destacam que as famílias rurais combinam um conjunto de estratégias com o intuito de gerar renda - fontes agropecuárias, não agropecuárias, transferências privadas e/ou públicas -, sendo fortemente impactadas e dependentes das políticas públicas. Os autores discutem a necessidade de se delinear as ações governamentais que valorizem essa diversidade, sobretudo no sentido de auxiliar na construção do “patrimônio dos pobres” (p. 126).

Tabela 33 - Participação relativa (%) da renda total dos diferentes tipos de famílias da agricultura familiar na renda total rural, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com até 2 empregados	7,7	5,7	3,0	4,5	-6,3	4,2
Agropecuária	3,4	2,6	1,4	2,8	-4,0	9,2
Pluriativa	4,3	3,1	1,6	1,7	-9,5	-0,7
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	0,9	1,0	0,1	0,5	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	3,4	2,1	1,5	1,2	-9,0	- -
Conta Própria	42,7	36,2	49,6	41,4	-2,7	-4,3 ***
Agropecuária	26,5	21,6	29,4	26,0	-4,1 **	-3,0 ***
Pluriativa	16,1	14,6	20,1	15,4	-0,4	-6,2 *
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	3,1	1,4	3,1	2,3	-7,5	-5,7
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	13,0	13,2	17,0	13,1	0,7	-6,3 **
TOTAL	50,4	41,9	52,5	45,8	-3,2 *	-3,6 **

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Nesse sentido, Wanderley (2017, p. 79) afirma que “as políticas devem responder às necessidades concretas do seu público alvo e não [...] esse se adaptar aos condicionantes operacionais das políticas”. É imprescindível que políticas setoriais voltadas para a agropecuária estejam inseridas num conjunto mais amplo que valorize as mais variadas possibilidades geradoras de renda agropecuárias, não agropecuárias ou da pluriatividade.

2.4.2 Famílias da agricultura familiar e os limites da Lei da Agricultura Familiar

Conforme fora destacado nas seções precedentes, a região Norte do Brasil apresentou crescimento do número de famílias no rural. No entanto, esse aumento não foi acompanhado pelo mesmo desempenho por parte da agricultura familiar, conforme metodologia do Projeto Rurbano. Pelo contrário, exibiu tendência generalizada de perda de participação no cômputo total rural (Tabela 27), sobretudo de famílias exclusivamente agropecuárias.

A redução do contingente de famílias da agricultura familiar se torna ainda mais latente quando se considera os critérios estabelecidos pela Lei 11.326/2006 e Decreto 9.064/2017, de modo que, além de menor, a agricultura familiar perderia dinamismo no que tange as frações das unidades com produção comercial. Pelos dados da Tabela 34 nota-se que o número de famílias com residência no rural da região Norte realmente teria aumentado, entretanto, o grupo de famílias da agricultura familiar mostrou-se estatisticamente estabilizado, com trajetórias distintas e opostas em dois de seus subgrupos: a fração com produção voltada para o mercado apresentou taxa negativa de crescimento (embora sem significância estatística), entre 2011 e

2015, e o segmento ocupado com atividades destinadas exclusivamente para o próprio consumo familiar cresceu a uma taxa média anual de 13,1% no mesmo período.

É possível que a expansão da fronteira agropecuária nas áreas rurais da região Norte tenha, por um lado, desestimulado o crescimento da agricultura familiar comercial e, por outro, se refletido na expansão tendencial (sentido estatístico) da produção para o autoconsumo.

Tabela 34 - Evolução dos tipos de famílias extensas rurais ocupadas na agropecuária, Região Norte, 2006 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)

TIPO DE FAMÍLIA	2006	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2006/2009	2011/2015
Empregadora	17	24	12	14	22,0	4,8
Conta Própria (Agr. Não Familiar)	72	68	84	97	-1,5	4,9 **
Agropecuária	4	4	5	8	-2,6	19,3 **
Pluriativa	69	64	79	89	-1,2	4,0 *
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	11	5	13	9	-24,3 *	-0,3
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	58	59	66	80	2,6	5,0 *
Agricultura Familiar	345	384	466	477	2,6	0,2
Com Produção Comercial	307	332	413	393	1,7	-1,9
Agropecuária	263	277	355	343	1,2	-1,6
Pluriativa	44	54	58	50	4,3	-4,4
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	7	10	10	14	12,2 *	3,7
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	37	45	48	36	2,5	-6,6
Com Autoconsumo	37	52	53	83	10,1	13,1 **
Empregados	173	205	182	190	5,1 *	1,2
TOTAL	607	681	743	778	3,4 *	1,1 *

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

De outro modo, as famílias de contas próprias (agricultura não familiar) apresentaram tendência de forte crescimento, 4,9%a.a. entre 2011 a 2015. Essas famílias seriam as que não cumpririam os critérios da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006 e Decreto 9.064/2017), sendo portanto, desclassificadas como tal. Ou seja, em 2015, 97 mil famílias deixaram de ser consideradas como de agricultores familiares, fato que impactou na redução acentuada (ficou menor) e perda de dinamismo (permaneceu estatisticamente estabilizada), ao contrário de seus pares de contas próprias não classificados como agricultura familiar (Tabela 34).

Em análise desagregada da distribuição e evolução participativa dos tipos familiares no total de famílias ocupadas na agropecuária, note-se que, no período de 2011 a 2015, as famílias agropecuárias de contas próprias (agricultura não familiar) e as famílias da agricultura familiar com produção exclusivamente para o autoconsumo apresentaram tendência de ganho de participação com taxas de crescimento, respectivamente, de 18,1%a.a. e 11,9%a.a. Em

contrapartida a esse desempenho, as famílias da agricultura familiar comercial total e sua fração de famílias agropecuárias registraram tendência de perda de participação (Tabela 35).

Tabela 35 - Distribuição e evolução da participação relativa (%) das frações da agricultura familiar no total geral de famílias ocupadas na agropecuária, Região Norte, 2006 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2006	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2006/2009	2011/2015
Empregadora	2,8	3,6	1,5	1,8	18,0	3,6
Conta Própria (Agr. Não Familiar)	11,9	10,0	11,3	12,5	-4,8 *	3,8
Agropecuária	0,6	0,5	0,7	1,0	-5,8	18,1 **
Pluriativa	11,3	9,4	10,6	11,5	-4,5	2,9
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	1,8	0,7	1,7	1,1	-26,8 *	-1,4
<i>Intersectorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	9,5	8,7	8,9	10,3	-0,8	3,8
Agricultura Familiar	56,8	56,4	62,7	61,3	-0,7	-0,9
Com Produção Comercial	50,7	48,7	55,5	50,6	-1,7	-3,0 **
Agropecuária	43,4	40,7	47,7	44,2	-2,1	-2,6 **
Pluriativa	7,3	8,0	7,8	6,4	0,8	-5,4
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	1,2	1,5	1,3	1,8	8,5	2,6
<i>Intersectorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	6,0	6,5	6,5	4,6	-0,9	-7,6 *
Com Autoconsumo	6,2	7,7	7,1	10,7	6,4	11,9 *
Empregados	28,5	30,1	24,5	24,4	1,7 *	0,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Os dados (Tabela 34 e Tabela 35) estariam sugerindo que, no interior do movimento de expansão da fronteira agropecuária, as áreas rurais da região Norte teriam experimentado alterações tendenciais na composição geral dos diferentes tipos/grupos familiares ligados à agropecuária. E essa alteração seria observada especialmente no interior da agricultura familiar que, de um lado, tem se tornado menor, a cada ano, com produção menos voltada para a comercialização e, de outro, tem se fundamentado rapidamente numa agricultura para atender exclusivamente as necessidades domésticas de consumo das famílias.

Grisa, Gazolla e Schneider (2010) definem a produção para o autoconsumo como sendo uma estratégia de diversificação utilizada pelas unidades familiares para garantir condições básicas necessárias para a reprodução socioeconômica das famílias, sobretudo em relação à autonomia alimentar, frente às dificuldades impostas pelo modelo de desenvolvimento predominante. Segundo Sacco dos Anjos, DelGrossi e Caldas (2010) e Buainain Dedecca (2010), o crescimento das famílias com produção para o autoconsumo está associado às próprias

políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de transferência de renda (Bolsa Família, aposentadoria rural, etc.) que elevam o custo de oportunidade do trabalho no rural.

Outra questão que coloca a agricultura familiar em lados opostos aos seus pares de contas próprias desclassificados como agricultura familiar (por não cumprir os critérios de classificação da Lei 11.326/2006 e Decreto 9,064/2017) é a presença da pluriatividade. Segundo os dados da Tabela 36, enquanto as famílias de contas próprias são visivelmente pluriativas, a agricultura familiar com produção comercial é, ao contrário, fortemente agropecuária (monoativa) com 83,6% e 87,3% em 2009 e 2015, respectivamente.

Tabela 36 - Evolução da participação relativa (%) dos tipos de famílias extensas rurais no total de cada tipo familiar, Região Norte, 2006 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2006	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	Δ (% aa.)
					2006/2009	2011/2015
Conta Própria (Agr. Não Familiar)	100,0	100,0	100,0	100,0		
Agropecuária	5,1	5,4	5,8	8,1	-1,1	13,7 *
Pluriativa	94,9	94,6	94,2	91,9	0,3	-0,9 **
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	14,9	7,1	15,4	9,1	-23,2 *	-5,0
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	80,0	87,4	78,8	82,8	4,2	0,0
Agricultura Familiar						
Com Produção Comercial	100,0	100,0	100,0	100,0		
Agropecuária	85,7	83,6	85,9	87,3	-0,5	0,4
Pluriativa	14,3	16,4	14,1	12,7	2,6	-2,5
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	2,4	3,0	2,4	3,5	10,3	5,7
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	11,9	13,4	11,7	9,1	0,8	-4,8
Com Autoconsumo	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

A diversificação das fontes de trabalho fora do estabelecimento rural familiar, denominado pela literatura especializada de estratégias pluriativas (intersetorial e tradicional, respectivamente), são entendidas como um caminho possível e importante para a agricultura familiar enfrentar condições adversas no tocante à ocupação e renda. Entretanto, a Lei 11.326/2006 teria como consequência a inviabilização ou a imposição de limites à adoção dessas estratégias pluriativas pelas famílias de contas próprias que pretendem ser consideradas parte integrante do universo da agricultura familiar, já que uma das exigências é que, no mínimo, metade da renda seja proveniente de atividades internas aos estabelecimentos.

De fato, conforme pode ser analisado na Tabela 37, a renda média das famílias pluriativas da agricultura familiar é superior à obtida pelas famílias agropecuárias exclusivamente. No entanto, conforme fora observado anteriormente (Tabela 36), apenas cerca de 14% do contingente da agricultura familiar é de famílias pluriativas, enquanto a outra grande

parcela é composta por famílias agropecuárias, cujo rendimento médio é inferior a outras frações do mesmo segmento de agricultores. A baixa incidência da pluriatividade estaria relacionada justamente ao fato de que as rendas externas mais elevadas levariam à desclassificação das famílias pelos critérios da Lei da Agricultura Familiar e, portanto, sua exclusão do conjunto de políticas públicas.

Tabela 37 - Evolução da renda média agropecuária das famílias rurais da Região Norte nos períodos de 2004 a 2009 (Em R\$ Set./2009) e 2011 a 2015 (Em R\$ Set./2015)

TIPO DE FAMÍLIA	2006	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2006/2009	2011/2015
Empregadora	529,28	921,57	2.004,44	3.115,13	24,2 *	6,9
Conta Própria (Agr. Não Familiar)	111,00	106,84	326,75	278,72	-5,7	-1,1
Agropecuária	904,33	556,16	2.462,41	1.924,20	-13,4	-4,7
Pluriativa	336,23	352,09	695,29	618,22	-1,8	-1,2
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	641,09	701,95	1.448,21	1.373,33	3,0	-0,5
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	279,27	323,53	547,97	535,23	0,6	-0,1
Agricultura Familiar	528,99	608,89	944,34	807,38	5,5 *	-3,0
Com Produção Comercial	593,34	705,27	1.065,99	980,26	6,5 *	-0,9
Agropecuária	557,05	596,69	882,94	856,22	3,1	0,2
Pluriativa	810,16	1.257,47	2.183,02	1.835,41	16,8 ***	-2,8
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	833,39	1.615,55	2.387,12	2.404,87	24,1 **	-3,0
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	805,49	1.177,27	2.140,89	1.613,96	14,1 *	-3,5
Empregados	227,26	238,74	464,71	418,25	3,7	-2,3 ***
TOTAL	301,21	348,08	640,21	547,09	5,5 ***	-3,4

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Além da barreira legal em relação à renda, tem-se, ainda, conforme a Lei da Agricultura Familiar, que as unidades de produção dessa categoria de agricultores não devem ter área superior a quatro módulos fiscais. Isso explicaria a concentração dos estabelecimentos da agricultura familiar no menor estrato de área (0 a 10 hectares), conforme pode ser observado na Tabela 38, desenvolvendo essencialmente atividades agropecuárias.

As famílias contas próprias da agricultura não familiar, as quais não estão limitadas ao tamanho de quatro módulos fiscais, são exclusivamente pluriativas, diferenciando-se em relação às famílias da agricultura familiar. Porém, essa estratégia desclassifica milhares de famílias, implicando, por essa via legal, na redução do contingente da agricultura familiar, abrindo a possibilidade de cortes no orçamento das políticas voltadas para esse segmento social historicamente fragilizado.

Tabela 38 - Distribuição e evolução da participação percentual (%) das famílias rurais de contas próprias (Agricultura Não Familiar), segundo faixas de tamanho de área, Região Norte, 2006 a 2009 e 2011 a 2015

FAIXAS DE ÁREA/TIPO DE FAMÍLIA	2006	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2006/2009	2011/2015
Famílias de Contas Próprias (Agricultura Não Familiar)						
[0 a 10ha]	62,4	65,7	73,1	68,8	4,2	-1,0
Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	- -	- -
Pluriativa	62,4	65,7	73,1	68,8	4,2	-1,0
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	8,4	4,0	9,2	4,3	-17,5	-9,7
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	54,0	61,7	63,9	64,4	6,7	0,0
[10 a 100ha]	27,4	24,0	17,5	20,0	-4,9	-1,6
Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	- -	- -
Pluriativa	27,4	24,0	17,5	20,0	-4,9	-1,6
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	4,8	2,8	5,7	3,4	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	22,6	21,2	11,8	16,6	0,7	1,3
[100ha a mais]	10,2	10,3	9,4	11,3	-5,6	9,1
Agropecuária	5,1	5,4	5,8	8,1	-1,1	13,7 *
Pluriativa	5,2	4,8	3,7	3,1	-12,8	0,6
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	1,8	0,4	0,5	1,3	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	3,4	4,5	3,1	1,8	- -	- -
Agricultura Familiar (Comercial e Autoconsumo)						
[0 a 10ha]	46,9	57,3	67,4	68,6	5,9 *	0,3
Agropecuária	41,9	49,3	59,4	62,7	5,0 **	1,2
Pluriativa	5,0	7,9	8,0	5,8	12,5	-7,7 **
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	0,4	1,2	1,2	1,2	- -	-1,8
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	4,6	6,7	6,8	4,6	9,4	-8,9 ***
[10 a 100ha]	42,3	37,0	27,9	26,9	-3,1	-0,1
Agropecuária	36,8	31,3	24,1	22,9	-3,9	-0,4
Pluriativa	5,5	5,7	3,8	4,0	1,4	1,2
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	1,2	1,1	0,7	1,5	5,6	17,4 *
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	4,3	4,6	3,1	2,5	-0,4	-4,4
[100ha a mais]	10,8	5,8	4,7	4,6	-19,3 ***	-3,1
Agropecuária	8,5	4,9	3,9	3,9	-16,0 ***	-2,8
Pluriativa	2,3	0,8	0,8	0,7	- -	- -
<i>Tradicional (Agrop. + Agrop.)</i>	0,6	0,2	0,3	0,2	- -	- -
<i>Intersetorial (Agrop. + Não Agrop.)</i>	1,7	0,6	0,4	0,5	- -	- -

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Além do baixo nível de renda e pouca disponibilidade de área, apontados nas análises anteriores, outro ponto que pode intensificar a fragilidade da agricultura familiar é a condição do produtor em relação à posse da terra. É possível notar que, no ano de 2015, 45,8% dos produtores da agricultura familiar (comercial e autoconsumo) não eram proprietários. No que tange às famílias de agricultores familiares apenas com produção comercial, o percentual de

famílias não proprietárias da área seria de 27%, mas ainda bastante elevado para uma categoria de agricultores em que a terra ainda é o principal fator de produção, sobretudo num contexto em que a Lei da Agricultura Familiar estabelece que, no mínimo, metade da renda do empreendimento seja originário das atividades internas do estabelecimento (Tabela 39).

Tabela 39 - Distribuição percentual (%) das famílias rurais da agricultura familiar (comercial e autoconsumo), segundo a condição do produtor e a faixa de tamanho de área, Região Norte, em 2015

FAIXA DE ÁREA	CONDIÇÃO DO PRODUTOR	2015
Agricultura Familiar (Apenas Comercial)		
[0 a 10ha]	Proprietário	73,0
	Outros	27,0
]10 a 100ha]	Proprietário	87,7
	Outros	12,3
]100ha a mais]	Proprietário	94,8
	Outros	5,2
Agricultura Familiar (Comercial e Autoconsumo)		
[0 a 10ha]	Proprietário	54,2
	Outros	45,8
]10 a 100ha]	Proprietário	87,7
	Outros	12,3
]100ha a mais]	Proprietário	94,8
	Outros	5,2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Microdados PNADs/IBGE.

Segundo Scott (2002), a terra significa para as famílias rurais a possibilidade de reafirmação da sua resistência e sobrevivência básica da unidade familiar de produção, na qual o autor denomina de “arma dos fracos”, frente a uma realidade de exclusão, sendo, portanto, a partir dela que os estabelecimentos garantem a obtenção de renda monetária e a satisfação das suas necessidades básicas por alimentação. De acordo com Grisa, Gazolla e Schneider (2010), a posse definitiva da terra além de garantir uma real possibilidade de reprodução da família, reflete, também, a existência de certa autonomia dos agricultores em relação ao que é gerado no interior dos estabelecimentos agropecuários, sobretudo pelas famílias mais pobres.

Diante disso, fica patente que as famílias da agricultura familiar tem perdido participação no total geral de famílias rurais da região Norte. Independentemente da metodologia, fica claro que a agropecuária, principalmente, reduz seu protagonismo na geração de ocupação e renda para as famílias rurais, as quais estariam dependentes, também, de outras estratégias de sobrevivência, notadamente das fontes não agropecuárias.

2.5 Considerações finais do capítulo

Os resultados apresentados neste capítulo indicam que o rural da Região Norte do Brasil passou por transformações socioeconômicas importantes no período de 2004 a 2015. Ficou perceptível o aumento importante do contingente de famílias com residência rural, impulsionado, em grande parte, pelo aumento do número de famílias não agropecuárias e de não ocupados. A dinâmica dessas áreas não seria mais determinada unicamente pelas famílias agropecuárias, mas também pela forte participação das famílias rurais ocupadas em atividades não agropecuárias, elevando a importância das fontes de ocupação e renda desse tipo de trabalho. Foi possível notar, ainda, um crescimento do número de não ocupados, de modo que o rendimento do não trabalho (aposentadorias, pensões, outras fontes, etc.) desempenhou relevante papel na reprodução socioeconômica das famílias.

Referente à agricultura familiar, particularmente, foi possível notar perda de participação do contingente de famílias agropecuárias nas duas metodologias utilizadas. Porém, a tendência de redução das famílias estritamente agropecuárias da agricultura familiar no rural da Região Norte tornou-se mais latente quando se analisou as famílias por meio dos critérios da Lei da Agricultura Familiar. Além disso, foi possível notar um crescimento expressivo das famílias da agricultura familiar com produção para o autoconsumo e diminuição das com produção comercial. As famílias que se tornaram pluriativas, em que a renda externa é, normalmente, superior à interna, foram desclassificadas da agricultura familiar. Essa seria a explicação para as famílias contas próprias não familiares serem visivelmente pluriativas, enquanto as familiares monoativas, essencialmente.

No que tange à composição da renda total das famílias, notou-se que a agropecuária foi a principal fonte no ano de 2004. Porém, ao tomarmos o somatório da participação das fontes de renda não agropecuária e do não trabalho temos uma superioridade em relação à renda agropecuária no total geral. Desempenho semelhante foi encontrado para a renda média familiar, uma vez que as famílias não agropecuárias apresentaram participação superior às famílias estritamente agropecuárias. No caso das famílias pluriativas, em muitos casos, a renda média foi superior à obtida pelas famílias agropecuárias e não agropecuárias, o que reforça a importância da pluriatividade para boa parte das frações de famílias rurais.

De modo geral, os dados da Pnad apontam para uma tendência crescente de famílias rurais ocupadas em outras atividades — a exemplo das famílias pluriativas intersetoriais e das famílias não agropecuárias — e, portanto, não restritas somente ao trabalho agropecuário. Nesse

contexto, políticas de desenvolvimento rural mais amplas, com foco na dinâmica diversa e em processo de ampliação empreendida por todos os tipos familiares, são necessárias. Primeiro, porque, contribuiriam para fortalecer todas as oportunidades geradoras de ocupação e renda, e, segundo, contemplariam as demandas das famílias por serviços de infraestrutura, transportes, comunicação, saúde, educação, acesso ao crédito, tecnologia, etc., tão necessários à obtenção de melhores indicadores de desenvolvimento rural e de qualidade de vida.

CAPÍTULO 3 – EVOLUÇÃO DAS OCUPAÇÕES NÃO AGROPECUÁRIAS NO RURAL DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

3.1 Introdução

Para investigar a dinâmica da ocupação e renda das pessoas com residência no rural da região Norte foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período de 2004 a 2015, série histórica mais longa e comparável disponível para a região. O processamento dos microdados foi feito por meio do *Software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*. As informações utilizadas estão relacionadas ao grupamento de atividades (agropecuário e não agropecuário), posição na ocupação (empregador, conta própria, empregado, serviço doméstico, autoconsumo, não remunerado não ocupado) e renda média mensal do trabalho principal na semana de referência. A metodologia de pesquisa utilizada é a do Projeto Rurbano.

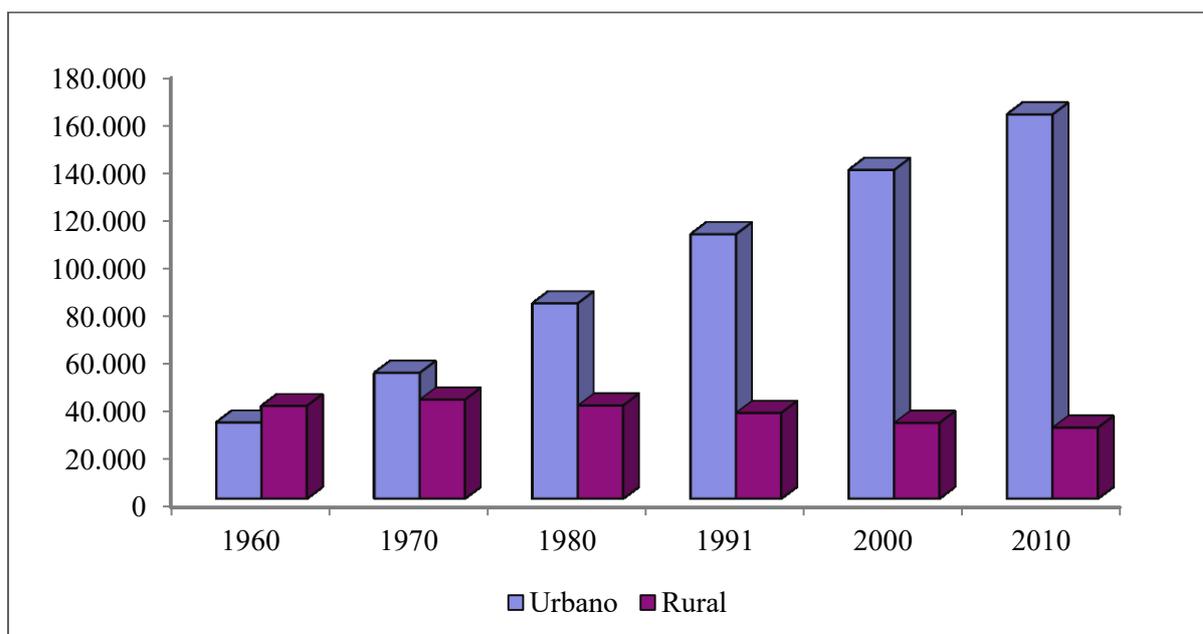
As tendências que serão apresentadas ao longo deste capítulo reforçam o argumento central da presente Tese de que a região Norte segue uma trajetória similar ao que já foi observado em países desenvolvidos e nas demais regiões brasileiras, ainda nos anos 90, que é o forte decréscimo das fontes de ocupação e renda agropecuárias. Diante disso, será enfatizado que as políticas de desenvolvimento rural puramente agropecuárias seriam insuficientes para atender as demandas que se conformam (e em ampliação), não restritas somente às políticas tradicionais de acesso ao crédito, tecnologia, assistência técnica, etc.

Ademais, os dados revelam uma tendência similar ao que foi observado para o caso das famílias, no capítulo 2, qual seja, crescimento das ocupações não agropecuárias e diminuição das agropecuárias. O comportamento positivo da PEA rural não agropecuária foi extremamente importante para o emprego total, de modo a compensar a contínua e persistente redução do número de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias, principalmente das mulheres e jovens. Isso, de certa maneira, contribuiu para manter o contingente populacional rural relativamente estável no decorrer da série analisada, já que as oportunidades ocupacionais em ramos e setores de atividades para além da agropecuária, seja no próprio rural e/ou nas cidades vizinhas do entorno socioeconômico em que a população reside, tem contribuído para frear o contínuo abandono das áreas rurais.

3.2 Mudanças na PEA rural e o crescimento das ocupações não agropecuárias

O rural brasileiro, nos últimos anos, tem apresentado mudanças importantes, principalmente no que diz respeito a composição demográfica e estrutura ocupacional. Em relação às transformações demográficas é possível atestar pelo menos dois movimentos dessa trajetória: primeiro, é o forte êxodo rural dos anos 1970, impulsionado pelas transformações produtivas do setor agropecuário, com adoção de tecnologia poupadora de mão de obra; e o segundo é a inflexão da migração no sentido campo-cidade, a partir dos anos de 1990, período em que a população rural passou a decrescer mais lentamente, permanecendo em torno de 32 milhões e 30 milhões de pessoas em 2000 e 2010, respectivamente (Gráfico 8).

Gráfico 8 - População, segundo a situação do domicílio, Brasil, 1960 a 2010 (1.000 pessoas)



Fonte: Censos Demográficos. SIDRA/IBGE. .

Ao se analisar a população rural a partir dos dados da PNAD, de modo a obtermos um cenário mais atualizado, dado que o último Censo Demográfico (CD) foi realizado em 2010, percebe-se que o número de pessoas com residência no rural brasileiro permaneceu estável no período de 2004 a 2009, com tendência de crescimento para o período de 2011 a 2015. Entre as regiões brasileiras, o rural do Norte apresentou tendência de crescimento (0,5%a.a.) populacional no primeiro período da análise, enquanto o Centro-Oeste exibiu queda de -1,3%a.a. Essa tendência se inverteu entre 2011 a 2015, de modo que, à exceção da região Sul, todas as demais regiões demonstraram incrementos no contingente de pessoas residentes no

rural. A aparente redução da população rural do Brasil e regiões entre 2009 e 2011 deve-se à atualização do perímetro urbano das cidades brasileiras, o que implicou na mudança de classificação das pessoas de rural para urbano (Tabela 40).

Tabela 40 - Evolução da população rural total, Brasil e grandes regiões, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Brasil	31.662	31.848	29.749	31.294	-1,6	1,1 ***
Norte	4.220	4.331	4.179	4.379	0,5 ***	1,0
Nordeste	14.660	14.752	14.490	15.227	-0,1	1,1 ***
Sudeste	6.222	6.371	5.517	5.897	0,3	1,5 ***
Centro-Oeste	1.773	1.703	1.336	1.578	-1,3 *	3,5 ***
Sul	4.787	4.691	4.227	4.214	-12,6	-0,3

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Apesar da relativa estabilização e posterior crescimento da população rural brasileira no decorrer dos períodos analisados, mais de dois milhões de pessoas deixaram a agropecuária como atividade principal. Em termos regionais, as regiões Norte e Nordeste exibiram a maior redução de ocupados na agropecuária (Tabela 41).

Tabela 41 - Distribuição e evolução da população rural de 10 anos ou mais, ocupada, segundo os ramos de atividades, Brasil e grandes regiões, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

REGIÃO/RAMOS DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Brasil	16.962	16.607	14.944	15.059	-2,6	0,6
Agropecuária	12.717	11.276	10.410	9.618	-4,5 *	-1,4 *
Não Agropecuária	4.244	5.332	4.534	5.441	2,2	4,6 ***
Norte	2.169	2.099	2.063	2.049	-0,8 **	-0,2
Agropecuária	1.555	1.273	1.427	1.316	-3,4 *	-1,9 *
Não Agropecuária	615	825	635	732	4,3	3,4 **
Nordeste	7.547	7.261	6.804	6.703	-1,1 *	0,3
Agropecuária	6.066	5.394	4.989	4.396	-2,6 ***	-2,1 *
Não Agropecuária	1.481	1.867	1.816	2.307	4,2 ***	6,1 ***
Sudeste	3.203	3.426	2.915	3.080	0,7	1,4 ***
Agropecuária	2.032	1.976	1.821	1.868	-1,3 *	0,6
Não Agropecuária	1.171	1.450	1.094	1.212	3,9 ***	2,7 *
Centro-Oeste	973	955	698	846	-1,1	4,6 ***
Agropecuária	720	652	487	564	-2,7 ***	3,1 **
Não Agropecuária	253	303	211	282	2,8 *	7,8 ***
Sul	3.070	2.866	2.464	2.382	-14,0	-0,4
Agropecuária	2.345	1.980	1.686	1.475	-15,8	-2,6 **
Não Agropecuária	725	886	778	907	-9,0	3,8 **

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Enquanto o número de pessoas ocupadas na agropecuária apresentou tendência de forte redução, o quantitativo de ocupados em atividades não agropecuárias continuou a crescer, de modo que, ao final de cada período, mais de cinco milhões de brasileiros com residência rural tinham a ocupação principal no setor não agropecuário (Tabela 41). Esse desempenho também foi identificado para as grandes regiões brasileiras, reafirmando a perda de parte do protagonismo da agropecuária na geração de ocupação para as pessoas com residência rural, conforme apontado por Laurenti, Pellini e Telles (2015) para o início dos anos 2000.

O crescimento das ocupações não agropecuárias não é um fenômeno conjuntural, tampouco isolado, sendo verificado em todas as regiões brasileiras. No caso particular da Região Norte, a tendência de elevadas taxas de crescimento desse tipo de ocupação é verificada nos sete estados (embora alguns sem significância estatística. Enquanto isso, o número de ocupados em atividades agropecuárias apresentou redução de 100 mil pessoas, em ambos os períodos da série analisada, sendo os estados de Rondônia e Acre a registrarem as maiores taxas de decréscimo, sobretudo entre 2004 e 2009. Importante notar, ainda, o número de pessoas não ocupadas ao final de cada período, mais de 1 milhão, inclusive, em 2015, com quantitativo superior ao número de ocupado, tendência similar também identificada nos estados, principalmente, no Pará, Roraima, Amapá e Tocantins (Tabela 42).

Tabela 42 - Evolução (e taxas de crescimento) da PEA rural da Região Norte e estados, segundo os ramos de atividades, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

REGIÃO/RAMOS DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Continua			
					Δ (% aa.)		Δ (% aa.)	
					2004/2009		2011/2015	
NORTE	3.114	3.323	3.246	3.545	1,4	***	2,1	**
Agropecuária	1.555	1.273	1.427	1.316	-3,4	*	-1,9	*
Não Agropecuária	615	825	635	732	4,3		3,4	**
Não Ocupados	944	1.225	1.183	1.496	5,8	***	5,6	**
Rondônia	293	260	235	212	-2,8	***	-3,2	*
Agropecuária	228	193	184	159	-3,7	***	-4,4	**
Não Agropecuária	66	66	51	53	0,2		0,8	
Não Ocupados	95	110	144	146	3,8	*	1,1	
Acre	103	96	96	104	-0,6		0,1	
Agropecuária	77	65	78	64	-5,1	*	-5,6	
Não Agropecuária	27	31	18	39	8,9	*	16,5	**
Não Ocupados	42	47	38	74	1,8		18,4	**
Amazonas	324	376	327	294	1,3		-1,6	
Agropecuária	241	249	265	224	-0,2		-2,9	
Não Agropecuária	83	127	62	70	5,0		3,2	*
Não Ocupados	187	211	184	192	3,7	*	1,7	
Roraima	40	53	45	34	2,3		-3,4	
Agropecuária	28	30	33	20	-3,4		-7,9	*
Não Agropecuária	12	23	12	14	11,7	***	6,4	*
Não Ocupados	27	32	14	30	8,3	*	16,4	**

Tabela 42 - Evolução (e taxas de crescimento) da PEA rural da Região Norte e estados, segundo os ramos de atividades, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

REGIÃO/RAMOS DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Conclusão	
					Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Pará	1.177	1.070	1.145	1.215	-1,5 **	1,3 *
Agropecuária	798	556	698	709	-4,9	0,0
Não Agropecuária	378	514	446	507	4,0	3,1 *
Não Ocupados	492	719	695	886	8,2 ***	5,9 ***
Amapá	27	29	26	29	1,6	3,2
Agropecuária	16	16	17	17	-1,3	1,5
Não Agropecuária	11	13	10	12	5,6	5,8
Não Ocupados	17	21	31	48	3,2	7,1
Tocantins	205	215	190	160	0,8	-3,2
Agropecuária	167	165	153	123	-0,4	-4,3 *
Não Agropecuária	38	50	37	37	5,4 ***	0,9
Não Ocupados	83	84	77	120	-1,0	8,4 *

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

As constatações de crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não agropecuárias e decréscimo das agropecuárias, além da evolução positiva dos não ocupados, revelam uma tendência bastante análoga à evolução dos tipos familiares apresentados no capítulo 2 da presente Tese. Ao identificarmos esse desempenho para as famílias, ressaltamos a necessidade de se (re)discutir o rural a partir de uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento, a qual possibilitaria potencializar as várias fontes de ocupações, razão pela qual reiteramos a adoção de abordagem similar para o caso das pessoas. Contemplar a diversidade das áreas rurais é reconhecer que a dinâmica desses espaços territoriais tornou-se mais ampla e mais complexa, não restrita somente às atividades agropecuárias *strictu sensu* (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2000, 2008; KAGEYAMA, 2008).

A redução da população economicamente ativa (PEA) agropecuária da Região Norte do Brasil foi acompanhada pela contínua diminuição da presença feminina nessas atividades. Nota-se que cerca de 100 mil mulheres deixaram a agropecuária como atividade principal, de 2004 a 2009, ao mesmo tempo em que houve crescimento de 76 mil pessoas do sexo feminino ocupadas em atividades não agropecuárias (Tabela 43). É justamente nas ocupações não agropecuárias que a participação relativa das mulheres se torna mais equânime em relação a dos homens. A percepção de que as fontes de ocupação estão cada vez mais diversas, sendo, portanto, imprescindível tomá-las como fatores explicativos da dinâmica territorial foi uma tendência observada por Balsadi e DelGrossi (2016) para o rural brasileiro.

Tabela 43 - Evolução da PEA rural de 10 anos ou mais de idade, segundo ramos de atividades e gênero, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

RAMOS DE ATIVIDADE/ GÊNERO	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Número de Pessoas (1.000 pessoas)						
AGROPECUÁRIA	1.555	1.273	1.427	1.316	-3,4 *	-1,9 *
Masculino	1.069	888	994	943	-2,7	-1,2
Feminino	486	385	433	373	-4,8 ***	-3,7 **
NÃO AGROPECUÁRIA	615	825	635	732	4,3	3,4 **
Masculino	351	485	371	437	4,9	4,1 **
Feminino	264	340	264	296	3,3	2,5 **
TOTAL	2.170	2.098	2.062	2.048	-0,8 **	-0,2
Participação Relativa (%)						
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Masculino	68,7	69,7	69,6	71,6	0,7 *	0,8 *
Feminino	31,3	30,3	30,4	28,4	-1,4 *	-1,8 *
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Masculino	57,1	58,8	58,5	59,6	0,6	0,6
Feminino	42,9	41,2	41,5	40,4	-0,9	-0,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0		0,8 *

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

No que se refere ao número de pessoas ocupados na agropecuária, segundo faixas de idade, a Tabela 44 apresenta, em termos absolutos, uma significativa redução do trabalho infantil, sobretudo nas atividades agropecuárias, resultado das políticas públicas de combate à pobreza e segurança alimentar, conforme destacam Balsadi e DelGrossi (2016) e Balsadi (2019), e um crescimento do número de jovens ocupados em atividades não agropecuárias (embora com taxas de crescimento não significativas) e pelos não ocupados.

Tabela 44 - Número de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas e não ocupadas, segundo ramos de atividades e faixas de idade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

RAMOS DE ATIVIDADES/ GRUPOS DE IDADE	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Número de Pessoas (1.000 pessoas)						
AGROPECUÁRIA	1.555	1.273	1.427	1.316	-3,4 *	-1,9 *
10 a 14 anos	153	91	98	52	-9,3 ***	-12,6 ***
15 a 29 anos	565	380	432	361	-6,6 **	-4,8 **
30 a 59 anos	685	638	733	750	-1,3	0,3
60 anos ou mais	152	164	165	153	2,2	-0,2
NÃO AGROPECUÁRIA	615	825	635	732	4,3	3,4 **
10 a 14 anos	15	14	14	10	-7,9	-9,0
15 a 29 anos	239	284	222	229	1,9	0,2
30 a 59 anos	337	490	374	454	6,5 **	5,1 ***
60 anos ou mais	24	37	26	40	8,3 **	10,5 *

Continua

Tabela 44 - Número de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas e não ocupadas, segundo ramos de atividades e faixas de idade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

RAMOS DE ATIVIDADES/ GRUPOS DE IDADE	2004	2009	2011	2015	Conclusão	
					Δ (% aa.) 2004/2009	Δ (% aa.) 2011/2015
Número de Pessoas (1.000 pessoas)						
NÃO OCUPADOS	944	1.225	1.183	1.496	5,8 ***	5,6 **
10 a 14 anos	376	421	384	422	2,7 ***	2,0
15 a 29 anos	325	422	396	468	5,9 ***	3,9 *
30 a 59 anos	158	252	254	332	10,6 ***	6,8 *
60 anos ou mais	85	130	149	273	8,3 ***	15,3 ***
TOTAL	3.114	3.323	3.246	3.545	1,4 ***	2,1 **
Participação Relativa (%)						
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
10 a 14 anos	9,9	7,1	6,9	3,9	-6,1 ***	-10,9 ***
15 a 29 anos	36,3	29,8	30,3	27,4	-3,3 ***	-2,9 **
30 a 59 anos	44,1	50,1	51,3	57,0	2,1 **	2,3 ***
60 anos ou mais	9,7	12,9	11,5	11,6	5,8 ***	1,7
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
10 a 14 anos	2,5	1,7	2,2	1,4	-11,7	-12,0
15 a 29 anos	38,8	34,4	34,9	31,2	-2,3	-3,1 ***
30 a 59 anos	54,8	59,4	58,8	62,0	2,1	1,6 **
60 anos ou mais	3,8	4,5	4,1	5,4	3,8 **	6,8 *
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
10 a 14 anos	39,8	34,4	32,4	28,2	-2,9 ***	-3,4 ***
15 a 29 anos	34,4	34,4	33,5	31,3	0,1	-1,6 ***
30 a 59 anos	16,7	20,6	21,5	22,2	4,5 ***	1,1
60 anos ou mais	9,0	10,6	12,6	18,3	2,3	9,2 ***
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0		

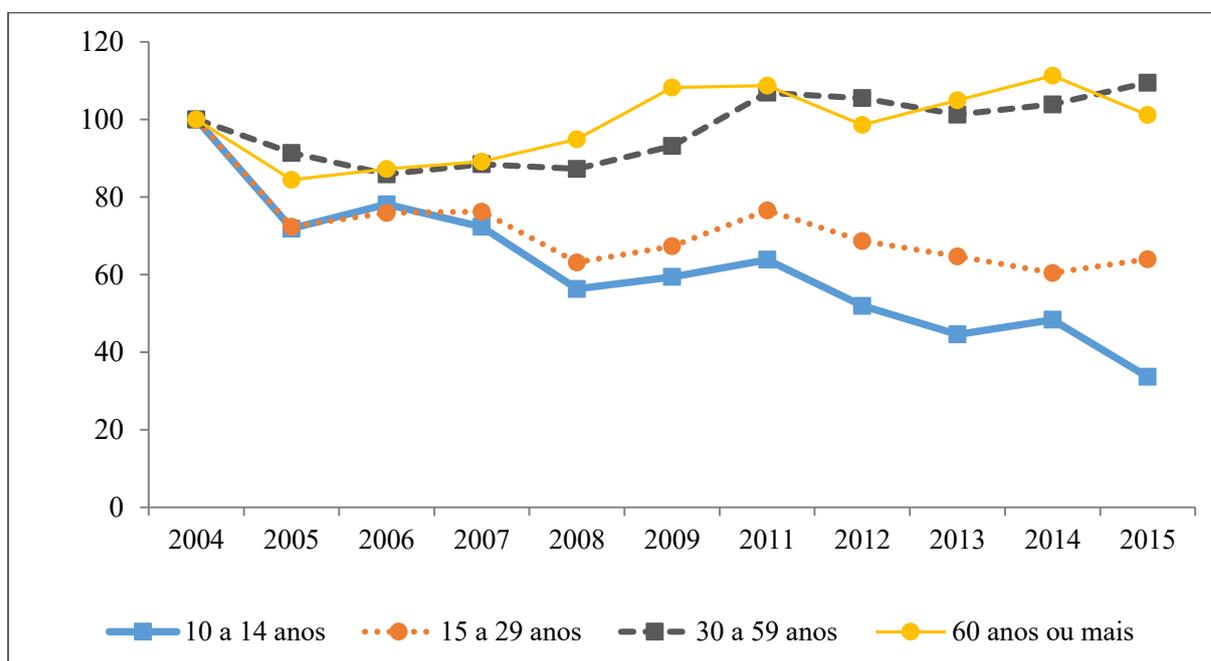
Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Outro aspecto apreendido da Tabela 44 é que, em termos absolutos, a tendência de crescimento do número de pessoas rurais com 60 anos ou mais é mais visível nas atividades não agropecuárias, enquanto na agropecuária torna-se perceptível apenas em termos relativos. Ou seja, a PEA rural da região está se tornando mais envelhecida, porém de maneiras distintas.

A redução do número de pessoas de 10 a 14 anos e de 15 a 29 anos de idade ocupadas na agropecuária pode ser melhor visualizada se observarmos ano a ano da série analisada, tomando o ano de 2004 como base (2004=100). É possível notar que entre 2004 e 2008 foi o período de maior retração do índice para pessoas nas faixas de menor idade (10 a 14 anos e 15 a 29 anos) que tinham a agropecuária como principal atividade. Já para as pessoas com maior idade ocupadas na agropecuária, especialmente com 60 anos ou mais, o índice se mostrou em contínuo crescimento durante toda a série (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Evolução da PEA agropecuária por grupos de idade, Região Norte, no período 2004 a 2015 (Índice 2004 = 100)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Microdados PNADs/IBGE.

A contínua redução do número de mulheres e jovens ocupados na agropecuária apontam para uma possível tendência de “masculinização” e “envelhecimento” da população ocupada nessas atividades. Em estudo sobre a dinâmica demográfica brasileira, Camarano e Abramovay (1999) identificaram movimentos de envelhecimento e masculinização da população rural, durante o período de 1950 a 1996, decorrentes do intenso fluxo migratório de jovens, principalmente das mulheres. Para os pesquisadores, a falta de perspectivas e as desigualdades de condições no campo impulsionam as jovens mulheres a migrarem para as cidades em busca de oportunidades ocupacionais que ampliem os horizontes para além do trabalho agropecuário.

Segundo Sacco dos Anjos e Caldas (2005), o êxodo agropecuário³⁷ se insere no amplo processo de transformação da sociedade moderna e, de modo particular, no modelo de desenvolvimento fundamentado na modernização das estruturas produtivas do campo. O emprego de tecnologias na produção agropecuária faz com que diminua a demanda por força de trabalho rural, ficando limitada, na maioria das vezes, ao trabalho masculino sazonal e temporário. Assim, as oportunidades ocupacionais se tornam mais escassas, o que impulsiona a busca por ocupações em outros setores da economia.

³⁷ “Êxodo agropecuário” no sentido de que a população rural estaria paulatinamente substituindo as tradicionais atividades ligadas à agropecuária por não agropecuárias. Esse tipo de êxodo não deve, portanto, ser confundido com o êxodo rural (migração no sentido campo-cidade).

Além da masculinização do campo, o envelhecimento da população é um outro fenômeno recorrente e abordado pela literatura que trata das transformações demográficas do rural. A baixa taxa de fecundidade³⁸ e o aumento da expectativa de vida da população são os principais elementos que explicariam esse comportamento. Nesse particular, o desequilíbrio de gênero e idade da população, em situações de êxodo da população mais jovem, especialmente de mulheres – embora não esteja ocorrendo na região Norte –, teria como efeito mais notável a baixa capacidade de renovação e reposição demográfica nas áreas rurais, o que comprometeria a reprodução da sociedade rural (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005; MAIA, 2014).

É justamente nessa linha de argumentação que Staduto, Nascimento e Souza (2013) afirmam que desequilíbrio demográfico no rural traz consigo prejuízos de ordem social (desagregação familiar) e econômica (redução do número de estabelecimentos rurais) que podem comprometer fortemente a manutenção sustentável das comunidades rurais. Os autores destacam que a definição de alternativas de emprego não restritos ao trabalho agropecuário ampliam as possibilidades de ocupação e renda no rural, o que pode contribuir para a permanência de jovens mulheres no campo.

Na região Norte, conforme pode ser observado (Tabela 43 e Tabela 47), o que estaria ocorrendo seria o êxodo agropecuário das mulheres. Ou seja, a população do sexo feminino estaria permanecendo no rural da região, mas, boa parte, estaria permanecendo como não ocupadas e outra recorrendo às atividades não agropecuárias como fonte de ocupação. Nesses dois cenários, importa ressaltar o papel das políticas de valorização do trabalho das mulheres, sobretudo no sentido de incluí-las no mercado de trabalho e em ocupações atrativas (do ponto de vista pessoal e profissional), o que contribuirá, de fato, para o desenvolvimento rural da região (STADUTO; NASCIMENTO; SOUZA, 2013).

3.3 Posição na ocupação e a tendência de crescimento do trabalho não agropecuário

A heterogeneidade das diferentes formas de ocupações no rural da Região Norte fica ainda mais evidente ao se analisar a evolução da população ocupada a partir dos da posição na ocupação e a atividade principal do trabalho. Pela Tabela 45 é possível observar que, na agropecuária, há predominância de ocupados nas categorias de conta própria, não remunerado e autoconsumo, nessa ordem, apesar da tendência de forte redução, de modo que, quando

³⁸ Os dados do Censo Demográfico do IBGE mostram que a taxa de fecundidade no Brasil passou de 2,0 para 1,89 filhos por mulheres no período de 2000 a 2010, respectivamente, sendo a redução mais forte verificada no meio rural, cujas taxas passaram de 2,14 (2000) para 1,93 (2010).

somadas, representam cerca de 80% do emprego agropecuário dessa região. Observe-se o crescimento do número de empregados agropecuários com carteira assinada – apesar do predomínio de empregados sem carteira assinada –, principalmente entre 2004 a 2009, período que coincide com a integração da região à cadeia produtiva do agronegócio, na qual a produção, em tese, é baseada em relações de trabalho formal.

Nas ocupações não agropecuárias, os empregados são maioria, inclusive superior aos agropecuários e com forte tendência de crescimento, seguidos pelos contas próprias, funcionários públicos estatutários e serviços domésticos remunerados, os quais, juntos, representam cerca de 60% do emprego não agropecuário. Importante ressaltar a forte presença de não ocupados no rural da região Norte, principalmente dos inativos sem aposentadoria/pensão, em torno de 1 milhão de pessoas nessa condição (Tabela 45).

Tabela 45 - Evolução da população rural, com 10 anos ou mais de idade, ocupada e não ocupada, segundo a posição na ocupação e a atividade principal, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	1.555	1.273	1.427	1.316	-3,4 *	-1,9 *
Empregados	233	259	240	238	1,6	-0,6
<i>Empregado com carteira</i>	37	43	52	50	4,7 *	1,9
<i>Empregado sem carteira</i>	196	216	188	188	0,8	-1,3
Conta Própria	490	399	537	525	-2,5	-0,9
Empregador	44	33	15	20	-6,4	4,5
Autoconsumo	290	247	286	345	-3,3 **	6,3 **
Não Remunerado	498	336	349	188	-7,1 *	-14,8 ***
NÃO AGROPECUÁRIA	615	825	635	732	4,3	3,4 **
Empregados	256	350	229	256	6,5 ***	2,8 ***
<i>Empregado com carteira</i>	118	162	84	105	7,7 ***	5,3 **
<i>Empregado sem carteira</i>	138	188	146	151	5,6 ***	1,2 **
Militar	1	2	0	1	-	-
Funcionário público estatutário	51	92	69	79	15,4 ***	3,9 **
Serviço Doméstico Remunerado	64	84	47	69	3,7 *	6,4
<i>Serviço doméstico com carteira</i>	9	11	4	10	-1,3	20,2 **
<i>Serviço doméstico sem carteira</i>	54	73	43	59	4,4 **	4,8
Conta Própria	171	225	194	234	4,1	5,0 **
Empregador	17	21	11	14	-0,6	9,6
Autoconsumo	1	1	3	3	-8,2	-0,9
Não Remunerado	53	50	82	78	-5,8	-2,4
NÃO OCUPADOS	944	1.225	1.183	1.496	5,8 ***	5,6 **
PEA Não Ocupada	51	75	52	52	3,5	4,2
Inativos com Aposentadoria/pensão	91	152	184	290	10,0 ***	11,7 ***
Inativos sem Aposentadoria/pensão	803	998	948	1.154	5,4 ***	4,4 **
TOTAL	3.114	3.323	3.246	3.545	1,4 ***	2,1 **

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Desse quadro mais geral é importante assinalar que o número de empregados com carteira assinada não agropecuários é maior do que os agropecuários, enquanto os sem carteira assinada, apesar do crescimento significativo nos dois períodos, tem participação menor no cômputo total. Esses dados mostram que a população rural da Região Norte tem buscado as ocupações não agropecuárias como atividade principal, o que estaria relacionado à obtenção de rendas mais elevadas e estáveis, além de serem atividades com melhores condições de trabalho.

Em uma análise desagregada dessas informações, percebe-se que os homens e mulheres com residência no rural da Região Norte estão ocupados na atividade principal do trabalho, segundo a posição na ocupação (Tabela 46 e Tabela 47).

Tabela 46 - Evolução do número de homens com 10 anos ou mais de idade, ocupados e não ocupados, segundo a posição na ocupação e a atividade principal, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	1.069	888	994	943	-2,8	-1,2
Empregados	216	243	230	225	2,0	-0,7
<i>Empregado com carteira</i>	31	42	50	47	7,7 ***	1,8
<i>Empregado sem carteira</i>	185	201	179	177	0,9	-1,4
Conta Própria	453	355	468	462	-3,2	-0,4
Empregador	39	31	13	19	-5,7	8,3 **
Autoconsumo	79	91	99	132	2,5	8,7 *
Não Remunerado	282	168	184	105	-8,4 **	-13,1 ***
NÃO AGROPECUÁRIA	351	485	371	437	5,0	4,1 **
Empregados	167	240	154	172	8,2 ***	2,6 **
<i>Empregado com carteira</i>	91	123	64	78	7,3 **	4,4 *
<i>Empregado sem carteira</i>	76	118	91	94	9,2 ***	1,2
Militar	1	2	0	1	-2,9	- -
Funcionário público estatutário	17	35	24	28	18,3 ***	3,3
Serviço Doméstico Remunerado	22	17	9	22	-5,7	21,5 ***
<i>Serviço doméstico com carteira</i>	7	3	2	5	-14,2	24,4 *
<i>Serviço doméstico sem carteira</i>	15	13	7	17	-2,7	20,5 **
Conta Própria	109	160	134	166	5,3	5,9 *
Empregador	11	15	10	10	-1,1	6,7
Autoconsumo	1	1	3	3	-6,5	-0,6
Não Remunerado	22	16	37	33	-9,5	-3,6 *
NÃO OCUPADOS	293	426	392	536	8,1 ***	7,6 ***
PEA Não Ocupada	17	33	23	27	9,3 *	5,5
Inativos com Aposentadoria/pensão	34	59	73	128	9,3 ***	16,0 ***
Inativos sem Aposentadoria/pensão	242	335	296	381	7,9 ***	5,6 ***
TOTAL	1.712	1.799	1.758	1.915	1,2 ***	2,1 **

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

A população do sexo masculino é maioria entre os ocupados rurais, enquanto as mulheres se sobressaem na posição de não ocupados, principalmente como inativas sem

aposentadorias/pensão, reforçando a hipótese de permanência do contingente feminino no rural. A diminuição do número de mulheres ocupadas na agropecuária, principalmente nas condições de empregadas, autoconsumo e não remuneradas, evidenciam, de um lado, a baixa atratividade da agropecuária em proporcionar ascensão econômica e social para esse grupo, e, de outro, demonstra a busca contínua (e histórica) dessa classe para alcançar seu espaço no mercado de trabalho, sobretudo no emprego não agropecuário assalariado.

Nas ocupações não agropecuárias a diferença entre homens e mulheres diminui, de modo que o número de pessoas do sexo feminino que são funcionárias públicas estatutárias é maior do que o de homens, e ainda com forte tendência de crescimento. Observe-se, também, a presença marcante das mulheres empregadas com e sem carteira de trabalho assinada, além do número significativo das que desenvolvem o trabalho doméstico remunerado como atividade principal – principalmente sem carteira de trabalho assinada que continha cerca de 67 mil e 46 mil mulheres em 2009 e 2015, respectivamente (Tabela 46 e Tabela 47).

Tabela 47 - Evolução do número de mulheres com 10 anos ou mais de idade, ocupadas e não ocupadas, segundo a posição na ocupação e a atividade principal, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2004	2009	2011	2015	Continua	
					Δ (% aa.)	Δ (% aa.)
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	486	385	433	373	-4,8 ***	-3,7 **
Empregados	17	16	11	13	-4,3 *	1,2
<i>Empregado com carteira</i>	6	1	2	2	-24,9	3,9
<i>Empregado sem carteira</i>	11	15	9	11	0,5	0,4
Conta Própria	37	44	69	63	4,9 *	-4,8
Empregador	5	1	2	1	-10,5	- -
Autoconsumo	211	156	187	213	-5,8 ***	4,9 *
Não Remunerado	216	168	165	84	-5,8	-16,7 ***
NÃO AGROPECUÁRIA	264	340	264	296	3,3	2,5 **
Empregados	89	109	75	83	2,9	3,2 **
<i>Empregado com carteira</i>	27	39	20	27	8,8 ***	7,9 ***
<i>Empregado sem carteira</i>	62	70	55	57	0,1	1,2
Militar	0	0	0	0	- -	- -
Funcionário público estatutário	34	57	44	51	13,9 ***	4,3 ***
Serviço Doméstico Remunerado	42	67	39	46	7,5 ***	1,9
<i>Serviço doméstico com carteira</i>	2	7	2	5	17,1 *	16,4 *
<i>Serviço doméstico sem carteira</i>	40	60	37	42	6,7 ***	0,8

Tabela 47 - Evolução do número de mulheres com 10 anos ou mais de idade, ocupadas e não ocupadas, segundo a posição na ocupação e a atividade principal, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2004	2009	2011	2015	Conclusão	
					Δ (% aa.)	Δ (% aa.)
					2004/2009	2011/2015
Conta Própria	63	66	60	68	2,4	3,2
Empregador	5	6	1	3	2,1	23,7 ***
Autoconsumo	0	0	0	0	- -	- -
Não Remunerado	31	35	45	44	-3,7	-1,6
NÃO OCUPADOS	652	798	791	961	4,7 ***	4,6 *
PEA Não Ocupada	34	41	29	25	-0,1	2,7
Inativos com Aposentadoria/pensão	57	94	111	162	10,5 ***	8,8 ***
Inativos sem Aposentadoria/pensão	560	663	652	773	4,3 ***	3,9 *
TOTAL	1.401	1.524	1.489	1.630	1,6 ***	2,0 *

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

A estrutura patriarcal que ainda predomina nas áreas rurais dificulta, sobremaneira, a participação das mulheres na administração, planejamento e tomada de decisões da unidade de produção, e isso, provavelmente, ajudaria a explicar, em parte, a forte presença de mulheres na condição de não ocupadas (Tabela 47) no rural da região Norte do Brasil.

Staduto, Nascimento e Souza (2013) ressaltam que as mulheres ocupadas na agropecuária são bastante desvalorizadas, sendo-lhes atribuídas, independente de maior participação no processo produtivo, o papel de “ajudantes” e nunca como “sócias” do empreendimento familiar. O resultado imediato do enfraquecimento intrafamiliar da mulher, sem horizontes de valorização do seu trabalho no campo, sem dúvidas, seria o abandono das atividades agropecuárias, tornando-as em “mulheres não ocupadas” e responsáveis “apenas” pelas atividades do lar. É nesse cenário que as políticas de desenvolvimento rural e gênero poderão contribuir para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo em postos de trabalho não agropecuários mais promissores.

As análises anteriores demonstram o forte peso dos homens e mulheres na condição de inativos sem aposentadoria/pensão, ambos com taxas de crescimento com alto nível de significância estatística. Ao investigarmos a idade desse pessoal (inativos sem aposentadoria/pensão), notamos que são jovens nas faixas de idade de 10 a 14 anos e 15 a 29 anos, sendo as mulheres em maior número em relação aos homens, reforçando a argumentação anteriormente suscitada de que a população do sexo feminino está permanecendo no rural da região Norte (Tabela 48).

Tabela 48 - Inativos sem Aposentadoria/pensão, segundo gênero e faixas de idade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

GÊNERO/IDADE	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
HOMENS	242	335	296	381	7,9 ***	5,6 ***
10 a 14 anos	170	207	176	196	4,7 ***	2,6 ***
15 a 29 anos	59	102	91	134	13,4 ***	8,4 ***
30 a 59 anos	9	18	25	36	16,4 ***	6,8
60 anos ou mais	4	7	4	15	16,2 **	34,9 ***
MULHERES	560	663	652	773	4,3 ***	3,9 *
10 a 14 anos	201	210	203	220	1,2	1,4
15 a 29 anos	231	263	263	294	3,4 **	2,4
30 a 59 anos	121	177	173	239	9,3 ***	8,1 **
60 anos ou mais	7	13	13	20	15,5 *	10,6 ***
TOTAL	803	998	948	1.154	5,4 ***	4,4 **

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

As tendências das diferentes ocupações das pessoas rurais da Região Norte do país, incluindo as relações de assalariamento e o trabalho familiar (contas próprias, autoconsumo e não remunerados) guardam similitudes com o que fora apresentado por Balsadi (2019) para o conjunto do rural brasileiro entre 2004 a 2014. O autor ressalta, por um lado, o crescimento do trabalho não agropecuário em detrimento do agropecuário como característica geral observada em todas as regiões, ainda que cada uma seja constituída de particularidades e, por outro, a maior presença do trabalho formal em áreas de fronteira agropecuária.

De modo geral, os dados da PNAD mostram uma estrutura ocupacional complexa e diversificada no rural da região Norte, formada, de um lado, por atividades agropecuárias e, de outro, pelas não agropecuárias que passam a apresentar um protagonismo importante na geração de novas oportunidades de emprego para a população residente nessas áreas. O trabalho não agropecuário assume importância no rural da região ao ponto do número de ocupados na posição de empregados ultrapassar o contingente ocupado na agropecuária. Destacam-se, também, entre os não agropecuários, os contas próprias, funcionários públicos estatutários e serviço doméstico remunerado, ocupações que demonstram a ampliação de demandas para além do crédito, tecnologia e assistência técnica no rural dessa região.

3.3 Ramos e setores de atividades do trabalho principal

Além da posição na ocupação anteriormente abordada, compreender como as pessoas estão ocupadas de acordo com os ramos e setores de atividades do trabalho único ou principal é igualmente importante, pois fornece elementos adicionais que reforçam ainda a mais a

presença das atividades não agropecuárias entre a população com residência rural e, portanto, a necessidade de políticas mais amplas de desenvolvimento rural. Os dados que serão apresentados nesta seção reforçam o protagonismo adquirido pelas ocupações não agropecuárias para boa parte da população com residência nas áreas rurais do norte brasileiro.

De acordo com os dados da Tabela 49, embora a agropecuária responda por maior parte do número de pessoas ocupadas no rural da Região Norte, com destaque para a agricultura e pecuária (e serviços relacionados), os ramos não agropecuários têm ganhado importância na geração de postos de trabalho para a população rural. Conforme pode ser observado, a indústria de transformação empregou, em 2015, cerca de 155 mil pessoas com residência rural na região sob análise, seguida pelo comércio, com 139 mil, e por educação, saúde e serviços sociais com um total de 126 mil pessoas. Outros ramos como a construção civil, os serviços domésticos, administração pública e transportes também desempenharam papel importante na geração de emprego não agropecuário, porém em menor proporção em comparação com os ramos inicialmente mencionados.

Tabela 49 - Distribuição e evolução da população rural ocupada, segundo os ramos de atividade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

RAMOS DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	1.555	1.273	1.427	1.316	-3,4 *	-1,9 *
Agricultura, pecuária e seus serviços	1.474	1.219	1.329	1.178	-3,1 *	-2,5 *
Silvicultura, explor. florestal e seus serviços	43	15	16	19	-16,4 **	-0,3
Pesca, aquicultura e seus serviços	37	38	83	120	-2,5	5,3
NÃO AGROPECUÁRIA	615	825	635	732	4,3	3,4 **
Indústria de transformação	126	170	157	155	0,9	-0,9
Comércio e reparação	122	146	111	139	4,6 *	5,2 *
Educação, saúde e serviços sociais	84	123	92	126	5,7 **	8,4 ***
Construção	68	85	70	78	8,1 **	3,7 **
Serviços domésticos	64	84	47	69	3,7 *	6,4
Administração Pública	34	54	41	32	9,3 ***	-4,5
Transporte, armazenagem e comunicação	30	45	33	37	9,2 ***	2,5
Alojamento e alimentação	27	47	38	44	11,7 **	1,3
Outros serviços coletivos, pessoais e sociais	23	24	15	15	2,5	4,9
Outras atividades industriais	15	17	10	16	3,5 *	15,7 *
Outras atividades	14	14	17	18	5,4	3,7
Atividades mal definidas	9	16	4	4	4,3	1,1
TOTAL	2.169	2.099	2.063	2.049	-0,8 **	-0,2

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Em termos relativos, os ramos não agropecuários responderam por 39,3%a.a. e 35,8%a.a. do emprego total da região, em 2009 e 2015, respectivamente, com tendência de

crescimento durante os dois períodos da série analisada. A evolução positiva teria sido decorrente do aumento participativo do número de pessoas ocupadas na indústria de transformação, comércio, construção, educação, saúde e serviços sociais – esses ramos responderam por cerca de 20% do emprego total e 60% do emprego não agropecuário –, sobretudo entre 2004 e 2009, conforme também já fora demonstrado na tabela anterior. Além desses, outros ramos exibiram tendência de crescimento relativo, como é o caso dos serviços domésticos, transportes e administração pública, apesar da menor participação no cômputo total e de taxas não significativas. Desempenho diferente foi apresentado pelos ramos agropecuários, principalmente a agricultura e pecuária que perderam participação na geração de ocupação para a população residente rural (Tabela 50).

Tabela 50 - Evolução da participação relativa (%) da população rural ocupada, segundo os ramos de atividade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

RAMOS DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	71,7	60,7	69,2	64,2	-2,6	-1,8 **
Agricultura, pecuária e seus serviços	68,0	58,1	64,4	57,5	-2,3	-2,3 *
Silvicultura, exploração florestal e seus serviços	2,0	0,7	0,8	0,9	-15,7 **	-0,2
Pesca, aquicultura e seus serviços	1,7	1,8	4,0	5,9	-1,7	5,4
NÃO AGROPECUÁRIA	28,3	39,3	30,8	35,8	5,1 *	3,6 *
Indústria de transformação	5,8	8,1	7,6	7,6	1,8	-0,7
Comércio e reparação	5,6	7,0	5,4	6,8	5,4 **	5,4 **
Educação, saúde e serviços sociais	3,9	5,8	4,4	6,2	6,5 ***	8,6 ***
Construção	3,1	4,0	3,4	3,8	8,9 ***	3,9 **
Serviços domésticos	2,9	4,0	2,3	3,3	4,6 **	6,6
Administração Pública	1,6	2,6	2,0	1,6	10,2 ***	-4,4
Transporte, armazenagem e comunicação	1,4	2,1	1,6	1,8	10,1 ***	2,7
Alojamento e alimentação	1,2	2,2	1,9	2,2	12,6 ***	1,5
Outros serviços coletivos, pessoais e sociais	1,0	1,2	0,7	0,7	3,3	5,1
Outras atividades industriais	0,7	0,8	0,5	0,8	4,4 *	15,9 *
Outras atividades	0,6	0,7	0,8	0,9	6,3	3,9
Atividades mal definidas	0,4	0,8	0,2	0,2	5,1	1,3

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Laurenti, Pellini e Telles (2015), em análise sobre as transformações do rural brasileiro para o período de 2001 a 2009, destacam que o número de pessoas com residência nas áreas rurais do país permaneceu estável, enquanto o pessoal ocupado em atividades agropecuárias continuava a decrescer, tendência similar fora observada nos anos de 1990. Os autores ressaltam que as atividades não agropecuárias ganharam ainda mais importância na geração de ocupação e renda para os residentes rurais nos anos 2000, o que pode levar a sua superioridade em relação

às fontes agropecuárias. O rural é, nesse sentido, multifacetado, o que implica na necessidade de discuti-lo por meio de abordagens territoriais e não setoriais de desenvolvimento.

A abertura de cada ramo de atividade possibilita a identificação dos setores em que a PEA rural está ocupada, tornando ainda mais clara a dinâmica assumida pelas áreas rurais. Em relação às ocupações agropecuárias, a despeito da tendência de queda, é possível notar (Tabela 51) que houve crescimento do pessoal ocupado na horticultura, criação de bovinos e aves. Esses resultados refletiriam, de um lado, o avanço da pecuária na nova fronteira de desenvolvimento agropecuário na região Norte e, de outro lado, a substituição de lavouras tradicionais de subsistência (como mandioca, feijão, arroz) por cultivos de valor agregado comercial.

Tabela 51 - Evolução da PEA rural agropecuária e não agropecuária, segundo os principais setores, Região Norte, nos períodos de 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

SETORES DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	1.555	1.273	1.427	1.316	-3,4 *	-1,9 *
Cultivo de mandioca	461	301	398	335	-3,8	-2,5
Criação de bovinos	263	247	256	292	-1,9	3,0 **
Criação de aves	182	140	139	167	-5,9 ***	5,2 ***
Cultivo de arroz	126	62	35	16	-11,0 ***	-14,0 **
Outros produtos de lavoura permanente	120	57	70	65	-13,9 ***	-3,6
Cultivo de café	66	38	22	10	-14,7 ***	-19,0 **
Cultivo de milho	47	47	53	25	-1,7	-20,0 ***
Silvicultura e exploração florestal	43	15	15	19	-16,3 **	0,7
Cultivo de cacau	41	42	24	29	1,8	6,6
Hortaliças, legumes e prod. da horticultura	41	79	53	59	8,8 *	4,9 *
Outros produtos da lavoura temporária	38	17	20	14	-10,9	-11,0 ***
Pesca e serviços relacionados	37	37	76	119	-4,4	7,8
Serviços relacionados com a agricultura	16	40	37	36	21,3	1,8
Outras atividades	74	150	230	131	15,5 **	-14,0 **
NÃO AGROPECUÁRIA	615	825	635	732	4,3	3,4 **
Educação pública	75	98	68	92	4,2 *	8,1 ***
Construção civil	68	85	70	78	8,1 **	3,7 **
Serviços domésticos	64	84	47	69	3,7 *	6,4
Comércio de prod. aliment., bebidas e fumo	52	56	44	51	2,1	2,3
Fabricação de produtos de madeira	32	35	23	12	0,5	-14,0 ***
Servidor público municipal	27	40	33	22	9,2 ***	-8,5 *
Serviços de alimentação (exceto ambulantes)	22	40	36	41	10,9 **	1,1
Comércio varejista móvel (instalado em vias)	19	15	15	18	-4,3	2,3
Fabricação de produtos alimentícios	17	64	92	106	14,3	2,3
Transporte de passageiros	9	22	15	23	16,6 ***	8,7 *
Atividades mal definidas	9	16	4	4	4,3	1,1
Saúde pública	4	14	17	25	18,7 **	11 ***
Outras atividades	217	258	172	193	5,0 ***	4,3 *

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Essas mudanças recentes seguem trajetórias similares ao que já havia sido demonstrado por Gasques e Villa Verde (1990) para o período de 1980 a 1988, na região Norte, em que os autores destacam que essas tendências são decorrentes das mudanças estruturais pelas quais as regiões brasileiras vem passando. De acordo com Mattei (2015), embora não seja possível se falar em uniformidade dessas transformações, a substituição de culturas alimentares (arroz, feijão, etc.) por lavouras comerciais (soja, milho, criação de bovinos, etc.) se repete na maior parte do território nacional, a exemplo das regiões Norte e Centro-Oeste onde as lavouras tradicionais foram sendo substituídas, paulatinamente, por produtos agrícolas comerciais e criação extensiva de animais. Com efeito, conforme mostramos no capítulo 1, no período de 1999 a 2018, houve forte ascensão da soja, cultura de alto valor comercial, enquanto a área plantada com lavouras tradicionais (arroz, feijão e mandioca) diminuiu vertiginosamente.

O crescimento da PEA rural não agropecuária foi fortemente influenciado pelas atividades relacionadas à educação pública, construção civil, serviços domésticos, comercialização de produtos alimentícios e bebidas, além da fabricação de produtos de madeira, conforme já havia sido apontado quando tratamos dos ramos de atividades. Esses cinco setores responderiam por aproximadamente 40% do emprego total não agropecuário na região Norte do Brasil, ao final de cada período analisado, conforme pode ser observado na Tabela 52, com tendência de forte crescimento de ocupações relacionadas à saúde pública e transportes.

Tabela 52 - Participação relativa (%) da PEA rural não agropecuária, segundo os principais setores, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

SETORES DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Educação pública	12,2	11,8	10,7	12,5	0,0	4,5 ***
Construção civil	11,0	10,3	11,0	10,6	3,6	0,3
Serviços domésticos	10,3	10,2	7,5	9,4	-0,5	2,9
Comércio de prod. alimentícios, bebidas e fumo	8,4	6,8	6,9	6,9	-2,1	-1,1
Fabricação de produtos de madeira	5,3	4,3	3,6	1,6	-3,6	-17,2 ***
Servidor público municipal	4,4	4,8	5,1	3,0	4,8	-11,6 **
Serviços de alimentação (exceto ambulantes)	3,6	4,9	5,6	5,5	6,3	-2,2
Comércio varejista móvel (instalado em vias)	3,1	1,8	2,4	2,5	-8,2 *	-1,1
Fabricação de produtos alimentícios	2,8	7,7	14,5	14,5	9,6	-1,0
Transporte de passageiros	1,5	2,7	2,3	3,2	11,8 *	5,1
Atividades mal definidas	1,4	1,9	0,6	0,5	0,0	-2,3
Saúde pública	0,7	1,7	2,6	3,4	13,9 *	7,6 **
Outras atividades	35,3	31,2	27,1	26,4	0,7	0,8

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

A ocupação da população rural da região Norte nos mais variados setores vai ao encontro do que fora identificado por Pokorny *et al.* (2010) para a Amazônia brasileira, através do Projeto *ForLive*, consórcio de pesquisa que reuniu nove parceiros da América Latina e Europa, sob a coordenação da Universidade de Freiburg, da Alemanha. Esse estudo constatou uma grande diversidade de estratégias definidas pelos produtores rurais, sobretudo familiares, como meio de sobrevivência e superação das dificuldades de reprodução frente ao modelo de desenvolvimento em voga nessa região do Brasil. Tais iniciativas envolveriam a ocupação em ramos como administração, processamento de alimentos, artesanato, ajudantes, guardas, serviços, saúde, educação, construção, etc., assim como na combinação, entre os membros familiares, de uma dessas atividades (não agropecuárias) com uma outra agropecuária³⁹.

A riqueza de informações obtidas do processamento dos microdados da PNAD permite identificar, a partir da abertura dos ramos e setores de atividades, as ocupações efetivamente exercidas pelas pessoas com residência rural. Isso torna-se importante pois demonstra com mais clareza o papel das atividades não agropecuárias como fonte geradora de ocupação para a população rural. Conforme pode ser observado na Tabela 53, as ocupações de vendedor, serviços domésticos, carpinteiro/pedreiro, professor e serviços contas próprias responderiam por aproximadamente 40% do emprego não agropecuário total. Note-se, nesse sentido, que ocupações/profissões ditas urbanas difundiram-se, também, entre as pessoas com residência rural, reforçando o caráter multifacetado dessas áreas.

Tabela 53 - Participação (%) das principais profissões da população rural de 10 ou mais anos de idade, Região Norte, no período de 2004 a 2009 e 2011 a 2015

PROFISSÕES/RAMOS DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Continua	
					Δ (% aa.) 2004/2009	Δ (% aa.) 2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Trabalhador/agricultura	36,8	35,7	29,2	29,3	-1,0	0,6
Produtor/agricultura	24,0	21,1	21,8	20,9	-1,1	-0,3
Trabalhador/pecuária	21,2	24,1	22,0	22,6	0,6	1,4
Produtor/pecuária	6,9	7,9	8,1	10,9	1,2	6,5 ***
Produtor agropecuário geral	4,1	4,2	6,1	2,3	4,1	-23,0 ***
Extrativistas florestais	3,0	0,9	0,6	1,3	-20,0 ***	9,9
Pescadores e caçadores	2,4	3,0	5,9	9,4	2,1	8,2
Outras profissões	1,6	3,2	6,3	3,3	19,0 *	-14,8 *

³⁹ Segundo Pokorny *et al.* (2010, p. 32), “a grande diversidade das atividades empregadas pelas famílias mostra que as tentativas de classificá-las com base em somente um critério simplificam demais o seu entendimento e correm o risco de gerar estereótipos incapazes de expressar [...] a realidade dos produtores”.

Tabela 53 - Participação (%) das principais profissões da população rural de 10 ou mais anos de idade, Região Norte, no período de 2004 a 2009 e 2011 a 2015

PROFISSÕES/RAMOS DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Conclusão	
					Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Vendedor/atendente	13,0	10,5	10,3	10,7	-3,1	0,7
Serviços domésticos	9,6	9,0	6,2	8,5	-1,1	5,4
Professor	6,5	6,1	7,9	7,9	-1,2	-0,4
Carpinteiro/pedreiro	5,6	6,3	8,0	6,4	8,3 *	-3,0
Serviços conta própria	4,8	4,3	2,4	3,1	-0,3	3,8
Cozinheiros	2,9	2,9	3,6	3,1	2,9	-2,7
Outros prestadores de serviços	2,9	3,6	1,9	1,0	4,5	-15,7 ***
Vendedores ambulantes	2,8	1,8	2,3	2,1	-2,0	-5,3
Moleiros	2,8	7,2	13,1	12,7	8,5	-0,3
Garçons/copeiros	2,3	2,3	3,1	3,3	4,2	2,1
Guardas e vigias	2,1	1,4	1,3	1,3	0,9	3,2
Motoristas	2,0	1,3	1,6	1,7	-5,8	1,4
Agente de saúde	1,9	2,9	2,8	2,5	7,9	-5,2
Operador máquina (madeira)	1,7	1,7	1,3	0,5	-1,2	-20,8 *
Outras profissões	39,2	38,7	34,2	35,1	1,4	1,0

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Ao tomarmos a classificação das quatro principais ocupações não agropecuárias, segundo o gênero, percebe-se que, à exceção da atividade ocupacional de pedreiro/carpinteiro, exercida essencialmente por pessoas do sexo masculino, mais de 50% da população ocupada como vendedores/atendentes, serviços domésticos e professores são constituídas de mulheres, muito embora o número de homens ocupadas em atividades relacionadas ao ensino tenha apresentado tendência de crescimento substancial entre 2004 a 2009 (Tabela 54).

Tabela 54 - Participação (%) das principais profissões da população rural de 10 ou mais anos de idade, segundo gênero, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

PROFISSÕES/GÊNERO	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Vendedor/atendente	100,0	100,0	100,0	100,0		
Masculino	41,4	34,1	35,8	26,1	-1,2	-2,0
Feminino	58,6	65,9	64,2	73,9	0,7	1,1
Serviços domésticos	100,0	100,0	100,0	100,0		
Masculino	37,1	30,2	37,1	22,6	-8,9 **	13,8
Feminino	62,9	69,8	62,9	77,4	3,9 **	-4,7 ***
Professor	100,0	100,0	100,0	100,0		
Masculino	4,1	12,8	8,3	7,9	20,9 *	7,1
Feminino	95,9	87,2	91,7	92,1	-1,8 *	-1,5
Carpinteiro/pedreiro	100,0	100,0	100,0	100,0		
Masculino	97,2	94,7	93,0	98,0	0,4	-0,1
Feminino	2,8	5,3	7,0	2,0	-11,6	13,8

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Essas (assim como as demais) são profissões que podem estar sendo exercidas tanto no próprio rural como nas cidades vizinhas do entorno socioeconômico em que vive a população. O encurtamento da distância entre o rural e o urbano tem favorecido o ato de “ir” e “vir” do trabalho para o local de residência, contribuindo para que muitas pessoas com residência no rural trabalhem na cidade em ocupações dos mais variados setores econômicos. Ademais, as novas funções assumidas pelas áreas rurais, conforme discutido nos capítulos 1 e 2, também têm contribuído para o surgimento de outras demandas, o que também implica no surgimento de ocupações não agropecuárias no rural.

Na região Norte, particularmente, é comum a presença de pessoas com residência rural, mas que se deslocam diariamente para a cidade a fim de desempenhar a função de professor, assim como vendedor, pedreiro/carpinteiro, empregada doméstica, etc. De igual modo, é notória a presença de mulheres e homens que exercem a função de professores, agente de saúde, motorista, doméstica no próprio rural. Maciel (2011) mostra que no estado do Acre, por exemplo, as profissões preponderantes nas unidades de produção são poucos relacionadas com o sistema produtivo (agrícola, extrativista e agroflorestal) em que estão inseridas. Embora cada um desses sistemas apresente especificidades no tocante à ocupação da população, o autor mostra que as profissões de professor, pedreiro, motorista e costureira tem participação significativa, sendo, em alguns casos (professor, por exemplo), até superior a atividade característica (agropecuária, extrativista e agroflorestal) do estabelecimento.

3.4 Horas no trabalho principal

O crescimento das ocupações rurais não agropecuárias (ORNAs), por si, já releva uma tendência bastante análoga à dinâmica do emprego nas áreas urbanas do Brasil e, mais especificamente, na região Norte, conforme pode ser identificado na Tabela 55. De igual modo, também é similar a acentuada redução do pessoal ocupado em atividades agropecuárias nessas duas áreas territoriais, principalmente no rural, o que reforça a noção de que a dinâmica desses espaços é marcada por relações de complementariedade e não antagonismo, como há muito vem sendo discutido pela academia, mas longe de serem homogêneas.

Tabela 55 - Evolução da população rural e urbana de 10 ou mais anos de idade ocupada, segundo ramos de atividades do trabalho principal, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

LOCAL DE DOMICÍLIO/ RAMOS DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
URBANO	4.311	4.988	5.275	5.475	3,0 ***	1,2
Agropecuária	406	341	417	375	-3,7 ***	-2,2 ***
Não Agropecuária	3.905	4.647	4.858	5.100	3,6 ***	1,5
RURAL	2.169	2.099	2.063	2.049	-0,8 **	-0,2
Agropecuária	1.555	1.273	1.427	1.316	-3,4 *	-1,9 *
Não Agropecuária	615	825	635	732	4,3	3,4 **
TOTAL	6.480	7.087	7.338	7.524	1,8 ***	0,8

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Diante das semelhanças no que tange à diminuição do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias e o forte crescimento das ocupações não agropecuárias, tanto no rural quanto no urbano, DelGrossi (1999) sugere, como elemento adicional, a comparação das horas dedicadas por esses dois conjuntos populacionais a essas ocupações, com o intuito de identificar as diferenças e similaridades. Muito embora a presente Tese não se proponha a analisar comparativamente as ocupações da população rural e urbano, acreditamos ser importante realizar, nesta seção, a investigação em relação às horas trabalhadas na ocupação principal. Isso contribuirá para subsidiar os argumentos que vêm sendo colocados em discussão ao longo desse trabalho, qual seja, de que a dinâmica do rural torna-se cada vez mais ampla, cujas características se assemelham com o urbano, demonstrando a inviabilidade e/ou inadequabilidade da velha dicotomia rural-urbano que ainda orienta boa parte das políticas de desenvolvimento rural no país (ORTEGA, 2008; MATTEI, 2015).

De acordo com a Tabela 56, é possível notar que a distribuição da população ocupada em atividades não agropecuárias segue, praticamente, o mesmo padrão tanto no rural como no urbano, ou seja, com clara concentração no número de ocupados na faixa de 45 horas ou mais semanais, representando cerca de 30% em cada um desses espaços territoriais.

Tabela 56 - Participação (%) da população rural e urbana de 10 ou mais anos de idade ocupada, segundo ramos de atividades e grupos de horas semanais no trabalho principal, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

RAMOS DE ATIVIDADES/ FAIXAS DE HORAS	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
URBANO						
Agropecuária	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 14 horas	13,2	15,3	19,4	16,8	1,9	1,1
15 a 39 horas	27,6	22,8	21,2	26,2	1,5	2,9
40 a 44 horas	21,7	20,0	22,8	21,8	2,6 *	9,0 **
45 horas a mais	37,6	41,9	36,6	35,2	-3,2 **	-11,2 ***
Não Agropecuária	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 14 horas	4,0	4,5	4,0	4,2	0,1	2,0
15 a 39 horas	25,3	24,2	25,2	25,6	0,8	0,5
40 a 44 horas	33,1	33,1	33,6	38,4	4,2 ***	4,1 **
45 horas a mais	37,6	38,2	37,2	31,8	-4,8 ***	-7,5 ***
RURAL						
Agropecuária	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 14 horas	14,8	17,5	20,0	17,0	1,4	0,7
15 a 39 horas	38,6	32,9	36,1	41,3	1,1	1,1
40 a 44 horas	20,4	20,7	23,5	23,4	2,2 *	3,4
45 horas a mais	26,2	28,9	20,3	18,2	-4,3	-7,3 ***
Não Agropecuária	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 14 horas	5,3	5,7	8,2	4,6	-6,9	4,8 *
15 a 39 horas	30,1	33,2	34,2	34,0	-0,6	0,1
40 a 44 horas	24,7	27,5	27,4	35,3	7,6 ***	3,0
45 horas a mais	40,0	33,6	30,3	26,1	-4,7 *	-6,2 **

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Todavia, nas demais faixas de horas há diferenças, a exemplo dos mais de 30% dos residentes urbanos ocupados no grupo de 40 a 44 horas semanais, enquanto no meio rural esse percentual oscila entre 24,7% e 35,3%. Essa tendência se inverte na mesma magnitude (ou concentração) na faixa de 15 a 39 horas semanais, quando o rural concentra 30% do número de ocupados com essa carga horária semanal frente aos 25% do urbano. Em que pese essas diferenças, foi na faixa de 40 a 44 horas semanais que houve tendência de crescimento do número de pessoas com residência rural e urbana ocupadas em atividades não agropecuárias, principalmente no período de 2004 a 2009 (Tabela 56).

A jornada de trabalho do pessoal ocupado em atividades agropecuárias apresenta diferenças de acordo com a situação do domicílio. A população rural dedicada a essas atividades se concentra na faixa de 15 a 39 horas semanais de trabalho, com tendência de forte redução no grupo de 45 horas ou mais, entre 2011 e 2015, o que pode estar associado à ocupação em tempo parcial na agropecuária (Tabela 56).

Note-se que, no caso da população com residência rural, a redução das ocupações agropecuárias se deu entre os trabalhadores contábeis próprios com 45 horas ou mais semanais de trabalho. Importante sublinhar o crescimento do número de empregados agropecuários com carga horária de trabalho variando entre 15 a 39 horas e 40 a 44 horas semanais, o que, certamente, contribuiu para que a redução do quantitativo populacional ocupado nessas atividades fosse compensada. A conformação dessa dinâmica reforça a hipótese de dedicação em tempo parcial na agropecuária, na qual a população dedica parte do seu tempo ao desenvolvimento de outras atividades (Tabela 57).

Tabela 57 - Evolução da população rural ocupada em atividades agropecuárias, segundo grupos de horas semanais no trabalho principal e posição na ocupação (1.000 pessoas)

FAIXAS DE HORAS/ POSICÃO NA OCUPAÇÃO	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Até 14h	231	208	237	231	-2,0	-1,3
Empregados	3	4	5	6	0,3	-0,2
<i>Empregado sem carteira</i>	3	4	5	6	0,8	-2,7
Conta Própria	16	18	27	25	5,5	-2,0
Empregador	2	1	1	1	-2,7	4,1
Autoconsumo	148	132	138	171	-2,7	4,4
Não Remunerado	62	54	66	28	-2,3	-18,8 ***
15 a 39h	600	474	611	576	-2,3	-0,8
Empregados	30	38	48	65	7,9 **	5,3
<i>Empregado com carteira</i>	1	1	2	3	0,1	8,1
<i>Empregado sem carteira</i>	29	37	46	62	7,0 *	5,2
Conta Própria	149	145	230	241	2,9	0,8
Empregador	11	7	6	5	-3,1	-2,6
Autoconsumo	95	78	108	139	-3,5	10,8 *
Não Remunerado	315	205	219	125	-6,3	-13,2 ***
40 a 44h	317	294	286	317	-1,2	1,4
Empregados	70	96	81	107	6,4 *	7,1 ***
<i>Empregado com carteira</i>	9	19	21	29	16,2 ***	13,1 *
<i>Empregado sem carteira</i>	62	78	60	78	4,3	5,1 **
Conta Própria	123	114	140	154	0,2	0,9
Empregador	15	12	3	6	-1,6	2,0
Autoconsumo	32	26	19	26	-4,8	9,5
Não Remunerado	77	45	42	25	-12,9 ***	-17,6 **
45h a mais	408	298	294	192	-7,6 *	-9,1 ***
Empregados	130	121	106	59	-3,1	-12,4 ***
<i>Empregado com carteira</i>	28	23	29	17	-2,3	-10,0 **
<i>Empregado sem carteira</i>	102	97	77	42	-3,3	-13,4 ***
Conta Própria	202	121	139	105	-10,0 *	-5,8 *
Empregador	17	13	5	8	-12,8	2,0
Autoconsumo	15	11	21	9	-6,3 *	-16,7 **
Não Remunerado	44	32	23	11	-10,2 *	-14,2 ***
TOTAL	1.555	1.273	1.427	1.316	-3,4 *	-1,9 *

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Enquanto a população rural ocupada em atividades agropecuárias se reduziu de forma contínua, o número de ocupações não agropecuárias aumentou, sobretudo no grupo de 40 a 44 horas semanais no trabalho principal. Esse aumento seria decorrente das categorias de serviço doméstico remunerado e empregados, ambos com carteira assinada, além dos funcionários públicos estatutários. É possível notar que na faixa de 45 horas ou mais semanais houve redução do número de empregados com carteira assinada, compensado, em parte, pelo incremento do pessoal conta própria ocupado em atividades não agropecuárias (Tabela 58).

Tabela 58 - Evolução da população rural ocupada em atividades não agropecuárias, segundo grupos de horas semanais no trabalho principal e posição na ocupação (1.000 pessoas)

FAIXAS DE HORAS/ POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Até 14h	32	32	39	57	-3,0	8,3 ***
Empregados	1	4	3	8	14,2	14,1
Serviço Doméstico Remunerado	4	4	6	11	2,9	11,9 **
Conta Própria	14	16	19	21	1,2	1,7
Não Remunerado	13	8	9	17	-12,1	14,6 *
15 a 39h	185	238	229	267	3,6	3,5 *
Empregados	55	76	48	67	6,4 *	7,3 *
<i>Empregado com carteira</i>	7	15	6	11	19,2 **	12,5 *
<i>Empregado sem carteira</i>	48	61	42	56	4,3	6,5 *
Funcionário público estatutário	24	43	26	36	15,2 ***	5,2
Serviço Doméstico Remunerado	17	28	22	21	11,5 ***	-0,4
<i>Serviço doméstico com carteira</i>	2	1	1	1	-8,6	-9,3
<i>Serviço doméstico sem carteira</i>	15	27	21	20	13,0 ***	-0,4
Conta Própria	64	58	74	91	1,0	5,5 ***
Empregador	1	3	1	2	7,8	23,7
Não Remunerado	23	30	57	51	-0,7	-3,6
40 a 44h	152	296	214	260	10,5	6,5 **
Empregados	77	157	102	127	16,2 ***	6,3 ***
<i>Empregado com carteira</i>	34	83	40	66	22,2 ***	12,5 ***
<i>Empregado sem carteira</i>	43	74	62	61	10,5 ***	1,4
Funcionário público estatutário	24	43	36	41	15,2 ***	5,0 *
Serviço Doméstico Remunerado	14	25	9	20	9,5 *	19,0 ***
<i>Serviço doméstico com carteira</i>	1	5	1	4	39,6 ***	33,8 **
<i>Serviço doméstico sem carteira</i>	13	21	8	16	5,3	15,6 **
Conta Própria	23	57	53	61	13,4	7,8
Empregador	5	4	3	4	-16,0	13,0 *
Não Remunerado	10	10	11	7	-13,7	-10,7 **
45h a mais	246	259	154	149	-3,0	-3,0
Empregados	123	113	76	54	-2,3	-8,1 ***
<i>Empregado com carteira</i>	78	63	37	26	-4,4 *	-7,8 **
<i>Empregado sem carteira</i>	46	50	39	28	0,7	-8,5
Funcionário público estatutário	4	7	6	4	8,0	-11,7
Serviço Doméstico Remunerado	28	26	10	16	-9,2	3,4
Conta Própria	70	95	49	62	3,6	2,3
Empregador	10	14	6	7	-2,7	4,9
Não Remunerado	9	4	7	6	-18,1	-11,4
TOTAL	615	825	635	732	4,3	3,4 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

No que se refere ao pessoal com residência urbana ocupado na agropecuária, nota-se que houve diminuição significativa dos não remunerados em todas os grupos de horas trabalhadas. Já os empregados apresentaram tendência de crescimento na faixa de 40 a 44 horas semanais, notadamente os com carteira assinada, enquanto no grupo de 45 ou mais horas semanais há redução, principalmente dos empregados sem registro formal (Tabela 59).

Tabela 59 - Evolução da população urbana ocupada em atividades agropecuárias, segundo grupos de horas semanais no trabalho principal e posição na ocupação (1.000 pessoas)

FAIXAS DE HORAS/ POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Até 14h	54	53	47	48	-1,9	-1,1
Empregados	2	1	4	3	11,2	-7,8
<i>Empregado sem carteira</i>	2	1	4	3	11,2	-7,8
Conta Própria	5	6	5	7	3,6	6,1
Empregador	1	1	1	1	0,5	0,5
Autoconsumo	38	42	34	36	-1,0	0,6
Não Remunerado	8	3	3	1	-14,5 ***	-26,1
15 a 39h	112	92	118	111	5,4	0,6
Empregados	16	16	18	20	7,9	6,5
<i>Empregado sem carteira</i>	16	16	18	20	7,9	6,5
Conta Própria	27	36	49	46	3,4	-2,1
Empregador	8	5	4	2	0,1	-9,8 *
Autoconsumo	34	21	34	29	-7,5 *	6,6
Não Remunerado	26	15	13	12	-10,3 *	-5,0
40 a 44h	88	84	107	133	-1,2	6,6 *
Empregados	38	45	44	64	3,8	8,8 **
<i>Empregado com carteira</i>	5	11	14	17	18,3 *	6,9
<i>Empregado sem carteira</i>	32	34	30	47	0,7	9,3
Conta Própria	23	22	44	53	-0,5	6,7
Empregador	7	4	4	2	-9,8 *	-11,7
Autoconsumo	11	7	9	9	-8,5	5,8
Não Remunerado	9	6	6	5	-14,5 *	-3,8
45h a mais	153	111	145	83	-6,8 ***	-13,2 ***
Empregados	81	60	66	43	-5,6 ***	-10,4 ***
<i>Empregado com carteira</i>	14	12	15	7	0,4	-13,7 *
<i>Empregado sem carteira</i>	66	48	51	35	-7,0 ***	-9,7 ***
Conta Própria	43	35	56	31	-5,7 **	-14,3 ***
Empregador	12	6	5	4	-18,4 ***	-11,6
Autoconsumo	8	7	13	4	-1,8	-19,5 **
Não Remunerado	9	3	5	1	-16,7 ***	-34,9 *
TOTAL	406	341	417	375	-3,7 ***	-2,2 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Os residente urbanos com ocupação em atividades não agropecuárias, conforme apontado anteriormente, estão concentrados na faixa de 40 a 44 horas semanais de trabalho. Nota-se que, à exceção das posições não remunerado e autoconstrução, todas as demais exibiram tendência de forte crescimento nesse grupo de carga horária semanal, diferentemente

do que ocorre no grupo de 45 horas ou mais semanais, em que parte dessas ocupações se reduz, sobretudo entre os empregados e serviço doméstico, ambos sem carteira assinada (Tabela 60).

Tabela 60 - Evolução da população urbana ocupada em atividades não agropecuárias, segundo grupos de horas semanais no trabalho principal e posição na ocupação (1.000 pessoas)

FAIXAS DE HORAS/ POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)		
					2004/2009	2011/2015	
Até 14h	157	192	207	217	3,7	***	3,5
Empregados	25	32	61	57	6,8	*	1,3
<i>Empregado com carteira</i>	5	4	27	23	0,8		0,3
<i>Empregado sem carteira</i>	21	28	35	35	8,0	**	1,8
Funcionário público estatutário	4	2	7	13	-4,4		14,3
Serviço Doméstico Remunerado	24	32	40	46	7,9	**	3,1
<i>Serviço sem carteira</i>	24	32	40	46	7,9	**	3,1
Conta Própria	75	98	74	83	4,2	***	6,3
Empregador	2	3	1	3	5,7		22,0
Autoconstrução	1	1	2	1	-13,9		-12,2
Não Remunerado	25	23	22	15	-3,4		-5,8
15 a 39h	989	1.216	1.149	1.274	4,4	***	2,0
Empregados	331	396	436	440	4,6	***	0,3
<i>Empregado com carteira</i>	95	121	164	155	6,2	***	-0,8
<i>Empregado sem carteira</i>	236	275	272	285	3,9	***	1,0
Militar	2	4	2	3	7,8		4,9
Funcionário público estatutário	137	185	171	201	7,0	***	2,0
Serviço Doméstico Remunerado	107	160	129	130	7,1	***	1,2
<i>Serviço com carteira</i>	4	5	8	8	5,8		7,9
<i>Serviço sem carteira</i>	103	155	121	122	7,1	***	0,9
Conta Própria	308	372	339	433	3,3	***	5,3
Empregador	21	27	15	20	5,4	***	4,5
Autoconstrução	2	3	6	4	6,1	***	0,2
Não Remunerado	80	69	52	43	-2,1		-5,4
40 a 44h	1.291	1.859	2.076	2.506	7,9	***	5,6
Empregados	730	1.090	1.223	1.514	8,9	***	6,2
<i>Empregado com carteira</i>	440	735	827	1.064	11,8	***	7,1
<i>Empregado sem carteira</i>	290	356	396	451	4,1	***	4,1
Militar	15	19	14	19	6,2	*	7,8
Funcionário público estatutário	223	305	302	338	7,5	***	2,0
Serviço Doméstico Remunerado	86	97	116	124	2,2		4,1
<i>Serviço com carteira</i>	11	23	30	46	14,7	***	14,7
<i>Serviço sem carteira</i>	75	75	86	79	-0,2		-0,2
Conta Própria	178	266	344	431	7,3	***	7,3
Empregador	36	58	58	62	11,4	***	5,5
Autoconstrução	1	3	3	4	-4,2		16,1
Não Remunerado	21	22	17	14	1,8		2,5
45h a mais	1.468	1.380	1.425	1.103	-1,4		-6,1
Empregados	746	725	782	553	-0,7		-7,2
<i>Empregado com carteira</i>	426	447	519	357	0,5		-7,7
<i>Empregado sem carteira</i>	321	279	263	196	-2,3		-6,2
Militar	10	8	6	8	-1,6		3,5
Funcionário público estatutário	60	59	56	42	1,7		-6,5
Serviço Doméstico Remunerado	138	112	101	60	-5,8	***	-13,4
<i>Serviço com carteira</i>	22	24	27	21	0,1		-6,9
<i>Serviço sem carteira</i>	115	87	74	39	-7,1	***	-16,0
Conta Própria	407	350	389	359	-3,4	**	-3,1
Empregador	87	103	71	67	3,7	***	-2,7
Não Remunerado	21	22	20	13	0,2		-10,9
TOTAL	3.905	4.647	4.858	5.100	3,6	***	1,5

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

De modo geral, é possível atestar um comportamento similar entre a carga horária semanal exercida pela população rural e urbana nas ocupações não agropecuárias, principalmente na faixa de 40 a 44 horas semanais. O crescimento do número de trabalhadores rurais e urbanos nas posições de empregados, funcionários públicos estatutários e serviço doméstico remunerado com carteira assinada é outra similaridade presente nesse grupo de horas (Tabelas 52 e 54).

O padrão semelhante em relação a carga horária semanal exercida pela população rural e urbana nas ocupações não agropecuárias retoma o argumento que vem sendo discutido ao longo desta Tese de doutoramento de que a dinâmica socioeconômica desses dois espaços territoriais tem apresentado traços bastante similares. Dentre tantos outros aspectos, o deslocamento diário do local de moradia para o trabalho na cidade, além da oferta de ocupações não agropecuárias no próprio rural, contribuem, de certa forma, para mostrar a conformação dessa realidade, no qual a relação de dependência e complementariedade entre o rural-urbano fica evidente. Acredita-se que uma agenda de desenvolvimento rural que fortaleça o emprego agropecuário e não agropecuário poderá contribuir para a melhoria de indicadores sociais e econômicos da região estudada.

3.5 Pessoas com dupla atividade ocupacional

Até o presente momento foram analisadas as características das ocupações na atividade principal das pessoas com residência rural na região Norte do Brasil. Desse modo, torna-se importante verificar o comportamento das ocupações do pessoal rural em mais de uma atividade, possibilitando-nos identificar se a ocupação secundária ocorre no mesmo setor ou não do trabalho principal. Por simplificação, o termo “dupla atividade” expressa, justamente, o contingente de pessoas com mais de uma atividade ocupacional na semana de referência da PNAD (normalmente, a última semana do mês de setembro).

Conforme pode ser observado na Tabela 61, o número de residentes rurais empregados em mais de uma atividade é bastante baixo, mas relativamente importante no sentido de demonstrar a busca pela combinação de atividades. Nota-se que no caso da população cuja atividade principal é a agropecuária, o trabalho secundário ocorre, na grande maioria, no mesmo setor, porém com tendência de forte redução nos dois períodos da série analisada. Para o pessoal rural com ocupação principal não agropecuária houve um rápido aumento do trabalho secundário não agropecuário no período de 2004 a 2009, embora com taxa de crescimento não significativa, enquanto a ocupação secundária na agropecuária exibiu trajetória de

decréscimento acentuado. O trabalho secundário não agropecuário seria, em 2004, uma via importante até mesmo para a população com atividade principal na agropecuária, não obstante tenha se reduzido no decorrer dos anos.

Tabela 61 - Evolução da população rural ocupada em mais de uma atividade, segundo os ramos da atividade principal e secundária, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 pessoas)

RAMOS DE ATIVIDADES	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)			
					2004/2009	2011/2015		
Número de pessoas (1.000 pessoas)								
AGROPECUÁRIA	128	52	90	28	-17,8	***	-23,8	***
Secundário Agropecuário	101	44	71	14	-18,7	***	-32,2	***
Secundário Não Agropecuário	27	8	19	14	-17,0	*	-5,3	
NÃO AGROPECUÁRIA	50	37	40	19	-9,4		-13,9	**
Secundário Agropecuário	33	16	24	9	-19,7	*	-18,5	***
Secundário Não Agropecuário	17	21	16	10	6,3		-8,3	
TOTAL	178	89	131	48	-14,8	***	-20,1	***
Participação relativa (%)								
AGROPECUÁRIA	71,8	58,4	69,1	59,1	-3,5		-4,6	
Secundário Agropecuário	56,8	49,5	54,5	29,2	-4,6		-15,1	***
Secundário Não Agropecuário	15,0	8,9	14,6	29,9	-2,5		18,5	***
NÃO AGROPECUÁRIA	28,2	41,6	30,9	40,9	6,4		7,7	
Secundário Agropecuário	18,6	18,0	18,7	19,8	-5,7		2,0	
Secundário Não Agropecuário	9,6	23,6	12,2	21,1	24,9	***	14,8	*
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	-3,5			

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

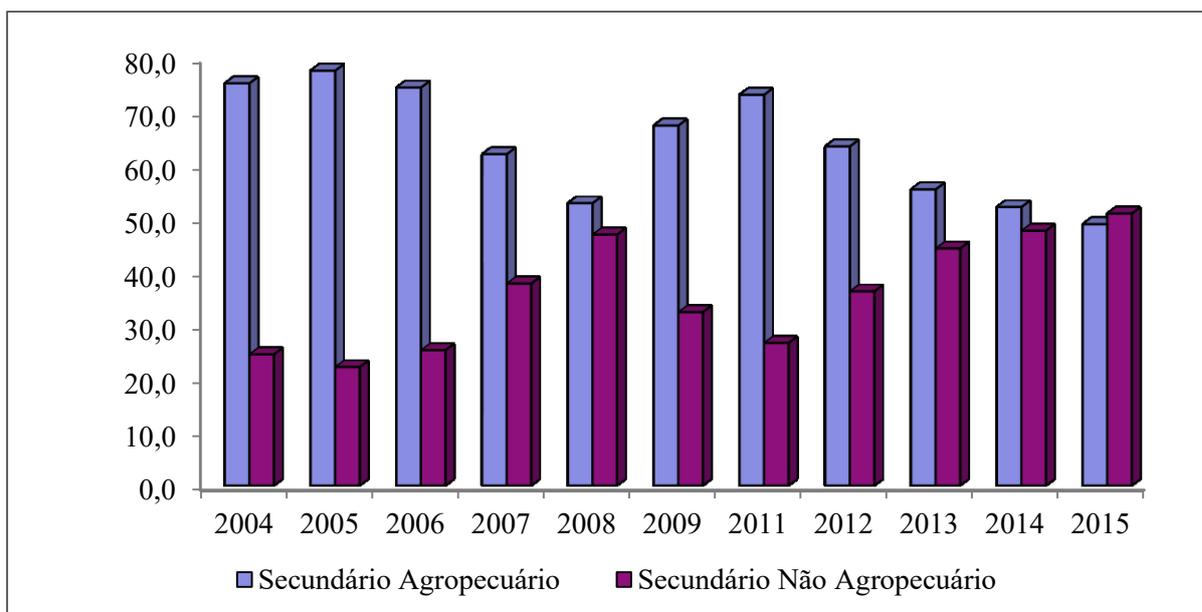
Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Malgrado a agropecuária responda por maior parte das ocupações secundárias, é possível notar que a ocupação secundária não agropecuária apresenta tendência de forte crescimento na diversificação de trabalho para a população rural, sendo, inclusive, superior à agropecuária em determinados anos, a depender do ramo da atividade principal a ser analisado (Tabela 61). Quando se analisa o trabalho não agropecuário secundário total, ano a ano, conforme Gráfico 10, a relevância desse tipo de ocupação fica ainda mais evidente, de modo que, em 2015, a participação no cômputo total foi de 51%, período em que o quantitativo das pessoas ocupadas secundariamente no trabalho agropecuário atinge a sua menor participação.

É provável que a baixa atratividade da agropecuária, conforme vem sendo discutido ao longo do capítulo, seja um dos fatores que expliquem a tendência de decréscimo das ocupações secundárias no setor. Essa afirmação deriva-se do fato de que até mesmo na ocupação principal houve diminuição significativa do contingente de pessoas ocupadas na agropecuária, segundo o que fora demonstrado nas seções precedentes. Em contraponto a esse desempenho, as ocupações não agropecuárias exibem tendência de crescimento tanto como

atividade principal quanto secundária, emergindo como aliada na geração de emprego para a população rural.

Gráfico 10 - Participação (%) da população rural total ocupada em mais de uma atividade, segundo o ramo do trabalho secundário, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015



Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

No entanto, é importante ressaltar que, ao se optar por uma cultura de pluriatividade, o contínuo abandono das ocupações agropecuárias pode comprometer esse processo, já que o lado agropecuário é fundamental na conformação de casos crescentes da *pluriatividade tradicional* (agropecuária mais agropecuária) e/ou *pluriatividade intersetorial* (agropecuária mais não agropecuária)⁴⁰.

3.6 Rendimentos da ocupação principal do pessoal rural

Até aqui ficou patente que as ocupações não agropecuárias tem apresentado tendência de crescimento na geração de emprego para a população de 10 anos ou mais residentes rurais na região Norte do Brasil. Resta-nos saber qual a participação da renda média do trabalho não agropecuário em comparação com o agropecuário. Para tanto, faz-se um análise, nesta seção, do rendimento médio do trabalho principal, de todos os trabalhos e todas as fontes, cujo intuito

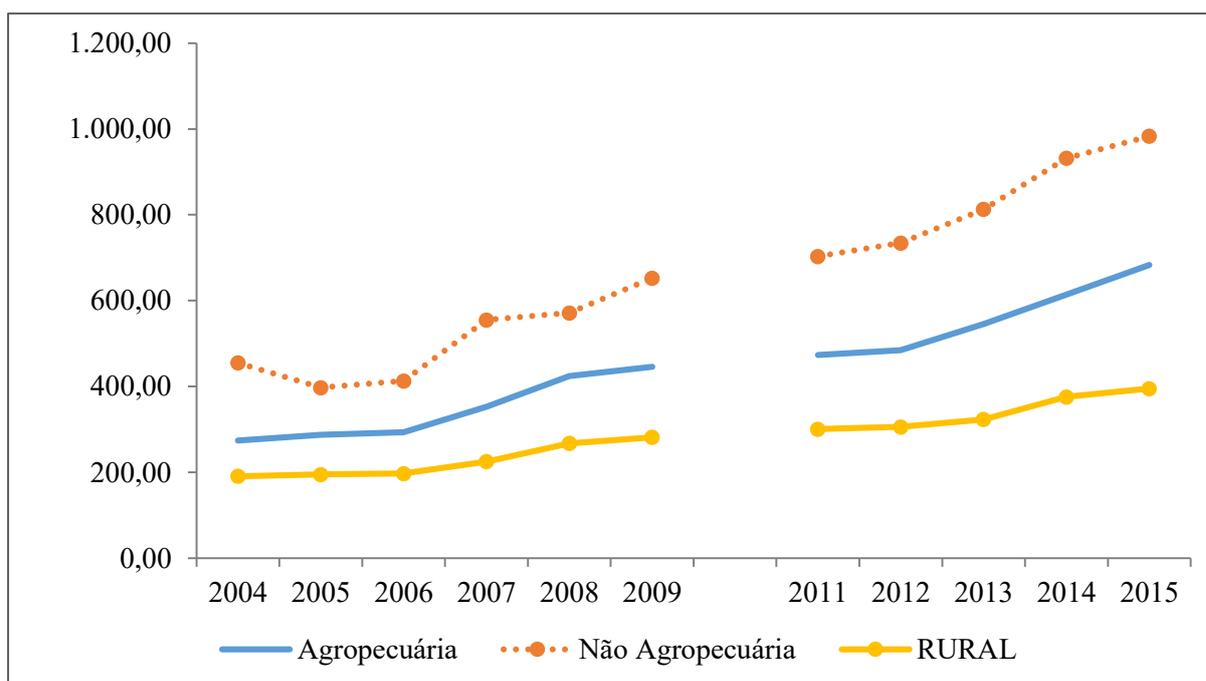
⁴⁰ Conforme Nascimento (2009), a pluriatividade, conformada por meio dos lados “agropecuário” e “não agropecuário”, tende a apresentar declínio quando o lado agropecuário, definidor desse “fenômeno”, é fragilizado.

é, fundamentalmente, identificar o comportamento da renda dessas fontes, segundo o ramo de atividade e a posição da ocupação em que o pessoal rural está ocupado.

A primeira constatação a ser feita com base nas informações dispostas no Gráfico 11 é que tanto rendimento médio agropecuário quanto o não agropecuário cresceram durante toda série analisada (2004-2015). Note-se que o rendimento médio não agropecuário cresceu em meio a um cenário de evolução do número de ocupados no setor, diferentemente da agropecuária que tem sua renda média acompanhada pelo decréscimo das suas ocupações.

Em consonância com essa dinâmica para a região Norte, Maia e Sakamoto (2014) mostram que, no período de 2001 a 2012, a renda média agropecuária nas várias regiões brasileiras cresceu em direção oposta ao comportamento das ocupações no setor. Os autores afirmam que esse crescimento estaria ligado a fatores como a valorização do salário mínimo, aumento do grau de formalização e produtividade do trabalho, além da pressão exercida pela redução da população ocupada sobre os salários agropecuários. Ressaltam, ainda, que a magnitude do impacto desses elementos sobre o rendimento médio mensal depende da estrutura ocupacional e do estágio de desenvolvimento em que se encontra a região. Exemplo disso é que o Sul, Sudeste e Centro-Oeste exibiram crescimento da renda mais expressivo, enquanto Norte e Nordeste demonstram crescimento da renda menos intenso (MAIA; SAKAMOTO, 2014).

Gráfico 11 - Rendimento médio mensal do pessoal rural ocupado, segundo ramos de atividades, Região Norte, no período de 2004 a 2015 (Em R\$)



Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Em uma análise desagregada, tomando-se em conta os ramos de atividades do trabalho principal e a posição na ocupação (Tabela 62), percebe-se que o rendimento médio agropecuário no Norte cresceu cerca de 10%a.a., crescimento que seria decorrente principalmente do aumento da renda dos empregados com carteira assinada, cujo valor seria superior aos contas próprias agropecuários. No caso da população ocupada em atividades não agropecuárias houve crescimento médio da renda em 9%a.a., de modo que os funcionários públicos e empregados com carteira de trabalho assinada apresentaram as maiores rendas. Além desses, torna-se importante destacar que os empregados sem carteira assinada exibiram tendência de crescimento do rendimento médio durante os dois períodos da série analisada, de modo que a renda média nessa posição da ocupação é superior à obtida pelos contas próprias e empregados sem carteira agropecuários. Isso reforça o papel assumido pelas ocupações não agropecuárias na diversificação das fontes de rendimentos no contexto da “nova” ruralidade no Brasil⁴¹.

Tabela 62 - Renda média mensal rural do trabalho principal, segundo ramos de atividades e posição na ocupação, Região Norte, 2004 a 2009 (em R\$ set./2009) e 2011 a 2015 (em R\$ set./2015)

RAMOS DE ATIVIDADES/ POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	202,42	312,03	370,80	516,51	10,2 ***	9,0 ***
Empregados	415,76	618,52	761,72	1.015,48	9,6 ***	8,5 ***
<i>Empregado com carteira</i>	387,04	717,16	867,58	1.172,08	11,9 ***	7,7 ***
<i>Empregado sem carteira</i>	301,52	399,73	504,86	661,92	7,3 ***	7,4 ***
Conta Própria	369,38	583,43	661,10	754,34	9,3 ***	5,1 *
Empregador	1.280,44	1.491,39	2.192,98	4.721,84	6,4	19,5 *
NÃO AGROPECUÁRIA	454,82	652,55	703,11	983,27	9,5 ***	9,5 ***
Empregados	478,80	700,08	885,33	1.160,65	9,1 ***	8,1 ***
<i>Empregado com carteira</i>	777,15	944,29	1.187,73	1.434,97	5,4 ***	6,2 ***
<i>Empregado sem carteira</i>	335,49	547,88	770,18	987,04	11,1 ***	6,9 ***
Conta Própria	487,00	606,85	608,24	825,64	5,6 *	7,2 **
Empregador	1.071,85	1.561,14	2.077,60	4.240,72	7,6	20,0 **
Militar	651,54	1.001,59	650,00	1.478,14	7,0	30,6 *
Funcionário público estatutário	511,95	924,98	1.156,87	1.640,43	11,8 ***	9,3 ***
Serviço Doméstico Remunerado	209,00	332,00	413,00	609,00	9,5 ***	10,4 ***
<i>Serviço com carteira</i>	311,28	517,49	590,55	872,24	11,0 ***	11,6 ***
<i>Serviço sem carteira</i>	185,01	290,65	288,16	512,08	8,4 ***	16,1 ***
TOTAL	190,84	281,61	300,68	394,93	9,0 ***	7,8 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

⁴¹ DelGrossi (1999) ressalta que a posição na ocupação é um bom indicador para explicar as diferenças de rendimentos entre as pessoas ocupadas, porém há possibilidade de que as informações não reflitam a realidade, principalmente nos casos de maiores rendas em que a subdeclaração tende a aumentar. Segundo o autor, os assalariados, em geral, expressam uma informação sobre a renda mais próxima da realidade.

Ao se analisar o rendimento médio do trabalho de acordo com o gênero (masculino e feminino), percebe-se que o rendimento médio não agropecuário é superior ao agropecuário em ambos os sexos. Quando se compara o rendimento dos homens e mulheres em termos de ramos de atividades e posição na ocupação nota-se que a maior diferença entre os gêneros ocorre no trabalho agropecuário (Tabela 63). O trabalho feminino na agropecuária tende a ser pouco valorizado e com poucas oportunidades, dada a estrutura patriarcal, sendo relegado às mulheres as funções tradicionais de cuidar dos filhos e das atividades domésticas.

Diante da falta de perspectivas promissoras na agropecuária, as mulheres estariam buscando alternativas ocupacionais nas atividades não agropecuárias, já que, normalmente, o rendimento médio seria maior. De fato, conforme pode ser observado, as mulheres ocupadas no serviço doméstico remunerado (não agropecuárias) obtêm rendimento médio superior ao das categorias de contas próprias e empregadas sem carteira assinada agropecuárias. Note-se ainda que o rendimento médio das mulheres na posição de empregadas não agropecuárias sem carteira assinada é maior do que das empregadas agropecuárias com carteira assinada, demonstrando o papel desempenhado por essas atividades na valorização do trabalho feminino (Tabela 63).

Tabela 63 - Rendimento médio mensal do pessoal rural ocupado, segundo gênero, ramos de atividades e posição na ocupação, região Norte, 2004 a 2009 (em R\$ set./2009) e 2011 a 2015 (em R\$ set./2015)

RAMOS DE ATIVIDADES/ POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2004	2009	2011	2015	Continua	
					Δ (% aa.) 2004/2009	Δ (% aa.) 2011/2015
Rendimento médio dos homens (em R\$)						
AGROPECUÁRIA	282,18	422,62	495,54	686,52	9,2 ***	9,1 ***
Empregados	323,49	461,48	589,95	786,24	8,3 ***	8,2 ***
<i>Empregado com carteira</i>	409,93	722,83	877,99	1.188,75	10,9 ***	7,8 ***
<i>Empregado sem carteira</i>	309,04	407,11	508,88	678,54	7,0 ***	7,8 ***
Conta Própria	384,25	614,12	703,94	800,81	9,5 ***	5,2 *
Empregador	1.470,14	1.433,61	2.152,27	5.279,82	5,7	19,3 *
NÃO AGROPECUÁRIA	580,48	784,04	800,03	1.115,46	8,4 **	9,6 ***
Empregados	604,78	816,93	978,03	1.263,65	8,1 ***	7,8 ***
<i>Empregado com carteira</i>	872,76	1.035,41	1.280,74	1.520,98	5,3 **	6,3 **
<i>Empregado sem carteira</i>	365,87	575,25	705,11	994,13	10,7 ***	8,5 ***
Conta Própria	593,16	717,53	689,62	901,75	4,9	6,2 *
Empregador	1.186,40	1.717,91	2.180,89	5.250,26	7,7 ***	31,3 *
Militar	651,54	1001,59	650,00	1478,14	7,0	30,6 *
Funcionário público estatutário	617,75	1.032,59	1.412,82	1.806,92	11,5 ***	8,4
Serviço Doméstico Remunerado	308,47	487,09	483,22	821,39	9,9 ***	14,6 ***
<i>Serviço com carteira</i>	330,58	540,74	619,38	867,03	10,4 ***	11,3 **
<i>Serviço sem carteira</i>	286,35	433,44	347,06	775,75	9,3 ***	19,5 ***
TOTAL	295,05	419,94	449,29	592,26	8,4 ***	8,0 ***

Tabela 63 - Rendimento médio mensal do pessoal rural ocupado, segundo gênero, ramos de atividades e posição na ocupação, Região Norte, 2004 a 2009 (em R\$ set./2009) e 2011 a 2015 (em R\$ set./2015)

RAMOS DE ATIVIDADES/ POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	2004	2009	2011	2015	Conclusão	
					Δ (% aa.) 2004/2009	Δ (% aa.) 2011/2015
Rendimento médio das mulheres (em R\$)						
AGROPECUÁRIA	26,97	57,20	84,79	87,20	18,0 ***	-2,4
Empregados	209,64	312,10	454,29	459,60	11,0 ***	0,6
<i>Empregado com carteira</i>	270,00	480,40	594,92	801,34	11,4 ***	6,2 **
<i>Empregado sem carteira</i>	176,97	300,88	423,75	393,09	14,1 ***	-1,8
Conta Própria	184,86	332,97	370,13	411,92	11,8 ***	1,7
Empregador	521,19	1.739,30	3.045,56	700,00	21,7 ***	-16,8
NÃO AGROPECUÁRIA	287,66	464,93	566,74	788,24	11,7 ***	8,9 ***
Empregados	320,22	553,11	775,12	1.032,55	11,0 ***	8,3 ***
<i>Empregado com carteira</i>	453,51	659,28	894,28	1.181,93	6,2 *	6,7 ***
<i>Empregado sem carteira</i>	298,43	501,87	878,18	975,27	10,2 ***	4,9
Conta Própria	302,51	337,61	425,07	639,01	6,0 *	9,9 ***
Empregador	813,24	1.156,94	1.340,82	1.110,74	2,7	-10,8
Funcionário público estatutário	459,33	859,27	1.015,66	1.547,90	11,5 ***	9,9 ***
Serviço Doméstico Remunerado	195,94	382,74	422,53	640,81	13,2 ***	11,2 ***
<i>Serviço com carteira</i>	244,41	506,94	567,70	878,13	15,1 ***	10,7 ***
<i>Serviço sem carteira</i>	147,47	258,54	277,35	403,48	9,9 ***	12,0 ***
TOTAL	63,49	118,23	125,20	163,08	13,2 ***	6,7 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) significam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Os dados da Tabela 63 reforçam, por um lado, dentre tantos outros aspectos da estrutura ocupacional rural, os desafios enfrentados pelas mulheres rurais no mercado de trabalho da região Norte do Brasil, sobretudo numa sociedade em que os padrões culturais e patriarcais prevalecentes nas áreas rurais tentam, há muito, torná-las invisível social e economicamente. Mas, por outro lado, demonstram a importância das ocupações não agropecuárias como via de valorização do trabalho feminino, com perspectivas mais promissoras da renda recebida e menor diferença em relação à renda masculina, diferentemente das ocupações agropecuárias na quais as desigualdades de rendimentos são mais visíveis.

Conforme Staduto, Souza e Nascimento (2015), o desenvolvimento rural impescinde da participação de todos os grupos populacionais na construção de uma sociedade com justiça social, sendo, portanto, imperativo reconhecer e valorizar o papel produtivo e social exercido pela mulher no meio rural. Nessa mesma perspectiva, García Sanz (2004) ressalta que a criação de alternativas laborais em setores não agropecuários é essencial para que as mulheres rurais exerçam seu protagonismo no mercado de trabalho sem, no entanto, abandonar o rural em direção à cidade em busca de alternativas ocupacionais proeminentes, o que contribuirá, em muito, para evitar o envelhecimento e a masculinização dessas áreas, além de desaforar o

mercado de trabalho urbano. Ou seja, a depender do seu foco, a política pública de desenvolvimento rural tende a impactar positiva ou negativamente sobre o desenvolvimento urbano, conforme assinala Veiga (2000).

3.7 Considerações finais do capítulo

Os dados apresentados até aqui sugerem que a dinâmica da ocupação e renda no rural da região Norte do Brasil tem se tornado cada vez mais dependente das atividades não agropecuárias. Assim como fora identificado para o caso das famílias rurais (capítulo 2), foi possível observar que o número de pessoas com residência no rural da região Norte apresentou tendência de crescimento nos períodos de 2004 a 2009 e 2011 a 2015. Em concomitância a esse comportamento, houve queda significativa do número de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias, principalmente das mulheres e jovens que estariam concorrendo para a intensificação do êxodo agropecuário.

Em termos de posição na ocupação, os dados demonstraram que a categoria mais representativa é a de empregados com e sem carteira assinada, agropecuários e não agropecuários, sendo também a que apresentou maior tendência de crescimento durante a série analisada. Além dessa, o número de pessoas ocupadas nas posições de funcionários públicos e serviços domésticos remunerados cresceu de forma significativa, o que reforça a ideia de que o emprego rural no Norte do Brasil não se fundamenta, apenas, no trabalho agropecuário.

No caso específico das ocupações não agropecuárias, cuja participação no emprego total rural foi na ordem de 35% ao final de cada período sob análise, identificou-se que os ramos da indústria de transformação, comércio, educação, saúde e serviços sociais, construção civil e serviços domésticos responderam por aproximadamente 70% do emprego não agropecuário para o pessoal rural da região Norte. Dessa forma, o emprego não agropecuário, parcial ou integralmente, depende fortemente da dinâmica desses setores de atividades, o que, grosso modo, tem se refletido na diversidade de ocupações exercidas pelo pessoal rural, dentre as quais destacam-se as profissões de vendedores, professores, trabalhadores dos serviços domésticos e de contas próprias, carpinteiros/pedreiros e cozinheiros.

De modo geral, as atividades não agropecuárias assumiram, nesse sentido, papel importante na diversificação e fortalecimento das fontes de ocupação e renda para a população rural da região Norte. O ponto a se reter em relação à renda é que, além de ser superior à proveniente das ocupações agropecuárias, *stricto sensu*, as ocupações não agropecuárias surgiriam como aliadas na geração de postos de trabalho mais atraentes, sobretudo para as

mulheres rurais que estão permanecendo no rural. Para se ter uma ideia, os serviços domésticos no domicílios de terceiros e o trabalho assalariado sem carteira assinada, ambos não agropecuários, apresentariam renda média superior a que é proveniente do assalariamento na agropecuária. Nascimento (2004) identificou que, nas regiões Nordeste e Sul do Brasil, a renda média dos serviços domésticos apresentara maior peso do que outras fontes de renda (aposentadorias e pensões, por exemplo).

A continuidade dessas tendências poderá fazer com que o trabalho não agropecuário assuma posição de destaque em termos de ocupação e renda na dinâmica rural da região Norte, tanto para os homens quanto para as mulheres, podendo, até mesmo, superar o emprego agropecuário. Portanto, torna-se necessário que as políticas de desenvolvimento contemplem essa realidade diversa e complexa que se conforma nas áreas rurais, a qual perpassa, obrigatoriamente, no nosso entender, pela valorização das ocupações agropecuárias e não agropecuárias.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS EXTENSAS RURAIS DA REGIÃO NORTE NO PERÍODO DE 2004 A 2015

4.1 Introdução

No capítulo 1 da presente Tese, destacamos que o modelo de desenvolvimento vigente no Brasil, com claros incentivos à grande empresa agropecuária e com visão estritamente setorial, tem concorrido, de um lado, para a obtenção de ganhos de produtividade e, de outro, para o aprofundamento da desigualdade entre os produtores rurais. Esse processo resulta em intensa seletividade dos agricultores, de modo que os estabelecimentos destituídos de condições técnico-econômicas estariam em desvantagem concorrencial em relação aos empreendimentos de grande porte, o que, de certo modo, aumentaria o custo de oportunidade do trabalho agropecuário e geraria pressão sobre esses agricultores (BUAINAIN *et al.*, 2013, p. 114).

Na região Norte do Brasil, particularmente, recentemente incorporada à cadeia produtiva do agronegócio, o resultado disso seria a adoção de estratégias diversas por parte das famílias e pessoas para estabilizar a renda e minimizar riscos. Com efeito, os dados apresentados nos capítulos 2 e 3 revelaram o crescimento das ocupações não agropecuárias em detrimento da diminuição expressiva do número de famílias e pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. Um outro grupo que se mostrou ascendente no rural da região foram as famílias de não ocupados, o que estaria relacionado à função de local de moradia assumida pelo rural.

A presença de famílias agropecuárias, não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados no rural impõe desafios para as políticas de desenvolvimento rural, sobretudo no sentido de superar a “velha” concepção dicotômica, estreita e limitada que associa o rural ao lugar das tradicionais atividades agropecuárias e como lugar do atraso. As famílias e pessoas com residência no rural demandam muito mais do que crédito, tecnologia, assistência técnica, etc. Necessitam, principalmente, dos serviços básicos como habitação, saúde, educação, transporte, comunicação, saneamento, essenciais para a obtenção de um nível de vida satisfatório. Convergimos com Campanhola e Graziano da Silva (2000) que a ausência de serviços públicos no meio rural (infraestrutura, serviços de comunicação, educação, saúde, habitação, etc.) podem inviabilizar, inclusive, as fontes de ocupação e renda não agropecuárias.

Nesse sentido, considerando as mudanças na estrutura ocupacional do rural, notadamente com o avanço das famílias não agropecuárias, o presente capítulo analisa em que medida a condição de atividade (agropecuária, não agropecuária, pluriativa e não ocupado) se reflete em diferenças das condições materiais e de vida das famílias extensas rurais do norte do

Brasil. Mesquita, Nascimento e Lima (2020) mostram que, para a região Nordeste do Brasil, no período de 2002 a 2015, as condições domiciliares rurais melhoraram, principalmente nas famílias pluriativas e não agropecuárias detentoras de maiores rendas. No entanto, o avanço dos indicadores estaria relacionado às políticas públicas do período, já que determinados indicadores, como o saneamento básico, dependem fortemente da atuação efetiva do Estado ofertando os serviços do que do nível de rendimentos das famílias.

O debate acadêmico acerca da condição familiar tem se concentrado, basicamente, sobre os elementos que, em tese, determinariam a pluriatividade e a inserção em ocupações não agropecuárias⁴², sem, no entanto, analisar as condições domiciliares e de acesso a bens materiais das famílias rurais. Ou seja, discute-se, por um lado, que a pluriatividade seria determinada por elementos intrínsecos ou endógenos à unidade familiar (tamanho da família, idade, escolaridade, entre outros) e, por outro lado, por fatores extrínsecos ou exógenos às famílias (mercado de trabalho, infraestrutura disponível, etc.).

Não temos a pretensão de atestar algum tipo de causalidade entre essas variáveis com a pluriatividade e inserção em atividades não agropecuárias. O esforço empreendido visa, tão somente, traçar o perfil das condições habitacionais e materiais a partir da condição de atividade (agropecuária, não agropecuária, pluriatividade e não ocupados). Isso possibilitará identificar as diferenças e similaridades entre as famílias, o que dará sustentação à argumentação traçada ao longo do trabalho, qual seja, de que a abordagem setorial do rural seria insuficiente para atender as múltiplas demandas que se conformam no contexto da “nova” ruralidade.

4.2 Desenvolvimento na ruralidade contemporânea

Antes de analisarmos os dados, especificamente, convém realçarmos as prescrições de políticas públicas de desenvolvimento rural, feitas pela literatura especializada, no âmbito da realidade multifacetada das áreas rurais. Apesar das várias iniciativas de desenvolvimento territorial⁴³, as quais, em tese, teriam seu escopo voltado para ações mais amplas, inclusive com a oferta de serviços de infraestrutura, educação, saneamento básico, etc., o foco das políticas

⁴² A propósito, ver: Kageyama (1998); Schneider (2003); Mattei (1999); Souza (2000); Sacco dos Anjos (2003); Conterato (2008); Nascimento (2008); Cardoso (2013); Sakamoto, Nascimento e Maia (2016).

⁴³ Em 2003 foram criados, em todas as regiões brasileiras, os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Social (CONSADs) e o Programa Territórios Rurais (BRASIL, 2005, 2010; ORTEGA, 2008), os quais Silva (2017) destaca que obtiveram resultados pouco modestos. Logo depois, em 2008, o Governo Federal criou o Programa Territórios da Cidadania que, dentre tantas ações, previa: (1) organização sustentável da produção; (2) direitos e desenvolvimento social; (3) saúde, saneamento e acesso à água; (4) educação e cultura; (5) infraestrutura; (6) apoio à gestão territorial; e (7) ações fundiárias (BRASIL, 2009).

rurais no Brasil permanecem atreladas a uma visão setorial, refletindo-se apenas nas necessidades imediatas de grupos específicos. Os efeitos da abordagem setorial do rural é a falta de sincronia das ações governamentais com a realidade local das áreas rurais (ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRÖDER, 2008; CHASE, 2010; FAVARETO, 2014).

Inexoravelmente, a presença de um “novo” rural formado por famílias agropecuárias, não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados (Tabela 64) exige um olhar ampliado sobre as demandas das áreas rurais. É imprescindível se discutir o rural a partir de uma concepção multissetorial e multifuncional, de tal modo que a verdadeira realidade das famílias seja levada em consideração no delineamento de políticas de desenvolvimento rural. Isso é importante por dois motivos básicos: primeiro, no sentido de potencializar as diversas fontes de ocupações e rendas (agropecuárias, não agropecuárias, pluriatividade, aposentadorias/pensões); e, segundo, as necessidades do rural estão muito além do crédito, assistência técnica, tecnologia, etc. As famílias também demandam serviços públicos (educação, saúde, abastecimento de água, saneamento básico, transporte, energia, habitação).

Tabela 64 - Evolução e participação relativa (%) dos diferentes tipos de famílias extensas rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com + de 2 empregados	1,4	0,9	0,7	0,5	-13,5	-2,2
Agropecuária	0,1	0,0	0,1	0,1	- -	- -
Pluriativa	0,5	0,2	0,2	0,1	- -	- -
Não Agropecuária	0,7	0,6	0,3	0,3	-10,6	-0,8
Empregadora com até 2 empregados	4,3	3,7	1,6	2,1	-4,9	6,0
Agropecuária	2,0	1,7	0,7	0,9	-4,4	3,9
Pluriativa	2,0	1,2	0,5	0,7	-11,8	2,4
Não Agropecuária	0,4	0,7	0,4	0,5	10,9	13,4
Conta Própria	59,9	52,9	61,6	58,1	-2,2 ***	-1,5 ***
Agropecuária	38,0	28,4	37,7	34,5	-4,7 **	-2,5 ***
Pluriativa	12,0	10,2	12,7	11,0	-2,3	-3,1
Não agropecuária	9,9	14,3	11,2	12,6	5,2	3,2
Empregados	30,9	37,3	29,1	28,5	3,7 ***	-0,5
Agropecuária	12,8	12,4	12,9	11,4	-0,1	-3,4 *
Pluriativa	3,8	5,5	3,9	3,8	4,1	0,7
Não Agropecuária	14,3	19,4	12,3	13,2	6,4 ***	1,8 ***
Não Ocupados	3,5	5,3	7,0	10,8	8,3 ***	11,5 ***
TOTAL (%)	100,0	100,0	100,0	100,0		
TOTAL (1.000 famílias)	980	1.141	1.081	1.243	3,1 ***	3,6 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os dois traços (-) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

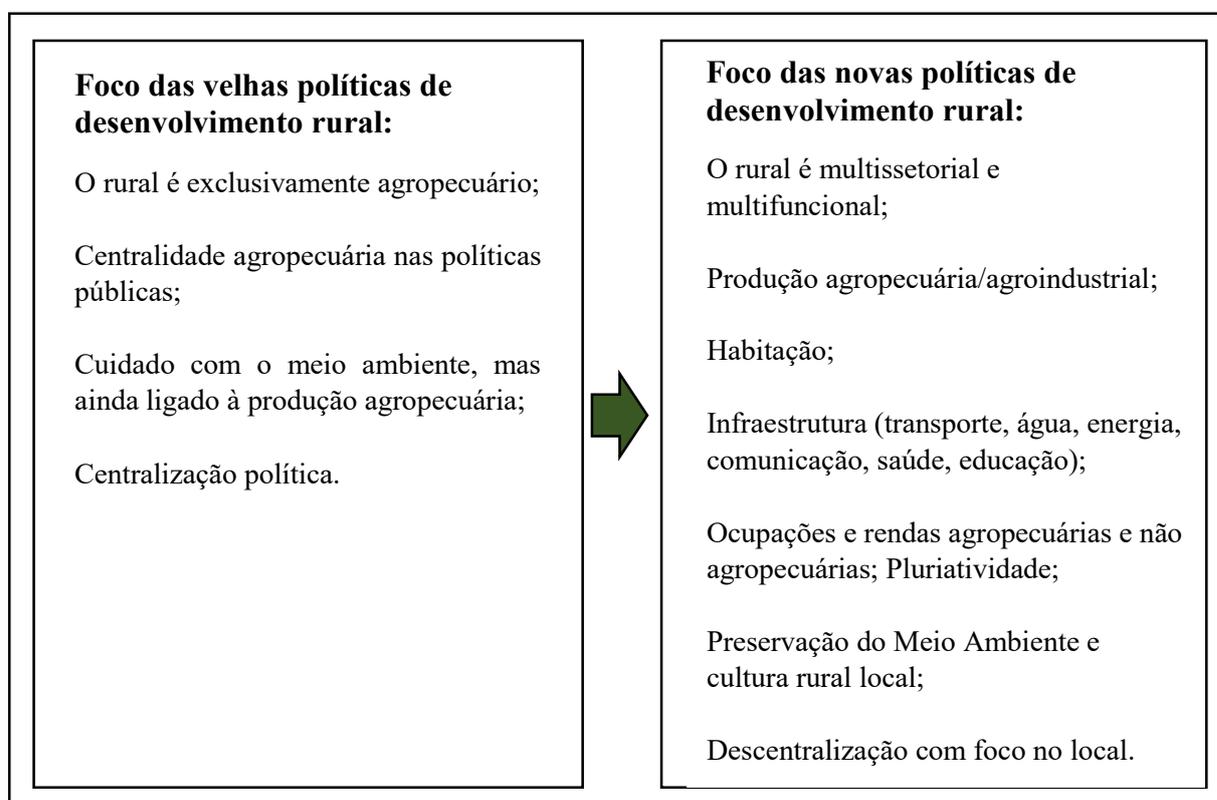
É justamente em decorrência dessa conformação multifacetada que Campanhola e Graziano da Silva (2000a) ressaltam que a dicotomia rural-urbana que considera as áreas rurais

apenas como local onde são desenvolvidas as atividades agropecuárias, basicamente, não mais se sustenta nos dias atuais. Com efeito, para o caso específico da região Norte, a afirmação dos autores se aplica fortemente, dado o crescente número de famílias e pessoas rurais ocupadas em atividades não agropecuárias, bem como dos domicílios pluriativos.

Resulta disso, o fato de que o desenvolvimento rural não deve ser confundido com o desenvolvimento agrícola. Kageyama (2004, 2008) ressalta que a agricultura é apenas uma das várias atividades geradoras de ocupação e renda para as famílias e pessoas com residência rural. Nesse contexto, o caráter multissetorial (interação de atividades agropecuárias, não agropecuárias e pluriatividade) e multifuncional (produtiva, populacional, ambiental e habitacional) do rural demanda políticas públicas que visem garantir o aumento e estabilidade do nível de renda familiar e um nível de vida socialmente aceitável.

Graziano da Silva e DelGrossi (2000) destacam a necessidade de se remover o viés agropecuário, setorial e urbano das políticas públicas, denominadas pelos autores de “velhas” políticas. As tendências apresentadas pelas áreas rurais na atualidade, cuja dinâmica é marcada pela diversidade das fontes de ocupações e geração de renda (agropecuária, não agropecuária e pluriatividade), exigem ações governamentais descentralizadas (Figura 2).

Figura 2 - Foco das “velhas” e “novas” políticas de desenvolvimento rural



Fonte: Graziano da Silva e DelGrossi (2000), com adaptações.

A ascensão de famílias não agropecuárias e de não ocupados no rural demonstram o surgimento de grupos familiares que mantêm pouca (ou nenhuma) relação com as atividades agropecuárias do ponto de vista ocupacional. Dessa forma, ao tempo que concordamos com Nascimento (2008), de que o verdadeiro fenômeno que emerge no “novo” rural é justamente as famílias não agropecuárias e de não ocupados, em forte crescimento, conforme demonstrado no capítulo 2, também reiteramos, em consonância com o autor, sobre a necessidade de se delinear políticas públicas que deem sustentação às demandas dessas famílias. Ao defender que um novo modelo de desenvolvimento rural perpassa, essencial e efetivamente, pela melhoria da qualidade de vida e material dos domicílios rurais, Nascimento (2008) destaca:

Devem-se, portanto, construir políticas públicas para o meio rural, que além de tratar das questões produtivas (política agrícola *stricto sensu*), como crédito, comercialização e investimento – dando especial destaque à produção de subsistência –, incorpore os aspectos relativos à infraestrutura econômico-social, à gestão dos territórios, aos serviços e bens públicos – tais como moradia, saúde, educação, transporte, saneamento, etc. – assim como, e sobretudo, ao fomento de atividades não agrícolas. Assim, as ações governamentais devem canalizar seus recursos não apenas para as atividades produtivas (também de subsistência), mas imperativamente também para o domicílio (família) e as condições de vida deste (NASCIMENTO, 2008, p. 160).

Nessa mesma linha de argumentação, Balsadi e DelGrossi (2018) ressaltam que as tendências atuais do rural, notadamente em face das transformações da estrutura ocupacional, revelam, por um lado, que as famílias rurais não estão restritas apenas às tradicionais atividades agropecuárias como meios de geração de ocupações e rendimentos, e, por outro, que as políticas públicas de desenvolvimento rural devem ter um olhar diferenciado sobre as demandas das mais variadas áreas rurais brasileiras. Os autores defendem a elaboração de “novos e criativos instrumentos [...] que visem a adequada inserção social e econômica de todos os residentes rurais” (p. 26). Assim, toda iniciativa de política pública deve levar em conta, também, a presença de grupos familiares não agropecuários e de não ocupados no rural, com atendimento de suas necessidades e especificidades, as quais, em grande parte, pouco dependem das políticas setoriais elaboradas e implementadas para o setor agropecuário.

Ressalte-se que a ideia aqui defendida não é de se excluir a agropecuária do alcance das ações governamentais, tampouco menosprezar o seu importante papel para o rural, até porque, o setor é responsável por boa parte da ocupação e geração de renda para as famílias e pessoas com residência nas áreas rurais do país. Pelo contrário, concordamos com Lobão e Staduto (2020, p. 16) de que a “promoção e melhoramento da produção, [...] com oferta de crédito,

assessoria e consultoria técnica, disponibilização de máquinas e equipamentos para a produção do campo, favorecendo a mecanização e, conseqüente, a eficiência e eficácia [...]” são pontos importantes a serem considerados pelas ações de desenvolvimento rural na Amazônia brasileira, em particular. No entanto, os dados apresentados ao longo desta pesquisa ressaltam que esses instrumentos setoriais são insuficientes diante de uma realidade diversa e em processo de ampliação composta, também, pelas famílias não agropecuárias e de não ocupados.

Nossa argumentação vai ao encontro do que é discutido por Aquino e Nascimento (2015), qual seja, a de que o quadro de intensas alterações na estrutura da pirâmide ocupacional das áreas rurais enseja desafios para as políticas públicas de desenvolvimento rural, dada a ampliação das demandas econômicas, sociais e de infraestrutura por parte dos diversos tipos familiares, especialmente das famílias não agropecuárias e de não ocupados. Nesse sentido, os autores sustentam que o rural e seus atores requerem muito mais do que políticas setoriais:

As ações governamentais precisam fomentar as atividades agropecuárias, via reforma agrária, políticas de crédito, assistência técnica, entre outras. Mas essas medidas setoriais, embora importantes, não são suficientes. Paralelamente a elas, é fundamental investir na ampliação da oferta de habitação, saneamento básico, educação, saúde, segurança, lazer e outros bens públicos essenciais[...] (AQUINO; NASCIMENTO, 2015, p. 153).

A fragmentação das políticas públicas para o rural brasileiro, com orientação setorial e visão limitada das reais necessidades das famílias, pode estar contribuindo para o seu pouco êxito no decorrer dos anos. É possível que a melhoria das condições socioeconômicas de uns e aprofundamento das desigualdades de outros seja reflexo da falta de sincronia com a realidade local. Em face disso, as políticas rurais devem assumir um caráter “intersectorial, ou seja, com instrumentos integradores das diferentes necessidades e preocupações econômicas, ambientais, políticas e sociais da comunidade de um determinado local” (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000a p. 06). A integração das políticas públicas rurais visa considerar os diversos modos de vida e condições de atividades do “mundo” rural. Pelo lado das famílias agropecuárias, uma política de concessão de crédito, assistência técnica, por exemplo, deve ser implementada em concomitância com a criação de infraestrutura de estradas que possibilite o escoamento da produção. Da mesma forma deve ocorrer com as famílias não agropecuárias, de modo a criar instrumentos viabilizadores das ocupações no rural e nas cidades.

É nessa perspectiva que Teixeira (2009) defende a importância de se prover o rural com serviços de transportes, educação, saúde, telefonia, etc. Além de contribuírem para a superação da visão dicotômica que associa esse espaço territorial ao lugar onde são desenvolvidos apenas

as atividades agropecuárias, logo, destituídos de uma série de atrativos encontrados apenas nas cidades, esses serviços dariam suporte às atividades não agropecuárias e à pluriatividade que surgem na ruralidade contemporânea, a exemplo do turismo rural. O Estado deve fomentar políticas fundamentadas nas “demandas e características locais, valorizando a diversidade de modos de vida e a criação de novas oportunidades e arranjos institucionais capazes de ampliar o acesso a itens básicos que compõem requisitos fundamentais de cidadania” (p. 206).

Essas questões se tornam potencialmente relevantes para os jovens residentes rurais que vislumbram poucos horizontes de oportunidades na agropecuária e, de certo modo, no rural. A busca por perspectivas mais promissoras de emprego e renda nas atividades não agropecuárias, em grande parte nas cidades, somada às “facilidades” proporcionadas pelo ambiente urbano no acesso a bens e serviços seriam atrativos para os jovens abandonarem o campo. Dentre tantas outras implicações, isso poderá resultar no agravamento da masculinização e envelhecimento da população rural, além de agravar o problema de sucessão familiar. Nesse contexto, o desenvolvimento de infraestrutura no rural se mostra importante, conforme destacam Aquino e Nascimento (2020a):

[...] quanto mais o desenvolvimento da infraestrutura regional de transportes e comunicações se direciona para facilitar o contato entre as áreas rurais e urbanas – quanto mais o desenvolvimento aproxima essas áreas –, menor pode vir a ser o anseio de o jovem querer abandonar o rural, passando a vê-lo com outros olhos, como um espaço de possibilidades de vida, ocupação, trabalho, geração de renda, assim como também (na ausência daquelas possibilidades no rural) de fácil acesso a essas dinâmicas no ambiente urbano (AQUINO; NASCIMENTO, 2020a, p. 141).

De fato, a população das áreas rurais enfrenta desafios diários que a coloca diante do dilema de permanecer ou não no rural. Na região Norte, particularmente, essas dificuldades incluem desde as precárias condições das estradas/ramais que impedem o deslocamento do rural para a cidade até a falta de serviços essenciais como educação, saúde, comunicação, saneamento básico, dentre outros, para seus residentes. A termos de exemplificação, é recorrente as famílias agropecuárias terem dificuldade de escoamento da produção, assim como as famílias não agropecuárias apresentarem dificuldades similares para se deslocar do local de moradia para o trabalho, sobretudo no inverno amazônico, dada a precariedade das vias de acesso.

Ademais, a realidade amazônica mostra que a falta de condições adequadas das vias de acesso implica, também, em questões de saúde pública. Não muito raro, é frequente moradores de áreas mais isoladas, acometidos por algum problema de saúde, serem transportados em “redes”, por horas, ao longo dos ramais, dada a falta de acesso por meio de veículos

automotores. Outra problemática que se coloca diante desse quadro é a ausência de estabelecimentos de ensino na própria localidade, levando crianças, jovens e adultos a enfrentarem, diariamente, longas distâncias do local de moradia à escola, muitas vezes de barco ou a pé, sob sol e chuva fortes, o que tende a contribuir, em certo grau, para o abandono escolar.

Levando-se em consideração que o rural demanda mais do que políticas setoriais, iremos analisar, comparativamente, nas próximas seções como tem se comportado algumas variáveis socioeconômicas das famílias rurais da região Norte do Brasil. Isso é importante, pois nos permite identificar em que medida a condição de atividade (agropecuária, não agropecuária, pluriatividade e não ocupados) se reflete em melhores condições de vida e material dos estabelecimentos. Espera-se que os resultados sejam úteis para ampliar a compreensão acerca da realidade complexa e multifacetada das áreas rurais da região estudada, a qual depende, significativamente, de políticas públicas de desenvolvimento rural de cunho não setorial.

Campanhola e Graziano da Silva (2000) destacam o papel que a infraestrutura rural (habitação, saneamento, energia elétrica, comunicação, etc.) pode desempenhar na viabilização de postos de trabalho em atividades não agropecuárias (turismo e agroindústrias, por exemplo), fontes primordiais de diversificação de emprego e renda para as famílias. De igual modo, os autores ressaltam a importância de se investir em educação e qualificação profissional da população rural, sobretudo dos mais jovens, a fim de se aproveitar as oportunidades ocupacionais advindas da emergência de atividades não agropecuárias nas áreas rurais.

4.3 Características socioeconômicas e demográficas das famílias

Antes de analisarmos as condições de moradia e acesso a bens materiais das famílias rurais, analisaremos algumas variáveis socioeconômicas e demográficas, como tamanho, idade, sexo, escolaridade e renda dos diferentes tipos de famílias rurais (agropecuária, não agropecuária, pluriativa e não ocupados) da região Norte do Brasil.

4.3.1 Dinâmica do tamanho, idade e sexo das famílias

A primeira constatação a se fazer é que o crescimento do contingente de famílias rurais dessa região foi acompanhado pela diminuição do seu tamanho médio. Conforme pode ser observado na Tabela 65, o número médio de pessoas nas famílias se reduziu durante a série analisada, principalmente nas contas próprias que exibiram tendência generalizada de decréscimo.

Tabela 65 - Evolução do número médio de pessoas dos diferentes tipos familiares rurais, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com + de 2 empregados	4.2	4.9	3.5	3.8	1.5	0.3
Agropecuária	3.6	2.0	2.0	4.6	-7.7 *	20.9 **
Pluriativa	4.7	6.1	4.8	3.9	7.1 *	-5.9
Não Agropecuária	3.8	4.5	2.8	3.1	1.1	0.0
Empregadora com até 2 empregados	4.0	3.2	4.2	3.4	-4.1 *	-4.3
Agropecuária	4.0	2.5	4.9	2.9	-5.2	-10.9
Pluriativa	4.2	3.9	4.1	3.5	-2.4	-1.2
Não Agropecuária	3.3	2.5	2.7	3.9	-4.6	5.8
Conta Própria	4.4	3.9	4.1	3.9	-2.1 ***	-1.4 **
Agropecuária	4.1	3.7	3.8	3.6	-1.6 ***	-1.5 *
Pluriativa	5.2	4.6	4.9	4.6	-2.4 **	-1.6 ***
Não Agropecuária	4.1	3.6	3.8	3.7	-2.6 **	-0.4
Empregados	3.5	3.5	3.6	3.4	0.1	-1.7 *
Agropecuária	3.4	3.3	3.4	3.2	-0.2	-0.9
Pluriativa	4.5	4.1	4.7	3.8	-1.6 **	-4.1 ***
Não Agropecuária	3.1	3.4	3.3	3.3	1.2	-1.1
Não ocupados	1.9	2.2	2.5	2.7	1.6	1.2
TOTAL	4.1	3.7	3.9	3.6	-1.8 ***	-1.7 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Como esperado, as famílias pluriativas apresentam o maior número de membros familiares (Tabela 65). Entretanto, essa superioridade não se refletiu, necessariamente, em crescimento da pluriatividade, pois, conforme análises anteriores, o total de famílias pluriativas se manteve estável ao longo do tempo, portanto, exibindo dinâmica contrária ao tamanho médio (que diminuiu) do mesmo período. Cardoso (2013) identificou que, em 2000, a pluriatividade na região Sul seguiu trajetória diferente do tamanho das famílias, contrastando com as análises de inspiração chayanovianas⁴⁴, propondo, nessa situação, a relativização desse tipo de variável na explicação da dinâmica da pluriatividade ao longo dos anos.

A tendência de redução do número de pessoas nas famílias se torna mais evidente quando se analisa a sua composição por faixas de tamanho (número de moradores). Exemplo disso é o crescimento expressivo do número de famílias unipessoais, independente do ramo de atividade, e a maior presença dos tipos familiares agropecuários e não agropecuários com até dois moradores. Mesmo as famílias pluriativas, comumente compostas por maior número de pessoas, exibiram tendência de forte queda no estrato com mais de quatro moradores por domicílio, tornando-se cada vez menor, conforme dados da Tabela 66. Maia e Sakamoto (2016)

⁴⁴ As hipóteses comumente extraídas de Chayanov (1985) é que quanto maior o tamanho do contingente familiar, maior seria a probabilidade de a família diversificar suas fontes de ocupação e renda (pluriativa), e vice-versa.

mostraram que o rural brasileiro apresentou, em 2011, uma dinâmica de crescimento significativo de outros arranjos familiares, como as famílias constituídas de uma pessoa e, também, dos casais sem filhos.

Tabela 66 - Distribuição relativa (%) das famílias rurais, segundo o número de moradores, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Família com 1 morador	8,5	12,2	12,0	14,1	8,5 ***	5,5 ***
Agropecuária	4,1	5,7	6,2	6,8	7,6 ***	3,1 **
Não Agropecuária	2,6	3,9	2,6	2,9	10,5 *	4,2
Não Ocupados	1,8	2,5	3,2	4,4	8,0 ***	11,0 *
Família com até 2 moradores	36,3	37,9	36,9	36,9	-0,1	-0,1
Agropecuária	20,6	16,6	20,3	18,8	-4,7 ***	-2,7 **
Pluriativa	3,9	4,2	3,9	3,8	1,7	0,6
Não Agropecuária	10,4	15,2	10,4	10,4	5,3 *	1,2
Não Ocupados	1,4	1,8	2,3	3,9	7,5 *	11,8 **
Família com mais de 3 até 4 moradores	36,1	35,7	34,6	35,6	-3,2	-2,7 *
Agropecuária	18,7	14,9	17,7	15,9	-0,9	1,6
Pluriativa	8,1	8,0	7,4	7,6	-0,9	1,6
Não Agropecuária	8,9	11,9	8,2	10,3	5,3 *	4,6 *
Não Ocupados	0,3	0,8	1,3	1,9	12,1	11,3 **
Família com mais de 4 moradores	19,1	14,2	16,5	13,4	-5,0 ***	-6,0 ***
Agropecuária	9,4	5,4	7,3	5,5	-8,3 ***	-7,9 **
Pluriativa	6,4	4,9	6,0	4,3	-5,6 **	-9,0 ***
Não Agropecuária	3,3	3,9	3,0	3,1	2,1	0,5
Não Ocupados	0,0	0,0	0,2	0,5	8,5 ***	5,5 ***
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Conforme a Tabela 67, os arranjos familiares apresentaram importantes mudanças nos períodos de 2004 a 2009 e 2011 a 2015. Nota-se que o número de casais sem filhos cresceu significativamente, enquanto os com filhos menores de 14 anos exibiram tendência de decréscimo. Outro destaque é o aumento de outros tipos de arranjos familiares, dentre os quais estão compreendidos as famílias unipessoais que apresentaram evolução positiva generalizada, conforme apontado anteriormente (Tabela 66), no decorrer da série analisada. De acordo com Sakamoto, Nascimento e Maia (2016), o envelhecimento da população rural, a queda na fecundidade e atratividade das áreas urbanas ajudam a explicar, em parte, o fenômeno de redução do tamanho médio das famílias.

Tabela 67 - Número de famílias rurais, por tipo de arranjo familiar, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015 (1.000 famílias)

ARRANJO FAMILIAR	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Casal s/ filhos	133	212	210	272	8,5 ***	7,5 ***
Casal c/ todos os filhos menores de 14 anos	364	359	306	297	-1,1	-1,1 *
Casal c/ todos os filhos de 14 anos ou mais	132	157	160	192	4,8 ***	3,3 *
Casal c/ filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	165	146	163	156	-1,4	-0,9
Mãe c/ todos os filhos menores de 14 anos	15	23	16	22	8,7 *	15,1 *
Mãe c/ todos os filhos de 14 anos ou mais	33	45	37	58	4,6 *	9,8 ***
Mãe c/ filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	17	11	12	14	-9,2 **	4,4
Outros tipos de família	120	188	177	231	10,6 ***	7,9 ***
TOTAL	980	1.141	1.081	1.243	3,1 ***	3,6 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

O tamanho da família é apontado pela literatura como uma variável de determinação da condição de atividade das unidades familiares, particularmente no tocante à pluriatividade. Discute-se que, quanto maior for a composição familiar, maiores seriam as possibilidades de haver combinação de atividades agropecuárias e não agropecuárias.

Conterato, Koppe e Silva (2006) e Schneider *et al* (2006) identificaram que, no Rio Grande do Sul, as famílias pluriativas apresentaram o maior número de membros familiares. Os autores ressaltam que há uma correlação entre o tamanho da família e a pluriatividade, de modo que, à medida que os filhos das famílias exclusivamente agropecuárias atingem a maioria e um maior grau de escolaridade há forte tendência de ocorrer a combinação de atividades agropecuárias e não agropecuárias no interior das famílias. Entretanto, Cardoso (2013) demonstra que, no Sul do Brasil, nos anos 2000, houve, simultaneamente, queda no tamanho e estabilidade do número de famílias pluriativas. A autora defende a relativização da variável tamanho da família como fator explicativo e de sustentação da pluriatividade ao longo do tempo, e um olhar diferenciado para fatores externos à unidade familiar, a exemplo das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar da região.

As famílias rurais da região Norte, além de menores, têm se tornado mais velhas, com taxa de crescimento da idade média dos chefes familiares em torno de 1%a.a. O envelhecimento ocorre mais visivelmente entre as famílias contas próprias e de empregados (Tabela 68), ambas agropecuárias, demonstrando que o processo de envelhecimento da população rural evidenciado por Camarano e Abramovay (1999), para os anos 90, persiste no período mais recente, ainda que em menor intensidade. De maneira diferente, as famílias não agropecuárias de empregados concentram as menores médias de idade, o que pode significar que esse tipo familiar retém parte da população no campo, particularmente a mais jovem, o que requer a

ampliação do alcance das políticas de desenvolvimento rural no sentido de atender as demandas específicas dessas famílias.

Tabela 68 - Evolução (e taxas de crescimento) da idade média dos diferentes tipos familiares, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Empregadora com + de 2 empregados	43,6	43,8	50,4	50,9	0,6	-1,3
Agropecuária	53,4	46,0	48,6	65,3	-1,2	10,7 *
Pluriativa	48,5	44,5	56,0	54,7	1,1	-1,8
Não Agropecuária	38,3	43,6	48,0	42,4	1,9	-4,6 *
Empregadora com até 2 empregados	47,5	48,1	51,9	50,5	-0,3	-0,6 *
Agropecuária	43,2	48,7	57,6	51,9	1,6	-2,1 **
Pluriativa	51,4	52,4	53,3	51,7	-0,2	-0,5
Não Agropecuária	49,3	39,2	39,7	46,6	-3,8 *	4,1 ***
Conta Própria	45,9	47,1	47,3	47,6	0,7 **	0,3 *
Agropecuária	46,1	49,4	47,9	48,6	1,2 ***	0,4 ***
Pluriativa	47,6	47,5	48,5	47,1	0,7	-0,7 ***
Não Agropecuária	43,4	42,3	44,0	45,4	0,0	1,1 **
Empregados	37,7	39,1	39,8	41,9	0,7 **	1,3 ***
Agropecuária	38,0	38,9	39,5	42,1	0,6 *	1,8 ***
Pluriativa	41,1	42,4	42,7	44,5	1,2	1,1 *
Não Agropecuária	36,4	38,3	39,2	41,0	0,8 **	0,9
Não Ocupados	59,8	60,4	59,8	62,6	-0,3	1,0 ***
TOTAL	31,4	33,2	33,9	35,7	1,0 ***	1,3 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Pela Tabela 69 é possível notar que todas as famílias apresentam tendência de redução ou não crescimento do percentual de filhos na faixa de 10 a 14 anos de idade. As famílias agropecuárias exibiram tendência de crescimento nessa faixa, mas praticamente anulado, no período de 2011 a 2015, pela redução de 1,2%a.a., o que pode se refletir, no longo prazo, em dificuldades de sucessão familiar (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005; STADUTO; NASCIMENTO; SOUZA, 2013). Já na faixa de 15 a 24 anos de idade, as famílias pluriativas e não agropecuárias apresentam percentual de filhos ligeiramente superior às agropecuárias, sendo essa uma característica identificada, também, por Sakamoto, Nascimento e Maia (2016) para o conjunto do rural brasileiro, nos anos de 2001 e 2013.

Tabela 69 - Idade dos filhos, segundo ramos de atividades e faixas de idade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA/IDADE	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
De 10 a 14 anos	45,6	47,1	43,4	41,3	1,5 *	-1,2 ***
De 15 a 24 anos	43,3	37,8	45,7	43,3	-2,2 *	-0,4
De 25 anos a mais	11,1	15,1	11,0	15,4	1,2	6,0
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
De 10 a 14 anos	37,6	34,3	32,6	29,1	-3,2	-1,1
De 15 a 24 anos	47,9	50,8	49,2	50,6	1,5	-0,3
De 25 anos a mais	14,5	15,0	18,2	20,3	3,0	2,3
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
De 10 a 14 anos	47,5	44,8	38,4	37,9	-1,5	0,0
De 15 a 24 anos	43,3	44,2	47,7	45,6	0,6	-1,0
De 25 anos a mais	9,2	11,0	13,9	16,6	4,3 ***	3,2
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
De 10 a 14 anos	50,9	29,0	42,8	36,7	-9,2 ***	-2,7
De 15 a 24 anos	34,9	52,8	38,2	38,0	6,7	-2,9
De 25 anos a mais	14,2	18,2	19,0	25,2	5,7	11,7
TOTAL						

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

As famílias agropecuárias estão diretamente ligadas à presença de aposentado no domicílio. Nesse tipo de família o número de aposentados cresceu 7 mil de 2004 a 2009 e 33 mil entre 2011 a 2015, o que pode estar relacionado à idade média desse tipo familiar que é a maior dentre todos os outros (Tabela 70). Isso, reflete, de certa maneira, a importância das aposentadorias/pensões para as famílias agropecuárias – e, principalmente, para as famílias de não ocupados – funcionando como uma espécie de “renda a mais”, a qual pode ser investida na produção ou na sobrevivência da família (DELGADO; CARDOSO JUNIOR, 2000).

Tabela 70 - Evolução (e taxas de crescimento) do número de aposentados e pensionistas, segundo os tipos familiares, Região Norte, 2004 e 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Continua	
					Δ (% aa.)	Δ (% aa.)
Número de pessoas (1.000 pessoas)						
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	40	47	60	93	5,9 **	8,3 *
PLURIATIVAS	8	16	23	20	8,9 **	0,3
NÃO AGROPECUÁRIA	16	36	30	45	14,8 ***	9,7 ***
NÃO OCUPADOS	26	53	70	132	12,6 ***	18,1 ***
TOTAL	91	152	184	290	10,0 ***	11,7 ***

Tabela 70 - Evolução (e taxas de crescimento) do número de aposentados e pensionistas, segundo os tipos familiares, Região Norte, 2004 e 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Conclusão	
					Δ (% aa.)	Δ (% aa.)
					2004/2009	2011/2015
Distribuição relativa (%)						
AGROPECUÁRIA	43,8	30,6	32,9	32,0	-3,8	-3,0
PLURIATIVA	9,3	10,6	12,6	7,0	-1,0	-10,2 *
NÃO AGROPECUÁRIA	17,8	23,9	16,4	15,5	4,3 *	-1,8 *
NÃO OCUPADOS	29,1	34,9	38,1	45,6	2,3	5,7 ***
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Pela Tabela 71 é possível identificar que, em todos os tipos de famílias, as mulheres são minoria na posição de referência do domicílio. É nas famílias não agropecuárias que há uma maior participação nessa posição em relação aos demais tipos. O papel das atividades não agropecuárias na oferta de condições de trabalho e horizontes mais promissores para as mulheres é destacado por Staduto, Nascimento e Souza (2013), sendo necessário a incorporação da dimensão “gênero” nas políticas de desenvolvimento rural.

Tabela 71 - Sexo da pessoa de referência dos diferentes tipos de família, ocupada e não ocupada, segundo ramos de atividades, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA/GÊNERO	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	Δ (% aa.)
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Masculino	92,7	89,1	86,0	85,0	-0,9	-0,3 *
Feminino	7,3	10,9	14,0	15,0	9,4 *	1,6 *
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Masculino	92,2	83,9	81,1	83,0	-1,5 *	0,7 *
Feminino	7,8	16,1	18,9	17,0	11,9 *	-3,2 *
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Masculino	83,6	80,8	78,9	73,2	-1,1 **	-1,2
Feminino	16,4	19,2	21,1	26,8	5,6 **	3,9
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Masculino	52,2	55,2	53,1	61,4	-0,5	1,6
Feminino	47,8	44,8	46,9	38,6	0,8	-1,9

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Após a análise de algumas variáveis sociodemográficas, torna-se importante a análise comparada do nível de escolaridade das famílias. Isso torna-se importante, por um lado, pois demonstrará em que medida a família poderá diversificar as fontes de trabalho e renda conforme se elevam os anos de estudos.

4.3.2 Nível de escolaridade das famílias

A educação é, sem dúvida, um dos pilares fundamentais para que uma sociedade alcance níveis satisfatórios de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, torna-se importante investigar como tem se comportado o nível de escolaridade das famílias e pessoas com residência no rural. A literatura (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000; SAKAMOTO; NASCIMENTO; MAIA, 2016) aponta que quanto maior o nível de escolaridade das pessoas maiores seriam as possibilidades de inserção ocupacional em postos de trabalho não agropecuários.

De acordo com os dados da Tabela 72, as famílias rurais da região Norte do Brasil apresentam baixo nível de escolaridade, de modo que, ao final de cada período analisado, aproximadamente 25% não tinha qualquer instrução e 20% apresentavam ensino fundamental incompleto (5ª a 8ª série incompleta). Verifica-se, ainda, que pouco mais de 2% e 3% das famílias teriam concluído os ensinos médio e o superior, em 2015, respectivamente.

Tabela 72 - Distribuição relativa (%) das famílias rurais, segundo faixas de escolaridade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

GRUPOS DE ESCOLARIDADE	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
Sem instrução	31,1	25,3	31,3	23,7	-4,6 ***	-5,9 **
1ª a 4ª série incompleta	16,6	16,4	11,9	12,6	0,4	0,1
1ª a 4ª série completa	11,3	9,0	9,3	10,4	-3,5 *	3,1 ***
5ª a 8ª série incompleta	24,2	23,1	22,7	22,6	-1,2 ***	-0,6
5ª a 8ª série completa	3,3	2,5	3,0	3,2	-7,4 *	-0,6
2º grau incompleto	5,9	7,9	9,3	10,3	5,8 **	4,6
2º grau completo	0,8	2,3	1,7	2,5	22,1 ***	6,1
Superior incompleto	5,8	11,4	8,7	11,4	15,2 ***	7,5 ***
Superior completo	0,6	1,5	1,8	3,0	1,9 ***	3,6 ***
Não classificados	0,4	0,6	0,4	0,2	- -	- -
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0		

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os dois traços (--) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Políticas que visem aumentar a escolaridade da população rural são, sem dúvidas, um dos aspectos a serem considerados no âmbito da nova ruralidade, principalmente no sentido de garantir melhores condições de emprego e renda aos residentes. Anderson e Leiserson (1980) alertaram para a necessidade de se investir maciçamente no treinamento e qualificação profissional da população rural, notadamente no contexto de forte ascensão das atividades não

agropecuárias, as quais, em grande parte, oferecem melhores oportunidades para os trabalhadores rurais.

A partir da análise desagregada no nível de escolaridade, segundo os tipos familiares, percebe-se que as famílias agropecuárias se concentram nas faixas “sem instrução” e “5ª a 8ª série incompleta”, ao passo que, quando somadas, esses dois grupos de escolaridade somam, ao final de cada um dos dois períodos, mais de 50% do total desse tipo familiar, enquanto o percentual de famílias com “5ª a 8ª série completa” é muitíssimo baixo. Já as famílias não agropecuárias apresentariam melhor nível de escolaridade, de tal maneira que mais de 40% dos chefes familiares teriam entre o “2º grau incompleto” e o “superior completo”, contudo com forte participação das famílias com “5ª a 8ª série incompleta” (Tabela 73).

Tabela 73 - Distribuição relativa (%) dos diferentes tipos familiares rurais, segundo faixas de escolaridade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA/ESCOLARIDADE	2004	2009	2011	2015	Continua	
					Δ (% aa.) 2004/2009	Δ (% aa.) 2011/2015
AGROPECUÁRIA	99,9	99,4	99,8	99,8		
Sem instrução	36,7	33,5	36,3	27,1	-2,5 *	-5,8 **
1ª a 4ª série incompleta	18,9	17,9	11,6	13,8	0,9	2,7
1ª a 4ª série completa	11,1	9,2	10,5	12,0	-3,5 ***	2,7 **
5ª a 8ª série incompleta	25,0	25,5	24,0	25,3	0,4	1,2
5ª a 8ª série completa	2,4	2,3	3,2	3,0	-4,4	-5,0
2º grau incompleto	4,4	5,5	8,0	9,6	3,7 *	5,8 *
2º grau completo	0,1	1,7	1,3	2,1	- -	- -
Superior incompleto	1,1	3,4	4,4	5,8	3,5 ***	6,5 ***
Superior completo	0,3	0,3	0,4	1,0	- -	- -
PLURIATIVA	99,4	98,7	99,5	99,6		
Sem instrução	31,5	24,8	25,8	17,2	-4,9 ***	-7,4 *
1ª a 4ª série incompleta	17,8	16,8	15,9	14,4	-0,5	-6,0
1ª a 4ª série completa	15,7	12,2	11,2	9,9	-5,3	0,0
5ª a 8ª série incompleta	20,8	23,4	24,0	25,5	1,3	0,7
5ª a 8ª série completa	3,0	1,9	3,1	2,4	-10,6 **	-3,6
2º grau incompleto	4,2	6,7	8,1	9,3	11,2 **	8,4
2º grau completo	1,9	2,4	1,1	3,4	- -	- -
Superior incompleto	3,5	8,8	8,0	13,3	16,9 **	11,6 ***
Superior completo	0,9	1,6	2,4	4,2	- -	- -

Tabela 73 - Distribuição relativa (%) dos diferentes tipos familiares rurais, segundo faixas de escolaridade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA/ESCOLARIDADE	2004	2009	2011	2015	Conclusão	
					Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
NÃO AGROPECUÁRIA	99,3	99,6	99,4	99,7		
Sem instrução	16,1	13,2	19,8	13,2	-6,2 **	-9,0
1ª a 4ª série incompleta	10,6	14,0	9,4	8,8	3,1	0,1
1ª a 4ª série completa	9,7	7,5	6,4	7,9	-2,7	3,6
5ª a 8ª série incompleta	26,8	20,6	20,8	19,5	-5,2 ***	-2,9
5ª a 8ª série completa	5,7	3,4	2,4	4,5	-8,9 **	12,8
2º grau incompleto	10,7	11,8	13,7	14,0	3,1	1,6
2º grau completo	1,5	3,1	2,6	3,2	9,8	4,8
Superior incompleto	17,0	23,3	19,5	22,3	9,6 ***	4,7 *
Superior completo	1,3	2,7	4,7	6,2	5,0 ***	5,5 *
NÃO OCUPADOS	98,8	99,9	99,9	99,9		
Sem instrução	51,7	40,3	47,1	44,2	-5,2 *	-3,6
1ª a 4ª série incompleta	17,8	18,8	13,2	14,0	0,1	0,9
1ª a 4ª série completa	4,3	7,6	5,4	10,3	13,5 ***	21,9 ***
5ª a 8ª série incompleta	12,5	19,2	16,3	14,0	9,6 **	-2,3
5ª a 8ª série completa	2,5	0,0	2,8	1,6	1,0	-16,9 ***
2º grau incompleto	2,3	5,5	6,8	5,6	12,2	1,8
2º grau completo	0,6	1,1	3,2	1,4	- -	- -
Superior incompleto	7,1	4,8	4,8	6,5	6,3	9,0 *
Superior completo	0,0	2,6	0,3	2,3	- -	- -

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Excluídos os não classificados. Os dois traços (-) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Em relação ao nível de instrução das pessoas ocupadas, percebe-se que, em ambos os tipos familiares, a faixa escolar predominante é de “5ª a 8ª série incompleta”, mas com diferenças nos demais grupos de escolaridade. No caso das famílias agropecuárias e pluriativas, por exemplo, há grande participação de pessoas ocupadas sem qualquer instrução, não obstante tenha ocorrido forte retração do percentual durante a série analisada. Já nas famílias não agropecuárias havia, em 2015, um percentual significativo de pessoas ocupadas com ensino médio e superior incompletos, 14,7% e 21,9%, respectivamente, enquanto nas famílias agropecuárias esse percentual seria menos da metade nessa última faixa de escolaridade, principalmente (Tabela 74).

Tabela 74 - Distribuição relativa (%) do pessoal ocupado, segundo nível de escolaridade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA/ESCOLARIDADE	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Sem instrução	24,3	22,6	24,5	17,9	-2,1 *	-6,0 **
1ª a 4ª série incompleta	20,1	17,9	13,9	13,2	-1,1	-3,1
1ª a 4ª série completa	13,3	11,0	11,8	11,0	-2,9 **	-1,3
5ª a 8ª série incompleta	29,3	30,8	27,7	29,6	0,6	0,9
5ª a 8ª série completa	4,5	4,2	4,9	5,2	-2,1	2,2
2º grau incompleto	5,7	7,1	9,4	11,8	4,1	6,6 ***
2º grau completo	0,7	1,7	2,2	2,6	17,1 ***	7,2 *
Superior incompleto	1,6	3,9	5,0	7,4	18,7 ***	10,4 ***
Superior completo	0,1	0,2	0,5	0,7	2,5	18,9 *
Não classificados	0,4	0,8	0,3	0,5	14,6 *	8,9
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Sem instrução	19,6	12,8	17,4	10,4	-7,6 **	-10,0 **
1ª a 4ª série incompleta	17,3	14,9	12,8	10,2	-3,0	-6,7 ***
1ª a 4ª série completa	14,0	11,7	10,1	9,3	-3,2	0,8
5ª a 8ª série incompleta	28,4	26,9	27,0	26,9	-1,9 *	-0,2
5ª a 8ª série completa	4,6	4,1	4,1	5,3	-4,8 *	6,2 *
2º grau incompleto	6,8	11,1	12,2	13,4	10,1 ***	2,3
2º grau completo	1,9	4,8	2,4	4,3	23,1 ***	7,6
Superior incompleto	5,7	10,7	11,0	16,1	12,9 ***	8,0 **
Superior completo	1,0	2,2	2,4	3,8	25,4 ***	15,3 **
Não classificados	0,8	0,8	0,6	0,4	9,0	-9,3 *
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Sem instrução	10,2	10,3	13,2	7,2	-2,7	-12,3 **
1ª a 4ª série incompleta	11,4	12,6	10,2	8,7	-0,8	-3,3 ***
1ª a 4ª série completa	11,3	8,2	7,9	8,1	-5,9 ***	-1,7
5ª a 8ª série incompleta	28,8	25,4	24,0	24,0	-2,5 ***	-0,8
5ª a 8ª série completa	6,5	5,4	5,0	5,8	-4,3 *	3,9 *
2º grau incompleto	11,8	12,3	14,3	14,7	2,3	1,2
2º grau completo	2,4	4,1	4,0	4,3	8,8 ***	3,4
Superior incompleto	15,6	18,6	17,1	21,9	7,7 *	6,8 ***
Superior completo	1,4	2,7	4,0	4,9	17,8 ***	5,1 ***
Não classificados	0,6	0,5	0,4	0,3	-3,3	-14,7

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Em termos de gênero, as mulheres apresentam escolaridade ligeiramente superior aos homens, sendo nas ocupações não agropecuárias onde ocorre a maior diferença. Nas faixas de maior escolaridade é possível observar que 47,9% das mulheres ocupadas nessas atividades tinham ensino superior incompleto e completo, em 2015, enquanto apenas 29,7% dos homens tinham esse mesmo nível de instrução. Nas faixas de menor escolaridade os homens são maioria. Note-se que, nesse mesmo ano, apenas 3,7% das mulheres ocupadas nas atividades não agropecuárias não tinham qualquer instrução, enquanto entre os homens esse percentual era de 8,5%. Se considerarmos o percentual total com ensino fundamental incompleto essa

diferença se amplia ainda mais, indicando que as pessoas do sexo masculino tenderiam a buscar menos qualificação profissional e/ou nível educacional do que as mulheres (Tabela 75).

Tabela 75 - Distribuição relativa (%) do número de homens e mulheres ocupados, segundo ramos de atividades e nível de escolaridade, Região Norte, 2009 e 2015

TIPO DE FAMÍLIA/ ESCOLARIDADE	HOMENS		MULHERES	
	2009	2015	2009	2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução	21,8	18,8	22,9	16,6
1ª a 4ª série incompleta	16,9	11,5	15,7	11,0
1ª a 4ª série completa	10,9	11,5	11,8	10,1
5ª a 8ª série incompleta	30,6	28,2	29,4	29,9
5ª a 8ª série completa	3,6	5,5	5,1	4,0
2º grau incompleto	7,6	11,7	7,6	14,4
2º grau completo	2,8	3,6	1,3	3,0
Superior incompleto	4,9	8,0	5,1	9,1
Superior completo	0,2	0,9	0,3	1,0
Não classificados	0,6	0,3	1,1	1,0
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução	12,5	8,5	4,4	3,7
1ª a 4ª série incompleta	12,6	8,2	8,3	6,7
1ª a 4ª série completa	6,5	7,4	5,6	4,8
5ª a 8ª série incompleta	23,5	21,4	20,3	18,4
5ª a 8ª série completa	3,8	5,6	4,3	4,0
2º grau incompleto	12,1	15,0	12,0	11,4
2º grau completo	4,5	3,7	6,8	2,9
Superior incompleto	21,2	24,5	29,1	34,7
Superior completo	2,8	5,2	8,4	13,2
Não classificados	0,5	0,5	0,9	0,3

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

4.3.3 Composição da renda familiar rural

Os dados apresentados nos capítulos 2 e 3 demonstraram que a renda domiciliar no rural da região Norte do Brasil está fortemente relacionada às fontes do trabalho não agropecuário. As possibilidades de acesso às ocupações não agropecuárias (construção civil, comércio, serviços, etc.) têm gerado diferenciais de rendimentos dessas famílias em comparação com as estritamente agropecuárias. Com efeito, os dados da Tabela 76 confirmam essa afirmação, de tal modo que as famílias pluriativas e não agropecuárias foram as que apresentaram as maiores rendas médias tanto de 2004 a 2009 como de 2011 a 2015. Apesar da tendência de crescimento no primeiro período (2004 a 2009), a renda média das famílias agropecuárias só não é menor do que a dos não ocupados.

Tabela 76 - Rendimento médio mensal domiciliar, segundo os tipos familiares e ramos de atividades, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	647,16	764,99	1.272,32	1.280,99	3,4 *	0,6
PLURIATIVA	1.186,98	1.457,55	2.537,14	2.470,63	3,9 ***	-0,5
NÃO AGROPECUÁRIA	1.216,38	1.290,42	1.895,34	2.015,82	2,1	1,8
NÃO OCUPADOS	441,47	630,88	839,06	1.187,52	6,0 **	9,4 ***
TOTAL	878,06	1.045,49	1.602,65	1.639,40	3,6 ***	0,9

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Ao analisarmos a composição da renda média familiar (Tabela 77) é possível notar uma forte participação das rendas do não trabalho (aposentadorias/pensões e outras fontes) no rural da região Norte, especialmente entre as famílias agropecuárias. Em 2015, por exemplo, o rendimento proveniente das aposentadorias/pensões e de outras fontes de renda do não trabalho, quando somadas, representariam 37,5% da renda das famílias agropecuárias, enquanto nas famílias não agropecuárias e pluriativas essa participação seria de apenas 16%, aproximadamente, em cada uma delas. É importante, também, sublinhar o peso da renda não agropecuária (39,3%) para as famílias pluriativas, uma vez que, em 2015, há uma significativa participação na composição do rendimento domiciliar, praticamente se igualando ao rendimento procedente da agropecuária (44,6%).

Tabela 77 - Composição da renda total familiar, segundo o tipo de família e as diferentes fontes de renda do trabalho e do não trabalho, Região Norte, 2004 e 2015

TIPO DE FAMÍLIA	RENDAS DO TRABALHO				RENDAS DO NÃO TRABALHO			
	AGROP (%)		NÃO AGROP (%)		APOS. /PENS. (%)		OUTRAS FONTES (%)	
	2004	2015	2004	2015	2004	2015	2004	2015
AGROPECUÁRIA	77,4	62,5	0,0	0,0	16,7	24,6	6,0	12,9
PLURIATIVA	52,9	44,6	33,1	39,3	8,9	9,7	5,1	6,5
NÃO AGROPECUÁRIA	0,0	0,0	92,0	82,8	4,4	10,7	3,6	6,5
NÃO OCUPADOS	0,0	0,0	0,0	0,0	78,7	81,2	21,3	18,8
TOTAL	43,9	33,6	39,2	35,5	11,7	21,1	5,3	9,8

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Diversos estudos brasileiros têm destacado o peso das fontes do não trabalho na composição da renda familiar. Delgado e Cardoso Jr (2000) mostraram que, nos anos 90, a renda dos benefícios previdenciários representariam 41,5% do orçamento domiciliar no Sul do Brasil, enquanto na região Nordeste essa participação seria de 71,2%. Eder, Souza e

Nascimento (2017) destacam que, em 2009, no Rio Grande do Sul, 25% da renda rural era proveniente das aposentadorias/pensões e das outras fontes (rendas de aluguel, financeiras, bolsa família, etc.). Por sua vez, Aquino e Nascimento (2020b) revelaram um cenário de forte dependência desse tipo de rendimento na região Nordeste, o qual representaria 51,2% da renda total rural. Diante disso é que Oliveira e Aquino (2017) ressaltam o papel da aposentadoria rural e das transferências governamentais para as famílias de baixa renda, sendo instrumentos imprescindíveis para o enfrentamento da pobreza em regiões mais pobres.

Em relação ao padrão de distribuição da renda no rural da região Norte, a Tabela 78 mostra que mais de 50% das famílias agropecuárias se concentraram na faixa de rendimento domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo⁴⁵, no final de 2004/2009 (em R\$ de set./2009) e 2011/2015 (em R\$ de set./2015)⁴⁶. Enquanto isso, cerca de 15% das famílias agropecuárias se concentraram nas faixas de “mais de um salário mínimo”, evidenciando uma situação de relativa dificuldade de reprodução somente pela via agropecuária.

As famílias não agropecuárias e pluriativas também apresentaram participação relevante entre os domicílios com renda *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, entretanto, em proporção inferior às agropecuárias. A maior diferença entre as famílias ocorre, justamente, nas faixas de renda superior, de modo que aproximadamente 25% e 22% das famílias não agropecuárias e pluriativas, nessa ordem, teriam renda *per capita* acima de um salário mínimo. Ressalte-se, ainda, a forte proporção das famílias de não ocupados com renda *per capita* de “mais de $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo”, certamente relacionada à presença de algum membro familiar que recebe algum tipo de benefício previdenciário no domicílio (Tabela 78).

Os dados apresentados por Nascimento (2008) para as regiões Nordeste e Sul, para o ano de 1999, dão conta de que as famílias agropecuárias pobres (renda média *per capita* familiar de $\frac{1}{2}$ s.m.) seriam em maior proporção em comparação às não agropecuárias e pluriativas, em ambas as regiões, mas com maior intensidade na região Nordeste. Nessa mesma direção, o IPEA (2010) aponta que $\frac{3}{4}$ dos domicílios rurais tinha renda domiciliar *per capita* inferior ou igual a R\$ 415,00, valor do salário mínimo vigente em 2008, principalmente entre as famílias agropecuárias.

⁴⁵ O valor do salário mínimo em set./2009 e set./2015 era, respectivamente, de R\$ 465,00 e R\$ 788,00

⁴⁶ O deflator usado foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mesmo índice utilizado pelo IBGE para comparar os resultados das PNADs.

Tabela 78 - Distribuição relativa (%) das famílias rurais, segundo ramos de atividades e faixas de rendimento mensal domiciliar per capita, Região Norte, 2004 a 2009 (Em R\$ de set./2009) e 2011 a 2015 (Em R\$ de set./2015)

TIPO DE FAMÍLIA/ RENDA PER CAPITA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	98,9	98,8	96,7	97,0		
Até 1/2 de salário mínimo	57,2	54,3	57,2	56,7	-0,6	-1,4
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	25,9	27,6	24,5	24,9	1,3	1,1
Mais de 1 até 3 salários mínimos	13,9	15,1	12,9	14,2	-0,7	3,1
Mais de 3 salários mínimos	1,9	1,8	2,1	1,2	-0,8	-7,0
PLURIATIVA	97,9	96,8	95,6	97,1		
Até 1/2 de salário mínimo	39,5	40,0	40,9	41,4	0,3	-0,5
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	31,3	34,7	31,6	33,1	2,2 ***	-0,4
Mais de 1 até 3 salários mínimos	21,9	19,6	20,6	21,1	-3,4	2,3
Mais de 3 salários mínimos	5,2	2,5	2,6	1,5	-12,9	-7,8
NÃO AGROPECUÁRIA	99,9	99,1	99,2	99,9		
Até 1/2 de salário mínimo	37,5	42,0	42,2	42,2	-0,1	-1,6
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	27,6	31,5	31,1	32,4	3,3 *	1,6
Mais de 1 até 3 salários mínimos	28,7	22,6	21,8	22,3	-2,2	1,1
Mais de 3 salários mínimos	6,0	3,1	4,1	3,0	-8,6	-2,5
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	41,0	38,1	44,4	35,0	-0,3	-5,6 ***
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	47,6	55,2	47,4	51,7	3,1	1,6
Mais de 1 até 3 salários mínimos	8,1	4,9	8,2	11,8	-12,4	12,1 ***
Mais de 3 salários mínimos	3,3	1,8	0,0	1,5		

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Notas: Excluídas as famílias sem declaração de renda. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

A despeito da clara percepção de que o rural da região Norte é maior que a agropecuária, mais complexo, portanto, demanda políticas mais abrangentes, conforme discutido nos capítulos anteriores, a Tabela 78 e a seção seguinte, por sua vez, desnudam outra questão também importante: não basta perceber a maior complexidade da sociedade rural nortista, mas também a concentração em faixas de renda *per capita* baixas, embora com melhores desempenhos entre as não agropecuárias e pluriativas. Isso mostra a necessidade das políticas combaterem a pobreza (a fragilidade do poder de compra familiar) em geral.

De posse dessas informações, a próxima seção analisa, segundo a condição de atividade, as condições de vida das famílias rurais da região Norte do Brasil através de indicadores relacionados às condições habitacionais e de acesso a bens materiais. Isso possibilitará traçar um panorama geral das diferenças e similaridades dos diferentes tipos familiares quanto a esses aspectos, dando-nos subsídios para a argumentação que vem sendo realizada ao longo deste

trabalho, de que a “nova” ruralidade dessa região impescinde de políticas de desenvolvimento rural não setoriais, ou seja, voltadas para as várias demandas familiares.

4.4 Condições habitacionais e de acesso a bens materiais das famílias rurais

Nesta parte do trabalho analisa-se, comparativamente, as condições habitacionais e materiais das famílias agropecuárias, não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados da região Norte do Brasil. Kageyama (2008) destaca que a disponibilidade de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, por exemplo, são indicadores domiciliares que podem, perfeitamente, refletir o nível de vida e as condições de bem estar, higiene e salubridade dos domicílios, sobretudo em regiões menos desenvolvidas como é o caso do Norte e Nordeste do Brasil.

O primeiro ponto a se considerar é a presença de água canalizada nos domicílios. Os dados mostram que nos períodos analisados o percentual de famílias rurais com água canalizada aumentou substancialmente, em todos os tipos familiares, não obstante as famílias não agropecuárias sejam as que, em maior percentual, detenham esse bem em sua residência. Note-se que, apesar da evolução positiva, as famílias agropecuárias apresentam proporção de famílias sem água canalizada no domicílio superior às famílias de não ocupados (Tabela 79).

Tabela 79 - Evolução (e taxas de crescimento) dos contingentes dos diferentes tipos de famílias extensas residentes rurais “com” e “sem” água canalizada no estabelecimento, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com água canalizada	29,0	44,4	48,6	60,4	8,0 ***	5,7 ***
Sem água canalizada	71,0	55,6	51,4	39,6	-4,4 ***	-6,5 ***
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com água canalizada	57,7	45,9	51,7	52,8	2,5	2,8 ***
Sem água canalizada	42,3	54,1	48,3	47,2	-2,8	-7,6 ***
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com água canalizada	38,6	59,3	58,4	69,4	6,9 ***	4,5 **
Sem água canalizada	61,4	40,7	41,6	30,6	-6,2 ***	-7,6 **
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com água canalizada	39,9	50,1	56,2	68,6	4,9 ***	6,8 **
Sem água canalizada	60,1	49,9	43,8	31,4	-4,0 ***	-10,8 **
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com água canalizada	38,4	53,0	55,7	67,6	6,3 ***	5,0 ***
Sem água canalizada	61,6	47,0	44,3	32,4	-5,0 ***	-7,6 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

De fato, a análise da Tabela 80 mostra que, independente do tipo de família, a água canalizada dos domicílios rurais da região Norte são provenientes, em grande parte, de poços ou nascentes e em baixa proporção de rede geral de distribuição. Em alguns casos, os movimentos reivindicatórios e comunitários têm contribuído para que o setor público implemente poços artesianos nas comunidades locais, de modo a proporcionar o acesso à água e, em outros casos, são as próprias famílias detentoras de melhores condições de renda que constroem seus poços ou criam suas cisternas ou, ainda, adquirem motor bomba para retirada de água das nascentes (rios, lagos).

Tabela 80 - Evolução (e taxas de crescimento) das famílias extensas rurais, segundo a procedência da água canalizada do estabelecimento, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	Δ (% aa.)
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Rede geral de distribuição	23,0	18,7	16,1	16,7	-1,2	1,2
Poço ou nascente	75,6	79,9	81,7	79,4	0,2	-0,8 **
Outra proveniência	1,5	1,3	2,2	3,9	12,9	1,9 *
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Rede geral de distribuição	28,7	31,3	27,0	29,6	0,3	2,7
Poço ou nascente	69,7	67,6	69,8	66,6	-0,3	-1,0
Outra proveniência	1,6	1,1	3,2	3,8	7,0	-4,9
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Rede geral de distribuição	48,0	53,9	47,8	44,1	4,0	-3,0
Poço ou nascente	51,0	45,9	50,8	54,0	-3,4	2,5
Outra proveniência	1,0	0,2	1,4	1,9		
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Rede geral de distribuição	62,0	51,3	39,8	40,9	-0,2	-0,9
Poço ou nascente	38,0	48,0	58,8	55,8	1,6	-0,3
Outra proveniência	0,0	0,7	1,3	3,3		
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0		
Rede geral de distribuição	34,9	36,9	29,2	29,9	2,8	0,1
Poço ou nascente	63,8	62,3	68,7	66,9	-1,4	-0,4
Outra proveniência	1,3	0,8	2,1	3,2	5,2	11,83

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

A presença de banheiro ou sanitário nos domicílios rurais é razoavelmente alta, embora o quantitativo de famílias que não possuem o bem no domicílio ainda seja bastante elevado, principalmente de famílias agropecuárias, dada a sua importância para o bem estar e qualidade de vida dos residentes (Tabela 81).

Tabela 81 - Participação relativa (%) dos contingentes de famílias rurais com banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com banheiro ou sanitário	67,5	69,5	75,8	83,4	0,8 *	1,8 *
Sem banheiro ou sanitário	32,5	30,5	24,2	16,6	-1,6 *	-6,8 *
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com banheiro ou sanitário	79,2	81,4	81,3	90,2	0,5 *	2,2 ***
Sem banheiro ou sanitário	20,8	18,6	18,7	9,8	-2,0 *	-12,8 ***
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com banheiro ou sanitário	90,8	90,2	89,8	94,9	0,0	1,2 *
Sem banheiro ou sanitário	9,2	9,8	10,2	5,1	-0,1	-13,9 *
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com banheiro ou sanitário	69,8	83,8	81,4	89,0	2,9 **	1,7 **
Sem banheiro ou sanitário	30,2	16,2	18,6	11,0	-9,4 ***	-9,5 **
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com banheiro ou sanitário	75,6	79,5	80,5	88,1	1,0 ***	1,9 **
Sem banheiro ou sanitário	24,4	20,5	19,5	11,9	-3,4 ***	-9,6 **

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Tão importante quanto ter o bem no domicílio é a forma de escoadouro dos banheiros ou sanitários dos domicílios rurais. A forma de escoadouro dos banheiros e sanitários das áreas rurais da região Norte mostra-se deficitária, de modo que a principal forma é a fossa rudimentar, enquanto a rede coletora de esgoto constava em apenas 1% dos domicílios rurais. Em termos de tipos familiares, note-se que as famílias não agropecuárias e de não ocupados se destacam em relação à presença de fossa séptica não ligada a rede coletora. Já as famílias agropecuárias e pluriativas são as unidades com maior incidência da fossa rudimentar (Tabela 82).

Tabela 82 - Distribuição relativa (%) das famílias rurais, segundo escoadouro do banheiro ou sanitário dos domicílios, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Continua	
					Δ (% aa.) 2004/2009	Δ (% aa.) 2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Rede coletora de esgoto ou pluvial	0,1	0,1	0,2	0,2	- -	- -
Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto	0,1	0,1	0,5	1,5	- -	4,3 **
Fossa séptica não ligada a rede coletora	17,9	17,1	19,9	23,4	4,6	2,0
Fossa rudimentar	75,4	75,0	66,2	58,1	-2,2	-1,8
Outras formas	6,6	7,7	13,2	16,9	10,5	1,3
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Rede coletora de esgoto ou pluvial	0,2	0,7	0,4	0,4	- -	-7,2
Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto	0,2	0,6	1,6	3,8	- -	2,5
Fossa séptica não ligada a rede coletora	19,2	31,6	25,8	32,6	12,7 **	3,3
Fossa rudimentar	75,0	57,4	59,6	51,6	-5,8 ***	-2,6
Outras formas	5,4	9,7	12,6	11,6	10,5	0,3

Tabela 82 - Distribuição relativa (%) das famílias rurais, segundo escoadouro do banheiro ou sanitário dos domicílios, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Conclusão	
					Δ (% aa.) 2004/2009	Δ (% aa.) 2011/2015
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Rede coletora de esgoto ou pluvial	2,3	3,3	1,7	2,4	-22,5	1,1 *
Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto	7,5	3,8	5,1	5,9	5,9	5,0
Fossa séptica não ligada a rede coletora	39,4	38,3	35,2	44,1	1,7	2,7
Fossa rudimentar	47,8	51,6	51,4	42,5	-1,2	-2,3
Outras formas	3,0	3,0	6,7	5,1	-3,1	-7,6
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Rede coletora de esgoto ou pluvial	3,5	0,8	0,0	0,5	- -	- -
Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto	0,0	0,4	1,4	5,3	- -	2,1
Fossa séptica não ligada a rede coletora	30,8	31,0	33,1	35,3	4,1	2,2
Fossa rudimentar	59,5	63,8	53,9	47,9	-1,8	-2,6
Outras formas	6,2	3,9	11,6	10,9	4,4	-3,2
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0	-20,7	11,3 **
Rede coletora de esgoto ou pluvial	0,9	1,5	0,6	0,9	10,4	20,3
Fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto	2,4	1,7	2,0	3,5	5,7 *	3,2
Fossa séptica não ligada a rede coletora	25,0	28,8	25,9	32,1	-3,2 *	-2,5
Fossa rudimentar	66,5	62,0	60,2	51,5	5,5	-0,6
Outras formas	5,3	6,0	11,3	12,0	-20,7	11,3 **

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os dois traços (-) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Outra questão que demonstra a precariedade das condições estruturais dos domicílios rurais da região Norte é o destino dado ao lixo produzido. Segundos os dados da Tabela 83, parte significativa das famílias queimam, enterram ou jogam em terreno baldio o lixo produzido, sendo nas famílias agropecuárias que essa destinação se apresenta com mais intensidade. As famílias não agropecuárias são em maior número dentre as que têm seu lixo domiciliar coletado diretamente, possivelmente em decorrência das residências serem localizadas próximas ao perímetro urbano de alguma cidade, a qual dispõe do serviço, porém ainda insuficiente diante da importância desse serviço.

Esses dados convergem com as conclusões de Landau *et al.* (2016), de que as áreas rurais brasileiras apresentam serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo bastante precários, especificamente entre os mais pobres. Segundo os autores, apesar dos avanços nos últimos anos, sobretudo a partir da criação da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 (Diretrizes nacionais para o saneamento básico), as regiões Norte e Nordeste possuem baixa cobertura desses serviços no rural, sobretudo o esgotamento sanitário e coleta de lixo

domiciliar, comprometendo, sobremaneira, a saúde da população e a qualidade de vida das famílias rurais⁴⁷.

Tabela 83 - Evolução (e taxas de crescimento) das famílias rurais, segundo destino do lixo domiciliar, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Coletado diretamente	3,8	9,9	4,1	6,3	20,8 ***	13,1 **
Coletado indiretamente	1,0	1,0	1,5	1,0	11,7	-10,0
Queimado ou enterrado	82,0	80,2	85,6	87,4	-0,2	0,5 *
Jogado em terreno baldio	13,1	8,4	8,5	5,1	-10,8 ***	-13,8 *
Outras formas	0,2	0,5	0,3	0,2	27,7 *	-5,3
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Coletado diretamente	8,3	19,3	11,6	14,7	17,2 *	7,5 ***
Coletado indiretamente	2,4	2,8	2,7	1,3	10,1	-13,8 **
Queimado ou enterrado	74,0	70,2	79,6	79,8	-1,0	0,2
Jogado em terreno baldio	15,2	7,5	6,0	3,6	-13,0 *	-17,9
Outras formas	0,1	0,2	0,0	0,5	- -	- -
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Coletado diretamente	34,8	48,9	31,8	39,6	5,8 **	5,5 ***
Coletado indiretamente	11,6	7,1	4,8	3,6	0,0	0,8
Queimado ou enterrado	47,2	37,9	57,4	53,8	-4,2 *	-2,0 ***
Jogado em terreno baldio	6,4	6,0	5,6	2,9	-1,3	-15,3 *
Outras formas	0,0	0,1	0,3	0,1	- -	- -
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Coletado diretamente	19,2	35,0	17,6	24,3	9,4 **	6,6 *
Coletado indiretamente	8,5	1,5	0,8	1,8	-12,9	29,1 **
Queimado ou enterrado	57,3	58,4	75,9	68,4	1,0	-1,1
Jogado em terreno baldio	12,5	4,8	5,6	5,5	-20,3 ***	-12,4
Outras formas	2,4	0,4	0,0	0,0	- -	- -
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0		
Coletado diretamente	13,0	26,5	13,0	18,4	12,8 ***	9,0 ***
Coletado indiretamente	4,2	3,5	2,5	1,8	5,4	-3,0
Queimado ou enterrado	70,9	62,5	77,1	75,2	-2,2 ***	-1,0 **
Jogado em terreno baldio	11,8	7,2	7,2	4,3	-10,7 **	-15,0 *
Outras formas	0,2	0,3	0,2	0,2	- -	- -

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os dois traços (-) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Note-se que, no rural da região Norte, o maior percentual de famílias sem abastecimento de água por rede geral de distribuição se concentra na faixa de *até 1/2 de salário mínimo*, mas com diminuição importante à medida que a renda aumenta, principalmente a partir da faixa que compreende *mais de 3 salários mínimos*. A maior redução ocorre nas famílias agropecuárias

⁴⁷ Discussões mais aprofundadas sobre a oferta dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo domiciliar nas áreas rurais podem ser consultadas em Landau *et al.* (2016), Tonetti *et al.* (2018), dentre outros.

que, como visto anteriormente, são as que menos são atendidas por esse serviço. Apesar disso, não é possível assegurar com total certeza em que medida a condição de atividade (agropecuária, não agropecuária, pluriatividade e não ocupados) pode ou não influenciar no acesso ao abastecimento de água por rede geral, já que outros fatores podem estar contribuindo para esse desempenho, como, por exemplo, políticas públicas direcionadas a determinada localidade (Tabela 84).

Tabela 84 - Distribuição das famílias (%) “sem” abastecimento de água por rede geral de distribuição, segundo faixas de rendimentos, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	30,8	41,5	44,8	47,3	4,5	0,0
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	36,2	29,3	30,6	28,3	-3,0	0,2
Mais de 1 até 3 salários mínimos	25,2	25,1	18,6	20,9	-1,3	2,1
Mais de 3 salários mínimos	6,1	2,7	3,6	1,9	-13,4	-1,9 *
Sem declaração	1,6	1,4	2,4	1,6	16,4	-2,0
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	20,5	26,3	30,2	30,5	3,2	-0,1
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	35,6	33,3	30,7	37,8	-2,0	2,8
Mais de 1 até 3 salários mínimos	33,8	32,8	29,1	27,6	-1,0	0,2
Mais de 3 salários mínimos	9,7	4,8	4,7	3,0	-7,1	-5,2
Sem declaração	0,4	2,8	5,3	1,1	1,2 *	-2,5
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	27,0	30,6	36,2	34,6	1,1	-2,3
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	26,6	38,0	33,1	35,6	7,0 **	2,2
Mais de 1 até 3 salários mínimos	38,2	27,8	24,1	26,2	-4,4 *	2,1
Mais de 3 salários mínimos	7,9	3,6	5,0	3,4	-15,5 *	-8,0 *
Sem declaração	0,2	0,0	1,7	0,2	- -	-2,2
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	28,5	36,8	47,0	33,7	2,6	-8,0 ***
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	24,5	49,0	43,8	50,6	20,0 ***	3,5 *
Mais de 1 até 3 salários mínimos	29,3	7,0	9,2	14,4	-33,0 **	11,8 **
Mais de 3 salários mínimos	17,7	7,2	0,0	1,3	3,0	1,0
Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	- -	- -
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	27,5	34,9	40,3	40,2	3,3	-1,3
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	32,9	33,5	32,0	33,7	1,0	2,0
Mais de 1 até 3 salários mínimos	31,0	26,8	21,2	22,7	-3,1	1,6
Mais de 3 salários mínimos	7,6	3,6	3,9	2,4	-12,2 *	-8,6 *
Sem declaração	0,9	1,2	2,6	1,0	22	-12,4

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os dois traços (-) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Os dados da Tabela 85 mostram que os domicílios rurais da região Norte “sem” água canalizada se concentram na faixa até 1/2 de salário mínimo. Em contrapartida, na faixa “mais de 3 salários mínimos” a participação relativa dos domicílios sem acesso ao serviço é baixa,

sobretudo nas famílias não agropecuárias e de não ocupados. Mesquita, Nascimento e Lima (2020) mostram que o número de famílias contas próprias nordestinas “sem” água canalizada nos domicílios rurais diminuiu significativamente entre 2002 a 2015, decorrente do aumento da renda e de políticas públicas que levaram água canalizada para boa parte dos domicílios.

Tabela 85- Distribuição das famílias (%) “sem” canalização de água, segundo faixas de rendimentos, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,9 *	-1,2
Até 1/2 de salário mínimo	65,6	61,5	65,7	65,8	3,5 ***	0,8
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	21,7	26,2	20,3	21,4	-5,0 *	1,3
Mais de 1 até 3 salários mínimos	10,9	9,5	8,6	7,9	25,1	-2,7
Mais de 3 salários mínimos	0,8	1,5	0,9	0,5	7,5	25,6
Sem declaração	1,0	1,3	4,5	4,4	0,5	0,2
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0	0,6	0,3
Até 1/2 de salário mínimo	48,4	51,9	55,2	54,6	3,8 ***	-6,1
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	28,1	34,2	31,1	26,5	-15,1 ***	9,6 *
Mais de 1 até 3 salários mínimos	17,1	8,0	9,8	14,0	-0,2	5,0
Mais de 3 salários mínimos	3,9	1,4	0,6	0,0	40,3	19,1
Sem declaração	2,5	4,6	3,2	4,9	1,0	2,3
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,4	-1,3
Até 1/2 de salário mínimo	54,5	56,5	56,4	55,5	0,2	1,8
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	27,3	25,9	27,1	31,0	-2,2	0,6
Mais de 1 até 3 salários mínimos	17,7	14,5	15,2	13,4	27,8 *	
Mais de 3 salários mínimos	0,2	1,2	1,3	0,0	- -	- -
Sem declaração	0,2	1,9	0,0	0,0	- -	- -
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0	-10,0 *	-6,7
Até 1/2 de salário mínimo	40,8	28,2	47,3	36,7	7,5	2,5
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	54,8	71,5	49,2	56,1	-35,8 *	26,2
Mais de 1 até 3 salários mínimos	4,4	0,3	3,5	6,3	0,3	0,5
Mais de 3 salários mínimos	0,0	0,0	0,0	0,8	- -	- -
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	59,9	56,9	61,2	59,4	-1,2 ***	-1,6
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	24,9	29,8	25,2	27,5	3,9 ***	0,8
Mais de 1 até 3 salários mínimos	12,9	10,1	9,5	9,5	-5,5 ***	3,6
Mais de 3 salários mínimos	1,2	1,3	0,9	0,4	8,9	-10,1
Sem declaração	1,1	1,9	3,2	3,3	21,0 *	19,9

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os dois traços (-) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Comportamento similar ocorreu com relação ao esgotamento sanitário, de modo que o percentual de domicílios sem esse serviço se concentra, fortemente, no estrato de até 1/2 salário

mínimo, e se reduz nas faixas superiores de renda. Porém, nesse caso, a precariedade do serviço se torna ainda mais latente nas menores faixas de rendimento, de tal modo que, em média, 80% das famílias não o possui na residência (Tabela 86).

Tabela 86 - Distribuição das famílias (%) “sem” esgotamento sanitário, por faixas de rendimentos, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	56,6	51,2	56,6	57,3	-2,24 **	-1,7
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	26,9	29,2	26,5	24,5	3,08 *	0,1
Mais de 1 até 3 salários mínimos	15,1	16,3	13,4	14,3	-0,25	3,3
Mais de 3 salários mínimos	0,4	2,1	1,4	1,1	35,89 ***	1,5
Sem declaração	1,0	1,1	2,0	2,9	7,10	28,1
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	44,9	42,5	42,7	41,6	-1,82 **	-1,8
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	31,0	32,8	33,0	33,2	0,45	-0,9
Mais de 1 até 3 salários mínimos	18,4	19,5	18,6	20,7	1,42	4,1
Mais de 3 salários mínimos	5,0	2,5	2,0	1,6	-3,55	6,6
Sem declaração	0,7	2,6	3,6	2,8	5,30 *	3,0
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	51,5	51,6	50,9	45,6	-1,43	-4,0
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	28,7	28,0	29,3	32,4	1,50	1,8
Mais de 1 até 3 salários mínimos	17,8	18,1	17,1	19,5	1,71	5,3
Mais de 3 salários mínimos	1,9	1,5	2,2	2,3	-4,41	8,5
Sem declaração	0,1	0,8	0,6	0,2	- -	- -
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	44,7	31,2	41,7	34,8	-7,44 *	-3,1
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	48,3	63,4	48,7	52,6	7,25	0,1
Mais de 1 até 3 salários mínimos	7,0	4,8	9,6	11,2	-13,11	8,5
Mais de 3 salários mínimos	0,0	0,6	0,0	1,3	- -	- -
Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	- -	- -
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	52,7	48,8	51,9	50,0	-2,2 **	-2,5
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	28,8	31,3	29,7	30,4	2,8 ***	0,9
Mais de 1 até 3 salários mínimos	16,2	16,8	14,9	16,1	0,2	4,0
Mais de 3 salários mínimos	1,7	1,9	1,6	1,5	5,4	5,6
Sem declaração	0,7	1,2	1,9	2,0	22,9	14,6

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os dois traços (-) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Em termos de coleta de lixo domiciliar por faixas de rendimentos, percebe-se uma panorama similar aos resultados encontrados para os demais indicadores, uma vez que há tendência de aumento desse serviço à medida que a renda aumenta. Ou seja, nas faixas de menor

rendimento é que se concentra o maior percentual de famílias sem coleta de lixo domiciliar, principalmente nas famílias agropecuárias e de não ocupados (Tabela 87).

Tabela 87 - Distribuição das famílias (%) “sem” coleta de lixo domiciliar, por faixas de rendimentos, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	57,6	54,8	57,6	56,4	-0,8	-1,8
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	25,5	27,2	24,2	25,0	1,5	1,6
Mais de 1 até 3 salários mínimos	13,8	14,7	12,8	14,2	-0,4	3,9
Mais de 3 salários mínimos	1,9	1,9	2,0	1,3	3,3	-5,3
Sem declaração	1,2	1,3	3,4	3,1	8,6	12,3
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	39,4	41,7	41,8	42,4	0,1	-0,1
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	30,8	32,3	29,8	32,9	0,3	-0,1
Mais de 1 até 3 salários mínimos	23,1	19,4	21,6	20,4	-2,7	0,9
Mais de 3 salários mínimos	4,4	2,7	2,5	1,3	-3,6	-9,5
Sem declaração	2,3	3,9	4,3	3,0	28,4	-0,3
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	44,5	48,1	48,3	48,2	-0,7	-1,3
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	29,4	31,1	30,4	31,2	2,8	0,2
Mais de 1 até 3 salários mínimos	22,6	17,8	17,7	18,1	-1,2	2,2
Mais de 3 salários mínimos	3,6	1,3	3,1	2,3	-17,2 ***	-3,2
Sem declaração	0,0	1,7	0,5	0,1	- -	- -
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	46,9	28,2	45,0	32,3	-9,1 *	-6,6 ***
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	40,4	66,4	47,6	55,5	10,7 **	2,4
Mais de 1 até 3 salários mínimos	9,1	4,9	7,4	11,1	-18,1 **	14,8 *
Mais de 3 salários mínimos	3,7	0,5	0,0	1,1	1,0	2,4
Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	- -	- -
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	51,5	49,6	52,3	50,2	-1,3	-2,1
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	27,6	30,9	27,9	30,5	2,6 **	1,9 *
Mais de 1 até 3 salários mínimos	17,0	15,8	14,9	15,7	-1,5	2,9
Mais de 3 salários mínimos	2,7	1,8	2,2	1,5	-4,3	-4,6
Sem declaração	1,2	1,8	2,8	2,2	20,5	6,6

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os dois traços (-) significam os tipos de famílias com menos de 6 observações na amostra. Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Há que se destacar que, mesmo nas famílias detentoras de maiores rendas, como é o caso das não agropecuárias e pluriativas, as condições de moradia se mostraram precárias, demonstrando que o nível de renda é necessário, mas não suficiente para a obtenção de melhores indicadores domiciliares. Em outras palavras, significa dizer que o melhor desempenho da infraestrutura domiciliar depende fortemente da atuação estatal na oferta de serviços públicos para a população rural, o que pode ser potencializado pelo nível de renda da família (MESQUITA, NASCIMENTO; LIMA, 2020).

Entendemos que as políticas públicas de desenvolvimento rural desempenham papel crucial para proporcionar o acesso da população a serviços essenciais para a qualidade de vida da população rural. Medina, Gosch e DelGrossi (2021) ressaltam a importância de diferentes ações governamentais como forma de contemplar a heterogeneidade regional brasileira, ou seja, políticas que incluam desde a expansão dos serviços de água, ensino, transportes, comunicação, habitação, saneamento básico até o crédito agropecuário para o meio rural. Com efeito, conforme demonstram os dados da presente Tese, as políticas setoriais, voltadas exclusivamente para a agropecuária, não contemplariam uma série de demandas das áreas rurais da região Norte, principalmente das famílias não agropecuárias de empregados, as quais residem no rural mas não desenvolvem as atividades ligadas ao setor agropecuário.

Não é de se estranhar as precárias condições de moradia e a ausência de saneamento nas áreas rurais do norte brasileiro. Segundo o IBGE (2019), em 2018, 35,7% da população total do país residia em domicílios sem acesso a esgotamento sanitário, 15,1% não dispunha de atendimento de água por rede geral de distribuição e 9,7% não tinham acesso à coleta de lixo. Nery (2019) destaca que as pessoas em extrema pobreza são as que apresentam o pior desempenho em relação a esses indicadores – 29,5 milhões de pessoas vivem sem esgotamento sanitário, 13,5 milhões sem atendimento de água por rede geral de distribuição e 11,1 milhões sem coleta de lixo – sendo necessário políticas mais efetivas, sobretudo no sentido de universalizar o acesso a esses serviços, bem como inserir o grupo mais vulnerável no mercado de trabalho, o que pode garantir melhoria no nível de vida das pessoas.

Um ponto importante a se reter dessa análise é que as precárias condições de infraestrutura do rural poderão inviabilizar, ao longo do tempo, o surgimento de um conjunto de ocupações não agropecuárias no rural, sobretudo as provenientes do turismo, instalação de agroindústrias e indústrias de transformação, que poderiam ser fortes aliadas na diversificação e estabilização da renda no rural da região. As indústrias, ao optarem por expandir suas plantas industriais para o rural, procuram regiões detentoras de infraestrutura mínima (abastecimento de água, esgotamento sanitário, comunicação, transportes, coleta de lixo, etc.), sem a qual o processo produtivo fica fortemente comprometido. É no sentido de fornecer condições estruturais para o rural que uma política de desenvolvimento de cunho não setorial deve atuar, o que tende a contribuir para que as áreas rurais desfrutem das oportunidades ofertadas pela economia local, principalmente no que se refere a postos de trabalho mais dinâmicos (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

O acesso aos bens materiais por parte das famílias rurais também é um ponto relevante a se analisar, pois, embora a ausência de um ou outro não reflita precariedade, necessariamente, indica parte do patrimônio material e poder de compra das famílias, além de sinalizar para a forma como os moradores armazenam seus alimentos, se comunicam, se deslocam, executam as tarefas domésticas, etc. (IBGE, 2019). Conforme pode ser observado na Tabela 88, o fogão (93,9%), a iluminação elétrica (92,8%), a televisão (82,5%), a geladeira (76,6%) e o telefone celular (62,2%) eram bem presentes nos domicílios rurais da região Norte, em 2015.

Tabela 88 - Distribuição dos domicílios rurais com bens duráveis, Região Norte, 2004 e 2015

BENS MATERIAIS	2004		2015	
	Total	%	Total	%
Fogão	851	86,8	1167	93,9
Iluminação elétrica	602	61,4	1153	92,8
Televisão	442	45,1	1025	82,5
Geladeira	408	41,6	952	76,6
Telefone Celular	137	14,0	773	62,2
Rádio	636	64,9	704	56,6
Freezer	141	14,4	352	28,3
Filtro de água	356	36,3	313	25,2
Máquina de lavar roupa	82	8,3	232	18,6
Microcomputador	9	0,9	93	7,5
Telefone Fixo	52	5,3	36	2,9

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Em análise desagregada do acesso a esses bens, por tipos de famílias, nota-se que a energia elétrica vem se tornando bastante frequente nas áreas rurais, notadamente a partir da criação dos programas de eletrificação rural, no limiar dos anos 2000⁴⁸. Conforme pode ser observado na Tabela 89, a presença desse recurso se tornou quase que universal entre as famílias rurais do norte brasileiro. No ano de 2004 havia uma maior discrepância entre as famílias agropecuárias e demais tipos familiares com a presença de iluminação elétrica, mas essa diferença foi se reduzindo, ao longo dos anos, de modo que, em 2015, 92,8% dos domicílios eram atendidas por esse serviço. A utilização desse bem nas residências, dentre tantos outros aspectos, está intimamente ligada à saúde das pessoas ao possibilitar a conservação de alimentos, por exemplo.

⁴⁸ Em 2 de dezembro de 1999 foi criado o Programa Nacional de Eletrificação Rural “Luz no Campo”, com o objetivo de promover melhorias das condições socioeconômicas das áreas rurais do país. Logo depois, por meio do Decreto nº 4.873 de 11 de novembro de 2003, instituiu-se o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz pra Todos”, visando atender a população rural brasileira que ainda não tinha acesso ao bem no domicílio.

Tabela 89 - Evolução e distribuição das famílias, segundo a forma de iluminação utilizada no domicílio, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Elétrica (de rede, gerador, solar)	46,5	72,7	79,1	89,0	9,5 ***	2,8 ***
Óleo, querosene ou gás de botijão	49,5	23,4	17,2	9,5	-13,5 ***	-13,4 ***
Outra forma	4,0	3,9	3,8	1,4	-4,1	-19,7 ***
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Elétrica (de rede, gerador, solar)	63,6	86,0	89,4	95,8	6,4 ***	1,5 ***
Óleo, querosene ou gás de botijão	33,5	9,5	7,7	3,9	-20,5 ***	-13,1 **
Outra forma	2,9	4,5	2,9	0,3	4,7	-43,1 **
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Elétrica (de rede, gerador, solar)	90,1	93,6	94,8	97,4	1,6	0,7 ***
Óleo, querosene ou gás de botijão	8,2	5,9	4,2	1,6	-10,8	-21,9 **
Outra forma	1,7	0,5	1,0	0,9	-21,6 ***	1,0
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Elétrica (de rede, gerador, solar)	67,9	85,4	84,5	93,4	4,6 ***	2,6 ***
Óleo, querosene ou gás de botijão	24,0	14,6	12,5	6,2	-11,7 ***	-17,8 ***
Outra forma	8,1	0,0	3,0	0,4	-0,5	-1,8
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0		
Elétrica (de rede, gerador, solar)	61,4	83,0	85,0	92,8	6,4 ***	2,1 ***
Óleo, querosene ou gás de botijão	35,2	14,4	12,1	6,2	-16,1 ***	-15,3 ***
Outra forma	3,4	2,6	2,9	1,0	-7,5 *	-21,6 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Em relação às famílias com iluminação elétrica (rede, gerador, solar), segundo faixas de rendimentos, nota-se que a maior parte dos domicílios agropecuários, não agropecuários e pluriativos com o serviço possui rendimento de “até 1/2 de salário mínimo” (Tabela 90), o que pode estar relacionado aos programas de expansão dos serviços de eletrificação para o rural, como o “Luz no Campo” e “Luz pra Todos”. Já nas faixas de maiores rendas, nota-se uma baixa concentração de domicílios com esse tipo de iluminação elétrica, muito provavelmente pela capacidade de utilização de outras fontes de energia, afirmação que pode ser constatada pelos dados apresentados na tabela anterior (Tabela 89).

Tabela 90 - Evolução e distribuição das famílias (%) “com” iluminação elétrica (rede, gerador, solar) no domicílio, segundo faixas de renda, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Continua	
					Δ (% aa.)	Δ (% aa.)
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	49,9	50,8	55,3	55,3	0,5	-1,0
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	29,4	28,9	25,3	25,4	0,0	0,8
Mais de 1 até 3 salários mínimos	17,2	17,9	13,7	15,1	-0,9	2,8
Mais de 3 salários mínimos	2,5	1,5	2,3	1,3	-10,2 **	-8,6
Sem declaração	1,0	0,9	3,2	3,0	1,0	0,2

Tabela 90 - Evolução e distribuição das famílias (%) “com” iluminação elétrica (rede, gerador, solar) no domicílio, segundo faixas de renda, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Conclusão	
					Δ (% aa.)	Δ (% aa.)
					2004/2009	2011/2015
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	35,1	38,3	39,0	40,9	0,9	0,3
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	32,8	36,5	32,6	34,5	2,5 ***	-0,6
Mais de 1 até 3 salários mínimos	24,7	19,8	20,9	20,6	-5,4 *	1,7
Mais de 3 salários mínimos	6,4	2,9	2,9	1,6	-9,7	-10,5
Sem declaração	1,1	2,5	4,5	2,4	24,4	-4,5
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	35,8	41,9	41,1	42,1	2,0	-0,9
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	28,9	31,7	31,9	32,2	2,0	0,9
Mais de 1 até 3 salários mínimos	28,6	22,6	22,0	22,5	-3,4 *	1,0
Mais de 3 salários mínimos	6,7	3,3	4,3	3,0	-12,3 *	-3,3
Sem declaração	0,1	0,6	0,7	0,1	39,9 **	-19,4
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	39,5	42,2	44,8	35,5	1,2	-5,5 ***
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	46,7	50,0	45,5	50,7	3,1	2,2 *
Mais de 1 até 3 salários mínimos	8,9	5,7	9,7	12,2	-14,6 *	8,4 **
Mais de 3 salários mínimos	4,8	2,1	0,0	1,6	-1,5	- -
Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	- -	- -
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0		
Até 1/2 de salário mínimo	41,4	44,6	47,8	47,1	1,1	-1,4
Mais de 1/2 até 1 salário mínimo	30,5	32,5	29,8	31,5	1,6 *	1,4
Mais de 1 até 3 salários mínimos	22,5	19,4	17,0	17,7	-3,3 **	2,0
Mais de 3 salários mínimos	4,9	2,5	2,8	1,9	-11,7 **	-5,1
Sem declaração	0,7	1,0	2,5	1,8	1,7	0,1

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

A maior concentração das famílias com energia elétrica nas menores faixas de renda ratifica a afirmação feita anteriormente de que muitos serviços dependem mais fortemente da atuação do poder público viabilizando a sua oferta para a população do que da renda obtida pelas famílias. E isso se reflete no percentual de famílias da região Norte com até um salário mínimo que possui o serviço, o que fora proporcionado pelos programas de eletrificação rural.

Outros bens se tornaram bastante presentes no rural da região Norte, como é o caso do telefone celular, de modo que, em 2004, apenas 14% das famílias possuíam o bem, percentual que se elevou para 62,2% em 2015 (Tabela 91). Isso além de viabilizar o contato da sociedade rural com a urbana, pode proporcionar o acesso das famílias às vagas de emprego nas atividades não agropecuárias, principalmente nas cidades.

Tabela 91 - Distribuição relativa (%) dos domicílios rurais “com” e “sem” telefone celular, segundo tipos familiares, Região Norte, 2004 a 2009 e 2011 a 2015

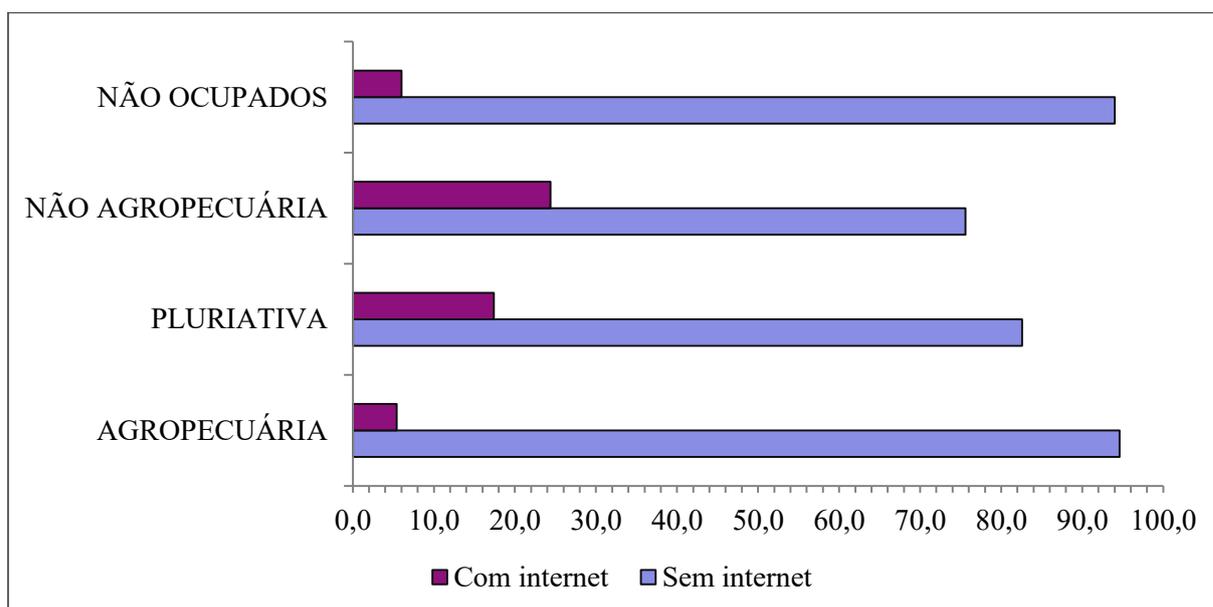
TIPO DE FAMÍLIA	2004	2009	2011	2015	Δ (% aa.)	
					2004/2009	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com telefone celular	6,8	28,9	43,1	55,8	32,2 ***	6,7 ***
Sem telefone celular	93,2	71,1	56,9	44,2	-5,2 ***	-6,2 ***
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com telefone celular	13,5	46,2	58,0	72,4	26,0 ***	5,2 ***
Sem telefone celular	86,5	53,8	42,0	27,6	-9,0 ***	-9,2 ***
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com telefone celular	30,0	52,3	59,8	73,2	13,8 ***	4,4 ***
Sem telefone celular	70,0	47,7	40,2	26,8	-8,6 ***	-8,3 ***
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0		
Com telefone celular	8,6	31,3	37,8	48,4	29,3 ***	10,5 *
Sem telefone celular	91,4	68,7	62,2	51,6	-5,5 ***	-7,4 *
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0	23,4 ***	5,9 ***
Com telefone celular	14,0	40,2	49,3	62,2	-7,2 ***	-7,1 ***
Sem telefone celular	86,0	59,8	50,7	37,8	23,4 ***	5,9 ***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Urbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

Em relação à presença de internet nos domicílios rurais, os dados mostram que ainda há uma precariedade no acesso por parte das famílias, especialmente nas agropecuárias e de não ocupados que, juntas, somaram apenas 11,4%, em 2015, enquanto 24,4% e 17,4% das famílias não agropecuárias e pluriativas, respectivamente, informaram, na PNAD, ter algum tipo de acesso ao serviço diretamente no domicílio ou propriedade (Gráfico 12). Esse acesso é viabilizado, em grande medida, pelo crescente uso do telefone celular nas áreas rurais, conforme demonstrando anteriormente, cuja conectividade é possibilitada por meio de dados móveis. Em que pese esse avanço, ressalte-se que a região Norte apresenta sérios problemas na cobertura e sinal de internet, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, principalmente nos municípios menores, problema esse que persiste ao longo dos anos, carecendo de ações dos órgãos reguladores no sentido de se ofertar um serviço de qualidade, o qual está diretamente ligado ao direito à informação por parte da população.

Gráfico 12 - Distribuição relativa (%) dos tipos familiares rurais “com” e “sem” acesso à internet no próprio domicílio, Região Norte, em 2015



Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU

Outro aspecto que merece destaque é o crescimento generalizado da utilização de carros e motocicletas, ou ambos, no rural região Norte. A Tabela 92 mostra a evolução positiva no uso desses veículos, principalmente entre as famílias agropecuárias e não agropecuárias, utilizados como meio de transporte para o deslocamento diário no próprio rural, como também entre o campo e a cidade, seja para realização das tarefas cotidianas quanto de trabalho. Dada a importância que esses bens assumem para as famílias rurais, torna-se importante uma atuação contínua do poder público no intuito de garantir acesso às localidades, durante todo o ano, e, de modo particular, no período chuvoso e invernosos da região amazônica, em que as condições das vias se tornam ainda mais precárias, sobretudo nas localidades mais isoladas.

Tabela 92 - Evolução e distribuição relativa (%) dos domicílios rurais “com” e “sem” veículos automotores, segundo tipos familiares, Região Norte, 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2011	2012	2013	2014	2015	Continua	
						Δ (% aa.)	2011/2015
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Carro	5,0	6,2	6,1	6,9	5,9	4,3	
Motocicleta	27,4	27,5	31,9	32,0	32,5	5,1	***
Carro e motocicleta	3,5	4,5	5,1	7,0	8,1	23,9	***
Não possui	64,1	61,8	57,0	54,1	53,5	-4,8	***
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Carro	6,4	9,0	8,0	6,7	5,4	-6,0	
Motocicleta	30,9	37,2	38,1	38,2	45,7	8,4	***
Carro e motocicleta	7,7	6,4	7,6	9,3	11,7	12,8	**
Não possui	55,0	47,4	46,2	45,8	37,2	-7,8	***

Tabela 92 - Evolução e distribuição relativa (%) dos domicílios rurais “com” e “sem” veículos automotores, segundo tipos familiares, Região Norte, 2011 a 2015

TIPO DE FAMÍLIA	2011	2012	2013	2014	2015	Conclusão	
						Δ (% aa.)	
						2011/2015	
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Carro	5,0	6,2	6,1	6,9	5,9	4,3	
Motocicleta	27,4	27,5	31,9	32,0	32,5	5,1	***
Carro e motocicleta	3,5	4,5	5,1	7,0	8,1	23,9	***
Não possui	64,1	61,8	57,0	54,1	53,5	-4,8	***
PLURIATIVA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Carro	6,4	9,0	8,0	6,7	5,4	-6,0	
Motocicleta	30,9	37,2	38,1	38,2	45,7	8,4	***
Carro e motocicleta	7,7	6,4	7,6	9,3	11,7	12,8	**
Não possui	55,0	47,4	46,2	45,8	37,2	-7,8	***
NÃO AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Carro	9,7	9,3	11,4	10,5	12,9	7,1	**
Motocicleta	25,0	27,5	29,2	32,8	35,7	9,3	***
Carro e motocicleta	3,8	4,5	5,1	9,3	6,4	19,3	**
Não possui	61,4	58,8	54,3	47,4	45,0	-8,0	***
NÃO OCUPADOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Carro	2,1	3,9	3,1	5,8	7,3	32,9	***
Motocicleta	9,5	9,1	14,4	11,5	13,8	10,4	*
Carro e motocicleta	1,4	0,9	1,1	1,8	0,5	-1,2	
Não possui	87,0	86,1	81,3	80,8	78,4	-2,7	***
RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Carro	6,2	7,3	7,6	7,7	7,8	5,4	**
Motocicleta	26,2	27,7	30,6	31,3	33,4	6,3	***
Carro e motocicleta	4,1	4,5	5,1	7,5	7,4	18,1	***
Não possui	63,5	60,4	56,7	53,5	51,4	-5,3	***

Fonte: Microdados PNADs/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano - IERI/UFU.

Nota: Os asteriscos (***, **, *) expressam, respectivamente, significância ao nível de 5%, 10% e 20%.

O crescimento da telefonia móvel e de veículos nas áreas rurais foi observado por Aquino e Nascimento (2020b) para o nordeste brasileiro. De acordo com os autores, a presença desses dois bens no interior das famílias rurais, por um lado, facilita e aumenta o contato da população rural com a dinâmica urbana e, por outro, contribui para estimular o emprego não agropecuário e a pluriatividade. Com efeito, a melhoria na capacidade de deslocamento e comunicação proporciona diversos benefícios e facilidades à população rural, a exemplo das possibilidades de acesso às vagas de emprego não agropecuário nas cidades (AQUINO; NASCIMENTO, 2020b).

4.5 Considerações finais do capítulo

O objetivo do capítulo consistiu em traçar o perfil das famílias rurais da região Norte a partir de variáveis selecionadas, como tamanho, idade, sexo, escolaridade e renda, relacionando, principalmente, as condições habitacionais e de acesso a bens materiais à condição de atividade das famílias. Para a discussão que norteia esta pesquisa, alguns pontos necessitam ser destacados:

1. As famílias têm se tornado menores, com crescimento substancial do arranjo familiar unipessoal e casal sem filhos. Além da diminuição do tamanho médio, as famílias apresentaram crescimento da idade dos chefes familiares, de modo mais latente no caso das agropecuárias, sendo, também, nessas mesmas unidades domiciliares em que ocorreu redução ou não crescimento dos filhos jovens. As famílias não agropecuárias, ao contrário, exibiram a menor idade média no rural.

2. Em relação aos grupos de escolaridade, notou-se que há predominância de 5^a a 8^a série incompleta, em todos os tipos familiares, embora exista um percentual importante de famílias não agropecuárias com a presença de algum membro com ensino superior incompleto, principalmente de mulheres, as quais se sobressaem em relação aos homens em termos de nível de instrução. Isso, possivelmente, contribui para o acesso desse conjunto populacional aos postos de trabalho com melhores remunerações, principalmente nos não agropecuários.

3. No que tange à renda média familiar, as famílias não agropecuárias e pluriativas têm rendimento superior às agropecuárias. Apesar da maior parte da renda ser proveniente do trabalho, destaca-se uma forte participação da renda proveniente do não trabalho (aposentadorias/pensões), especificamente nas famílias agropecuárias, o que reforça os argumentos de que a previdência rural se constitui em importante mecanismo de fortalecimento da renda proveniente dessas atividades.

4. Em termos das condições domiciliares, notou-se uma precariedade generalizada, sobretudo no que diz respeito a distribuição de água por rede geral de distribuição, esgotamento sanitário e coleta de lixo domiciliar, independente do tipo de família, o que reflete a dependência desses serviços muito mais da ação governamental do que da condição de atividade familiar (agropecuária, não agropecuária, pluriativa e não ocupado). Ou seja, a superioridade da renda das famílias pluriativas e não agropecuárias em relação às agropecuárias contribuiria até certo ponto para proporcionar melhores condições domiciliares, já que determinados serviços têm o poder público como o provedor principal, a exemplo do saneamento básico em que o nível de rendimento, por si, não é suficiente para viabilizá-lo. Resultados similares foram encontrados

por Mesquita, Nascimento e Lima (2020) para o nordeste brasileiro, na qual os autores ressaltam que as condições estruturais dos domicílios podem estar positivamente correlacionadas com a renda das famílias pluriativas e não agropecuárias, entretanto, a precariedade transcende ao nível estrutural macroeconômico.

5. Os dados indicaram que a energia elétrica é o serviço mais presente nos domicílios rurais da região Norte, inclusive nos domicílios de menor faixa de rendimento, muito provavelmente decorrente dos programas de eletrificação rural do governo federal, reforçando a argumentação de que muitos serviços dependem mais fortemente da atuação estatal na sua oferta e menos do nível de renda das famílias.

6. Há, também, forte presença de carros e motocicletas, ou ambos, além do telefone celular, no rural da região Norte, os quais facilitariam o *continuum* entre as áreas rurais e urbanas, além de contribuir para o acesso às oportunidades de ocupações não agropecuárias no entorno socioeconômico em que a população reside.

Essas são questões primordiais que devem constar nas iniciativas de desenvolvimento rural, as quais, certamente, não estão sendo contempladas nas políticas setoriais predominantes na região Norte do Brasil. É possível que o viés setorial (agropecuário), fundamentado na expansão da fronteira agropecuária, esteja negligenciando outras dimensões do rural, como transporte, habitação, comunicação, educação, coleta domiciliar de lixo, esgotamento sanitário, acesso à água, etc., mantendo/preservando um quadro precário de infraestrutura domiciliar. As famílias rurais da região ainda enfrentem restrições quanto a esses serviços, especialmente água, os quais são direitos básicos e necessários para a obtenção de um nível de vida e alcance da cidadania. Ressalte-se que a ausência e/ou precariedade das condições estruturais dos domicílios rurais poderá se refletir nos indicadores de desenvolvimento.

Portanto, conforme assinala Veiga (2005), é necessário “acabar de uma vez por todas com a falsa identidade do ‘rural igual a agropecuário’, vislumbrada, ainda nos dias atuais, por meio de “lentes fabricadas no Brasil dos anos 30, durante o Estado Novo” (p. 65). A nova ruralidade não mais admite a desarticulação das políticas públicas com a realidade local, sob pena de não se considerar as demandas das famílias e pessoas das áreas rurais, não restritas, na atualidade, somente ao crédito, assistência técnica, tecnologia, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou demonstrar as novas fontes de ocupação e renda para as famílias e pessoas com residência no rural da região Norte do Brasil, no período compreendido entre 2004 a 2015.

A centralidade da pesquisa deu-se em torno da necessidade de se discutir o rural da região a partir de perspectivas mais amplas de desenvolvimento rural, de maneira que as políticas setoriais (agropecuárias) seriam necessárias, mas não suficientes para atender as diferentes demandas que se conformam (e em processo de ampliação) no contexto da “nova” ruralidade, cuja dinâmica vem sendo marcada pela emergência das famílias não agropecuárias e de não ocupados, principalmente.

Inicialmente, partimos da ideia de que o modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil alterou, substancialmente, a estrutura do campo brasileiro, refletindo-se na conformação de um quadro bastante heterogêneo, marcado, de um lado, por estabelecimentos agropecuários que adotaram os mais diversos mecanismos com o objetivo de aumentar a produção e competitividade e, por outro lado, pelos que não conseguiram acompanhar as rápidas mudanças engendradas, em grande parte, pelo Estado brasileiro, sendo forçados a diversificarem suas fontes de ocupação e renda para enfrentamento dos riscos.

Na região Norte, integrada à economia nacional como a nova fronteira agropecuária, a partir dos anos 2000, esse processo se manifesta por meio da alteração da estrutura produtiva, sobretudo pela expansão da produção de grãos, especialmente a sojicultura, o que se reflete, também, em transformações do ponto de vista social. A regionalização de culturas comerciais de alto valor comercial, além de contrastar com a ideia difundida, nacional e internacionalmente, de que a Amazônia ainda é, essencialmente, uma região produtora apenas de bens para a subsistência das famílias e um ambiente intocável do ponto de vista da sua cobertura vegetal, acirrou a competição entre os estabelecimentos “viáveis” e “inviáveis”.

Para se ter uma ideia do avanço da monocultura da soja no norte brasileiro, particularmente, a região que representava 0,2% em 1990 e 0,6% em 2000 da produção nacional, passou para 4,6% em 2018. Os estados do Tocantins, Pará e Rondônia se constituem nos maiores produtores, mas já é possível verificar a expansão para o Acre, Amapá e Roraima. Obviamente quando comparada a outras regiões a produção nortista ainda é bastante baixa, no entanto, para a discussão que orienta esse trabalho, as transformações ocasionadas por esse processo tem relevância fundamental, notadamente no que diz respeito a formação de um setor não agropecuário responsável por boa parte dos postos de trabalho e geração de renda.

De acordo com Costa Silva e Michalski (2020), a expansão do agronegócio para regiões até então pouco exploradas, como a região Norte, foi acompanhada pela forte participação estatal, principalmente na criação de infraestrutura de transportes. Para os autores, a expansão da soja para a região Norte se deu por meio do domínio de novos territórios, concentração da terra, coerção territorial e pressão sobre os produtores mais vulneráveis. Ao se afirmar em um ambiente já bastante diversificado, a modernização produtiva aprofundou a heterogeneidade e as desigualdades entre os produtores da sociedade rural nortista.

Segundo Buainain *et al.* (2013), a expansão agropecuária recente baseia-se na utilização intensiva de tecnologia que visa aumentar a produção e a produtividade. Disso decorre a exclusão dos estabelecimentos com baixo rendimento agropecuário que não conseguem incorporar o progresso tecnológico à produção e, portanto, não acompanham o ritmo das transformações. Como alternativa, seriam “forçados” a buscarem novas fontes geradoras de ocupação e rendimentos para garantir a sobrevivência e enfrentamento dos riscos econômicos e sociais impostos pelo processo.

Acreditamos que a chegada da atividade agropecuária moderna na região Norte colocou os estabelecimentos com poucas condições técnico-econômicas diante do dilema de permanecer desenvolvendo o trabalho familiar, que tem seu custo de oportunidade aumentado, ou buscar assalariamento nas atividades modernas e/ou não agropecuárias. De fato, conforme destacam Maia e Sakamoto (2014), a dinâmica da agropecuária influencia o mercado de trabalho rural, tanto em termos ocupacionais como de rendimentos recebidos. É justamente nesse ponto que, no nosso entendimento, reside parte da explicação do crescimento do número de famílias não agropecuárias e de não ocupados no campo brasileiro e, de forma particular, no rural da região Norte do Brasil.

Com efeito, a modernização da agropecuária, ancorada em um forte aparato tecnológico, ao ampliar a heterogeneidade entre produtores “viáveis” e “inviáveis”, colocaria esses últimos diante de três possíveis alternativas, conforme destaca Nascimento (2008): a primeira alternativa seria permanecer atrelados a uma produção rudimentar, com baixo nível de rendimento e integração aos circuitos de mercado, utilizando-se da pluriatividade como forma de atenuar os efeitos da baixa produtividade agropecuária; a segunda, seria tornar-se famílias não agropecuárias, exclusivamente, com emprego da força de trabalho em atividades mais atrativas do ponto de vista salarial e de condições de trabalho; e, a terceira alternativa, converter-se em famílias de não ocupados, dependentes das transferências governamentais.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, utilizados neste trabalho, para o período de 2004 a 2015, mostram perfeitamente o comportamento das ocupações, durante todo o período que coincide com o avanço da fronteira agropecuária, qual seja, diminuição do número de famílias ocupadas em atividades agropecuárias e tendência de forte crescimento das não agropecuárias e de não ocupados.

Especificamente, no capítulo 2 ficou evidente que houve aumento do número de famílias residentes no meio rural da região Norte nos períodos de 2004 a 2009 e 2011 a 2015. Esse crescimento foi acompanhado pela evolução positiva do contingente de famílias não agropecuárias e de não ocupados e, em contrapartida, redução das agropecuárias. As possibilidades de ocupação em atividades não agropecuárias contribuiriam para que a dinâmica dessa região seja mais fortemente marcada pela dinâmica das fontes de ocupação e renda do trabalho não agropecuário e menos pelas agropecuárias.

Os dados ressaltam que o crescimento do número de famílias rurais da região Norte não foi acompanhado da mesma forma pelos diferentes grupos da agricultura familiar. A tendência de redução do número de famílias agropecuárias foi uma característica que também se repetiu no interior da agricultura familiar, independente da metodologia utilizada (tipologia de famílias do Projeto Rurbano e a tipologia de famílias criada com base nos critérios da Lei da Agricultura Familiar). Todavia, duas dinâmicas distintas ficaram evidentes quando utilizamos a tipologia de famílias criada com base nos critérios da Lei 11.326 de 2006 (e Decreto 9.064 de 2017): diminuição da fração da agricultura familiar com produção comercial e aumento altamente significativo das famílias com produção para o autoconsumo.

A razão provável para esse desempenho é que a expansão da fronteira agropecuária para a região Norte, apoiada nos mais diversos tipos de tecnologia, teria intensificado a competição com a produção comercial proveniente da agricultura familiar, contribuindo para a sua redução, enquanto teria ocorrido uma evolução tendencial da agricultura familiar com produção para o autoconsumo. Em outras palavras significa dizer que a regionalização de culturas comerciais teria concorrido para alterações substanciais na composição dos diferentes tipos familiares agropecuários, de tal maneira que a agricultura familiar estaria progressivamente menos voltada para o mercado e se fundamentando mais na produção para o autoconsumo.

Importante sublinhar, ainda, os reflexos da Lei na redução do conjunto de famílias da agricultura familiar. Os dados mostraram que 97 mil famílias teriam sido desclassificadas da agricultura familiar por não cumprirem, principalmente, o requisito de renda familiar do estabelecimento (critério III). Isso porque, as famílias de contas próprias da agricultura familiar

que se tornaram pluriativas (*tradicional e intersetorial*), cuja renda externa, normalmente, é superior ao rendimento proveniente das atividades econômicas internas dos estabelecimentos, foram classificadas como agricultura não familiar. As informações apresentadas evidenciaram que as famílias contas próprias não familiares (desclassificadas da agricultura familiar), de fato, seriam visivelmente pluriativas, cerca de 95%, em 2015, enquanto as da agricultura familiar com produção comercial se fundamentariam na monoatividade.

Disso implica que a pluriatividade, amplamente discutida como um mecanismo de diversificação e estabilização da renda familiar, estaria sendo inviabilizada pelos critérios da Lei. O critério legal de que, no mínimo, metade da renda seja proveniente das atividades econômicas do estabelecimento familiar estaria impedindo as famílias de desfrutarem das alternativas de geração de renda proporcionadas pela pluriatividade. Aquino e Nascimento (2020c) afirmam que tornar-se pluriativa, nesse contexto, tornou-se critério de exclusão da condição de agricultor familiar e, portanto, do acesso às políticas do setor. Isso, de certa forma, contraria o rural multissetorial da atualidade, em que as ocupações e rendimentos das famílias não estariam mais restritas somente ao trabalho agropecuário. DelGrossi *et al.* (2020, p. 05) questiona se “o critério de predominância de renda [agropecuária] deve ser mantido na legislação que define agricultura familiar. Afinal, uma família pluriativa, que conduz atividades produtivas no seu estabelecimento com a mão de obra de seus próprios integrantes, deixou de ser agricultura familiar?”.

A mesma tendência de redução das ocupações agropecuárias fora observado para o caso das pessoas residentes no rural da região Norte. Mostramos no capítulo 3 que a PEA rural apresentou comportamento similar ao observado para o caso das famílias, qual seja, forte crescimento das ocupações não agropecuárias e diminuição das agropecuárias, principalmente de mulheres. O crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não agropecuárias foi importante, até mesmo, para atenuar a contínua redução das ocupações agropecuárias, o que se refletiu no aumento do contingente populacional residente nas áreas rurais da região sob análise. Além do aumento do número de ocupados em atividades não agropecuárias, os dados ressaltaram um aumento expressivo e persistente dos não ocupados no período, o que pode ser mais um reflexo da paulatina redução dos postos de trabalho decorrente da modernização da agropecuária, dada a sua característica poupadora de mão de obra.

Em relação às ocupações agropecuárias ficou evidenciado que o maior decréscimo ocorreu com as pessoas do sexo feminino, tendo sido mais intenso no período de 2004 a 2009, quando 100 mil mulheres teriam deixado essas atividades como ocupação principal — entre

2011 e 2015 esse número foi menor, cerca de 60 mil mulheres deixaram a agropecuária. Nesse mesmo período, o número de mulheres e homens ocupados nas atividades não agropecuárias foi de 76 mil e 134 mil, respectivamente, elevando o protagonismo dessas atividades na geração de postos de trabalho para a população rural da região estudada.

Outra importante informação obtida por meio dos dados apresentados ao longo do capítulo 3 foi a de que o número de jovens ocupados em atividades agropecuárias se reduziu, mas, ao mesmo tempo, houve aumento dos que estariam se ocupando em atividades não agropecuárias, sobretudo o grupo correspondente à idade de 15 a 29 anos. Ou seja, o êxodo rural observado na fase áurea da modernização conservadora, dos anos de 1960 e 1970, teria cedido lugar ao êxodo agropecuário, de tal modo que a população jovem e feminina estaria permanecendo no rural, porém, deixando a agropecuária como fonte principal de ocupação. Com efeito, estaria ocorrendo apenas um relativo (em virtude da ocupação dos jovens rurais em atividades não agropecuárias) processo de envelhecimento da PEA agropecuária.

Em termos de posição na ocupação a categoria de empregados agropecuários e não agropecuários são maioria. Porém, os empregados não agropecuários são em maior quantidade e, também, demonstraram tendência contínua de crescimento nos dois períodos sob análise. Além dos ocupados na categoria de empregados, o número de pessoas ocupadas em outras ocupações não agropecuárias cresceu de forma significativa, o que reforça a ideia de que o trabalho das pessoas rurais do Norte do Brasil não se fundamenta, apenas, no trabalho agropecuário. No geral, as atividades não agropecuárias responderam por 35% das ocupações, aproximadamente, ao final dos dois períodos analisados, sendo os ramos da indústria de transformação, comércio, educação, saúde e serviços sociais, construção civil e serviços a responderem por maior parte da geração de ocupação não agropecuária para o pessoal rural.

De modo geral, as atividades não agropecuárias teriam assumido papel importante na geração de ocupação e renda para a população rural da região Norte, em um quadro de queda das ocupações agropecuárias. Para além das ocupações, a renda proveniente das atividades não agropecuárias, tanto no caso das famílias como das pessoas, apresentariam melhor remuneração e condições de trabalho, sobretudo para as mulheres que permanecem no rural, mas que, historicamente, tendem a ser pouco valorizadas no trabalho agropecuário, dada a estrutura patriarcal ainda predominante. A título de exemplificação, os serviços domésticos nos domicílios de terceiros e o trabalho assalariado sem carteira assinada, ambos não agropecuários, apresentariam renda média superior à proveniente do assalariamento na agropecuária.

As informações dos capítulos 2 e 3, de certa maneira, ajudam a problematizar a Tese da “via argentina” discutida por Buainain *et al.* (2013) em “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro”, sobretudo no que diz respeito ao “esvaziamento demográfico do campo”. Isso porque, a região Norte do Brasil, ao contrário, exibiu um crescimento importante de famílias e pessoas com residência no rural, sobretudo de jovens, aumentando a heterogeneidade territorial. Para essa região, especificamente, o que estaria ocorrendo seria um forte êxodo agropecuário, de tal maneira que a população estaria se ocupando, cada vez mais, nas atividades não agropecuárias, ao mesmo tempo que permanecem residindo nas áreas rurais. Haveria uma espécie de “repovoamento” das áreas rurais nortistas.

Favareto (2014), no texto intitulado “um contraponto à tese da ‘argentinização’ do desenvolvimento rural no Brasil”, faz uma análise crítica acerca dessa tese, argumentando que o espaço rural tem se tornado cada vez mais heterogêneo, ao ponto de sua dinâmica depender menos do que ocorre na agricultura. Com isso, o autor sugere uma nova geração de políticas públicas com o intuito de superar a concepção setorial, estreita e homogênea do rural.

Dado o avanço do número de famílias e pessoas ocupadas em atividades não agropecuárias e, também, dos não ocupados no rural da região Norte, investigamos, no capítulo 4 da presente Tese, se a condição de atividade (agropecuária, não agropecuária, pluriatividade e não ocupado) se refletiria em melhores ou piores condições domiciliares e de acesso a bens materiais por parte das unidades familiares. Essa inquietação se deu pelo fato de que maior parte dos estudos que versam sobre as transformações do rural se concentram, basicamente, na análise dos fatores determinantes da pluriatividade e inserção em ocupações não agropecuárias. Campanhola e Graziano da Silva (2000) ressaltam que a presença de condições domiciliares adequadas podem viabilizar o surgimento de atividades não agropecuárias no campo.

De posse dos dados foi possível observar, conforme já vem sendo apontado ao longo do trabalho, que as famílias não agropecuárias e pluriativas têm renda média superior às agropecuárias. Enquanto as famílias não agropecuárias e pluriativas têm maior parte de seu rendimento composto pela renda proveniente do trabalho, as famílias agropecuárias tiveram forte participação das rendas do não trabalho (aposentadorias/pensões e outras fontes), cerca de 37,5%, no ano de 2015, sendo as aposentadorias e pensões responsáveis por 24,6% desse total, demonstrando a importância da previdência rural para as famílias.

Em que pese essas diferenças em termos de rendimentos, a precariedade generalizada nas condições domiciliares ficaram evidentes em praticamente todos os indicadores materiais

analisados, apesar de que nas famílias não agropecuárias e pluriativas esses se mostraram mais favoráveis em comparação com as agropecuárias, porém longe do ideal.

No que diz respeito à presença de água canalizada por rede geral de distribuição, rede coletora de esgoto ou pluvial, fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto e lixo domiciliar coletado diretamente, grande parte dos domicílios rurais da região Norte não o possuíam, sendo mais latente nas famílias agropecuárias. Para se ter uma ideia da dimensão dessa problemática, 40% das famílias não agropecuárias, 30% das pluriativas e 40% dos não ocupados, ao final de cada período analisado, apresentaram água canalizada proveniente de rede geral de distribuição, enquanto nas agropecuárias esse serviço estava presente em menos de 20% dos domicílios. Da mesma forma ocorreu com a coleta de lixo domiciliar, em que menos de 10% das famílias agropecuárias dispunham do serviço perante os mais de 40% das não agropecuárias.

Ao realizarmos a abertura das condições domiciliares em termos de faixas de rendimentos das famílias, obtivemos o seguinte quadro: as famílias sem abastecimento de água por rede geral de distribuição, sem canalização de água, sem esgotamento sanitário e sem coleta de lixo domiciliar se concentraram fortemente na faixa de renda de $\frac{1}{2}$ até um salário mínimo. Especificamente, aproximadamente 80% das famílias agropecuárias, nessa faixa, não detinham esses serviços, percentual ligeiramente inferior sendo observado nos domicílios não agropecuários e pluriativos.

De modo geral, o único serviço que se tornou mais presente nos domicílios rurais da região Norte foi a energia elétrica, decorrente dos programas de eletrificação rural dos últimos anos, como o “Luz no Campo” e “Luz pra Todos”, fato que revela a importância de uma política pública (de desenvolvimento rural) que favoreça o rural não apenas em seu aspecto restrito/limitado de produção agropecuária. Ademais, a presença de carros e motocicletas, ou ambos, além do telefone celular se mostraram bastante frequentes, cuja contribuição tem se dado na viabilização do *continuum* entre as áreas rurais e urbanas (deslocamento e comunicação, por exemplo), além de proporcionar o acesso às ocupações não agropecuárias.

Essas questões são suficientes para suscitar, pelo menos, três pontos centrais que orientaram a discussão da presente Tese de doutorado: o primeiro é que o rural da região Norte do Brasil, longe de ser homogêneo, conforme dados apresentados, demonstra forte heterogeneidade na sua estrutura ocupacional e de rendimentos, de tal modo que a dinâmica rural da região não é mais determinada exclusivamente pelas famílias e atividades agropecuárias; o segundo ponto, derivado do primeiro, é que, dada a forte presença de famílias não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados, as políticas de desenvolvimento devem

assumir o caráter multissetorial e multifuncional do rural, sob pena de inviabilizar e/ou precarizar mais ainda a permanência desses tipos familiares nas áreas rurais; o terceiro ponto é que, mesmo diante da diversidade de tipos familiares, as políticas na região permanecem atreladas a uma visão setorial (agropecuária) do rural, de maneira que outras dimensões do rural estão sendo negligenciadas ou esquecidas.

Reiteramos a afirmação feita no início deste trabalho, qual seja, de que não se pretende defender, em hipótese alguma, o abandono da agropecuária, por parte das políticas públicas, dada a sua importância na geração de ocupação e rendimentos para o rural. Procuramos, fundamentalmente, colocar em evidência que a heterogeneidade das áreas rurais do norte brasileiro não mais admite a elaboração de políticas de desenvolvimento rural de cunho proeminentemente setorial e direcionadas para um único segmento de famílias. DelGrossi, Graziano da Silva e Campanhola (2001), Ellis e Biggs (2001), Nascimento (2008), dentre tantos autores nacionais e internacionais, já advertiram para a importância de se considerar a diversidade do rural na atualidade, marcada, também, pela presença das famílias não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados.

No caso brasileiro muito tem se discutido sobre um “novo” modelo de desenvolvimento rural, com o objetivo de incluir a heterogeneidade do rural na agenda das políticas públicas. No entanto, ao fim e ao cabo, as discussões permanecem atreladas a uma visão limitada do rural, apoiadas nas demandas do setor agropecuário e, mais especificamente, do setor patronal do agronegócio (em expansão na região). Segundo Sabourin (2017), embora tenha evoluído o debate sobre as perspectivas de desenvolvimento rural a partir de uma concepção territorial, na prática, permanece atrelado a uma visão setorial e parcial (agropecuária) do rural.

É provável que a “heterogeneidade” idealizada por muitos, formada, apenas, pelos estabelecimentos rurais “viáveis” e “não viáveis”, além da visão parcial das áreas rurais (setorial e agropecuária), notadamente pela pujante expansão da fronteira agropecuária, estejam contribuindo para o esquecimento de outras dimensões do rural, tais como habitação, transporte e comunicação, saneamento básico, educação, saúde, fomento às atividades não agropecuárias, etc., conformando, portanto, um quadro de precariedade nas áreas rurais do norte do Brasil.

Acreditamos que o desenvolvimento rural perpassa, obrigatoriamente, pela valorização da realidade local heterogênea, complexa e multifacetada, das mais diversas áreas rurais, a qual deve ser a base fundamental para a elaboração e implementação de políticas públicas efetivas e articuladas com as necessidades reais das famílias. Nesse sentido, políticas mais amplas que

acomodem as diversas demandas das famílias rurais agropecuárias, não agropecuárias, pluriativas e de não ocupados são imprescindíveis.

Alguns temas que não foram tratados com o devido aprofundamento na presente Tese poderão ser aprofundados por novos estudos. Seria oportuno investigar, por exemplo, como as atividades não agropecuárias e a pluriatividade podem contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável, sobretudo na região amazônica. Ademais, analisar as políticas de desenvolvimento territorial implementadas para a região Norte seria importante, visto que os dados mostraram um quadro de completa precariedade das condições domiciliares do rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec; Rio de Janeiro: Anpocs; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRÖDER, M. Social Movements Beyond the Iron Cage: Weak Ties in Territorial Development. **World Development** v. 36, n. 12, p. 2906–2920, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2007.11.020>
- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 37 p. (Texto para discussão, n. 702).
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 01, p. 123-142, Jan./Mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108>
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. A grande seca e as fontes de ocupação e renda das famílias rurais no Nordeste do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, n. 2, p. 81-97, abr./jun., 2020b.
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. Heterogeneidade e dinâmicas das fontes de ocupação e renda das famílias rurais nos estados do nordeste brasileiro. **Revista Grifos**, Unochapecó, v. 29, n. 50, p. 126-148, 2020a. DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v29i50.5417>
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. O “novo” rural do Rio Grande do Norte revisitado. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 12, n. 20, p. 135-157, 2015.
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil (2006-2015). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 58., 2020c, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 2020.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 Anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa-MG, v. 1, n. 2, p. 309-347, jul./dez. 2011.
- AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A.; TONNEAU, J. P. Pronaf: política agrícola discriminatória?! In: Encontro Nacional de Economia Política, 9., 2004, Uberlândia/MG. **Anais...** Uberlândia/MG: SEP/UFU, 2004. (CD-ROM).
- ARIMA, E.; BARRETO, P.; BRITO, M. **Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005.

ARKLETON TRUST. **Adaptation des menages agricoles en Europe Occidentale 1987-1999** - Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivité des menages agricoles. Luxembourg: Commission Européenne, 1992.

ARRAES, R. A.; MARIANO, F. Z.; SIMONASSI, A. G. Causas do Desmatamento no Brasil e seu Ordenamento no Contexto Mundial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 50, n.1, p. 119-140, jan./mar., 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032012000100007>

BACELAR, T.; FAVARETO, A. O papel da agricultura familiar para um novo desenvolvimento regional no Nordeste – Uma homenagem a Celso Furtado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 9-29, 2020.

BALSADI, O. V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2008.

BALSADI, O. V. Principais características do mercado de trabalho agrícola brasileiro no período 2004-2014. In: In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 57., 2019, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: SOBER, 2019.

BALSADI, O. V. Trabalho e emprego na agricultura sulina em 2004-2014. **Revista de Política Agrícola**, v. 26, n. 4, p. 35-49, out./dez. 2017.

BALSADI, O. V.; BELIK, W.; DELGROSSI, M. E. O rural paulista em perspectiva: evolução das ocupações agrícolas e não agrícolas no período 2004-2014. **Revista da ABET**, v. 18, n. 1, p. 120-140, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2019v18n1.39821>

BALSADI, O. V.; DELGROSSI, M. E. Trabalho e emprego na agricultura brasileira Um olhar para o período 2004-2014. **Revista de Política Agrícola**, v. 25, n. 4, p. 82-96, out./dez. 2016.

BALSADI, O. V.; DELGROSSI, M. E. Labor and employment in brazilian northeastern agriculture: a look at the 2004-2014 period. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 01, p. 19-34, jan./mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560102>

BALSADI, O. V.; GOMES, E. G. Evolução das condições de vida das famílias de empregados na agricultura brasileira no período 1992-2004. **Revista de Economia Agrícola**, v. 54, n. 2, p. 67-101, 2007.

BARRETO, P.; PEREIRA, R.; ARIMA, E. **A pecuária e o desmatamento na Amazônia na era das mudanças climáticas**. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2008.

BELIK, W. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 01, p. 009-030, jan./mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301001>

BERDEGUE, J. A.; BEBBINGTON, A.; ESCOBAL, J. Conceptualizing spatial diversity in Latin American rural development: structures, institutions, and coalitions. **World Development**, v. 73, s/n., p. 1-10, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.10.015>

BERDEGUÉ, J. A.; FAVARETO, A. **Desarrollo territorial rural en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: FAO, 2019. 18 p. (Relatório técnico, n. 32).

BRASIL. Decreto de 02 de dezembro de 1999. Cria o Programa Nacional de Eletrificação Rural “Luz no Campo”. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 dez. 1999.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 jul. 1996. Seção 1, p. 11854.

BRASIL. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz pra Todos”. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 2003.

BRASIL. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mai. 2017. Seção 1, p. 11.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 01.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Estatísticas do agronegócio**. Brasília: MAPA, SECEX/MIDIC, 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio**. Brasília: MAPA, 2002-2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário (PAPs)**. Brasília: MAPA/SPA, 1999-2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais 02-2005. Brasília: SDT/MDA, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Território da Cidadania: Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades**. Brasília: MDA, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lista: Territórios dos CONSADs**. Brasília: SDT/MDA, 2010.

BRUN, A.; FULLER, A. **Farm family pluriactivity in western europe**. United Kingdom: The Arkleton Research, 1991.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete Teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, ano XXII, n. 2, abr./jun. 2013.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** 1. ed. Brasília-DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

BUAINAIN, M. A.; DEDECCA, C. S. Introdução: emprego e trabalho na agricultura brasileira. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira**. Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 9).

BUAINAIN, M. A.; GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Dinâmica da economia e da agropecuária no Matopiba. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2017. (Texto para Discussão, n. 2283).

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 23. (Texto para discussão, n. 621).

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA/IE-Unicamp, 2000a.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000b.

CARDOSO, J. G. **Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas na Região Nordeste e Sul do Brasil, nos anos 1990 e 2000: trajetórias e desafios**. 2013. 209 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **Revista Ruris**, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 32, p. 89-105, 1996.

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o “novo rural”. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro: uma análise Nacional e regional**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000.

CARNEIRO, M. J. Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 70-82, abr./set. 1997.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 6, n. 2, p. 53-75, 1998.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora Unesp/IE. Unicamp, 2002.

CASTRO, C. N. **A agropecuária na região Norte: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2013. (Texto para Discussão, n. 1836).

CHASE, J. The place of pluriactivity in Brazil's agrarian reform institutions. **Journal of Rural Studies**, v. 26, n. 1, p. 85-93, 2010. DOI: [10.1016/j.jrurstud.2009.07.001](https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2009.07.001)

COELHO, C. N. As exportações agrícolas numa estratégia de comércio exterior. **Revista de Política Agrícola**, v. 6, n. 3, p. 6-27, jul./ago./set. 1997.

Commission of the European Communities. **The Cork Declaration: a living countryside**. Cork, Ireland: The European Conference on Rural Development, 1996.

Commission of the European Communities. **The future of rural society**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1988.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Desigualdades regionais de desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul: uma proposta de análise multidimensional a partir de três microrregiões. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 30, Número Especial, p. 615-654, out. 2009.

COSTA FILHO, O. S. **Reserva Extrativista: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida**. 1995. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

COSTA, F. A. **Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA, 2012.

COSTA SILVA, R. G. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins** [Online], n. 23, p. 01-25, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.9949>

COSTA SILVA, R. G.; MICHALSKI, A. A caminho do Norte: cartografia dos impactos territoriais do agronegócio em Rondônia (Amazônia ocidental). **Confins**, n. 45, p. 01-27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.28017>

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N. **Recuperação econômica e a geração de empregos formais**. Campinas: IE/Unicamp, 2006. 20 p. Mimeografado.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira**. 1984. 321 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1984.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo v. 15, n. 43, p. 157-172, set./dez. 2001.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas para o futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JUNIOR, J. C. **A Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000. 242 p.

DELGROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-1995**. 1999. 229 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

DELGROSSI, M. E. Agricultura familiar e a nova ruralidade entre 2004 a 2014. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (Orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas** 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

DELGROSSI, M. E. *et. al.* Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista do Núcleo de Estudo de Economia Catarinense**, v. 8, n. 16, p. 40-45, Jul./Dez. 2019.

DELGROSSI, M. E. *et. al.* Delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 58., 2020, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 2020.

DELGROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. Mudanças recentes no mercado de trabalho rural. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 11, n. 22, p. 201-2016, 2006.

DELGROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. O fim do êxodo rural? **Revista Espaço e Geografia**, v. 4, n. 1, p. 37-56, 2001.

DELGROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 1, p. 127-157, abr. 2010.

DELGROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A.; FRANÇA, C. G. Avanços e desafios das políticas de desenvolvimento rural no Brasil 2003-2010. In: ARANHA, A. V. (Org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 2, 2010.

EDER, H. A. S.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. A apropriação das rendas agrícolas por parte dos grupos ocupacionais familiares rurais no estado do Rio Grande do Sul nos anos 2000. **Análise Econômica**, v. 35, n. 68, p. 289-315, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22456/2176-5456.50988>

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford, Oxford University Press, 2000.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving Themes in Rural Development 1950-200s. **Development Policy Review**, v. 19, n. 4, p. 437-448, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-7679.00143>

FAO. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **Políticas para la agricultura familiar en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FAO, 2007.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, p. 298-319, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100021>

FAVARETO, A. Um contraponto à tese da “argentinização” do desenvolvimento rural no Brasil. In: Buainain, A. M. *et al.* (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. ISBN 978-85-7035-336-8.

FEARNSIDE, P. M. Natural riches of Amazonia, deforestation and its consequences. *Global Land Project News*, v. 12, p. 22-25, 2015.

FORNAZIER, A., VIEIRA FILHO, J. E. R. **Heterogeneidade estrutural na produção agropecuária: uma comparação da produtividade total dos fatores no Brasil e nos Estados Unidos**. Brasília: IPEA, 2013. (Texto para discussão, n. 1819).

FORNAZIER, A., VIEIRA FILHO, J. E. R. **Heterogeneidade estrutural no setor agropecuário brasileiro: evidências a partir do censo agropecuário de 2006**. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão, n. 1708).

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 6, n. 4, p. 361–373, 1990. DOI: [https://doi.org/10.1016/0743-0167\(90\)90049-E](https://doi.org/10.1016/0743-0167(90)90049-E)

FURTUOSO, M. C. O.; GUILHOTO, J. J. M. Estimativa e mensuração do produto interno bruto do agronegócio da economia brasileira, 1994 a 2000. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 41, n. 4, p. 803-827, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032003000400005>

GARCIA, J. R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. In: Buainain, A. M. *et al.* (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. ISBN 978-85-7035-336-8.

GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. A questão ambiental e a expansão da fronteira agrícola na direção do Matopiba brasileiro. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2017. (Texto para Discussão, n. 2281).

GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Política agrícola brasileira - produtividade, inclusão e sustentabilidade. **Revista de Política Agrícola**, ano XXIII, n. 1, p. 91-104, jan./fev./mar. 2014.

GARCÍA SANZ, B. La mujer rural en los procesos de desarrollo de los pueblos. **Revista do Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales**, n. 55, p. 197-120, 2004.

GASQUES, J. G. *et al.* **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004. (Texto para discussão, n. 1009).

GRAZIANO DA SILVA, J. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 192 p. (Coleção Agricultura e Sociedade).

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. Os desafios das agriculturas brasileiras. IN: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2010. 298 p. ISBN 978-85-781-1050-5

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DELGROSSI, M. E. Notas metodológicas. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DELGROSSI, M. E. O novo rural brasileiro: uma atualização. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, p. 8-10, 05 maio 2000.

GRAZIANO DA SILVA; BALSADI, O. V.; DELGROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.

GRISA, C. Análise dos Planos Agrícola e Pecuário e dos Planos Safra da Agricultura Familiar: o agronegócio e a agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevideo. **Anais...** Montevideo, Uruguay: ALACIP, 2017. p. 1-34.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao “family farming” americano? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. 85-103, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600005>

GUZMAN CASADO, G. I.; MOLINA, M. G.; GUZMAN, E. S. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid, Barcelona, Mexico: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HELFAND, S. M., REZENDE, G. C. Agricultura brasileira nos anos 90: o impacto das reformas de políticas. In: GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Orgs.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. 539 p.

HELFAND, S.; PEREIRA, V. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, v. 16, 2012. (Série desenvolvimento rural sustentável).

HERRERA, J. A.; RAMOS, P.; SILVA, J. U. B. Novas estratégias produtivas na Amazônia: estudo sobre os produtores agropecuários familiares no sudoeste paraense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52(Suppl. 1), p. 223-242, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600012>

HILL, B. Farm household incomes: perceptions and statistics. **Journal of Rural Studies**, v. 15, n. 3, p. 345-358, 1999. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(98\)00068-0](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(98)00068-0)

HOMMA, A. K. O. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento rural da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, v. 17, n. 34, p. 107-130, 2012.

IRMÃO, L. C. Modernização agrícola na Região Norte: comparativo dos Censos de 1995 e 2005. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 63, n. 1, p. 57-74, jan./jun., 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?=&t=microdados>. Acesso em: 03 jan. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **PNAD 2008: Primeiras análises – O setor rural**. Brasília: IPEA, 2010. (Comunicado, nº 42).

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P.; OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000100006>

KAGEYAMA, A. A. **Modernização, produtividade e emprego na agricultura – uma análise regional**. 1985. 463 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) — Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1985.

KAGEYAMA, A. A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 48, n.2, p. 57-69, 2001.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, A. A. Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, SP, v. 51, n. 2, p. 71-84, 2004.

KAGEYAMA, A. A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, jul./set.,1998.

KAGEYAMA, A. A. Os rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2003.

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 12/13, p. 55-72, 1989/1990.

LAMARCHE, H. Uma realidade multiforme. In: LAMARCHE, H (Coord.). **A agricultura familiar I: comparação internacional**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

LANDAU, A. C. *et al.* Análise Integrada da Variação Geográfica do Saneamento Básico no Brasil em 2010. In: LANDAU, E. C.; MOURA, L. (Orgs.). **Variação geográfica do saneamento básico no Brasil em 2010: domicílios urbanos e rurais**. Brasília, DF: Embrapa, 2016. ISBN 978-85-7035-672-7.

LAURENTI, A. C. **Ocupação e renda na nova ruralidade brasileira: tendências de variação na ocupação e no rendimento da população rural no período 2001-2009**. Londrina: IAPAR, 2014.

LAURENTI, A. C.; PELLINI, T.; TELLES, T. S. Evolução da ocupação e do rendimento das pessoas no espaço rural brasileiro no período de 2001 a 2009. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 02, p. 321-342, abr./jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005302008>

LIMA, M. S. B. **Políticas públicas e território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no sul do Amazonas**. 421 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LIMA, M. J. **Capitalismo e Extrativismo: a formação da região acreana**. 1994. 336 f. Tese (Doutoramento em economia) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

LOBÃO, M. S. P.; STADUTO, J. A. R. Modernização agrícola na Amazônia brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 58, n. 2, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.182276>

LONG, N. Creating space for change: a perspective on the sociology of development. **Sociologia Ruralis**, v. 24, n. 3-4, p. 168-184, 1984. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1984.tb00642.x>

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. New challenges in the sociology of rural development: a rejoinder to peter vandergeest. **Sociologia Ruralis**, v. 28, n. 1, p. 30-41, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1988.tb00330.x>

LONG, N.; PLOEG, J. V. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011.

LOPES, I. V. Revolução: menos crédito oficial, mais produtividade. **Conjuntura Econômica**, n. especial, p. 34-38. jun. 2002.

MACIEL, R. C. G. **Diagnostico Socioeconômico dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre (ASPF), período 1996/2006**. Rio Branco: Edufac, 2011.

MAIA, A. G. O esvaziamento demográfico rural. In: Buainain, A. M. *et al.* (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. ISBN 978-85-7035-336-8.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. The impacts of rapid demographic transition on family structure and income inequality in Brazil, 1981-2011. **Population Studies**, v. 70, p. 293-309, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00324728.2016.1201588>

MARGULIS, S. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. Brasília: Banco Mundial, julho, 2003.

MARSDEN, T. Reestructuting Rurality: from order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v. 29, n. 3-4, p. 312-317, 1989. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00373.x>

MARSDEN, T. *et al.* Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, v. 11, n. 3, 1995. DOI: [https://doi.org/10.1016/0743-0167\(95\)00027-K](https://doi.org/10.1016/0743-0167(95)00027-K)

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Revista Lua Nova**, n. 23, p. 07-37, ago. 1991.

MATTEI, L. F. Pluriatividade no contexto da ruralidade contemporânea: evolução histórica dos debates sobre o tema. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, n. 3, p. 411-422, 2008.

MATTEI, L. F. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 35-52, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500004>

MATTEI, L. F. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. 1999. 211 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

MEDINA, G. S.; GOSCH, M. S.; DELGROSSI, M. E. Development pathways for family farmers: Lessons from Brazil on the need for targeted structural reforms as a means to address regional heterogeneity. **Geoforum**, v. 118, p. 14-22, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2020.11.008>

MESQUITA, D. F. S.; NASCIMENTO, C. A.; LIMA, P. V. P. S. Income and access to infrastructure in rural households in Northeast Brazil. *International Journal of Development Research*, v. 10, n. 8, p. 39221-39228, 2020. DOI: <https://doi.org/10.37118/ijdr.19750.08.2020>

MEURER, A. P. S.; SHIKIDA, P. F. A.; VIAN, C. E. F. Análise da agroindústria canavieira nos estados do Centro-Oeste do Brasil a partir da matriz de capacidades tecnológicas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 159-178, 2015. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301009>

MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista Crítica de ciências Sociais**, Lisboa, n. 22, p. 83-89, Abr. 1987.

MOYANO-ESTRADA, E., ORTEGA, A. C. A Reforma da PAC para o Período 2014-2020: uma aposta no desenvolvimento territorial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 04, p. 687-704, Out./Dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000400004>

MUELLER, C. C. Agricultura, desenvolvimento agrário e o Governo Lula. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIV, n. 2, p. 18-36, abr./maio/jun. 2005.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC-EDUC, 1989.

NASCIMENTO, C. A. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas pública. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 317-348, ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182009000200004>

NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Europeia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 284 p. (BNB Teses e Dissertações, n. 11). ISBN: 978-85-7791-011-3.

NASCIMENTO, C. A. Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 2, p. 341-364, abr./jun. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032004000200008>

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

NEDER, H. D. A Utilização estatística das informações das PNADs: testes de hipóteses e reamostragem. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. p. 101-136.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 365-393, jul./set. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-80502008000300002>

NERY, C. Extrema Pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. Agência IBGE Notícias, 2019.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar e mercado de trabalho. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-24, 1997.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. 9-24, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600001>

OECD. Agricultural policy reform and the rural economy in OECD countries. Paris: 1998.

OLIVEIRA, R. P.; AQUINO, J. R. A previdência rural e sua importância para as famílias pobres no Nordeste: resultados de um estudo de caso no Rio Grande do Norte. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 48, n. 1, p. 115-130, jan./mar., 2017.

OLIVEIRA, A. U. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. **Terra Livre**, v. 1, n. 26, p. 13-43, jan./jun. 2006.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 11-41.

PLOEG, J. D. van der *et al.* Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00156>

PORKONY, B. *et al.* **A produção familiar como alternativa de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia: lições aprendidas de iniciativas de uso florestal por produtores familiares na Amazônia boliviana, brasileira, equatoriana e peruana**. Bogor/Belém: CIFOR, 2010.

RAY, C. The EU Leader Programme: rural development laboratory. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 2, p. 163-171, abr. 2000.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: MDA, 2017.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: UFPEL, 1995.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C.A.; MAIA, A. G. As famílias pluriativas e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 54, n. 3, p. 561-582, jul./set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540309>

SAKAMOTO, C.; MAIA, A. G. Os impactos das mudanças na estrutura das famílias sobre a distribuição de renda: uma comparação entre áreas urbanas e rurais no Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51., 2013, Belém. **Anais...** Belém: SOBER, 2013.

SARACENO, E. **La Experiencia Europea de desarrollo rural y su utilidad para el contexto latino-americano**. Brasília: Embrapa, 2001.

SARACENO, E. **Rural development policies and the second pillar of the common agricultural policy**. Bruselas, Bélgica: Arl y Datar, 2002.

SARACENO, E. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia. Programa de Seminários sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais. Tradução Angela Kageyama. São Paulo: UNICAMP, 1996.

SCHEJTMANN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago, Chile: Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural - RIMISP, 2004. 53p.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. IN: GRAMMONT, H. C.; VALLE, L. M. (Orgs.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. Quito, Equador: Editora Flacso, Série FORO, 2009.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 3, p. 75-109, set./dez., 2004.

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, v. 24, n. 3, p. 106-132, 1994.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. M. (Orgs.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 21-50.

SEPÚLVEDA, S. *et al.* **El enfoque territorial del desarrollo rural**. San José, Costa Rica: Instituto Interamericano de Cooperación para la agricultura (IICA), 2003.

SILVA, F. P. M. **Território, governança e desenvolvimento territorial**: um estudo comparado entre Brasil e União Europeia. 2017. 268 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SILVA, S. S. *et al.* Queimando no sudoeste da Amazônia brasileira, 2016-2019. **Journal of Environmental Management**, v. 286, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2021.112189>

SMERALDI, R.; MAY, P. **O Reino do Gado**: uma nova fase na pecuarização da Amazônia. São Paulo: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, 2008.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. 2000. 304 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SOUZA, P. M. *et al.* Tecnologia na agricultura brasileira: uma análise das desigualdades regionais para os segmentos familiar e não familiar. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 49, n. 3, p. 147-169, jul./set., 2018.

STADUTO, R. J. A.; NASCIMENTO, C. A.; SOUZA, M. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 10, n. 72, p. 91-115, jul./dez., 2013.

STADUTO, R. J. A.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. **Desenvolvimento rural e gênero**: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SUMPSI, J. M. Experiencia de desarrollo rural con enfoque territorial en la Unión Europea y América Latina. **Revista española de estudios agrosociales y pesqueros**, n. 209, p. 41-74, 2006.

TELLES, T. S. *et al.* Evolução da população rural ocupada nas Grandes Regiões do Brasil entre 2001 e 2009. **Revista Interações**, v. 18, n. 1, p. 17-26, 2017. DOI: [https://doi.org/10.20435/1984-042x-2017-v.18-n.1\(02\)](https://doi.org/10.20435/1984-042x-2017-v.18-n.1(02))

TEIXEIRA, V. L. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense**: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares. 2009. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, Oxford, v. 19, n. 3, p. 327-344, 2003. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00071-2](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00071-2)

TONETTI, A. L. *et al.* **Tratamento de esgotos domésticos em comunidades isoladas: referencial para a escolha de soluções**. Campinas, SP: Biblioteca/Unicamp, 2018. ISBN 978-85-85783-94-5

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

VEIGA, J. E. **A história não os absolverá nem a geografia**. Campinas, São Paulo: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005. 130p.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; SANTOS, G. R.; FORNAZIER, A. **Distribuição produtiva e tecnológica da agricultura brasileira e sua heterogeneidade estrutural**. Brasília: CEPAL BRASIL/IPEA, 2013. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 54).

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, out./2000.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilema da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas para o futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

ANEXO A - Notas Metodológicas

As análises baseiam-se nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), com o objetivo de analisar a dinâmica das diferentes fontes de ocupação e renda das famílias rurais da Região Norte do Brasil entre 2004 a 2015.

O processamento dos microdados da PNAD se deu por meio do Software SPSS, devidamente atualizados conforme os critérios de reponderação adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A escolha da PNAD como fonte de dados se deu em virtude de sua periodicidade (anual e intercensitária) e, principalmente, por sua abrangência (pessoas, famílias e/ou domicílios) no levantamento de dados, o que possibilita a obtenção de informações das atividades agropecuárias e não agropecuárias das famílias e pessoas. Conforme destacam Campanhola e Graziano da Silva (2000), os dados da PNAD permitem a obtenção de informações sobre a posição da ocupação, ramos de atividades e rendimentos.

A metodologia da pesquisa foi dividida em três partes: na primeira parte, utiliza-se a tipologia de famílias desenvolvida pelo Projeto Rurbano⁴⁹, a qual considera como unidade de análise as famílias extensas que vivem em um mesmo domicílio, incluindo os parentes e agregados. Foram excluídas das análises os residentes pensionistas, os empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos. A partir disso, as famílias foram classificadas de acordo com a posição na ocupação e ramos de atividades.

Quanto à posição na ocupação de seus membros, as famílias extensas⁵⁰ foram classificadas nas seguintes categorias:

- i) Família empregadora:** família em que pelo menos um de seus membros declarou ser empregador, independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Essa categoria pode ser subclassificada em empregadora com até dois empregados e empregadora com mais de dois empregados. Procedeu-se dessa forma por entender que a posição de empregador de um dos membros familiares constitui uma boa proxy da posição social da família;
- ii) Família de conta própria:** na falta de um empregador, um dos membros ativos declarou-se como conta própria, independente da posição na ocupação dos demais membros;

⁴⁹ A metodologia utilizada pode ser consultada em DelGrossi (1999) e DelGrossi & Graziano da Silva (2000).

⁵⁰ Famílias constituídas pela família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (mesmo que formem outro casal) e os agregados, excluindo-se os pensionistas, as empregadas domésticas e os parentes dos empregados domésticos.

- iii) **Família de empregado:** no caso de não haver nenhum empregador e nenhum conta própria, mas pelo menos um dos membros familiares declarou exercer uma atividade agropecuária ou não agropecuária como assalariado;
- iv) **Família de Não ocupados:** família que não dispunha de nenhum membro ocupado na semana de referência da PNAD (normalmente, a última ou a penúltima semana de setembro de cada ano).

Para cada posição acima referida, as famílias extensas foram classificadas de acordo com o ramo de atividade em que seus membros estavam envolvidos, conforme os seguintes critérios:

- i) **Família agropecuária:** família em que pelo menos um dos membros tinha as atividades agropecuárias como ocupação principal na semana de referência da PNAD, e que nenhum outro estivesse ocupado em não agropecuárias;
- ii) **Família não agropecuária:** família na qual a ocupação principal de pelo menos um de seus membros se dava nas atividades não agropecuárias na semana de referência, sem que houvesse nenhum outro ocupado em atividades agropecuárias;
- iii) **Família pluriativa:** família em que, obrigatoriamente, havia membros familiares ocupados em atividades agropecuárias e não agropecuárias. A pluriatividade pode, ainda, ser subdividida em *pluriatividade tradicional* (combinação de atividades agropecuárias mais agropecuárias) e *pluriatividade intersetorial* (combinação de atividades agropecuárias mais não agropecuárias).

O recorte temporal escolhido, nessa parte do trabalho, corresponde ao período de 2004 a 2015. Até 2003, o levantamento de dados da PNAD para a Região Norte se restringia às áreas rurais do Estado do Tocantins, o que tornava a amostra inviável do ponto de vista estatístico. Assim, ao passo que os demais Estados (Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá e Pará) passaram a ser incorporados ao levantamento, a partir de 2004, isso permitiu a obtenção de informações mais consistentes, sendo possível fazer inferências mais apropriadas da realidade. Dessa forma, o período de 2004 a 2015 é a série mais longa e comparável disponível para a região, já que a PNAD de periodicidade anual foi encerrada em 2016.

Para considerar quebras estruturais na tendência de crescimento anual em função de mudanças na delimitação de áreas rurais, foram ajustados dois modelos independentes, um para

o período de 2004-2009 e outro para 2011-2015. Ao longo de cada década os poderes municipais (assembleias legislativas) modificam os perímetros urbanos de seus respectivos municípios (o que faz alterar, por conseguinte, a área do rural). O IBGE realiza a atualização das áreas rurais nos Censos Demográficos, fato que, no nosso caso, ocorreu em 2010.

Na segunda parte da metodologia, com o objetivo de investigar as famílias da agricultura familiar, desenvolveu-se uma tipologia com base nos critérios da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017, que define a agricultura familiar da seguinte forma:

Art. 3º A UFPA [Unidade Familiar de Produção Agrária] e o empreendimento familiar rural deverão atender aos seguintes requisitos:

I - possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais;

II - utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;

III - auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e

IV - ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

A PNAD, infelizmente, não tem a informação acerca de quem administra as atividades do estabelecimento rural⁵¹. Assim, os tipos de famílias da agricultura familiar foram criados com base apenas nos critérios I (área de até quatro módulos fiscais), II (metade, no mínimo, da força de trabalho familiar) e III (metade da renda, no mínimo, de atividades internas dos estabelecimentos). Em relação às rendas auferidas pelos membros das unidades familiares dois cuidados foram essenciais de serem observados:

- 1) As rendas de *assalariamento* na *agropecuária* dos membros das famílias da Agricultura Familiar (majoritariamente famílias de contas próprias, pluriativas tradicionais) foram consideradas como rendas obtidas *fora* do estabelecimento; e
- 2) Observou-se que uma parcela significativa de unidades familiares de trabalhadores rurais por conta própria ocupava-se, além das atividades agropecuárias, também em atividades *não agropecuárias* (famílias pluriativas intersetoriais). Todavia, a base de dados para o presente estudo – a PNAD – não permite saber onde essas atividades (não agropecuárias) são exatamente exercidas, se no rural ou no urbano. Porém,

⁵¹ Contudo, consideramos que é muito improvável que uma família de contas próprias contrate administrador. E, como as famílias de contas próprias correspondem a praticamente 98% do total da Agricultura Familiar (o restante são famílias de empregadores com até 2 empregados), entendemos que a falta dessa informação na PNAD (administração do empreendimento) não inviabiliza a investigação aqui proposta.

possibilita saber se tais atividades foram ou não exercidas dentro do estabelecimento rural. Identificamos, para o ano de 2015, que cerca de 14% das pessoas das famílias rurais de contas próprias da região Norte que se ocupavam em atividades não agropecuárias exerciam essas atividades “no domicílio em que morava” (código 3 da variável v9054). Portanto, por serem de famílias rurais executando esse tipo de atividade no próprio domicílio, nesse caso, consideramos que as rendas dessas atividades foram obtidas *dentro* do estabelecimento. Para os demais 86% dos casos, consideramos as respectivas rendas como auferidas *fora* do estabelecimento.

Em seguida, procedemos à classificação da Agricultura Familiar correspondente às famílias extensas de *empregadores com até 2 empregados* e as de *contas próprias*, em que ambas atendessem, simultaneamente, os três critérios anteriormente mencionados (I, II e III). Dessa maneira, os tipos de famílias foram classificados da seguinte forma:

- i) ***Empregadora – Não Familiar:*** Este é o tipo de família que tem algum empregador na família e que contrata qualquer número de empregados (1 ou mais) e que, além disso, ou tem seu estabelecimento rural com *mais de 4 módulos fiscais* ou, o mesmo tendo até 4 módulos fiscais, não atende pelo menos um dos outros dois Critérios (II, III) da Lei 2006 e Decreto 2017, conforme mencionado acima. Portanto, este é um tipo de família (ou estabelecimento) *não* familiar.
- ii) ***Conta própria – Não Familiar:*** Esta fração do grupo de famílias de contas próprias não tem nenhum empregador entre seus membros e, além disso, ou tem seu estabelecimento rural com mais de 4 módulos fiscais ou, o mesmo tendo até 4 módulos fiscais, não atende ao Critério III (renda) da Lei 2006/Decreto 2017 (o Critério II, sobre a força de trabalho, está atendido porque esse grupo familiar não contrata força de trabalho). Este tipo de família, por conseguinte, está excluído, pela Lei 2006 e o Decreto 2017, de ser Agricultura Familiar.
- iii) ***Agricultura Familiar (Contas próprias e Empregadores com até 2 empregados):*** Esta fração do grupo de famílias de contas próprias (e de empregadores com até 2 empregados) tem seu estabelecimento rural dentro do Critério I, de até 4 módulos fiscais, e, ademais, atende, simultaneamente, os outros dois Critérios (força de

trabalho e renda, Critérios II e III, respectivamente). Portanto, pela Lei 2006 e o Decreto 2017, pode ser classificado como Agricultura Familiar.⁵²

- iv) **Empregados:** Neste tipo familiar não há nenhum empregador e nenhum conta própria, mas contem pelo menos uma pessoa ocupada como empregada. Este grupo, conseqüentemente, não é da Agricultura familiar.

As famílias extensas da agricultura familiar, da mesma forma que procedemos na primeira parte da metodologia, foram subdivididas segundo o ramo de atividades em que os membros familiares estavam envolvidos (agropecuárias, não agropecuárias e pluriativas). Dessa forma, foram classificadas da seguinte forma:

- i) **As famílias da agricultura familiar com produção comercial:** possuem pelo menos um integrante ocupado na agropecuária, conduzindo um ou mais empreendimentos agropecuários.
- ii) **As famílias da agricultura familiar com autoconsumo:** são as famílias sem nenhuma pessoa nas categorias de empregador, conta própria ou assalariado, mas com pelo menos um dos integrantes trabalhando na produção para o próprio consumo.
- iii) **As famílias agropecuárias:** famílias em que pelo menos um dos membros estava envolvido em atividades agropecuárias e nenhum outro ocupado em atividades não agropecuárias como ocupação principal na semana de referência;
- iv) **As famílias não agropecuárias:** famílias em que pelo menos um dos membros exercia atividades não agropecuárias e nenhum outro ocupado em atividades agropecuárias;
- v) **As famílias pluriativas tradicionalis** são aquelas em que pelo menos um dos membros exercia alguma atividade agropecuária como conta própria ou empregador e pelo menos um outro ocupado como assalariado na agropecuária (em outro estabelecimento). **As famílias pluriativas intersectoriais** são as que pelo menos um dos membros exercia alguma atividade agropecuária (no próprio estabelecimento) e pelo menos um outro exercia uma atividade não agropecuária (fora do estabelecimento).

⁵² A Agricultura Familiar é majoritariamente composta por famílias de contas próprias, praticamente 98% do total (2% restante correspondia às famílias de empregadores com até 2 empregados).

Nessa parte do trabalho, nossa análise restringe-se ao período de 2006 a 2015, coincidindo com o ano de criação da Lei da Agricultura Familiar. Para solucionar quebras estruturais, incorporamos uma variável binária d à equação do modelo de regressão linear (equação 2) que assume 0 no período 2006-2009 e 1 no período 2011-2015.

Além das análises tradicionalmente realizadas pelo Projeto Rurbano, analisamos informações a respeito das condições de infraestrutura dos domicílios e acesso a bens materiais, segundo a condição de atividade (agropecuária, não agropecuária e pluriativa). A PNAD, por meio das variáveis V0202 a V2032, levanta uma série de informações relacionadas aos domicílios particulares permanentes, incluindo desde o material predominante na construção da residência até os bens materiais que existem no domicílio.

Portanto, com o intuito de verificar as diferenças entres os diversos tipos familiares do rural da região Norte do Brasil, optamos por analisar as variáveis relacionadas às condições domiciliares e de acesso a bens materiais. Conforme mencionamos anteriormente, a ausência de um ou outro bem, por exemplo, não indica, necessariamente, precariedade, mas pode indicar o poder de compra das famílias. Os indicadores analisados foram os seguintes (quadro 1):

Quadro 1 - Indicadores de condições de moradia e acesso a bens materiais analisados

INDICADORES	DESCRIÇÃO
Condições de moradia	<ul style="list-style-type: none"> • Água canalizada no domicílio; • Banheiro ou sanitário no domicílio; • Escoadouro do banheiro ou sanitário; • Destino do lixo domiciliar;
Bens materiais	<ul style="list-style-type: none"> • Domicílios com telefone (fixo ou celular); • Internet, geladeira e energia elétrica, filtro; • Domicílios com veículos (moto e/ou carro); • Domicílios com internet, geladeira, freezer, televisão, máquina de lavar, etc.
Outros indicadores de bem estar	<ul style="list-style-type: none"> • Renda domiciliar <i>per capita</i>; • Renda das atividades agropecuárias, não agropecuárias, pluriatividade; • Nível de escolaridade; • PEA ocupada, segundo o gênero;

Para verificar as taxas de crescimento, em ambas as metodologias, adotou-se um modelo de regressão log-linear do tempo, capaz de atestar a ocorrência ou não de tendência na evolução, e não apenas uma evolução de ponta a ponta. Segundo Neder (2000), esse método evita que haja subestimação ou superestimação das taxas, principalmente na presença de valores atípicos nas extremidades, o que não é possível quando se analisa dois extremos de uma série de tempo.

$$E(Y_t) = \varphi e^{\theta t} \quad (1)$$

Em que:

Y_t : o valor da população para o ano t ;
 φ : o valor esperado de Y quando $t = 0$;
 θ : a taxa de crescimento anual.

A equação (1) pode ser representada pelo seguinte modelo linear de regressão:

$$\ln Y_t = \ln \varphi + \theta t + \varepsilon \quad (2)$$

Em que ε é o erro aleatório não explicado pelo modelo. A taxa percentual média de crescimento anual é dada por $(e^\theta - 1) \times 100$. As estimativas foram obtidas pelo método de mínimos quadrados ordinários (MQO), utilizando os valores de todos os anos da série ($t = 1$ para 2004, $t = 2$ para 2005, e assim sucessivamente).

A definição de rural adotada no presente trabalho é a do IBGE que classifica o rural como sendo as áreas que restam após a retirada das áreas urbanas. Por questões metodológicas da amostragem, as áreas rurais e urbanas são mantidas fixas mesmo que os municípios alterem o seu perímetro. Assim, para contornar essa questão em relação à localização dos domicílios, sobretudo em virtude do *continuum* rural-urbano que existe, foram adotadas as seguintes definições:

- i) **áreas urbanas:** áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios;
- ii) **áreas urbanas não-urbanizadas:** áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas;
- iii) **áreas urbanas isoladas:** englobam as áreas urbanas isoladas, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município;
- iv) **áreas rurais - extensão urbana:** áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios, resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram anexadas legalmente ao perímetro urbano do município;
- v) **áreas rurais – povoados:** aglomerações existentes no meio rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuírem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes formando área continuamente construída;

- vi) **áreas rurais - núcleo:** aglomerados rurais isolados, cujo solo pertence a um único proprietário e que dispõem ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados;
- vii) **áreas rurais – outros:** aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário;
- viii) **áreas rurais – exclusive:** áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional (áreas rurais propriamente ditas).

Nesta pesquisa adotou-se o rural em sentido amplo. Para tanto, a partir da subdivisão apresentada foi feito o agrupamento das situações acima descritas de modo a permitir a classificação dos domicílios rurais. Assim, as definições de **iv** a **viii** corresponderão aos domicílios **rurais** analisados na presente Tese de doutorado.

Dessa forma, é através desses procedimentos metodológicos que os dados serão tratados e analisados, para que, posteriormente, seja possível identificar a dinâmica das ocupações e da renda dos diferentes tipos familiares rurais da Região Norte do Brasil, além identificar se a condição da atividade implica em melhoria das condições domiciliares e de acesso aos bens materiais.